UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS APLICADAS E EDUCAÇÃO – CCAE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES – CCHLA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA – PPGA

LUCIANA CALADO

“A universidade não é lugar para mães”: considerações interseccionais sobre maternidade como marcador social da diferença no acesso e permanência de mães na academia

João Pessoa/PB

2026

LUCIANA CALADO

“A universidade não é lugar para mães”: considerações interseccionais sobre maternidade como marcador social da diferença no acesso e permanência de mães na academia.

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, e do Centro de Ciências Aplicadas e Educação da Universidade Federal da Paraíba da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Antropologia.

Orientador: Prof. Dr. Pedro Francisco Guedes do Nascimento

Área de concentração: Antropologia Social
Linha de pesquisa: Corpo, Saúde, Gênero e Geração

João Pessoa/PB
2026

Catalogação na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

R696a Rodrigues, Luciana Calado.
"A universidade não é lugar para mães": considerações interseccionais sobre maternidade como marcador social da diferença no acesso e permanência de mães na academia / Luciana Calado Rodrigues. - João Pessoa, 2026.
180 f. : il.

Orientação: Pedro Francisco Guedes do Nascimento.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Maternidade e universidade. 2. Mães universitárias. 3. Acesso e permanência. 4. Marcadores sociais da diferença. 5. Interseccionalidade. 6. Políticas de assistência estudantil. I. Nascimento, Pedro Francisco Guedes do. II. Título.

UFPB/BC CDU 378-055.26(043)

Elaborado por Larissa Silva Oliveira de Mesquita - CRB-15/746

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
Centro de Ciências Aplicadas e Educação (CCAE)
Centro de Ciências Humanas Letras E Artes (CCHLA)
Programa de Pós-Graduação em Antropologia

Luciana Calado Rodrigues

““A universidade não é lugar para mães”: considerações interseccionais sobre maternidade como marcador social da diferença no acesso e permanência de mães na academia.”

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal da Paraíba.

Resultado: Aprovada

Em: 26 de fevereiro de 2026.

Banca examinadora

Documento assinado digitalmente
gov.br PEDRO FRANCISCO GUEDES DO NASCIMENTO
Data: 26/02/2026 14:34:43-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Prof. Dr. Pedro Francisco Guedes do Nascimento (orientador - PPGA/UFPB)

Documento assinado digitalmente
gov.br FLAVIA FERREIRA PIRES
Data: 27/02/2026 15:11:25-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Flávia Ferreira Pires (examinadora interna - PPGA/UFPB)

Documento assinado digitalmente
gov.br MONICA LOURDES FRANCH GUTIERREZ
Data: 02/03/2026 12:16:45-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Mónica Lourdes Franch Gutiérrez (examinadora interna - PPGA/UFPB)

Documento assinado digitalmente
gov.br LUCIA EILBAUM
Data: 27/02/2026 10:59:30-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Lucia Eilbaum(examinadora externa - UFF)

Documento assinado digitalmente
Documento assinado digitalmente
gov.br ANA PAULA DA SILVA
Data: 27/02/2026 10:01:27-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Profa. Dra. Ana Paula da Silva (examinador\ externa - UFF)

Às que vieram antes de mim,
especialmente, *minha mainha*, (*in memorian*),
e a quem de nós descende,
minha Nanoca, grande amor da minha vida,
os mais belos e intensos estuários em mim.

Agradecimentos

Neste momento de “fechamento de ciclo”, quando a gente se percebe no movimento de consolidar em um texto as trajetórias, reinvenções, superações e a sensação de seguir em frente, de fluir nos estuários, agradecer é mais que dizer “obrigada”. É honrar a ancestralidade, sua biografia, a existência; é fazer um exercício mental de fechar os olhos, lembrar das experiências, sentir as emoções que chegam e optar por sentir orgulho dessas encruzilhadas! Laroyê, Exu! Epa Heyi, Oya!

Obrigada a mainha pelas lições de força, coragem e insistência diante dos desafios da vida e aos sorrisos e abraços sempre reconfortantes e com sabor de lar. Pela primeira vez ela não está presente fisicamente para celebrar comigo mais uma etapa de vida-e-trabalho, mas sei que todas as lembranças incorporadas, toda a existência partilhada coabita e me compõe. Nossa história está aqui, como prometi! Te amo, mamys! Axé!

Minha filha, lhe sou grata porque a pessoa que você é me inspira cada dia a ser uma pessoa melhor! Obrigada pela parceria e pelos aprendizados. Certa vez você me perguntou com o que a mamãe trabalhava e depois que expliquei, sua conclusão foi inspiradora: “ah, entendi! Você ajuda outras mamães pro trabalho atrapalhar menos a ficar com as filhas, né?” Te amo, Nanoca! Amo, admiro e me sinto honrada em caminhar ao teu lado!

Aos homens da minha família: meu parceiro de vida, Neto, pelo colo, cuidado, dedicação e cooperação sempre que precisei. Seu coração generoso, sua gentileza e parceira são inspiradores para mim! Obrigada por ter chegado! Te amo. Meu irmão Luis, pelas trocas intelectuais valiosas, pelo carinho e cuidado (não vacilante!). Obrigada pela parceria na construção dos caminhos honestos do amor. Te amo, cabeção! Ao meu pai Luiz por sua confiança, carinho, presença e crença inegociável em mim, sempre incentivando meus projetos e fazendo questão de estar presente. Obrigada por ter me proporcionado entender que amor e confiança se constroem com presença e dedicação. Ao meu pai Luciano por seu incentivo, amor e aprendizados. Seu orgulho de mim me incentiva! No meu coração você ainda é daquele mesmo jeitinho de quando atravessávamos a Getúlio Vargas, saindo do dentista! Te amo! Não sei o que seria de mim sem vocês!

À Angela, minha amada madrinha, por sua generosidade, acolhimento, trocas honestas e permeadas de amor e admiração. Você pra mim é casa, aconchego e colo; parceria e oportunidade de reinvenção! Muito obrigada, querida!

Gratidão eterna às estudantes, colegas, amigas que partilharam comigo as dores e delícias na UFPE! Especialmente a Iasmin, Marcos, Kamila, Karine, Rafaela e Juliana! Ju, você

me abriu portas que atravessamos juntas e tenho muito orgulho de ti! Obrigada ao prof. Fernando Nascimento, pela generosidade, honestidade e receptividade, bem como a toda equipe da PROAES/UFPE. Obrigada ao prof. Alfredo Gomes, pelo acolhimento, palavras de incentivo e confiança!

Às professoras que, com suas preciosas contribuições na banca de qualificação, foram fundamentais para que daqueles dados e elucubrações nascesse esta tese! Obrigada prof. Marion Quadros, prof. Mónica Franch e prof. Lucia Eilbaum! Agradeço também a prof. Rosamaria Giatti, quem no início foi de suma importância no desenvolvimento do projeto, mas os descompassos do cotidiano assoberbado não permitiram o acompanhamento e a finalização desta etapa.

Por último, mas de forma alguma menos importante, obrigada ao meu orientador Pedro Nascimento, essa pessoa humanizada, parceira e acolhedora; profissional admirável em sua dedicação, intelectualidade e humildade. Sou suspeita para falar sobre você, pois desde a primeira vez que nos encontramos já pareceu um reencontro, mas registro aqui minha admiração por ti e meu orgulho de nossa parceria! Obrigada, querido!

¡Hasta la victoria siempre!
(Che Guevara)

RESUMO

Esta tese é um lugar de vida em movimento, como as águas que fluem, do choro da solidão à subversão que mobiliza raiva e alegria, escoando rio afora (Grossi, 2004, Souza, 2021). Assim, se propõe potencial descoberta e espaço-tempo para deparar-se com perguntas, refletir e mergulhar nas incertezas, se banhando junto às questões que emergem. Abrindo caminhos para a vida fluir, me banho nas reflexões sobre a categoria Mãe e a maternidade (Gonzalez, 1981, Gradvohl; Osis; Makuch, 2014, Giatti; Maluf, 2023), sempre interseccionada (Collins, 2019; 2022, Collins; Bilge, 2021, Crenshaw, 2002, Akotirene, 2020), como um marcador social da diferença, tendo uma universidade do Nordeste brasileiro como lócus. Empenhada também em uma robusta análise documental, movimento questões sobre acesso e permanência de mães pensando o trabalho materno, o qual entendo que não deva ficar circunscrito à categoria de trabalho reprodutivo e para isso mobilizo a categoria de trabalho imaterial de Mães (Lazzarato; Negri, 2001, Federicci, 2019; 2021; 2022). Entendendo a universidade como instituição e espaço ao qual as mães não se sentem pertencentes, a pesquisa traz questões importantes para reflexões do campo de estudos maternos: as demandas de grupos sociais de mães são diferentes das de outros segmentos sociais e a centralidade sócio-histórica da raça e da etnia para se considerar o marcador maternidade na interseccionalidade nas produções epistemológicas brasileiras (Gonzalez, 1983; 1988b, Carneiro, 2022; 2011), visto que as questões sobre trabalho postas pelo feminismo clássico (Beck, 2021), como ferramenta-produto epistêmico eurocentrado, não dialoga expressamente com nossas realidades e necessidades ameríndias e amefricanas (Gonzalez, 1987; 1988a).

Palavras-chave: categoria Mãe; marcador maternidade; interseccionalidade; Sul-global; acesso e permanência.

ABSTRACT

This thesis is a place of life in motion, like flowing waters, from the cry of loneliness to the subversion that mobilizes anger and joy, flowing down the river (Grossi, 2004; Souza, 2021). Thus, it proposes potential discovery and a space-time to confront questions, reflect, and delve into uncertainties, bathing alongside the issues that emerge. Opening paths for life to flow, I immerse myself in reflections on the category of Mother and motherhood (Gonzalez, 1981; Gradvohl; Osis; Makuch, 2014; Giatti; Maluf, 2023), always intersected (Collins, 2019; 2022; Collins; Bilge, 2021; Crenshaw, 2002; Akotirene, 2020), as a social marker of difference, with a university in Northeast Brazil as its locus. Also engaged in a robust documentary analysis, I raise questions about access and permanence of mothers considering maternal work, which I understand should not be limited to the category of reproductive work, and for this I mobilize the category of immaterial work of Mothers (Lazzarato; Negri, 2001, Federicci, 2019; 2021; 2022). Understanding the university as an institution and space to which mothers do not feel they belong, the research raises important questions for reflection in the field of maternal studies: the demands of social groups of mothers are different from those of other social segments, and the socio-historical centrality of race and ethnicity is crucial for considering the marker of motherhood in intersectionality within Brazilian epistemological productions (Gonzalez, 1983; 1988b, Carneiro, 2022; 2011), given that the questions about work posed by classical feminism (Beck, 2021), as a Eurocentric epistemic tool-product, do not explicitly engage with our amerindian and amefrican realities and needs (Gonzalez, 1987; 1988a).

Keywords: Category Mother; motherhood marker; intersectionality; Global South; access and permanence.

Lista de Figuras

Figura 1. Fotografia feita ao final da oficina “A política como dispositivo da identidade docente: as organizações sociais como espaço de resistência”. Fonte: Arquivo pessoal (2022). 41

Figura 2. Fotografia feita ao final da oficina “Maternidade e academia: diálogos possíveis”. Fonte: Arquivo pessoal (2022). 42

Figura 3. Representação gráfica quantitativa do momento acadêmico das mães. Fonte: Elaboração da autora (2025). 83

Figura 4. Quadro ilustrativo do momento acadêmico, quantidade de respondentes e de filhos(as). Fonte: Elaboração da autora (2025). 84

Figura 5. Representação gráfica das autodeclarações étnico-racial das estudantes respondentes. Fonte: elaboração da autora (2025). 92

Figura 6. Dados sobre Assistência Estudantil em série histórica 2019-2023. Elaboração da autora (2024) 99

Lista de Tabelas

Tabela 1. Ações do PAE elencadas no art. 5º da Resolução 15/2019 PROAES/UFPE. Elaboração da autora (2024).....97

Tabela 2. Ações do PAE disponibilizadas no site da PROAES/UFPE. Elaboração da autora (2024). 97

Tabela 3. Série histórica da quantidade estudantes assistidos e de bolsas pagas (2018-2023). Elaboração da autora (2024).....98

Sumário

Introdução – ou sobre vida em gerúndios 15

1 Como um poema musicado a mil lágrimas: sobre corpos, percursos, experiências e afetos 29

1.1 Corporificando uma mãe **33**

1.1.1. Como o tema virou um (primeiro) projeto de tese 34

1.1.2. Modificando entendimentos, o campo e os corpos 38

1.2 Incorporando uma mãe que produz Ciência **44**

1.2.1 As Rodas de Conversa nos três campi 48

1.2.2 As mães e suas demandas 50

1.3 Incorporando a interseccionalidade: sobre universidade, trabalho e Mães **56**

1.3.1 Trabalho imaterial e a categoria "Mãe" 57

1.3.2 A universidade (des)colonizada 66

Concluindo: racismo como *ordenhamento* da vida real 75

2 A universidade pode ser um lugar para mães? Sobre Assistências e vulnerabilidades 78

2.1 A universidade não é lugar para mães **79**

2.1.1 Gestando coletivamente 81

2.1.2 O parto dos dados – ou sobre as trilhas metodológicas 82

2.1.3 Os primeiros passos 86

2.2 Assistência Estudantil **93**

2.2.1 O PAE da UFPE 95

2.2.2 Assistência Estudantil, Pandemia e Auxílios 97

2.2.3 Sobre condições 100

2.3 Demandas e regulamentações: a PAE que não percebe a Mãe **104**

2.3.1 Ser mãe é o mesmo que ser estudante em "Situações Excepcionais"? 105

2.3.2 Ser mãe é o mesmo que ser estudante em vulnerabilidade? 111

2.3.3 Sobrevivendo às condições 115

Concluindo: vulnerável é a Mãe! 117

3 Epa heyi, Oya! Guerreira é a Mãe! 124

3.1 Sobre redes de apoio institucionais às mães **126**

3.1.1 Os estabelecidos e os outsiders: A creche 127

3.1.2 A maternidade é 24h por dia: a Casa do Estudante 131

3.2 Normatizações e naturalizações da sobrecarga.....132
3.2.1 O grupo social de mães – ou quem disse que ser mãe se resume a ser mulher? .134
3.2.2 É luta em cima de batalha.....140
3.2.3 Guerreiras ou guerrilheiras? 142
3.3 "Mãe é tudo igual, só muda o endereço" 148
3.3.1 Mãe, uma identidade?.....150
3.3.2 Rizoma, identidade e diferença.....152
Desconcluindo: a maternidade interseccionada.....157
À guisa de desconclusões.....161
Referências bibliográficas.....169

Introdução – ou sobre vida em gerúndios

Como cada uma de nós tem limites quanto ao que sabe e pode fazer, temos que nos apoiar umas às outras, para completar as peças que faltam às nossas próprias perguntas. Você faz o que pode, e espera que outros possam ajudar. Essa é a promessa colaborativa da interseccionalidade

(Patricia Hill Collins, 2020).

Eis que chega o momento da "dor da tese", como já nos alertou a antropóloga Miriam Grossi. Em diálogo com a obra da psicanalista Joyce McDougall, quem analisou o sofrimento físico experimentado por artistas em seus processos criativos, Grossi (2004) explica que somente após "terem elaborado aquilo que, no inconsciente, embarga a criação", os escritores, pintores e artistas plásticos analisados na clínica por McDougall, produzem, inclusive, encontrando nas dores e adoecimentos a fonte do processo criativo. Neusa Santos Souza, psicanalista brasileira, nos disse que "no centro do dizer habita o que não se pode dizer, no universo feito de palavras há um mundo em que palavra alguma jamais *pisou*" (Souza, 2021, p. 123, grifo meu).

Por outro lado, há quem fale em "parir uma tese", comparando o processo com um parto, algo difícil e doloroso, antecedido por meses de gestação, mediador de modificações morfofisiológicas visíveis no corpo, como o crescimento da barriga que vem acompanhado pelo aumento de peso e os inchaços. Ainda, há quem experencie enjoos matinais, desejos por comidas (ou combinações) não usuais. Mainha[1] contava que quando estava grávida de mim desejou comer barro, que quebrou uma quartinha (um recipiente de argila para armazenar água) e comeu. Estranho, não é? De acordo com Neusa, "a experiência do estranho parece indicar um momento de ruptura no tecido do mundo, essa teia de véus, imagens, sentidos e fantasias que constituem o pouco de realidade que nos é dado *provar*" (Souza, 2021, p. 123, grifo meu).

Na tradição antropológica, para Clifford Geertz, a cultura é um fenômeno e, como construção social, deve ser interpretada. O antropólogo dos estudos culturais nos disse que estamos todos enredados na cultura, em suas teias relacionais de significados (Geertz, 2008). Assim como Miriam, não sou psicanalista e por isso, enquanto antropóloga, me implico na percepção das experiências: as minhas e as dos outros – ainda que mediadas pela minha, na análise e na escrita. Pois então, como seria a "dor da tese" ou o "parto" de uma tese que fala sobre maternidade? Antes, gostaria de ponderar qual seria o significado daquela quartinha na experiência de mainha ao prová-la, ao comê-la com desejo. Na história contada, era anemia,

[1] Prezando pela posicionalidade, eventualmente uso o termo "mainha", uma forma carinhosa, comum no Nordeste brasileiro.

carência de ferro no sangue, disseram os médicos; falta de "sustância", apontou minha avó. Para além da anemia, essa falta de sustância, o que estava envolvido no campo simbólico quando ela provou o barro argiloso que é fonte de ferro, mineral necessário para a formação de hemoglobina, uma proteína que faz o transporte de oxigênio e é fundamental para o corpo? Acho que era o meu corpo pedindo mais vida através do dela...

Esta tese é um atravessar de dores, de choro, de ansiedade, de luto. Me percebo na metáfora do parto, mas nela não cabe a tese. Falar sobre maternidade requer um "s" no final, assim: maternidades. Esse "s" que pode parecer mera casualidade é, de fato, uma marcação de plural, de pluralidade cultural de experiências. Como fenômeno, a cultura deve ser pensada no plural, como culturas, e sua interpretação, como uma produção humana, uma busca por seus significados – também diversos. Na literatura do campo das maternidades e maternagens utilizada no Brasil, há uma relação com a literatura produzida na Europa e América do Norte, especialmente no idioma inglês. Na psicologia e na própria antropologia, há uma relação entre os termos "motherhood" e "maternidade, bem como entre "mothering" e maternagem.

No campo da psicologia, por exemplo, Silvia Gradvohl, Maria José Duarte Osis e Maria Yolanda Makuch, refletindo criticamente sobre os diferentes valores da maternidade e as formas de maternagem, desde a Idade Média, explicam que "enquanto a maternidade é tradicionalmente permeada pela relação consanguínea entre mãe e filho, maternagem é estabelecida no vínculo afetivo do cuidado e acolhimento ao filho por uma mãe" (Gradvohl; Osis; Makuch, 2014, p. 56). De acordo com Rosamaria Giatti e Sônia Maluf (2023), o conceito de mothering foi trazido como uma alternativa às implicações da vinculação entre motherhood e as relações de cuidado que vão além da vinculação biológica entre mães e suas crias. Estas ações são, via de regra, normatizadas por prescrições socioculturais e institucionais transgeracionais de conduta sobre como uma mãe (bem como outros papéis em/de outros grupos sociais) deve supostamente, agir, pensar, se comportar de acordo com as expectativas sociais de seu tempo, inclusive, legalmente.

A maternagem é uma performance social que pode ser realizada através de outros lugares que não apenas o da mãe biológica, inclusive, por outras pessoas da família de origem, como avós, tias, primas; de outras famílias em configurações solo ou de casais hétero ou homoparentais. Pode ainda, ser vivenciada na condição solo, na qual a pessoa cuidadora assume as responsabilidades – totalmente ou de maneira parcial, contudo, arcando com a maior parte destas, de maneira desproporcional em relação ao genitor, por exemplo. Nos percursos das execuções destas responsabilidades performadas do lugar de mãe, os modos, as temporalidades,

os lugares sociais, subjetivos etc., são diversos, plurais e de certo modo, pessoais – considerando-se as relações intrafamiliares, como disposições ou *habitus* plurais (Lahire, 2004), por exemplo, situadas nas relações intergeracionais, nas quais se constroem as concepções de "como é ser mãe". A este respeito, já na primeira metade do século XX, a antropóloga Margareth Mead, ao etnografar as relações de sexo em culturas não ocidentais, constatou que havia deslocamentos importantes naqueles grupos, os quais não se encerravam na atribuição da responsabilidade única da mãe pela cria. Com isso, chamava a atenção para os comportamentos culturalmente produzidos nesse sentido, os quais, evidenciados nas culturas ocidentais, eram tomados como padrão fixo de normas e comportamentos. Mais especificamente relacionado ao campo das teorias feministas, foi a antropóloga Nancy Chodorow, em 1978, a primeira autora a problematizar a reprodução da maternagem (mothering) no contexto mãe-filha (Giatti; Maluf, 2023).

Portanto, o termo maternidade (como escolhi usar aqui, assim, no singular) fala sobre as ações, social e culturalmente normatizadas e institucionalizadas, enquanto o maternar assume um sentido mais conectado ao pessoal, às performances no que comumente chamamos de "educar" ou "criar" a prole. Ressalve-se que estas definições implicam no entendimento de que as identidades são socialmente produzidas (Silva, 2014) e, desta forma, o cuidado, a responsabilidade e as consequências disto tomam forma pelas/nas infindáveis interseções da vida privada e pública, de modo relacional. No caso de mulheres que são mães, o trabalho do cuidado (Tronto, 2007) assume uma centralidade material e simbólica que pode se configurar em interdições no que diz respeito aos acessos à diversos lugares da vida social, entre eles a carreira acadêmica. Em outras palavras, ter a responsabilidade principal ou majoritária sobre uma vida, ter que trabalhar para garantir o sustento da família e querer estudar, quando performando do lugar de mãe, é um lugar potencialmente produtor de falta ou, no mínimo, de dificuldades de acessos à lugares e ainda, de neles ter condições de permanecer.

Por outro lado, releve-se que não é apenas através do parto que se tona mãe e que não são restritos às pessoas com útero os desejos de filhos, como nos mostrou Pedro Nascimento. Assim, ao falar sobre maternidades enquanto experiências mediadas pelo corpo, as palavras *pisam* nas discussões sobre o Estado, tecnologias e políticas reprodutivas, acessos aos programas sociais do Estado e como a presença ou a ausência, o acesso ou a interdição se produz socialmente e reproduz culturalmente (Nascimento, 2020). Isto dito, como uma estratégia política (e também metodológica), optei por não usar o "s" porque nos debates usuais de pessoas e movimentos sociais, seja dentro ou fora dos muros da universidade, o uso comum é de

"maternidade" como um símbolo que remete – o embora não de maneira inabalável – às imagens e sentidos que associam mães e crianças em relação de responsabilização e cuidado. De início, tive muita dificuldade em elaborar esta construção precisamente porque parece não só contraditório, mas talvez até indefensável esta escolha, em meio a uma conjuntura em que nasce no Brasil o Plano Nacional de Cuidados e o PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil (Brasil, 2010) – se transforma lei, sendo a PNAES (Projeto Nacional de Assistência Estudantil) (Brasil, 2024). Ainda, avançam importantes Projetos de Lei (PL) que falam em "parentalidade" e não "apenas" em "maternidade"[2], na perspectiva de incluir garantias de direitos a despeito de gênero em conformações familiares diversas, e em especial no ambiente acadêmico, como o PL das Mães Cientistas[3].

Ocorre que, entendido como um significante, "Mãe" ainda opera com severidade em nossas produções simbólicas e na realidade concreta, podendo produzir representações em associação a "maternidade" e "cuidado". Sugiro esta formulação a partir das construções socioculturais de assignações à maternidade (Robles, 2015), no campo simbólico, bem como às interdições da mãe a direitos fundamentais como, por exemplo, à educação, as quais derivam, geralmente, desde o início da maternidade, ainda na gravidez. E penso que ignorar este fato pode nos confrontar com negligências históricas, a despeito do uso de termos como "parentalidade" possam inicialmente sugerir. Esta é uma das dores do parto da tese sobre maternidade que se põe como desafio: não essencializar o cuidado na mulher e reivindicar a invisibilização histórica da mãe em uma perspectiva decolonial. Conquanto possa parecer distante ou impraticável tal desafio, o pensamento decolonial mostra-se uma ferramenta analítica fundamental nesta encruzilhada porque pensar em papéis de mãe na história do Brasil implica a percepção – uma empreitada com todos os sentidos e não apenas a visão – dos corpos de pessoas escravizadas, das mucamas, em especial.

O lugar de Mãe ou o devir-mãe à brasileira, tem âncoras profundas no processo civilizatório racista da nossa colonização. A mucama tinha um papel central na organização social do "Brasil colônia" porque "eram mais que 'apenas' escravas. Serviam de babá, dama de companhia, de brinquedo, e qualquer outra coisa que fosse do agrado dos 'ioiozinhos' e das 'iaiazinhas'. Foram mulheres que dedicaram a vida, servindo outras pessoas" (França, 1996, p. 10). Naquele contexto, a historiadora Élizete França explica que o papel de mãe para uma

[2] Me refiro ao PL 1.974/2021, e autoria da deputada Sâmia Bonfim e do debutado Glauber Braga, que atualmente está em tramitação na Câmara dos Deputados.
[3] O Projeto de Lei nº 1.741, de 2022, de autoria da deputada Talíria Petrone, alterou a Lei nº 13.536/2017, que dispõe sobre a prorrogação dos prazos de vigência das bolsas de estudo concedidas por agências de fomento à pesquisa nos casos de maternidade e de adoção.

mulher escravizada "só era questionado no sentido dessa prestar serviços à criança branca, pois sendo a negra uma mãe recente, estava apta para a mais preciosa missão: nutrir com seu leite uma outra pessoa" e, portanto, aquele "corpo negro alimentava e embalava o corpo branco. O contato da negra com a criança branca era um *gesto de doação*, de afeto, *sem nenhuma recompensa*" (França, 1996, p. 28, grifos meus). Dito de outra forma, o trabalho do cuidado racializado e rizomado na Mãe já era central na economia colonial brasileira e mais, como um trabalho terceirizado, como um serviço, era a partir do trabalho cognitivo das escravizadas – portanto, um trabalho imaterial do cuidado – que se estruturavam as relações do cotidiano. Este componente histórico é fundamental para pensarmos a Mãe e não "apenas" a mulher como base do trabalho que cuida, gerencia e organiza a vida. Um trabalho não apenas generificado, mas essencialmente racializado e atravessado pela mercantilização de corpos de mães negras.

A perspectiva afro-diaspórica nos sinaliza diferenças fundamentais de outros processos do terror da servidão forçada porque ser negra no Brasil é radicalmente diferente de ser imigrante. Isto significa que as dinâmicas migratórias, como de italianas no início do século passado, por exemplo, imprimem diferenças particulares nas dinâmicas de cuidado, de acesso à educação, relações conjugais entre outras questões. A população imigrante de pele clara e pobre no território brasileiro se estabelece já como relação de trabalho – precarizado, sem dúvida, mas entendido na lógica de trabalho e não como gesto de doação, sem nenhuma recompensa. Por outro lado, não há como negar a generificação da divisão sexual do trabalho que recaiu e ainda recai majoritariamente sobre mulheres. Contudo, no significante "mãe", comumente se configura como adjetivo e ganha sentido como uma relação de subordinação que nos leva à mente aos predicados que se colam com "cuidado" e "maternagem" e ainda nos leva a pisar no terreno racializado do *gesto de doação* e *sem recompensa alguma* e não ao trabalho não remunerado que sustenta economias diversas (e, no campo da academia, uma *rat race*, como abordo no capítulo dois).

- **Enredada nas próprias teias: intencionalidade e relacionalidade na tese**

Assumindo a metáfora da gestação, esta tese foi originalmente planejada para investigar relações de cuidado entre mães na periferia na cidade de Maceió, Alagoas. O plano de parto era etnografar apreensões sobre o "ser mãe" daquelas mulheres em seus trabalhos diuturnos de cuidado antes, durante e no período pós-pandêmico, observando sobre suas jornadas sobrepostas de trabalho material/produtivo e reprodutivo, situando as assignações à maternidade nestes processos. Entretanto, o plano mudou, aliás, foi mudando (assim, em

gerúndio), como explico no capítulo um. Assim, em movimento centrípeto, modifiquei o campo de pesquisa das periferias para a universidade, contudo, sem necessariamente sair das margens e neste novo plano, etnografei as interdições oriundas da maternidade para acessar os espaços da academia e lá permanecer, através das demandas elencadas pelas estudantes mães nos momentos da graduação e da pós-graduação. Para esta tarefa, defini como lócus de análise uma universidade no Nordeste do Brasil e analisei documentos como decretos, leis, resoluções e portarias nacionais e locais, em diálogo com estudantes que são mães, pessoalmente (individualmente e em grupo) nas minhas vivências enquanto mãe na vida acadêmica: com professora, dentro e fora de sala de aula, pesquisadora em projetos de pesquisa acadêmica e de extensão, dentro e fora da universidade, pesquisadora-participante em espaços da universidade em mesas-redondas, grupos de trabalho, simpósios, rodas de conversa, registrando em diário e caderno de campo, mas também através de um formulário que desenvolvi junto à instituição e foi respondido por mães da graduação e da pós-graduação da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco).

Os dois anos que passei como professora substituta na UFPE foram intensos por diferentes motivos: as extensas viagens semanais, preparação das aulas, atividades, correções e as orientações de monitoria, as relações viscerais de cuidado com minha filha como mãe solo, com minha mãe que desde 2015 era paciente oncológica, a finalização das disciplinas do doutorado e a própria pesquisa de campo. A escrita desta tese foi realizada em momentos distintos no decorrer do tempo cronológico, mas sempre atravessados por algumas dificuldades que majoritariamente esbarravam e esbarram na possibilidade de ter uma rede de apoio – o que nem sempre se efetivou – e as tensões decorrentes de produzir com uma criança presente, que por sua dependência para se alimentar, vestir, tomar banho e, especialmente, "precisar de um colinho de mãe" para se autorregular diante das frustrações e interdições inerentes à infância.

Minha filha é uma criança que dos 2 os 4 anos vivenciou a pandemia e os impactos de uma socialização em tempos de isolamento social. Ou seja, ela, assim como várias outras, esteve isolada do convívio social entre crianças em fases do desenvolvimento infantil que passam pela construção coletiva da linguagem, da autoimagem, de pertencimento, enfim, de momentos da chegada neste mundo que, *grosso modo*, transicionam o bebê e a criança. Em meio a tudo isso, quando tinha três anos e meio, comecei a jornada das viagens semanais para Recife e na maior parte do tempo que estive nestes deslocamentos, minha mãe foi nossa principal rede de apoio, mesmo durante seus longos tratamentos de quimioterapia. Em casa, em períodos de férias escolares principalmente, enquanto tentava me concentrar para escrever, recebia bilhetinhos por

debaixo da porta com corações desenhados me convidando para brincar ou perguntando se "que assisti comigo" (diário de campo, junho de 2024). Em razão da ausência de rede de apoio, recusei convites para eventos acadêmicos, em tantos outros ela esteve comigo, antecipei a volta de viagens, como em 2024 quando fui para o Seminário Fazendo gênero, em Florianópolis, porque mainha estava atravessando um momento deveras desafiador em seu tratamento e cuidar de Naiane estava a sobrecarregando. Ela não pediu que eu voltasse, até insistiu que eu ficasse porque entendia que era meu trabalho, mas não existe trabalho que valha o custo da saúde mental, especialmente da nossa mãe e da nossa filha. Apresentei o trabalho e no evento que durou uma semana, fiquei 2 dias.

Geertz, hoje um clássico, foi fundamental para que a etnografia se consagrasse como instrumento semiótico da descrição da realidade e que, como tal, atuaria na busca de capturar os sentidos em disputa nas relações das/nas culturas que observava, problematizando que esta captura seria feita por uma pessoa enredada em suas próprias teias (cultura de origem) e, portanto, as intepretações estariam imiscuídas na descrição. Por outro lado, percebeu que a própria observação (participante malinowskiana), seria não apenas uma tradução entre culturas distintas. "A interpretação das culturas" (Geertz, 2008) quebra paradigmas ao revelar que a observação, em sua intencionalidade e relacionalidade, é também a construção de relações. Daqui, percebo que viver mediando negociações do tempo, dos espaços e das possibilidades me colocava em confronto comigo e em identificação com as estudantes com quem dialogava. Etnografia em tempo-e-vida real é custoso emocionalmente. O emaranhar de si no/com o outro é uma simbiose que provoca constantes deslocamentos, reinvenções e questionamentos sobre como pesquisar e de onde se pesquisa.

Às vezes penso que o "ponto ótimo" seria não ter uma ligação umbilical com tema porque isso significaria, na minha imaginação, ter o devido tempo para as leituras, para a escrita, para o planejamento de aulas; para ir ao cinema, sentar-me numa mesa de bar sem preocupações com a hora de voltar para casa, viajar sempre que pudesse, enfim, para fazer o que gosto e me dá prazer – inclusive, poder não fazer absolutamente nada e ficar absorta em meus pensamentos. No meu mundo da imaginação, a dedicação de espaço-e-tempo para mim mesma seria outra, mais inteiriça, mais maciça. Contudo, até ser mãe, não tinha esses questionamentos sobre cuidado tão aguçados, embora desde criança fosse parte da minha rotina "cuidar de tio Leto (*in memoriam*) e tia Ciçô". Meu tio, extremamente inteligente e assíduo leitor, com quem conversava muito durante a infância, era esquizofrênico e na minha família, isso era sinônimo de incapacidade absoluta. Então, tenho memórias de infância, por volta dos 8 anos de idade,

assim como minhas primas, de cortar as unhas dele, orientar a não esquecer de usar o sabonete no momento de tomar banho, pentear seu cabelo e até cortar, assim como "fazer a barba". Éramos cabelereiras de tia Ciçô também, nos divertíamos nas brincadeiras "de gente grande". E não parava por aí: as gerações que chegavam, os primos mais novos, também "viravam bonecos" nas trocas de fralda, banhos, passar amido de milho para aliviar as brotoejas causadas pelo clima de eterno verão que tem Maceió, colocar para dormir, brincar. Todo o emaranhado de relações vivenciado nas "brincadeiras" veio à tona como trabalho invisibilizado e socialização ao cuidado na colisão da/na maternidade – e nos processos de assignação.

Tratar sobre relações, como lembraria Foucault (2021), é situá-las em processos de poder. O domínio da linguagem promove acesso a recursos simbólicos e possibilidades privilegiadas de produzir significados. Estar em/passar por lugares diferentes do habitual, capturar sentidos nas relações que interpreta, escrever sobre e divulgar estas ideias são processos enredados em poder, inclusive, de definir noções de sujeito: do "eu" e do "outro". Isto dito, foi precisamente a maternidade, esta massiva colisão comigo e o outro, o que me possibilitou ancorar minha imaginação na concretude (de realidade e de concreto) e acessar o simbólico, vivendo e buscar os entendimentos de como e dos porquês meu corpo de filha, de neta, de sobrinha e de prima foi incutido no cuidado, meu corpo negro raramente teve direito ao ócio, meu corpo de mulher raramente passou incólume aos olhares sexualizados, meu corpo com sotaque nordestino foi zombado; de como todos estes corpos que, ao cabo, são o mesmo performam uma mãe agora.

Outro aspecto importante da dor da tese que Miram Grossi nos mostra reside nos "prazos da CAPES". Este nos solapa com veemência quando a maternidade figura entre os marcadores que nos atravessa e compõe. Apesar da conquista da licença-maternidade, um passo fundamental para nossa sobrevivência acadêmica, não há outras garantias amplas para a permanência na pesquisa acadêmica. Não fugindo à regra da maioria das pessoas que se encontram na situação de maternidade solo, recorri aos adiamentos: fiz meu exame de qualificação do doutorado tardiamente, assim como a defesa da tese também acontece após um ano do prazo original[4]. Desta vez não exclusivamente em razão da maternidade, mas de um acidente grave sofrido em dezembro de 2024, cujas consequências lido até hoje (quebrei 12 dentes, desenvolvi Transtorno de Estresse Pós-Traumático e Distúrbio da Articulação Temporomandibular, um considerável aumento da intensidade do bruxismo e enxaqueca em

[4] Neste aspecto, fui muito bem acolhida pelo meu orientador, pela coordenação do curso e demais professores e professoras do PPGA/UFPB. Lhes tenho profunda gratidão pela empatia e companheirismo.

áurea) e são acirrados pelo luto da morte recente de minha mãe. A todo momento, mesmo acidentada, mesmo enlutada, continuei sendo a principal responsável pela minha filha em todos os aspectos. O ano de 2025 foi visceralmente desafiador.

Esta tese é um atravessar de dores, de choro, de ansiedade, de luto; mas também é estuário: uma celebração à vida em sua potência, seu refazimento e sua reinvenção. Vida que insiste e resiste em movimento pelas travessias da memória, na ressignificação do adoecer e seus ecos. Estuários são territórios aquáticos de nascedouro de diversas espécies de seres vivos. Nas regiões tropicais, usualmente, situam-se em locais de encontro entre um rio e o mar e, em suas fronteiras, podem ainda, contar com proteção e ricas interações ecológicas com os/dos manguezais. São uma síntese de águas, pois não são nem rio nem mar, mas o "entre" – "é algo" em si; além disso, são locais de movimento, seja pelos encontros das marés, seja pela passagem das espécies que vão ali para se reproduzir e depois seguem seus rumos para outros ambientes. Berçários de vida por excelência, os estuários estão sempre "entre", assim como as encruzilhadas, com seus caminhos de ida e/ou vinda, nas passagens. E eis que o parto desta tese é também um atravessar de ruas e encruzilhadas, um navegar muitas vezes solitário, mas sempre por rios da coletividade e como subversão, uma celebração à vida, à existência e à diferença.

Uma questão importante sobre a diferença é que há uma espécie de tradição em abordá-la pela falta, a partir de um marco referencial hegemônico. Por mais que o fazer etnográfico tenha superado o exotismo do Outro distante, se aproximando dos saberes situados localmente, não se destituiu das relações de poder – nem se destituirá, pois ainda que relacionais, são inerentes à vida social que se produz inexoravelmente de forma dinâmica e contínua na história. Isto dito, é fundamental contextualizar a interseccionalidade e seus usos, especialmente, sua relevância para situar, compreender e refletir sobre mães no contexto universitário, marcadamente, mães no momento acadêmico da graduação e da pós-graduação. Hill Collins e Sirma Bilge (2021) apresentam a perspectiva da interseccionalidade como teoria crítica, em que pese sua relação próxima com as noções de justiça social e de relacionalidade. Assim, na perspectiva de ação e teorização interseccional orientado pelo pensamento relacional, três estruturas são mobilizadas: aditivas, o pensamento relacional por articulação e por interdependência.

As estruturas aditivas são utilizadas como uma ferramenta que adiciona categorias como, por exemplo, adicionar gênero à análise de classe. No caso específico da maternidade, pensá-la apenas como adicional poderia propor que, como se fossem camadas sobrepostas, quanto mais marcado pela diferença fosse um corpo, ela comporia *mais um peso* a ser

carregado. Neste caso, uma pessoa sofreria opressão por ser pobre e mãe ou mais ainda, se for pobre, negra e mãe. De onde vejo, embora útil em alguns espaços, inclusive no caso da categoria Mãe, há que se sopesar suas possiblidades de uso para colaborar com avanços na discussão sobre a desnaturalização da mulher nas relações de cuidado, por exemplo. No que diz respeito ao cuidado, mesmo em sua dimensão descritiva, foi muito desafiador pensar sua relação com a maternidade sem que uma categoria se dissolvesse na outra ou que a separação delas pudesse mistificar o ser mãe e ser cuidadora em uma biologia feminina, oprimida e, portanto, sem perspectiva de ação social ou agência. A solução que encontrei para este impasse veio através do entendimento do trabalho imaterial, no que aqui chamo de trabalho imaterial do cuidado. A intenção foi focalizar as especificidades do trabalho realizado por mães, mas não necessariamente por uma mulher, o que pode encorajar outras contribuições neste sentido. Esta discussão atravessa os três capítulos da tese.

Uma outra perspectiva é o pensamento relacional por articulação. Este tipo de estrutura sugere a articulação no pensar as relações e como análoga às articulações dos animais vertebrados, são móveis, permitindo não apenas sobrepor ou adicionar marcadores, mas entendê-los em suas mobilidades e deslocamentos. Desta forma, pensar maternidade articulada à raça, por exemplo, é útil na análise de que os agenciamentos são negociados de forma relacional ao contexto que se apresenta. Nesta perspectiva, uma pessoa mãe em espaços de coletividade que discutam a maternidade pode construir identificações com outras que estejam em momentos da vida similares ao seu, e a partir daí, experenciar pertencimento, empatia e em diálogo, construir estratégias para o enfrentamento das desigualdades locais. Dito de outra forma, não penso a maternidade como uma camada absolutamente opressiva e promotora de dores, contudo, em contextos de maternidade solo, de vulnerabilidade emocional, insegurança alimentar e solidão, por exemplo, o será.

Para nós brasileiras, sugiro que a ideia do pensamento relacional por articulação, como já fazia Lélia Gonzalez que, embora ainda não usasse o temo interseccionalidade em si, articulava raça, classe e gênero, é especialmente valiosa. A denúncia de práticas violentas que só podem ser vislumbradas se articuladas foi, inclusive, um dos argumentos do texto de Kimberlé Crenshaw, usualmente referenciado na academia como seminal quando se usa interseccionalidade. A autora sugere "várias formas de entender como as experiências únicas de mulheres étnica e racialmente identificadas são por vezes obscurecidas ou marginalizadas nos discursos sobre direitos" e usa o termo *superinclusão* que "[...] pretende dar conta da circunstância em que um problema ou condição imposta de forma específica ou desproporcional

a um subgrupo de mulheres é simplesmente definido como um problema de mulheres" (Crenshaw, 2002, p. 174). Nos trechos acima, Kimberlé aciona o termo "circunstância" para mobilizar a articulação dos marcadores, como gênero, o qual não comporta experiências de mulheres como uma categoria universal, visto que contextualmente, mulheres inscritas em diferentes lugares sociais, são marcadas de formas peculiares. E neste caminho, uma outra possibilidade epistemológica aponta no horizonte: a interdependência que "pressupõe uma análise holística de um processo contínuo de construção mútua de raça, classe e gênero como fenômenos" (Collins, 2022, p. 333).

Hill Collins levanta uma questão importante sobre a interdependência em contextos colonizados como o brasileiro porque tratá-la "segundo as premissas da lógica ocidental é basicamente reconstruir as visões holísticas do mundo social que a própria lógica ocidental pretendia destruir" (Collins, 2022, p. 336). A partir disto, a autora sugere as metáforas como ferramentas metodológicas importantes, como a ideia de espaço de fronteira no pensamento de Gloria Anzaldúa, o que confere um caráter de inacabamento a projetos e ideias "necessariamente conectadas e perpetuamente interdependentes" (Collins, 2022, p. 336). Assim, é nas interações, na vivência de experiências semelhantes que as pessoas distribuem de modo diferencial as "coisas culturais", em razão de que cultura "não é um mosaico de unidades delimitadas e homogêneas internamente" (Barth, 2005, p. 17). As fronteiras são fluidas e o cotidiano pode ser entendido com o estranhamento necessário ao entendimento das diferenças entre os supostamente comuns (Bhabha, 1998).

A este respeito, Oyèrónké Oyěwùmí, explica que a despeito dos esforços feministas, a categoria gênero, uma construção ocidental, falha em afastar o dimorfismo sexual (do campo da biologia) do domínio de sua produção social porque "o gênero é um discurso dicotômico sobre duas categorias sociais binariamente opostas e hierárquicas – homens e mulheres" (Oyěwùmí, 2021, p. 71). Em outras palavras, a noção ocidental de que os corpos sexuados formam a base da organização social é uma manifestação da bio-lógica ocidental. Trata-se de uma projeção que orienta o entendimento social para um modelo supostamente "natural" de divisão de corpos e papéis, mesmo quando se tenta abordar o tema culturalmente. Visto que nas sociedades Iorubás antigas e pré-coloniais, as relações se orientavam pelo princípio da idade e do parentesco, a generificação é, segundo a autora, um aspecto relevante da ação colonial e imperialista. Desta forma, assumir que a organização social generificada seja precípua a outros modos, pode constituir um equívoco – ou uma marcação da leitura colonial sobre o Outro.

A ideia da maternidade enquanto marcador social da diferença, embora seja inovadora em muitos círculos, acadêmicos ou não, mesmo quando apresentei em 2023, já havia sido pensada e publicada (Verani, 2022; Moura; Silva, 2023). Embora à época eu pensasse a categoria Mãe como possibilidade de um marcador, fui me desfazendo da ideia e nos processos de reflexão e teorização e, atualmente, percebo Mãe como uma categoria útil de análise e não de descrição (o que a aproximaria da bio-lógica) e a maternidade como um marcador social da diferença. Isto dito, cabe demarcar a relação intrínseca deste marcador com o pensamento interseccional por relacionalidade em suas implicações. Partindo da minha experiência enquanto mulher cisgênero, negra, mãe solo, filha, cuidadora, estudante, professora, pesquisadora e oriunda das classes médias baixas, ancoro neste texto o argumento central de que a maternidade é uma questão a ser entendida como um marcador social da diferença em suas vicissitudes, peculiaridades, relacionalidades e intersecções com/em outros marcadores. As fronteiras argumentativas percorrem o campo da educação, em especial a universidade/academia.

Deste contexto, emergiram as perguntas que orientaram minha pesquisa da tese de doutorado: quais necessidades produzidas pela condição de ser mãe no ambiente acadêmico devem ser observadas para garantir acessos e permanência à/na universidade? Quais demandas sociais, culturais e econômicas específicas estas mães reivindicam como suporte institucional para sua (sobre)vivência no ambiente acadêmico? Amparada nas perguntas de pesquisa, defini como objetivo geral a tarefa de entender o trabalho do cuidado de mães estudantes universitárias na UFPE, relevando os impactos sociais da Covid-19 e analisando no contexto da economia do cuidado para situar “mãe” como uma categoria analítica e a maternidade, um marcador social da diferença. Durante as análises, outras perguntas nasceram, pois para além de normativas e resoluções, afinal, como deveríamos “caracterizar” a Maternidade: doença ou vulnerabilidade? Cuidado, trabalho do cuidado, trabalho reprodutivo ou trabalho imaterial? O que é trabalho imaterial de Mães? Por que usei “trabalho imaterial do cuidado”? Usar os termos “Mãe” e “Maternidade” pode esvaziar o sentido da argumentação?

Embora o termo maternidade e marcador social da diferença já tenha circulado em publicações, a tese que sustento, difere das outras análises, especialmente, no que concerne à centralidade de categorias em articulação com Mãe e na própria concepção de maternidade como marcador social porque ao passo que não as fixo na mulher, assumo ser inócuo negligenciar que o trabalho do cuidado tem sido majoritariamente arraigado às mulheres. Os investimentos teóricos que aqui faço produziram metáforas, analogias e buscas por explicações

do fenômeno social da maternidade no contexto universitário a partir das demandas de mães estudantes, grupo no qual me incluo. Desta forma, pretendi situar as experiências das estudantes que se entrelaçam com as minhas e argumentar que interdições estão naturalizadas ao ponto de que há, inclusive, agitação social organizada em coletivos de mães, locais e nacionais, inclusive na UFPE. No caso, os caminhos que são percorridos (subjetiva e concretamente) para chegar e estar na universidade são vivenciados de formas diferentes por grupos de estudantes que são mães e mesmo entre os grupos de mães, as estradas também são diversas.

Dito de outra forma, a categoria Mãe produz efeito analítico para representação de pessoas usualmente sobrecarregadas, de existências que precisam de apoio comunitário na busca por equidade dentro e/ou fora das instituições. Do mesmo modo, o marcador maternidade não deixará de ser "um peso", 'uma loita/luta" ou "uma batalha", sem sua inerente vagilidade relacional nas diferentes disputas entes grupos sociais entre si e com o Estado e suas instituições. Estou convencida de que no contexto da maternidade, as categorias raça e etnia possuem centralidade, o que não significa dizer que sejam absolutas ou isoladas em si.

A este respeito, as relações burocráticas no seio da universidade, lugar que representa o Estado e é herdeiro de sua organização racional ocidental, merecem atenção. A maneira como as necessidades específicas dos grupos de mães têm sido historicamente negligenciadas sob a lógica de uma "assistência estudantil" é excludente: falar em "estudantes" oculta nuances fundamentais para o entendimento de quem são as mães que são estudantes e de quais são as suas necessidades para estar e permanecer na universidade. A lógica de uma assistência estudantil generalista e universalizante prioriza a experiência de estudante e produz interdições para mães. É apenas com uma ênfase diferenciada na categoria de análise Mãe que as fissuras aparecem e com elas, as interdições do marcador maternidade, que não são atendidas quando a lógica de assistência (estudantil, no caso) não releva as contingências que se mostram em necessidades de prazos diferenciados, análises curriculares e de Coeficientes de rendimento com métricas diferenciadas para disputas de bolsas e estágios, por exemplo. As inflexões que o trabalho imaterial do cuidado impinge são absolutamente naturalizadas ao ponto de mães se depararem com exclusões de locais comunitários, como em restaurantes universitários, por exemplo, por estarem acompanhada de suas crias. Não observar como a burocracia age na vida cotidiana das pessoas pode levar a exclusões sistemáticas, inclusive, dos próprios acessos a espaços e direitos aos quais o Estado pretende garantir (Gupta, 2012).

Além desta breve introdução, a tese foi produzida em três capítulos e ao fim, conclusões concisas, que nomeei de "à guisa de desconclusões", um exercício de não de "fechamento" do

trabalho, mas de buscar demarcar pontos sensíveis à tese que defendo e que não foram exaustivamente trabalhados. Ao invés de destacar este fato como uma limitação, o percebo como potência: possibilidades de retomadas futuras e/ou outros engajamentos, pois como insisto pensar, a vida acontece em gerúndios, sem finais estáticos, mas como possibilidades infinitas de reinvenção. No primeiro capítulo, incorporo meus lugares de mãe, cuidadora, estudante, professora e pesquisadora em relação com outras mães, estudantes e trabalhadoras e os primeiros movimentos que participei na UFPE. Através das anotações pessoais (diário de campo) e de pesquisa (caderno de campo), busco interlocução com as demandas das estudantes, mobilizando a categoria mãe e a noção de trabalho imaterial do cuidado de mães, o que não tira a visada do trabalho do cuidado executado por mulheres a despeito de maternidade.

No segundo capítulo avanço na análise do formulário produzido em parceria com a PROAES, quando ainda estava trabalhando como professora substituta na UFPE. Para contemplar as demandas, ou seja, para entender razões e significados nas falas escritas das mães, precisei mergulhar nos documentos que regulamentam a vida universitária. Neste momento foi fundamental uma reanálise mais recente, em razão de que o PNAES se reestruturou em 2024. No terceiro capítulo, finalizo a discussão sobre a Assistência Estudantil e trabalho com as categorias guerreira e guerrilheira, dado o léxico bélico que assume o tom das interlocuções. Por fim, sem predefinições, discuto sobre identidade e diferença, na perspectiva dos Estudos Culturais, o que me auxilia a materializar o início do projeto oceânico que é o investimento teórico na categoria Mãe e no marcador maternidade. Através de conceitos, analogias, metáforas e experiências, sempre pelos gerúndios, esta tese flui em rio aberto, em terra firme, pelo ar e arde em fogo. Acho que agora é o meu corpo inteiro pedindo mais vida através das encruzilhadas ancestrais...

1 Como um poema musicado a mil lágrimas: sobre corpos, percursos, experiências e afetos

Caso de tristeza, vire a mesa
Coma só a sobremesa, coma somente a cereja
Jogue para cima, faça cena/Cante as rimas de um poema
Sofra apenas, viva apenas.
Sendo só fissura ou loucura/Quem sabe casando cura
Ninguém sabe o que procura/Faça uma novena, reze um terço
Caia fora do contexto, invente seu endereço.
A cada mil lágrimas sai um milagre

(Alice Ruiz e Itamar Assumpção, 1993)

Pensar o corpo como travessia e não como um receptáculo sensorial bipartido da mente não é uma tarefa simples, particularmente, no contexto de uma Educação ocidental colonizada; mas, entretanto, é potente e subversivo, assim como o é, o ato de pesquisar olhando para si, para seu contexto, se percebendo como sujeita produtora e produzida pelas singularidades do individual e atravessada social e culturalmente pelos marcadores sociais da diferença (Brah, 2006). Minha perspectiva teórica vem da crítica e do enfrentamento à hegemonia do pensamento contido no projeto Moderno/Colonial, muito bem estabelecido, que é o modelo de produção científica eurocentrado: racista e homogeneizador de nós, os Outros (Carneiro, 2005). Produzir conhecimento na América Latina[5], onde estou desde que nasci – em Alagoas, no Nordeste do Brasil, mais especificamente – é fundamentalmente, afirmar a existência como um ato de resistência.

Assim, atravesso o Atlântico com a perspectiva decolonial, em sentido amplo, como ferramenta para "assumir a necessidade de afirmação corpo-geopolítica para produção do conhecimento como estratégia" (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2024, p. 13), bem como o pensamento feminista negro, interseccional em si. Mas nem sempre foi assim.

Oriunda das Ciências Biológicas, *caindo fora do contexto*, enveredei pelas Ciências Sociais. Desde o ensino médio, frequentava os ambientes de militância política e após alguns anos afastada da universidade onde me graduei, retornei para o mestrado no campo da Antropologia. Percebi muitas mudanças durante os sete anos de afastamento da UFAL (Universidade Federal de Alagoas) e a partir de alguns estranhamentos hermenêuticos iniciais, os quais me colocaram na rota do tema, o Movimento Estudantil (ME) tornou-se objeto de estudo, mas não nos sentidos mais usuais, os quais remetiam às disputas político-partidárias entre grupos de militância. A busca através das entrevistas em profundidade, amparada

[5] Observe que preciso localizar com especificidade a América *Latina*, pois "América", por modelo e padrão, é a do Norte.

metodologicamente nos Retratos Sociológicos (Lahire, 2004), foi pelas trajetórias das pessoas militantes, os encontros nas coletividades, as mobilizações dos repertórios nas subjetividades e subjetivações de suas experiências molares e moleculares, buscando uma compreensão relacional de fluxos e devires naquelas relações sociais analisadas, enfim, o caráter processual dos agenciamentos (Deleuze; Guattari, 2019).

Entretanto, naquele processo de pesquisa, não só foram escritas as trajetórias de Lenilda, Ricardo e Araken, como a minha própria, visto que todes foram, de modos peculiares, contemporâneos de militância de meu pai e de minha mãe. Portanto, dos lugares os quais ocupava como pesquisadora, ex-militante da UFAL e filha de militantes, lembranças e memórias (afetivas, especialmente) da infância tomaram forma, corpo e significados em mim. Mas, mais do que isso, essas vivências da pesquisa com o/no corpo ficaram inscritas visceralmente em minha existência. Em meados de 2017, a mais potente e subversiva das mudanças se mostrou: dois tracinhos num teste de farmácia, revelando uma gravidez não planejada... Este fato me tirou qualquer horizonte de certeza e estabilidade existencial, emocional e profissional/acadêmica, pois de onde eu entendia o mundo, era tácito que *ou* se era mãe *ou* se concluía um curso – fui a primeira da minha família materna a concluir a graduação e ingressar no mestrado. Ainda estava na fase de rodadas de entrevistas com as pessoas interlocutoras, longe até do exame de qualificação.

Senti raiva *de mim* quando uma professora que ocupava um cargo de importante hierarquia no curso me fez uma pergunta retórica, a qual deixava a entender que eu estaria "justificando o injustificável" – algo semelhante a *como vocês, mulheres, em pleno século XXI, ainda abrem a boca, para dizer que engravidaram "sem querer"?* –, demasiada vergonha da *minha* falha no planejamento familiar e medo, muito medo de não finalizar o mestrado. Me sentia só e assustada. Nesse *caso de tristeza*, chorei o desamparo e a culpa.

O poema "Milágrimas", que abre esta seção, foi uma marcante parceria na música brasileira: Alice Ruiz escreveu, Itamar Assumpção musicou e cantou – e eles me encantaram. Saber que aqueles versos, de marcada sensibilidade artística e política, tão significativos para mim vieram de Alice Ruiz, uma mulher feminista que marcou a contracultura brasileira e de um homem negro, um corpo de "isca de polícia"[6], o Maldito[7] Itamar, construiu caminhos de identificação da minha experiência com Milágrimas (Ruiz; Assumpção, 1993).

[6] Isca de polícia é o nome de um conjunto musical formado por Itamar Assumpção, em 1979.

[7] "Os Malditos da MPB" era a alcunha que alguns artistas brasileiros recebiam nas décadas de 1970/80, por produzir canções que desafiavam a lógica da indústria fonográfica da época, bem como os silenciamentos do Regime Militar e revolucionavam as construções musicais da época. Entendo o termo como um elogio, pois os Malditos deixaram um legado de subversão política (estética e cultural) à censura da ditadura militar, herdeira e

Na abertura da versão musicada, Itamar, de forma incidental e em tom doce, sussurra a palavra "mulher" e então, começa sugerindo que "em *caso de tristeza*, vire a mesa" e segue "em caso de dor ponha gelo, mude o corte de cabelo/ mude como modelo". Foi esse sagaz jogo de palavras que me fez eriçar os pelos dos braços de emoção: me veio à mente – como que um videoclipe pessoal da música – a lembrança da minha imagem de incerteza refletida no espelho, em pleno isolamento social da pandemia, com os cabelos molhados e a tesoura do desejo[8] atravessando as mechas, como se atravessasse a vida em busca de (alg)um futuro... A Covid-19 era real, mas a realidade não era mais a mesma. Como ficaria a vida? Ela ficaria?

Meu lugar de cuidadora veio à tona imiscuído no receio pela fragilidade imunológica de minha mãe, paciente oncológica desde 2015, que no período da pandemia já lidava com a segunda metástase. Desde a descoberta do câncer, estive protagonizando os cuidados com consultas, exames, sessões de quimioterapia, radioterapia e vivenciando as incertezas usuais da doença. Durante a pandemia, era eu quem ia paramentada (com roupas de manga longa, luvas, máscaras, sapatos fechados e muito álcool em gel) para supermercado, farmácias, bancos, enfim, me aventurava nas inescapáveis saídas para suprir as demandas de mainha e Luiz, meu paidrasto, acometido por um AVC, que o deixara com sequelas no lado direito do corpo. Naqueles tempos de incerteza profunda, foi através da música que sobreviver ao medo ganhou ar de realidade ao ver minha filha brincando no chão da cozinha do apartamento com os objetos de plástico – aqueles que deveriam servir para guardar alimentos, mas viram um mundo de possibilidades nas mãozinhas curiosas – simplesmente vivendo, sendo a potência de/em vida, a perspectiva de continuidade da vida, simplesmente sendo ela, uma criança de dois anos brincando: a ideia de mudança como modelo da existência fez mais sentido do que nunca.

Voltei a música para o início. A cada refrão, uma nova sensação, outras lembranças, outras percepções. E sim, caíram mil lágrimas. Chorava por lembrar da mulher que *em pleno século XXI engravidou "sem querer*", da mulher que fui antes de ser mãe e sentir as possibilidades de produzir e trabalhar como que a um abismo de distância de mim, percebia nossos corpos negros, de uma biologia feminina, das classes médias, latino-americanas do Nordeste do Brasil (sobre)vivendo de Auxílio Emergencial[9] e que ansiava mudança. Dessa

protagonista das tentativas históricas de uniformização cultural, o que, de onde eu vejo, se comunica com a lógica política de branqueamento e apagamento sistemático das culturas brasileiras ancestrais, ou seja, uma lógica colonialista e inevitavelmente, racista.

[8] Tesoura do desejo é uma música composta por Alceu Valença e Zizi Possi, em 1992. Aqui ela fala sobre o desejo de mudar, expresso nos versos "O que é que houve, meu amor, você cortou os seus cabelos? / Foi a tesoura do desejo, desejo mesmo de mudar" (Valença; Possi, 1992).

[9] O Auxílio Emergencial foi um benefício financeiro criado para garantir renda mínima aos brasileiros em situação vulnerável durante a pandemia do Covid-19. Fonte: https://www.gov.br/mds/pt-br/servicos/auxilio-emergencial

"composição semiótica" inesperada, gestei o ânimo de recomeçar, de investir novamente, de resistir, mas não sabia como. O "milagre" da reinvenção da realidade e manutenção da vida veio; algum tempo depois, seguindo meus sentidos e fazendo fazer sentido – regado a outras mil lágrimas, é verdade, mas sempre pelas trilhas dos gerúndios: me movimentando e construindo.

Este capítulo está dividido em três partes. Na primeira discorro sobre minha aproximação do campo dos estudos maternos. Apesar de já ser mãe, minha trajetória acadêmica até a pandemia de Covid-19 foi trilhada por outros temas, diversos. Apesar de já pesquisar em uma perspectiva das disputas de narrativas vivências pelas próprias pessoas pesquisadoras, partindo das minhas experiências e sendo por elas afetada (Favret-Saada, 2005), ser mãe colocou toda existência sob novas lupas investigativas. O pesar da (suposta) dualidade maternidade *versus* academia, deslocou os saberes para outros lugares, especialmente o de confrontar a artificialidade dos binarismos e fortalecer as perspectivas interseccionais (Crenshaw, 2002; Collins, 2019, 2022; Collins; Bilge, 2021).

Na segunda parte apresento dados de pesquisa coletados em caderno de campo e os analiso à luz da teoria. Confesso que esta é uma divisão meramente didática e não necessariamente, cronológica, no sentido de que muitas vezes, o campo não tem um ponto de início perfeitamente demarcado. Neste sentido, tento resgatar sem demasiado preciosismo (do que se fez) o início da coleta de dados sistematizada, sem perder de vista os atravessamentos incorporados da experiência. Na última, apresento os conceitos de interseccionalidade e trabalho imaterial (Lazzarato; Negri, 2001) e as questões sobre trabalho reprodutivo de Silvia Federicci (2019, 2021, 2022) e inicio o desenho da categoria Mãe, guiada pela perspectiva teórica do feminismo negro em Patricia Hill Collins (2019), Audrey Lorde (2021), Sueli Carneiro (2022, 2011) e Lélia Gonzalez[10] (1987, 1981, 1983, 1988a, 1988b). Sem pedir permissão para escrever, como orienta a *hermana* Gloria Anzaldúa (1981), situo, corporifico/incorporo as inscrições políticas e espaço-temporal dos lugares desta mãe, mulher negra, trabalhadora e estudante que se propõe a produzir teoria no/do Nordeste do Brasil. A opção epistemológica é pelo pensamento negro através das ferramentas teórico-metodológicas da interseccionalidade do pensamento decolonial, especialmente no conceito de Amefricanidade de Lélia (Gonzalez, 1988a, 1988b), em diálogo com Sueli Carneiro, Carla Akotirene (2020) e Beatriz Nascimento (2021).

[10] Escolhi referenciar os textos de Lélia pelo ano de publicação original porque reflete o contexto político da época e permite uma percepção mais potente do conjunto de suas contribuições.

1.1 Corporificando uma mãe

No escrever coloco ordem no
mundo, coloco nele uma alça para poder
segurá-lo. Escrevo porque a vida não
aplaca meus apetites e minha fome.
Escrevo para registrar o que os outros
apagam quando falo, para reescrever as
histórias mal escritas sobre mim, sobre você.

(Gloria Anzaldúa, 1981)

Hoje sou pesquisadora do campo das maternidades, mas nem sempre fui. A caminhada para este campo de pesquisa se construiu – e constrói ainda – nos movimentos de corporificar[11] experiências, os quais, na abordagem fenomenológica de Thomas Csordas partem "da premissa metodológica de que o corpo não é um objeto a ser estudado em relação à cultura, mas é o sujeito da cultura; em outras palavras, *a base existencial da cultura*" (Csordas, 2008, p. 102, grifos meus). Entretanto, até *inventar meu endereço* no campo de estudos maternos, sofri violência obstétrica e em decorrência disso passei por um internamento de médio-prazo (10 dias) com minha filha apenas cinco dias após o parto; experenciei o recém conquistado direito à licença-maternidade na pós-graduação corporificando insegurança, medo, raiva e dores físicas, emocionais e existenciais. Uma virada epistêmica e subjetiva se deu quando descobri que não sabia, absolutamente, como lidar com a vida naquele corpo frágil que havia saído de dentro da minha barriga para os meus braços, para meu colo, para o meu peito.

Virando a mesa e *tentando comer somente a cereja* daquela sobremesa indigesta, à despeito das possibilidades, escrevi uma dissertação com meu bebê ainda no colo. Após a defesa, incorporada na pesquisadora, tentando rimar a curiosidade científica com a lida cotidiana, por não saber o que/como fazer, fui atrás de informações cientificamente embasadas para alinhavar aos conhecimentos empíricos que as mulheres mais velhas me traziam. Lia a todo tempo, em qualquer intervalo que surgisse entre os cuidados com a casa e o bebê: durante as sonecas dela, ao invés de dormir também, eu lia; interagia em grupos de mães no WhatsApp, em fóruns diversos Internet afora. Eu vivia exausta, mas o mais importante, pensava eu, era saber *o que fazer* e, além disso, *como fazer* o melhor pela minha filha – ou o que eu entendia ser o melhor.

Me tornei abruptamente uma outra pessoa, com prioridades que não mais giravam em torno do meu trabalho, da minha autonomia ou dos cuidados com minha avó acamada e minha

[11] "Incorporar" ou "corporificar" são as traduções que entendo como mais apropriadas do termo *embodyment*, de Thomas Csordas (2008), que é a perspectiva de perceber o/no corpo em contato com o ambiente e, ao mesmo tempo o sendo: nele agindo e a ele reagindo, ao passo que nele intervém, sem sentido único, linear ou predeterminado dos fluxos. Uso ambos os termos com o mesmo sentido.

mãe em tratamento oncológico. Virei, assim, "a mãe da Naiane". Era essa a identidade que me sustentava entre o trabalho para mantê-la materialmente e as "leituras mamíferas[12]" sobre criação com apego, fiz curso sobre introdução alimentar pelo BLW (Baby-Led Weaning)[13], amamentação prolongada, a fuga do uso de bicos artificiais, composição nutricional das refeições etc. Me perdi no mito do amor materno (Badinter, 1985) e em determinado ponto, me senti só, infeliz, incompleta e afundando em culpa por sentir-me assim: presa em um ciclo vicioso. Com as informações que acumulei e a partilha dos conhecimentos que costurei entre teoria e prática, comecei a ouvir minhas amigas, alunas, vizinhas, enfim, as mulheres com as quais interagia, dizendo que se identificavam comigo, que era gratificante me ouvir falar, ler meus escritos, pois tratavam sobre o cotidiano de "todas nós", fosse como mãe, mulher e daquela "mulher-mãe" que ora se imiscuía em culpa, ora em superação.

Foi nesse contexto de me (re)conhecer, de ler categoricamente, qualquer coisa que remetesse ao meu cotidiano e às formas de lidar com ele, observando minhas emoções, reações (muitas vezes eu era apenas reativa!) e refinando o poder de resolutividade que pensei: *e se eu alinhavar meu desejo de retomar meu sonho (fazer doutorado e ser professora universitária) à realidade cotidiana, será que dá certo?* A partir do momento em que percebi a presença dos marcadores sociais da diferença modulando minhas experiências e as das outras mulheres-mães, vislumbrei a possibilidade de realinhar minha vida, que poderia (finalmente!) ser o que eu sempre fui, uma apaixonada pelo mundo da pesquisa e, também, mãe. É importante dizer que o fundamental foi a compreensão de que essas experiências, o reconhecimento de/com outras mães e as partilhas oriundas desses lugares eram elementos coletivos, que diziam mais sobre a socialização através dos papéis de gênero femininos no patriarcado do que sobre mim enquanto indivídua (Beauvoir, 2019). Mas as lágrimas e a raiva permaneciam porque "faltava algo" e eu não sabia nomear.

1.1.1. Como o tema virou um (primeiro) projeto de tese

Ainda durante a pandemia, mas no arrefecer do isolamento social, minha experiência como professora em uma pós-graduação em Enfermagem me deu muitos insights, mas o maior

[12] Me refiro ao trabalho de Dissertação de Mariana Marques Pulhez (2015), "Mulheres mamíferas: práticas da maternidade ativa", ao qual recorrerei mais adiante.

[13] Em português, pode ser traduzido como o "desmame guiado pelo bebê", o que, na realidade, diz mais respeito à Introdução Alimentar para os bebês que ainda são amamentados, mas experienciam a alimentação sólida, lidando com as diversas texturas, cores, formatos. É a busca por oferecer uma experiência sensorial respeitosa às crias, para que elas desenvolvam sua autonomia e percebam quando têm fome, quando estão saciadas, enfim, uma descoberta amorosa, carinhosa e muito, mas muito cansativa para a pessoa adulta responsável...

deles foi quando uma aluna teve sua condição de lugar preferencial na fila questionada por outro estudante, um homem branco, cis, heterossexual, solteiro e sem filhos, pelo fato de ela estar sem sua cria recém-nascida, com 30 dias de vida, no colo durante a realização de uma atividade. Ele não aceitava que ela tivesse prioridade na correção da atividade porque uma outra colega da turma, havia se solidarizado e carregava a bebê nos braços. Descreverei este episódio com mais detalhes a seguir.

Era uma noite de sexta-feira quando Ana[14], uma estudante puérpera, branca, mulher cisgênero, entrou na sala de aula na qual eu lecionava. Um mês após o parto, lá estava ela, se justificando em tom apologético para a figura de autoridade que eu representava ali, a de professora. Não sendo sequer "fissura ou loucura", provando que nem casando cura, Ana me disse que, apesar de ser casada, não tinha outro adulto para dividir as responsabilidades com sua cria, que seu *marido trabalhava* – motivo pelo qual teve que *interromper seu exercício de profissão* e, também, de levar a pequena Clara para a aula naquela ocasião.

Minutos depois, percebi a ausência das duas e, no corredor, encontrei uma mãe que se revelou constrangida por estar "atrapalhando" a aula com o choro de sua bebê. A fala de Ana foi bastante expressiva quando verbalizou sentimentos de vergonha e culpa, pois a despeito de um bebê recém-nascido estar fazendo exatamente o que é esperado para essa faixa etária, que é se comunicar através do choro – ela sentiu-se envergonhada por não conseguir conter o irrefreável. Inclusive, seu retorno precoce ao curso era parte de seu planejamento de recuperar a autonomia financeira, conseguindo um emprego com melhor remuneração. Não bastasse a necessidade de acolhimento daquela mãe se reconfigurando no papel de estudante, a situação se revelou (mais) cruel, quando ela teve sua condição de atendimento prioritário contestada. No momento de uma atividade em dupla, Ana se associou a Bete, uma outra mãe, uma mulher mais velha que eu, inclusive, e que assim como ela, estava acompanhada por seu filho, de 14 anos, por motivos semelhantes.

Quando da correção, Bete me perguntou se Ana teria prioridade no atendimento e respondi que sim. Entretanto, fui confrontada por Joaquim (um dos 03 homens na turma de 20 pessoas), que disse não concordar com o atendimento prioritário, pois naquele momento Clara estava no colo de outra colega, o que conferiria à Ana, estar "*livre e nas mesmas condições*" que ele que, por sinal, "*já estava na fila*" (diário de campo, 2020). Estupefatas, as pessoas (homens incluídos) paralisaram suas ações para ouvir àquela reivindicação. Imediatamente, Ana, que já estava ao meu lado, sussurrou: "*deixa pra lá, professora*" e iniciou o caminho de

[14] Ana, Clara, Bete e Joaquim são nomes fictícios.

volta para seu lugar, curiosamente, situado próximo à porta. Ao repousar a mão em seu ombro impedindo o retorno, sinalizei que ficasse onde estava e fiz indagações a Joaquim: se sua colega deixaria de ser puérpera pelos motivos alegados; se ele tinha filhos e como ele, enquanto profissional da saúde – o que, suporia como foco o "cuidado" e "atenção" – lidava/lidaria com pessoas com necessidades específicas e/ou em situação de vulnerabilidade. Sua resposta foi o silêncio. Só então as outras pessoas presentes (homens não incluídos) se sentiram respaldadas em suas reivindicações – em sussurros esporádicos até então – e, quase em coro, ordenaram que ele se sentasse e aguardasse. Os homens, a despeito das expressões perplexas que mostraram anteriormente, mantiveram o silêncio.

Já em casa, amamentando minha própria cria e insone com o ocorrido, lembrei de uma canção chamada "Quem vai chorar?", do grupo alagoano de Rap Neurônio Sub-Consciente (NSC). O que me intrigou foi a idealização do papel materno que surge como resposta ao título da música que diz "se eu morrer [...] quem vai chorar?" é "só a nossa mãe, a favor[15]" (Alex; Kamikaze, 2019). Ali, com minha própria cria nos braços, "no peito" mamando, exausta por toda rotina de mãe, dona de casa, professora de metodologia científica para a área da saúde, filha dedicada à mãe em quimioterapia, ainda enlutada pela partida da minha avó, enfim, às várias demandas que extrapolam o que é possível de apenas um único ser humano dar conta, chorei. Chorei mil lágrimas. Chorei de modo que as lágrimas "vazavam por não poder serem contidas", como diria o extraordinário Tim Ingold (2015). Chorei de cansaço, de sensação de impotência, de medo, de angústia e até de culpa por estar "dividindo" aqueles sentimentos pesados com minha filha através do leite que escorria dos meus seios e a nutria.

Aquela noite foi o estopim. A partir dali, fui percebendo que apesar de pensar, problematizar, dividir o meu eu nos diversos tipos de trabalho que exercia, o fazia sempre e inevitavelmente em relação/para ao outro. Fui me dando conta de que não havia espaço para mim nesse eu, que o ser humano que albergava tantas identidades e responsabilidades não se enxergava, não se acolhia. Associei às histórias das outras mulheres e percebi que havia um "padrão", por assim dizer: tínhamos um histórico de ser socializadas para cuidar do outro e nunca de nós; nos ensinavam que precisávamos de marido e filhos para sermos felizes; que casa e família deveriam sempre estar em primeiro plano e isso nunca era visto como trabalho...

[15] "A favor" é um termo êmico das/nas periferias alagoanas, que indica alguém com quem se mantenha uma relação de confiança, consideração e amizade, como, por exemplo, "fulano é meu a favor". Como gíria mais fluida no cotidiano, é usualmente utilizada como vocativo, como "ô, a favor, chega aqui, me faz um favor", por exemplo, em substituição ao termo "amigo", "parceiro", em um encontro fortuito.

Enfim, percebi que o patriarcado que me assolara durante toda a existência, se mostrava agora mais cruel e flamejante do que nunca.

Concordo com Donna Haraway na defesa da criação de redes e conexões, entender a dimensão ética e política pelos conhecimentos localizados em sujeitos que são o outro das teorias científicas hegemônicas. É, acima de tudo, uma postura política no tensionamento das/nas relações de poder, de corpos inscritos e forjados em redes de significados e realidades não usuais, um conhecimento situado (Haraway, 1988). Esses movimentos de reflexão sobre as minhas vivências me levaram a investir na experiência como gatilho epistemológico e hermenêutico da maternidade como se fosse a minha cereja do bolo. E foi, mais uma vez, buscando *virar a mesa e comer somente a cereja,* torcendo para as mil lágrimas se transformarem em um milagre, apostei na minha entrada em um projeto social na Grota[16] da Alegria, em Maceió/AL, com mulheres-mães, nas experiências da minha maternagem e a iminência da abertura das inscrições de uma seleção de doutorado em antropologia, para produzir o (primeiro) projeto que eviscerava no título "Se eu morrer nessa doideira, só minha mãe vai chorar": figurações subjetivas da assignação materna e idealização dos papéis de maternidade.

Só depois de ter entrado em contato com mães periféricas, que me mostraram o outro lado das observações que só se faziam, até onde tinha encontrado literatura disponível, com mulheres das camadas médias, como planejamento familiar, cursos para gestantes, para futuros pais, criação com apego, métodos e técnicas de amamentação, trocas de fralda – e falta de saber sobre elas, culpas e dores maternas, me dei conta dessa divisão: de que das camadas médias em diante, temos mulheres que se tornam mães e nas periféricas, mães inatas, aquelas pessoas que desde criança cuidam de outras e por isso, supostamente, sabem como fazer (Badinter, 1985, 2011; Iaconelli, 2023; Moraes, 2021; Moschkovich, 2022). Percebi também que a culpa, a ausência de autocuidado, o lugar à sombra de alguém é geralmente compartilhado por mulheres, *grosso modo* a despeito de sua origem social – embora classe e raça desenhem os trânsitos nesse espectro (Del Priore, 2009; Baia, 2021). É esta uma motivação na minha pesquisa: de perceber as mulheres que habitam em mim: as Anas, Claras, Betes, Naianes, Esmeraldas[17], das percepções dos papéis de maternidade tacitamente a nós atribuídos, dos não-lugares que nos

[16] Grota é um termo êmico, um regionalismo alagoano, utilizado não só no linguajar popular, mas também pelo poder público. Refere-se às zonas periféricas da cidade que possuem formação geográfica de vales e, portanto, ao contrário, por exemplo, dos morros, locais nos quais é necessário caminha para o alto para chegar às residências, aqui, nós descemos a grota.

[17] Minha mãe, quem foi minha rede de apoio e suporte também para profundas e muitas vezes dolorosas reflexões geracionais.

sobram na sociedade heteropatriarcal, dos lugares interditos às mães, especialmente às racializadas – como os do mundo do trabalho com melhores remunerações, das subjetividades transformadoras, enfim, de intelectuais. Essa é uma das motivações de estar aqui hoje: tentar entender às outras e a mim enquanto sujeitas e indivíduas, construir junto e transformar realidades, buscando um mundo mais equânime, a despeito de todas as possibilidades do que isso signifique, mas que o façamos juntas. Sou pesquisadora do tema das maternagens e das maternidades. Mas nem sempre fui.

1.1.2. Modificando entendimentos, o campo e os corpos

Entre 2017 e 2024, muita coisa se transformou, assentou, modificou, deslocou, pulsou: a dissertação virou livro, o magistério na educação superior e as pesquisas acadêmicas foram os espaços de atuação profissional e, nesses caminhos, o objeto de estudo-e-vida foi do Movimento Estudantil (ME) para as maternidades. Em mim a maternidade chegou como uma experiência que atravessou o fazer pesquisa sobre o ME e, pelas formas e significados que as interdições oriundas do maternar outrem se configuraram nas vivências deste corpo de uma mulher negra, mãe solo e sem rede apoio, uma nordestina das classes médias, conformou-se em objeto de pesquisa.

Cheguei na UFPE como professora substituta na segunda metade do ano de 2022. Em razão da imposição do isolamento social durante a pandemia de Covid-19 e a consequente adesão ao ensino remoto, os semestres estavam descompassados com o calendário gregoriano, de modo que comecei a lecionar no semestre 2022.1, ou seja, o que usualmente, seria equivalente ao primeiro período letivo daquele ano. Fui lotada no Departamento de Fundamentos Sócio Filosóficos da Educação (DFSFE) que é vinculado ao Centro de Educação (CE) e o fato de não conhecer, em absoluto, ninguém na universidade, me provocava constantes apresentações da minha pesquisa em sala de aula e fora dela. Com o passar dos meses, depois de várias apresentações nos encontros com as diferentes turmas, algumas estudantes começaram a me procurar para saber o que era "pesquisar sobre mães".

Os primeiros movimentos que anotei em meu caderno (de campo)[18] foram sobre a dificuldade logística e emocional que estava vivendo: sair da minha cidade (Maceió/AL) para outra cidade, em outro estado (Recife/PE) e pela primeira vez, dormir longe de minha filha.

[18] Desde a adolescência, mantenho o hábito de escrever sobre as situações que me mobilizam afetos e, por isso, tenho estas primeiras anotações. Como meu campo de pesquisa ainda não era a UFPE, coloquei "de campo" entre parênteses.

Ainda estava como aluna em uma disciplina eletiva no doutorado (em João Pessoa/PB), a qual tive que desistir, em razão do desgaste físico e econômico que imprimia, entre outras coisas, dirigir, em média, 800 km por semana. Revisitando meu caderno, encontrei anotações sobre a experiência de problematizar a pandemia de Covid-19 com as turmas do primeiro período, que ainda não estavam pensando sobre os impactos sociais da pandemia, fosse em suas dinâmicas cotidianas pessoais, ou especialmente, sobre as próximas gerações. Não estava em debate questões relacionadas às crianças socializadas durante e pós-pandemia[19], por exemplo. Em suas práticas pedagógicas, como lidavam e/ou lidariam com as crianças que vivenciaram processos de socialização abruptamente diferentes do usual, em escolas que mantivessem seus currículos (os quais, acredito seguramente que precisem ser reformulados) pré-pandêmicos?

Neste contexto de registos escritos, rabisquei algo sobre mulheres mais velhas que eu, acima dos 50 anos, de uma turma noturna, queixando-se sobre o cansaço e a sobrecarga de trabalhar, estudar e ainda ser responsável pelos cuidados com as crias e com as tarefas domésticas. Naquele momento, minha pesquisa ainda era voltada para os atravessamentos vividos nas relações de cuidado das mulheres-mães periféricas da Grota da Alegria/AL com suas famílias antes e depois da pandemia e buscando entender as assignações à maternidade. O contexto de "mães-estudantes" não estava no primeiro horizonte do meu campo de visão e, portanto, as reclamações me chegavam como denúncia da condição de trabalhadoras daquelas estudantes e faziam sentido na distinção que Marialice Foracchi apontou entre o estudante que não precisava e o que precisava trabalhar para complementar ou garantir a renda doméstica, como trabalhei no mestrado. Foracchi (1965) chamou a atenção da produção acadêmica sociológica para as diferenças do "ser estudante", apontando que isto não poderia ser visto como um bloco indistinto, sem considerações sobre os recortes de classe social. Para a autora, a construção da categoria social estudante perpassava as discussões sobre juventudes, movimento estudantil e o mundo do trabalho.

Em outra turma noturna, em uma das aulas sobre Movimentos sociais, expus essa relação que comecei a observar entre o mundo universitário e o mundo do trabalho, com o intuito de estimular o debate sobre as percepções das estudantes acerca de suas realidades cotidianas. Argumentei sobre a perspectiva de Foracchi e dividi com elas minha própria experiência sobre ser estudante, trabalhadora e mãe. As falas das estudantes foram muito

[19] Para maiores informações, cf. "As filhas do álcool em gel: um ensaio sobre como a pandemia de Covid-19 pode nos ajudar a refletir sobre infância e biopolítica", disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/altera/article/view/66175

instigantes, trazendo aspectos sobre os papéis tradicionalmente ocupados na divisão sexual do trabalho (doméstico), sobre comporem uma turma majoritariamente de mulheres, as quais se identificaram como trabalhadoras em duplas e triplas jornadas etc. Ao final de uma aula, um estudante me procurou, se identificou como "estudante, trabalhador e militante" – membro do Diretório Acadêmico de Pedagogia (DA) – e disse que havia presenciado uma conversa sobre maternidade no DA. Conversamos um pouco sobre o tema e depois de alguns minutos, chegamos à conclusão de que as mobilizações estudantis não pautavam a maternidade sob nenhum aspecto.

Muitas sementes de inquietação foram plantadas naquela noite. Comecei a pensar sobre como lidávamos, durante minha trajetória enquanto militante, por exemplo, com o tema da gravidez. Tentei lembrar como tratávamos, no contexto que vivi na graduação na UFAL, o fato de as colegas engravidarem implicar necessariamente, no afastamento das atividades da militância e/ou em interrupções ou até a desistência dos cursos, de suas trajetórias acadêmicas. Me assustei com a lacuna na memória, pois não me recordava dos caminhos que se desenrolaram com as colegas, mas "apenas" que uma ou outra "foi mãe durante a graduação". Me entristeci ao lembrar o quão naturalizadas, eram aquelas rupturas para nós que ficávamos, ao ponto de que gravidez e maternidade nunca foram questões problematizadas por nós.

Germinavam sementes no terreno fértil de minhas reflexões: não problematizávamos por que as mães não estavam lá para colocar suas questões ou seria por que até este lugar de "poder" estar lá, de continuar pertencendo a um grupo apesar da maternidade era um campo de areia movediça, insalubre ou interdito? Quantos atravessamentos morais, de renda e trabalho, apoio familiar e/ou ausência de rede de apoio enfrentavam? Dividi estas inquietações com minha mãe, perguntando como era tratada a gravidez na época em que ela fora militante e estudante universitária, sondando uma eventual abordagem geracional. Programávamos um lançamento do livro[20], no qual sinalizei brevemente ela ter se afastado do ME na gestação e então, deixado de militar definitivamente, em razão dos cuidados comigo recém-nascida. Perguntei diretamente (pela primeira vez) como havia sido ela ter "parado a militância", mas meu pai, não – esperando ouvir algo que me auxiliasse a entender como era a lida com o tema na época, contudo, o que vi foi sua feição estupefata, sem reposta verbal. A expressão facial dela foi de quem estava entrando em contato com aquela informação ali, naquele instante. E,

[20] Na pesquisa da dissertação do mestrado em antropologia, que estava sendo publicada como livro, entrevistei ex-militantes que atuaram na década de 1980 e vivenciaram experiências na militância e fora dela inclusive, com meus pais. Na introdução, tratando sobre posicionalidade, trouxe memórias coletivas que acabaram se amalgamando com a minha própria história.

de fato, foi: ela revelou nunca ter feito a associação de uma das consequências de seu afastamento fatal da militância ser a maternagem; me contou em tom confessionário que *"na minha cabeça era tão natural eu ter que parar e ir trabalhar pra nos sustentar, que nunca pensei no porquê seu pai continuava, parecia que não tinha a ver com fato de eu ser a mãe e ele o pai*" (caderno de campo, 2022).

A perplexidade de minha mãe adicionada às raízes (adventícias) brotando da questão da maternidade percebida por esta ótica, me fizeram considerar o tema com mais afinco. Dividi as questões com uma colega (também professora substituta e mãe), que me convidou para pensarmos um espaço de diálogo sobre os temas que nos atravessavam no evento que estava se avizinhando, a Semana Pedagógica do CE (SPCE). Pensamos sobre o que nos tornava docentes, sobre nossas maternidades, nossas trajetórias acadêmicas e decidimos ofertar duas oficinas distintas: a primeira chamou-se "*A política como dispositivo da identidade docente: as organizações sociais como espaço de resistência*", no qual a colega assumiria o protagonismo da condução, e a segunda, comigo na condução principal, "*Maternidade e academia: diálogos possíveis*". O espaço sobre a política identidade docente atingiu um público grande (com cerca de 30 participantes) e diverso (figura 1).



Figura 1. Fotografia feita ao final da oficina "A política como dispositivo da identidade docente: as organizações sociais como espaço de resistência". Fonte: Arquivo pessoal (2022).

A despeito de eu ter contribuído com intervenções sobre maternidades, o tema não ganhou adesão como os que continham abordagem explicitamente feministas, como confronto ao sexismo, por exemplo. Na atividade de produção do material, me chamaram a atenção algumas frases como "ser respeitada nos lugares", "transformar ideias em ações", "atingir a equidade" e "empoderar", um léxico mobilizado usualmente pelo movimento feminista. Já a discussão sobre os possíveis diálogos entre maternidade e academia teve uma quantidade

visivelmente menor de participantes, uma formatação de minicurso e com momentos de partilhas generosas. A diferença de público nos dois espaços pode ser um dado revelador não apenas sobre os interesses temáticos, mas os porquês deles: os temas mobilizados pelo feminismo têm cada vez mais ganhado aderência nos espaços acadêmicos, ao passo que os das maternidades e maternagens, continuam sobremaneira relacionados ao ambiente doméstico, engatinhando para a universidade.

Embora o movimento feminista já pautasse desde o século XX que a maternidade no contexto do ingresso no mundo do trabalho, denunciando as desigualdades sociais e culturais desta inserção, especialmente no processo de industrialização (Scavone, 2004), os temas que figuram entre as perspectivas destas desigualdades no contexto acadêmico, ao que pareceu naquele contexto, ainda não possuíam a mesma aderência. Questões como assédio moral às mães (Silva, 2021), exemplificadas na punitividade de receber faltas no caso de adoecimento de filhos, por não ser aceito atestado médico como justificativa (e, não raro, crianças com seus sistemas imunológicos em formação adoecem repentinamente, o que nem sempre é o caso de intervenção médica), alunas serem "convidadas" a se retirar de sala de aula por estarem com suas crias, impedidas de acessar o ambiente do restaurante universitário, entre várias outras situações relatadas pelas próprias estudantes da UFPE. Muitas destas situações nascem do despreparo institucional e mostram que maternidade não é "apenas" uma questão de gênero.

Voltemos ao minicurso. No momento inicial, de apresentação individual, se revelaram perfis diversos de estudantes de graduação: mulheres sem filhos, mães, uma delas, inclusive, acompanhada por sua filha pequena e um homem sem filhos (figura 2).



Figura 2. Fotografia feita ao final da oficina "Maternidade e academia: diálogos possíveis". Fonte: Arquivo pessoal (2022).

Preparei uma apresentação concisa, em PowerPoint®, com algumas informações coletadas na internet sobre garantias asseguradas para acesso e permanência de mães na universidade – o que se resumia às conquistas de licença gestação e maternidade, ao direito à

amamentação das crias em certames públicos, tendo-se o tempo gasto para amamentação ressarcido para lactante para concluir a prova. De pronto, a presença daquele homem que não era pai me provocou imediatamente: o que significava a presença de um homem sem filhos naquele espaço? Até então, eu não pensava conceitualmente sobre "mãe", mas sobre "mulher-mãe", enquanto um binômio de identidades relacionais que eventualmente, poderiam se entrecruzar. Curiosamente, foi a fala do estudante durante a oficina que me despertou os sentidos para pensar teoricamente sobre ser mãe e mulher sem filhos.

A história que compartilhou foi a seguinte: criado pela mãe, sem o pai presente, durante a graduação se interessou sobre o tema das maternidades e quis investir nele como objeto de pesquisa do TCC (Trabalho de Conclusão de Curso). Entretanto, não conseguiu orientação das docentes às quais recorreu, sob a alegação, inclusive, de que "homens não pesquisam sobre maternidade", de que aquele seria um "tema feminino" (caderno de campo, 2022). Ficamos um tanto quanto chocadas ao ouvir aquilo. Minhas inquietações pulularam de modo que sentia um misto de culpa por pré-conceber exatamente, a opressão que ele denunciara (se não era a paternidade, o que o levara até lá?) e, por outro lado, me questionava até onde havia temas "de homem" e/ou "de mulher", como agir e o que falar depois disso. Tenho que concordar com Monique Wittig quando afirma que a categoria sexo aprisiona a nós mulheres, que "modela o espírito, assim como o corpo, já que controla toda produção mental. Ela envolve nosso espírito de tal forma que não conseguimos pensar fora dela" (Wittig, 2022, p. 39).

No decorrer do minicurso, expusera dois gráficos: um sobre a diminuição da produção acadêmica durante a pandemia e o outro sobre a divisão sexual do trabalho, que revelava uma sobrecarga feminina mesmo em tempos de normalidade sanitária. Era como a questão "mães e universidade" se colocava para mim, resumia-se à divisão sexual do trabalho. Contudo, as questões que o estudante me trouxe, afinal, foram: pensando cultural, social e epistemologicamente, o que/como/até onde a biologia determinava nossos investimentos de tempo, de pesquisa, de trânsito pela vida? De quais corpos se falava? De/com qual corpo eu pensava? A questão ficou registrada e guardada no caderno, esquecida.

Revisitei-a quando fui procurada por uma estudante que, em nome do DA de Pedagogia, me convidou para participar de um espaço e falasse sobre mulheres na ciência, relevando as mães nesse contexto. Foi um tamanho desafio, afinal, mulheres-mães grotenses, minhas sujeitas de pesquisa, passavam ao largo do que seria o ideário de "cientistas". E eu, esse corpo que vos escreve, simplesmente não existia como produtor de saber! Me entendia no lugar de mãe, de

trabalhadora, estudante, cuidadora, mas não me percebia de fato, como cientista – com quantas Milágrimas se incorpora uma mãe cientista?

Durante o trânsito de idas e vindas dos mais de mil quilômetros mensais das viagens, o vento forte no rosto enxugava as (mil)lágrimas e dali nascia o movimento de pensar sobre a ideia de ser "mulher-mãe", "mulher e mãe", ser "mãe" ou "mulher sem filhos"; até onde eram interdependentes, sobrepostos, atravessados ou mesmo distantes os conceitos de "mãe" e "mulher" (Scavone, 2001; Beauvoir, 2019). Comecei a tatear a ideia de que ser mãe era relacionada com ser mulher de modo relacional, mas que uma condição não determinava outra. Nessa esteira, comecei a pensar "mãe" como um marcador social da diferença em uma matriz interseccional entre trabalho do cuidado e políticas públicas institucionais para pensar os impactos da pandemia sobre estudantes mães no ambiente acadêmico.

Nesse movimento, meu objeto de pesquisa foi se deslocando e se reconfigurando da análise do trabalho do cuidado, que passava pelas construções subjetivadas dos papéis de maternidade das mulheres-mães grotenses durante e pós-pandemia, para o trabalho de mães, apostando nesse matiz interseccional como um espaço de borramento de fronteiras, muitas vezes promotor das interdições já existentes, mas exacerbadas durante o isolamento social e como impactos sociais da pandemia, tendo uma universidade no nordeste do Brasil como recorte analítico.

1.2 Incorporando uma mãe que produz Ciência

> *A todo momento o preconceito racial é demonstrado diante de nós, é sentido. Porém, como se reveste de uma certa tolerância, nem sempre é possível percebermos até onde a intenção de nos humilhar existiu. De certa forma, algumas destas manifestações já foram inclusive incorporadas como parte nossa.*
>
> (Beatriz Nascimento, 1974)

Em março de 2023, me reencontrei com o caderno de campo para me preparar para participar da atividade do "mês das mulheres", onde falei sobre mães na ciência em uma mesa de debate intitulada "Mulheres plurais na construção de um novo modelo de universidade", promovida pelo DA de Pedagogia. O convite veio de uma estudante veterana que compunha o DA, num "encontro de corredor", quando aproveitei para perguntá-la sobre um grupo da universidade que estava promovendo uma exposição chamada "Lugar de mãe é na universidade". Era o projeto de extensão Maternagem, Mídia e Infância (MMI), ao qual, em pouco tempo, me associei como colaboradora.

Este março foi uma pimenta no tempero das minhas inquietações sobre ser mulher e ser mãe para a tese. Justo no momento de revisitação das anotações de pesquisa, quando me deparei com o que o estudante que não havia conseguido trabalhar com o tema das maternidades/maternagens me trouxe: o binarismo de papéis de homem e de mulher. Era a 1ª Roda de Conversa – Ciranda Mulheres, e aquele espaço que se propôs a tratar sobre "Mulheres e identidades: vivências na UFPE", um espaço para "*se afastar da rigidez teórica e falar sobre experiências*" (caderno de campo, 2023), como explicaram as organizadoras no início. Já aqui aparecem questões importantes para reflexão: a relação entre mulher e identidade e a ideia daquele lugar ser um refúgio da rigidez teórica, uma marcação comum do ambiente acadêmico, o que dialoga com uma suposta interdição entre experiências e produção de conhecimento (Haraway, 1995; hooks, 1995; Anzaldúa, 1981).

Havia um público considerável no local e poucas cadeiras ficaram vazias. As convidadas para o debate eram quatro mulheres, todas vinculadas à UFPE. A primeira a falar foi uma professora transsexual, que explicou sua dificuldade em localizar e referendar sua vasta produção científica junto aos pares, dada sua recente transição de gênero. Além disso, saudou a organização pelo "*importante espaço para sermos humanas e compartilharmos humanidade*" (caderno de campo, 2023). Ela compartilhou conosco que era mãe de duas pessoas, havia sido casada em um relacionamento heteronormativo por um longo período de sua vida antes da transição e por fim, comemorou que a publicação do primeiro artigo com seu nome social fora naquele dia.

A segunda pessoa a falar era técnica-administrativa, mãe e foi "*casada na igreja*" com um homem, mas agora se identificava como uma mulher lésbica. Contudo, me chamou a atenção nas falas o fato de que elas dividiram suas experiências sobre ser mulher na UFPE a partir dos recortes de gênero: "até aqui, não falaram em raça ou classe", escrevi no caderno. A terceira, era mestranda, oriunda do interior do estado, que tinha ido para a capital estudar. Se autodeclarou como uma mulher branca, disse que morou com mulheres negras e falou sobre as dificuldades de ser uma mulher, um "corpo disponível" e o medo de sofrer abusos sexuais que isso despertava. Raça e classe como marcadores entrecruzados, só apareceram na fala da estudante de Ciências Sociais que compunha a mesa: uma mulher transgênero, negra e periférica. Ela também ressaltou com veemência a violência contra a população trans em Pernambuco, um dos estados que mais mata esse público. Ao sugerir a necessidade de mais diálogos entre mulheres cis e trans, inscreveu a necessidade de se abordar raça e classe no debate

e não “apenas” gênero: “*precisamos pensar o que liga nossas mulheridades*”, afirmou (caderno de campo, 2023).

Instigando o debate, a mediadora pediu que as convidadas buscassem responder as questões “o que é ser mulher” e “como a mulher que sou transita e convive na UFPE”, sinalizando que na sequência a discussão estaria aberta ao público. As falas rumaram pela problematização da relação natureza e cultura, quando a biologia é posta como determinante das relações sexo/gênero, a marcação do quão difícil é ser mãe no contexto das relações homoafetivas e na vivência da transição de gênero. Uma reflexão em especial, que veio de uma fala que abordou as violências inscritas nos corpos, me deixou pensativa por dias: que mulheres trans não têm “estatuto de humanidade”, que são “*caçadas e assassinadas como bichos*” e que “*para nascer uma mulher trans é preciso que um homem morra*” (Caderno de campo, 2023). Mais uma vez a categoria sexo nos atinge em sua naturalização que coloca o masculino como lugar de referência, especialmente nos lugares de superioridade do ser, do existir.

> Invertido. Travesti. Intersexual. Transsexual... Todos esses nomes falam dos limites e da arrogância do discurso heterocêntrico sobre o qual as instituições médicas, jurídicas e educacionais se assentaram durante os dois últimos séculos. Eclipsadas após o feminismo burguês e os movimentos de liberação homossexual, as demandas específicas dos transsexuais não se fizeram ouvir [...] (Preciado, 2022, p. 130).

Não é “apenas” ser um segundo sexo (Beauvoir, 2019), mas da transsexualidade como uma marcação radical da diferença, o que não é necessário quando se pensa “Humanidade”, visto que no patriarcado o mundo é pensado e produzido em “formas masculinas” e o que é percebido como “feminino”, uma afronta. Um *homem ter que morrer* para que uma mulher nasça pode ser entendido como a cereja do bolo da transgressão: abrir mão, desfazer-se de forma irrefutável de sua figura de poder de macho, de poder andar na rua sem se preocupar com horário, o que o livra do perigo de seu corpo ser lido como lugar de domínio público, por exemplo, para ocupar um lugar de vulnerabilidade de não-poder, pois esbarrará na opressão.

Em uma das falas da professora, ela revelou que a primeira vez que ela sentiu medo de transitar à noite foi justamente depois de sua transição de gênero, quando andava para seu carro após uma aula noturna e fora seguida por um homem. O medo se revelou no fato de ela saber que seu corpo de mulher estava em “perseguição”, fosse por ser um corpo de mulher ou por ser um corpo que fora de homem e agora era de mulher. Nenhuma das duas opções seria boa, ambas eram a expressão da vulnerabilidade de poder morrer por ter matado o homem que havia em si.

Neste contexto das relações de poder incrustradas no sexo, questionando a naturalização da maternidade como definidora de mulher, Wittig (2022) nos ajuda a pensar com o contexto das vivências lésbicas. Para a autora, “uma lésbica *tem de* ser outra coisa, uma não mulher, uma

não homem, um produto da sociedade, não um produto da natureza, pois não há natureza na sociedade" e, muito semelhante à transgressão de ser uma mulher trans, "para uma lésbica, isso vai além da recusa do *papel* de mulher. É a recusa do poder econômico, ideológico e político de um homem" (Wittig, 2022, p. 46, grifos no original).

As sensações ecoaram em mim como uma espécie de "eterno retorno" nietzschiano, de haver sempre algo mais a se pensar. Naquela tarde, ao ouvir a fala da estudante negra e periférica, ajuntei mais incômodos, os quais não conseguia nomear. Senti identificação com as experiências compartilhadas e questões colocadas por todas, com cada uma delas, embora de formas diferentes. Hoje, consigo nomear alguns dos incômodos, entendo a importância da definição que atravessa o patriarcado cisgênero e heterossexual como norma sociocultural, o cisheteropatriarcado como realidade de opressão dos corpos dissidentes a este, visto que

> ○ patriarcado é um sistema político modelador da cultura e dominação masculina, especialmente contra as mulheres. É reforçado pela religião e família nuclear que impõem papéis de gênero desde a infância baseados em identidades binárias, informadas pela noção de homem e mulher biológicos, sendo as pessoas cisgêneras aquelas não cabíveis, necessariamente, nas masculinidades e feminilidades duais hegemônicas. A despeito do gênero atribuído socialmente pessoas não-cis estão fora da identificação estética, corpórea e morfo-anatômicas instituídas (Akotirene, 2020, p. 118).

Nomear sem ação gera dor e raiva. Creio que para mim, era uma questão de deslocamento: do feminismo para o feminismo negro; o primeiro colocava mulheres com um peso nas costas, o trabalho reprodutivo, e as atravessava na corrida produtiva em relação aos homens – o que hoje percebo este destaque como um determinismo biológico, pois não é um corpo de mulher e sua genitália que tensiona a questão, apenas; já o feminismo negro, coloca humanidades em movimento, sem a insuficiência do feminismo clássico em pautar as mulheres negras ou do movimento negro androcentrado (Akotirene, 2020). Neste sentido, coadunam as visões de Monique Wittig e Carla Akotirene, uma com a subversão do lugar da sapatão e a outra, da mulher negra, ambas descartadas do movimento feminista clássico, bem como do movimento negro centrado nas experiências do homem negro. A noção social que cria interdições ao acesso e à permanência de corpos dissidentes, subversivos, também atravessa as mães, inclusive quando alocadas nestes corpos, como ficou colocado pelas participantes da Ciranda Mulheres: a universidade é *mais um* lugar social.

O sentimento que me atravessa(va) constantemente era de muita raiva, especialmente pela universidade ser um recorte espaço-temporal da sociedade brasileira: racista, misógina, transfóbica, elitista, compulsoriamente embranquecida, enfim, silenciadora de corpos dissidentes... E pensei. Pensei sobre mim, a tese, a roda de conversa; sobre as outras, sobre nós.

Sobre as interdições para ocuparmos a academia e as dissidências politicamente marcadas nesses processos. Pensei, enfim, que ninguém consegue pensar em tudo e na potência da coletividade para traçar linhas de fuga, desterritorializando "verdades" e deslocando identidades nas dobras de resistência aos corpos-"tipo", os esteticamente hegemônicos, pela *defesa inegociável* da diferença (Deleuze; Guattari, 2011).

1.2.1 As Rodas de Conversa nos três campi

Através da exposição do MMI/UFPE, as demandas maternas assumiam vozes e rostos e então ganharam atenção institucional da Reitoria. Estava associada ao projeto quando fomos solicitadas a mapear tais demandas nos três campi da universidade (Recife, Caruaru e Vitória de Santo Antão). Depois de muito planejamento, efetivamos as Rodas de Conversa (RC) no final de julho de 2023. Naquele momento da pesquisa, estava profundamente envolvida com as questões do acesso e permanência em si e tive a oportunidade de dividir as questões emergentes em uma mesa-redonda na UFPB, como estudante de doutorado, o que, naquele contexto me trouxe o fôlego que precisava para encarar as RC e, como ensinou Roberto Cardoso de Oliveira sobre o trabalho do antropólogo, "olhar, ouvir e escrever", ou seja, observar e anotar, muito mais do que falar (Cardoso de Oliveira, 2006).

As RC foram inicialmente pensadas nos formatos presencial e virtual/online, pois intentamos incluir as mães de todos os campi da UFPE. Mas, tendo em vista que a equipe do MMI era composta integralmente por professoras, alunas e colaboradoras vinculadas ao campus Recife, pensamos em uma RC presencial ali, bem como uma segunda, online, para oferecer mais possibilidades de participação das mães, formado por mães em diferentes momentos da vida acadêmica e funções na academia. Para os demais campi, optamos pelo formato online, por questões logísticas. As Rodas aconteceram entre os dias 24 e 31 de julho de 2023, nos horários da manhã, tarde e noite. Em razão de uma paralisação no transporte público que atende à cidade do Recife e sua região metropolitana, as duas RC ocorreram de modo virtual, o que tornou a toda a ação "Rodas de conversa: mães na UFPE" no mesmo formato. A ação foi pensada e executada pelo MMI, sem colaboração direta da reitoria. Foram momentos de diálogo informal, uma espécie de "apanhado geral" das necessidades mais pungentes das mães participantes. As experiências etnografadas, relatadas e analisadas, são oriundas do meu caderno de campo e, portanto, da minha observação participante. É importante dizer novamente que a noção de uma demarcação entre o início formal da pesquisa e percepção do "desde quando se está em campo" aqui está em jogo. No contexto destas RC participei como colaboradora do

projeto, mas também mãe e professora (substituta) da universidade; por outro lado, era estudante de pós-graduação e pesquisava sobre o tema; mesmo me percebendo com frequência no um lugar de *outsider within*[21] (Collins, 2019), me pus a observar, ouvir e anotar os dados que compartilho.

- **Organização metodológica**

Para fins de organização logística, buscamos agrupar as mães em graduandas, pós-graduandas (mestrado, doutorado e pós-doutorandas), servidoras técnicas-administrativas e professoras, pois o entendimento foi de que as demandas dos diferentes grupos, dados os distintos momentos consonantes a cada fase da carreira acadêmica, imprime diferentes necessidades. No contexto de produção da análise coletiva das RC, me chamou a atenção que em nenhuma delas esteve presente mães em pós-doutorado e o fato de que, a despeito de idades diferentes, eram mães de, no máximo, três crianças.

Nos encontros, após as apresentações, era pedido às mães que preenchessem espaços no Mentimenter[22], que formaria uma "nuvem de palavras" (que eram tratadas pela equipe do MMI pelo termo *cluster*). Era solicitado às participantes que individualmente, escolhessem as palavras que representassem seus sentimentos sobre o significado de "ser mãe na universidade", através de um link fornecido para o Mentimenter. É importante dizer que apenas o link para acesso a ferramenta era pré-determinado e não houve nenhuma sugestão de palavras, com intuito de não direcionar os resultados (*cluster*), que eram gerados automaticamente pela ferramenta e compartilhados automaticamente com a organização – tarefa que ficou a cargo das estagiárias do Projeto, alunas de graduação. Além desta, outra tarefa das estagiárias foi um levantamento das políticas voltadas para mães nas universidades Brasil afora para a produção de um formulário eletrônico (*Google Forms*) para ser compartilhado com as participantes após a formação do *cluster*. Assim, era compartilhado um outro *link* que dava acesso às participantes ao *Google Forms* no qual, além das identificações pessoais e de vínculo institucional, lhes era solicitado que elencassem em ordem de prioridade as políticas (entre grupos pré-definido como "Extremamente importante", "Muito importante" e "Importante"), de modo que individualmente, escolhessem a ordem que mais faria sentido para elas. Posteriormente, no

[21] A ideia é de ser pertencente a um determinado grupo, contudo, dadas as relações de poder hierárquicas, permanecer de alguma forma, à margem dos processos de decisão.
[22] É uma ferramenta online no qual cada pessoa escreve as palavras em ordem de prioridade e individualmente. Ao final, forma-se um *cluster*, um agregado de palavras, em formato de imagem, ficando a maior no centro, por ter sido a mais escolhida pelas participantes, embora não haja predefinição ou sugestão de palavras, ou seja, são espaços para escrita espontânea individual e em grupo.

processo coletivo de contribuir com a análise das RC, fiquei com a tarefa de elencar, a partir da planilha gerada do preenchimento do formulário, as 10 primeiras políticas elencadas em cada grupo.

1.2.2 As mães e suas demandas

Definitivamente, a composição majoritária que presenciei nas RC foi de mães graduandas, embora houvesse algumas poucas servidoras (técnicas-administrativas e professoras) e estudantes de pós-graduação. É importante dizer que não ocorreram todas as RC, pois uma delas não teve participantes e também, que justamente por conta das obrigações como mãe e cuidadora, não participei de uma delas. Tanto o esvaziamento quando a impossibilidade de participar do espaço, mesmo virtual, expõe um dos grandes desafios da maternidade, qual seja, de ser um esteio da família e, consequentemente, da sociedade, em seus diversos papéis enquanto quem pensa, organiza e executa a maior parte das funções que permitem o ordenamento rotineiro da vida. Não sobra muito tempo ou vitalidade para lidar com nossos próprios interesses, necessidades e desejos.

Isto dito, observei que nas RC as palavras destacadas no centro do *cluster* foram "desafio", "solidão", mas a palavra "culpa" aparecia com frequência. Em relação a desafio, uma estudante falou sobre sentimentos de invisibilização "*tenho que dar conta igual a todo mundo, são mulheres sem filhos, homens...*"[23] e falta de empatia "*não é passar a mão na cabeça da m*ãe, *mas é estar com filho doente e ter que ir; estar dentro de um espaço que não foi feito pra você*". Já uma professora, disse haver poucas mães na universidade e que se sente cobrada para "*estar na melhor performance e não é só na vida acadêmica*". A fala da estudante e da professora convergem no que diz respeito tanto a invisibilização quanto a falta de empatia, mas também denunciam sobrecarga. Ter que "dar conta igual a todo mundo" e "estar na melhor performance" traduzem a sobreposição de tarefas no ambiente doméstico, seja no âmbito do trabalho realizado manualmente em casa (lavar, passar, cozinhar etc.) ou do cuidado com as crias, do ambiente público, como o trabalho acadêmico (aulas, avaliações etc.), seja ele lido como produtivo, no caso da professora, ou não, como é entendido o lugar de "só estudar".

A despeito das diferenças de classe social (uma contava com rede de apoio paga e a outra disse não ter qualquer tipo de rede), de idade e diferença nos momentos da carreira acadêmica, por exemplo, ambas denunciavam também a pressão social para assumirem suas

[23] As falas das estudantes estão entre aspas e em itálico. Foi uma forma que encontrei em dar destaque às falas em anotadas em caderno de campo em relação ao resto do texto, sem identificá-las.

tarefas em performances de desempenho satisfatórias, em um ambiente promotor de violências e marcado por desigualdades de condições. Uma servidora compartilhou que "*parece que te culpam todo tempo por ser mãe*", enquanto comentava que se sentia julgada no ambiente acadêmico. Várias estudantes se expressaram nesse sentido: uma falou sobre sentir culpa por estar ausente de casa, por executar diversas tarefas e na rotina exaustiva se questionar "*será que estou sendo mãe direito?*" e que ouviu que estava abandonando seu filho. Outra estudante compartilhou que "*me dói muito estar aqui na universidade e deixar ele em casa*", mas fazia por entender que "*a ascensão econômica vem dos estudos, especialmente pra mim, que venho de uma família muto humilde*".

Os recortes de gênero e de classe apareciam nas falas explicitamente, mas o recorte de maternidade como promotora de agenciamentos diferentes de quando se é (ou se era) uma mulher sem filhos apareceu sem marcação específica, mas como constatações factuais, como na fala de uma servidora que disse só ter reparado na falta de estrutura da universidade após ser mãe, quando precisou trocar as fraldas de sua cria e não achava um lugar adequado. Uma estudante que engravidou na transição da graduação para a pós-graduação (à época estava no primeiro ano do mestrado) apontou que "*a gente tem um outro olhar por ser mãe e a universidade precisa reconhecer isso*", quando falava que as mães "*lidam com a formação das novas gerações*". De modo geral, nas RC as demandas giraram em torno de acesso ao Restaurante Universitário (RU), inclusive para as crias (uma estudante relatou ter tido a entrada de seu filho de 03 anos no RU proibida), acesso e ampliação das vagas na Creche Paulo Rosas[24], que atende às crianças em idade pré-escolar, sendo as vagas, de acordo com o *site* da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida – PROGEPE/UFPE[25], "destinadas aos dependentes dos alunos e servidores, através de sorteio público" e as demais vagas são "destinadas à comunidade de um modo geral, obedecendo critérios da Prefeitura do Recife". Além disso, anotei diversos pedidos de apoio institucional às questões de saúde mental.

Da avaliação da classificação das políticas *para mães*, elencadas em ordem de prioridade pelas participantes no *Google Forms* que foi disponibilizado durante os encontros, as "Extremamente importantes" foram: (1) ampliação de **vagas nas creches**, (2) Oferecer editais acadêmicos para garantir a igualdade de oportunidades para mulheres mães e criar políticas para favorecer **igualdade de gênero** no decorrer e avanço da carreira acadêmica, (3)

[24] A "Paulo Rosas" ou simplesmente, "creche" é como usualmente as mães chamam o Centro Municipal de Educação Infantil Professor Paulo Rosas, que é fruto da parceria interinstitucional entre a Prefeitura da Cidade do Recife e a UFPE.

[25] Informações de acesso público, que podem ser consultadas em https://www.ufpe.br/progepe/qualidade-de-vida/cmei. Acesso em: 05/03/2024.

Assistência terapêutica e psicológica para mães acadêmicas, (4) Garantir livre acesso à alimentação nos **restaurantes universitários** para crianças filhas de estudantes, servidores e docentes (5) Transformar **cultura institucional** para que a universidade se torne uma comunidade acadêmica **compreensiva** à presença de crianças, filhas de estudantes, servidores e professores nos seus ambientes, (6) Funcionamento da **creche nos três turnos**, pois há aulas noturnas (7) **Grupo de apoio** como espaço de **escuta** coletiva para mães acadêmicas, (8) Fazer uma **brinquedoteca** para acolher crianças de 0 a 12 anos, (9) Ampliar divulgação sobre funcionamento das **políticas existentes para mães e pais** estudantes como, por exemplo, o auxílio-creche, (10) Criação de **biblioteca infantil** no Centro de Educação.

Os pontos elencados gravitam em torno de as mães terem rede de apoio institucional, mas raramente se questionava o lugar de principal responsável pelas crias ou das redes de apoio serem usualmente femininas. Durante os encontros diversas vezes tive a sensação de que as mães falavam em um tom de "pedir licença" para estar na universidade, como se aquelas demandas reais como um trocador de fralda nos banheiros, vagas na creche, o reconhecimento de um "olhar diferenciado" que chega com a maternagem, fossem de menor importância que uma biblioteca setorial, por exemplo. Como se ser mãe imprimisse um caráter de possuir menos direitos que os demais estudantes, o que me faz pensar sobre pertencimento, no caso, no sentimento de não pertencer ou não ser *persona non grata*. Em uma das últimas RC "solidão" foi a maior palavra da nuvem, o que significa que foi a mais escolhida/utilizada naquele dia. Contudo, desde a primeira, observava – e me identificava, por sinal com – a sobrecarga em consequência de rotinas exaustivas que foram presentes também nos encontros compartilhamentos em tons "raivosos"/inconformados das injustiças que eram reveladas.

Ângela[26] era estudante de graduação, uma mãe solo, sem rede de apoio e com duas crianças pequenas sob sua absoluta responsabilidade, que foi lida como raivosa. Minha primeira anotação sobre ela foi "chegou mais tarde, voz cansada, triste, um fundo raiva e estresse, numa fala forte demais!" (caderno de campo, julho de 2023). A fala forte apontava a necessidade de não romantizar a maternidade, pois nós mães, éramos vistas como "*corpos fortes, porque o pesado pra gente é leve*". Disse também que ao se perguntar para que servia uma faculdade a

[26] Nome fictício. A escolha foi inspirada em minha madrinha, a primeira mulher com quem tive trocas significativas sobre minha negritude como potência. Optei por um jogo de palavras, visto que a palavra "Ângela" usada no português brasileiro deriva do grego, trazido pelos colonizadores europeus, remete à ideia de anjo e, portanto, ao angelical, uma representação romantizada do "feminino". De onde vejo, a ideia de uma mulher angelical endossa o silenciamento, algo que intento quebrar, justamente na denúncia das violências incorporadas, assim como Angela me ajudou.

resposta era para "apenas se formar", visto que "*pouco importa se sou mãe ou não, só quero poder escolher do mesmo jeito que um homem pode. Eu quero ser cientista!*".

Sueli Carneiro relata falas de mulheres mais jovens que recepcionou no "Seminário Tempo Feminino", em 2000, as quais defendiam igualdade de direitos entre homens e mulheres e alegavam que as mais velhas haviam trabalhado, lutado e conquistado mudanças, mas suas realidades eram outras, pois "não precisamos mais confrontar o mundo masculino, a mulher já participa da vida social, tem vida profissional, uma carreira, decide quando vai ter filhos, exercita a sexualidade sem a repressão que vocês conheceram" (Carneiro, 2022, p. 108). A autora questiona a ideia deste relato no que diz respeito ao próprio apagamento histórico entre mulheres se perguntando se "é possível construir cumplicidade entre mulheres brancas e negras para juntas combaterem o poderoso mito da democracia racial [...]? (Carneiro, 2022, p. 112). A impressão que fica é de que é naturalizado que as mães precisam levar as crianças para a universidade porque não há responsabilização paterna e a universidade precisa reconhecer isso. A necessidade de "igualdade de gênero", ao que me parece, é entendido como um problema que interdita mulheres e não homens no acesso e permanência na academia, contudo, de onde vejo, o foco da questão precisa ser ampliado.

As diferenças entre experiências no mundo acadêmico entre homens e mulheres estão sendo denunciadas, especialmente a partir da pandemia de Covid-19. Um levantamento realizado pelo Movimento Parent in Science (PiS) mostrou que durante o isolamento social, a produtividade acadêmica de homens sem filhos foi a menos afetada, sendo a mais afetada a de mulheres com filhos. As conclusões do trabalho apontam que

> Especialmente para submissões de artigos, mulheres negras (com ou sem filhos) e mulheres brancas com filhos (principalmente com idade até 12 anos) foram os grupos cuja produtividade acadêmica foi mais afetada pela pandemia (PIS, 2021).

Isto dito de outra forma, significa que sexo/gênero não são as categorias que definem marcadores de modo universal. Se há diferenças nas experiências entre ser mulher sem filhos e ser mãe na universidade, não é o fato biológico de ser mulher o que atravessa os significados com interdições, pois ambas são experenciadas por corpos de mulheres. É o marcador racial que assume protagonismo, pois a despeito da maternidade, ser negra foi o que imprimiu mais dificuldades à produtividade durante o isolamento social (PiS, 2021). Me questiono os motivos para isto. Assumindo que já fora superado o debate essencializado pelo racismo científico da existência de raças biológicas na espécie *Homo sapiens sapiens* como é o caso entre os outros animais, bem como nos termos de "capacidade intelectual", no que se sustentara a ideia de

menor intelectualidade entre pessoas negras, não há por si uma explicação "natural", mas social e cultural, da baixa produtividade entre pessoas negras.

Em outras palavras, sexo/gênero deve ser considerado, pois estas mulheres também produziram menos que homens, fossem brancos ou negros. Contudo, raça assume protagonismo como marcador social da diferença, pois o foco é em mulheres negras produzindo menos, inclusive que mulheres brancas. Nesta linha de raciocínio, é imprescindível relevar a experiência de viver em um corpo racializado, ou melhor, em um corpo de mulher negra. Sueli Carneiro nos chama a atenção para os estereótipos das mulheres negras na sociedade brasileira que, além de racializada, é hiperssexualizada e secundarizada, como no ditado popular retomado por Sueli, onde "preta é pra trabalhar, branca pra casar e mulata pra fornicar" e, mesmo após a abolição da escravatura, tinham empregos ofertados como "mucama, ama-de-leite, dama de companhia ou então prostituindo-se, aproveitando de sua fama de 'boa de cama'" (Carneiro, 2020, p. 156-157). E estas imagens não estão temporalmente distantes de nós, infelizmente. Lembremos da Preta, uma personagem "de cor", interpretada pela atriz negra Taís Araújo, em uma novela que se intitulava "Da cor do pecado".

Ainda, amparada em documentos históricos do início do século XX, como propagandas impressas em suplementos alimentares e revistas femininas, a autora explica que os papéis reservados à população negra foram historicamente secundários.

> Primeiramente, notamos que o público-alvo, a quem o produto é destinado, é a família de classe média. Comumente retratada com o pai, a mãe e os filhos, brancos, e ao fundo tem-se a figura de uma negra, forte e trajada de uniforme e avental para que não haja dúvida de que ela não faz parte da família e, sobretudo, não possui nenhum laço consanguíneo. As cartilhas infantis, até bem pouco tempo atrás, também reforçavam essa visão de negras somente como empregada doméstica (Carneiro, 2020, p. 157).

No cenário pandêmico, muitas mulheres perderam suas redes de apoio familiares em razão de que estas se compunham majoritariamente por "avós, tias, mães e, a maioria dessas pessoas, fazem parte do grupo de risco da covid-19" (Santos; Nunes, 2020, p. 69). Mas, mesmo em tempo de normalidade sanitária, quem são as mulheres que geralmente, contam com rede de apoio paga? E mais: quem são as mulheres que trabalham nas casas como babás e empregadas domésticas? Escrevendo sobre mães negras em um curso de graduação em uma universidade no Nordeste e as dificuldades de permanência das estudantes durante a pandemia da Covid-19, observaram as autoras que

> Um dado triste, que é confirmado pela organização das Nações Unidas Mulheres (2020), diz que mulheres negras morrem mais de covid-19 do que mulheres e homens brancos, devido à falta de saúde adequada, doenças pré-existentes, causadas por má alimentação, desnutrição ou por estarem mais expostas ao contágio do vírus (Santos; Nunes, 2020, p. 70).

Antes de assumirmos o dado da ONU como pronto, ponderemos: qual tipo de trabalho foi tido como essencial? Em outras palavras, durante o isolamento social, quais corpos conseguiam trabalhar e estudar e quais corpos estavam se deslocando no transporte público, indo às compras, tentando esquivar-se do vírus mortal que nos aterrorizava? Afinal "empregada doméstica não é serviço essencial" (Volker, 2020, p. 200) – ou não deveria ter sido. O processo de tomada de consciência da negritude quando se é socializada no mito da democracia racial brasileira/racismo por denegação (Gonzalez, 1988a), o que imprime incômodos e dores diretamente conectadas com a textura dos cabelos e pelos e outros traços fenotípicos como grossura dos lábios e nariz para além da cor da sua pele, como se fossem experiências individuais, como se estruturalmente o racismo se dirimisse na miscigenação, é trabalho de toda uma vida.

Falando sobre visibilização da mulher negra, no contexto norte-americano, Koa Beck diz haver um ideário mítico de falta de qualificação e uma narrativa que se constrói como se não houvesse representatividade numérica desse público, como se fosse algo escasso no mundo do trabalho mulheres racializadas, como "mulheres Latinas com doutorado, mulheres Negras com experiência em jornalismo, mulheres mulçumanas com histórico político ou mulheres Indígenas com diploma de direito para contratar quando buscam pessoal para atuar em cargos de grande influência e prestígio" (Beck, 2021, p. 187). A autora coloca que a busca capitalista por capital social, cultural e econômico, mas com viés individual, como fora na segunda onda feminista, separa o feminismo de outras conformações de resistência e cria essa forma "muito particular e muitas vezes personalizada, de feminismo com interesses individuais – feminismo essencialmente branco" (Beck, 2021, p. 186). Ao cabo, o que ocorre é que os trabalhos mal remunerados, com mulheres ganhando menores salários que homens, embora no exercício da mesma função, o trabalho não remunerado no ambiente doméstico ou ainda, o trabalho remunerado como empregadas domésticas e/ou babás são a forma patriarcal do capitalismo e que nessa esteira, o que nos cabia na pandemia e nos cabe ainda hoje, é uma sub-representação nos locais de poder, não porque somos mulheres, mas apesar de sermos mulheres.

Diversos "incômodos" quando não são nomeados, apenas sentidos na pele, são promotores de muita raiva. Entretanto, nomear os incômodos, nomear o racismo sentido na pele, é gasolina no fogo da raiva. E é na potência transformadora da raiva que assumo, que coloco minha intelectualidade em movimento. Afinal, "a parcialidade – não a universalidade – é a condição necessária para se fazer ouvir; indivíduos e grupos que fazem reivindicações de conhecimento sem conhecer sua posição são menos confiáveis (Collins, 2019, p. 431).

1.3 Incorporando a interseccionalidade: sobre universidade, trabalho e Mães

É preciso uma
enorme energia e coragem para não
aquiescer, para não se render a uma
definição de feminismo que ainda torna a
maioria de nós invisíveis.

(Gloria Anzaldúa, 1981)

Como já dito, a pesquisa *surgiu* da experiência e o campo *se mostrou* na UFPE. Em outras palavras, não fui pesquisar por ver uma questão-problema, inclusive, no início (novamente: quando o campo começa?), eu via as estudantes como trabalhadoras e não como mães, ou seja, considerava classe e gênero, não maternidade. Para mim a maternidade era uma questão sobre cuidado, um processo que se mostrava concorrente, no sentido de que "andava junto", mas também que "disputava espaço lugar" com as "atividades produtivas" e não uma reprodução social que acontecia interseccionada.

Foi no encontro com a interseccionalidade nos trabalhos de Patricia Hill Collins e Kimberlé Crenshaw que entendi que mulheres racializadas como eu, com frequência estão/estamos em encruzilhadas nas quais racismo, classe, gênero e geração, por exemplo, colidem. É por isso que não experenciamos os marcadores sociais da diferença e as violências diversas em separado, como se estivéssemos andando em uma estrada por vez, em cada uma das estradas e nas travessias das ruas, mas sobreposta e repetidamente, por estarmos exatamente pelas encruzilhadas. Neste sentido, Kimberlé me ajudou no entendimento de que "as mulheres racializadas e outros grupos marcados por múltiplas opressões, posicionados nessas intersecções em virtude de suas identidades específicas, devem negociar o tráfego que flui através dos cruzamentos" (Crenshaw, 2002, p. 177).

Patricia me trouxe uma gama de possibilidades de teorização, especialmente para pensar de quais formas atravessaria as ruas e me sentiria/posicionaria nas encruzilhadas. E é a partir da percepção da relacionalidade tanto da maternidade em si, quanto da qual ela se relaciona com outros marcadores que tenho construído o investimento teórico sobre a ideia de que ser mãe inscreve uma experiência existencial, política e social que tensiona todas as demais. É pela teoria social crítica do ponto de vista (Collins, 2022) que experimento e penso interseccionalmente as encruzilhadas, na perspectiva de resistência intelectual, afinal, "o mundo social não é meramente uma entidade holística e evidente que podemos entender apenas refletindo a respeito" (Collins, 2022, p. 333). Desta forma, as ruas não são sempre as mesmas, muito menos carregam os mesmos nomes ou se apresentam aos sentidos com as mesmas

formas, texturas, sabores, odores ou sombras tanto de dia como de noite, no inverno ou no verão. Além disso, as ruas se modificam com o passar dos diversos corpos, nos diferentes estados de humor, assim como não são incólumes ao vento ou ao fogo.

Daqui, do Sul do mundo, a interseccionalidade se constrói, portanto, no desafio de rejeitar a "sombra iluminista eurocêntrica, míope à gramática ancestral de África e diaspórica" e compõe uma linha de fuga que "visa dar instrumentalidade teórico-metodológica à inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo, cisheteropatriarcado", justamente nas encruzilhadas que nos encontramos, ou seja, as estruturas produtoras das "avenidas identitárias em que mulheres negras são repetidas vezes atingidas pelo cruzamento de sobreposição de gênero, raça e classe, modernos aparatos coloniais" (Akotirene, 2020, p. 19). O que nos movimenta esta reflexão interseccional sobre universidade e trabalho? Como, afinal, ela se insere, articula e/ou produz o debate sobre Mães neste contexto? O desafio de tentar responder a estas perguntas é uma empreitada decolonial a partir de agora até o final da tese; buscarei responder, argumentar e produzir mais questionamentos, alinhavando a ideia de que o deslinde da visibilidade às questões maternas nas universidades é um impacto social decorrente do isolamento social da pandemia de Covid-19.

1.3.1 Trabalho imaterial e a categoria "Mãe"

Outro dia, recebi um conteúdo direcionado a mulheres numa rede social. Falava-se sobre a necessidade de valorizar o tempo para estudos e leituras apesar do incômodo e da bagunça que se acumulava em casa. Estimulava que ignorássemos a bagunça e priorizássemos nosso tempo para a intelectualidade, subvertendo a lógica de nossa socialização ao trabalho doméstico como prioritário e o deixássemos para os intervalos entre os estudos. A primeira coisa que procurei enquanto rolava o carrossel dos *cards* com as orientações/soluções daquela espécie de "método pomodoro para mulheres" foi como lidar com as crianças nesse índice de prioridades. Não havia menção. Em uma mão, havia frustração por mais uma vez não "conseguir ajuda" em "ideias subversivas"; na outra, estavam os calos das proposições que falam sobre como somos cultural e socialmente assignadas ao trabalho doméstico e ao cuidado com o ambiente e não conosco.

No fundo, a pergunta que ficou foi quem é esse "nós" com tempo, inclusive para dedicá-lo à intelectualidade? Mais uma vez, é preciso ser dito: ser mãe é diferente de ser uma mulher sem filhos. Ao passo que o feminismo branco – inclusive e especialmente – dentro da universidade tem lutado para equidade de condições para produzir ciência, para sair da condição

de segundo sexo, nós, mulheres negras, estamos brigando pela escolarização em nível superior. Dito de outra forma, as mulheres não racializadas têm, majoritariamente, disputado a *Rat Race* (Marley; Wailers, 1976) enquanto para muitas de nós, restam as posições de sustentar a corrida tanto para os homens brancos com ou sem filhos, para as mulheres com ou sem filhos e até para os homens negros. Fiz referência à música de Bob Marley, que fala de uma "corrida de ratos" que é desumanizante a todos, mas especialmente, para os povos negros, como é a alusão à produtividade através da busca incessante por diferentes capitais na da disputa capitalista meritocrática. Esta busca é o que liga os seres humanos na sociedade contemporânea, mas para além disso, emergem as diferentes condições/interdições de disputa, o que marca as diferenças para as pessoas negras.

Durante a pandemia, que não criou, mas foi um marco histórico que evidenciou a fratura exposta das desigualdades, a produtividade acadêmica foi impactada pelo gênero, visto que mulheres submeteram menos artigos que homens, como mostrou o artigo do grupo de pesquisadores do PiS (Staniscuaski; Kmetzsch; Soletti et al., 2021). Raça por si, de acordo com o artigo, não foi um "critério" significativo nas publicações, apenas quando associada a gênero, pois mostrou uma associação positiva entre homens brancos e a submissão e de mulheres negras e a não submissão de artigos. Entretanto, os resultados apresentaram que a parentalidade pesou até para os homens brancos. Como mostrou a pesquisa do PiS "detectou-se uma associação negativa entre homens brancos sem filhos e a não submissão de manuscritos. A proporção de homens brancos sem filhos que submeteram manuscritos foi maior do que a de homens brancos com filhos (Staniscuaski; Kmetzsch; Soletti et al., 2021, p. 05 – tradução minha)[27]".

Em outras palavras, homens brancos sem filhos conseguiam enviar artigos para publicação mesmo durante a pandemia e os com filhos, o fizeram em menor número, ou seja, na *rat race*, são "adversários" árduos de quem raramente mulheres brancas e homens negros conseguem (?) deslocar no pódio. De modo central, contudo, como disse Bob Marley, "é uma desgraça ver a raça humana numa corrida de ratos" (em tradução livre), o que pra mim, faz sentido para pensar os lugares e posições sociais: refleti-los não na lógica da *rat race*, da disputa em si, da chegada ao pódio, mas sobre quem sustenta estruturalmente a produção das condições para que ela comece e tenha uma linha de chegada: as mulheres racializadas, negras e mães.

Dito de outra forma, não é apenas sobre "o pódio", mas sobre vidas, existências, sobre frustração, raiva, sobre interdições, sobre o seu corpo racializado (cor da pele, textura dos

[27] No original "A negative association between White men without children and the non-submission of manuscripts was detected. The proportion of childless White men who submitted manuscripts was higher than that of White men with children" (p. 05).

cabelos etc.) que chega antes de sua humanidade; é sobre a repetição enlouquecedora de "nãos" que na sociedade individualizadora, transfere pra esfera pessoal da falha, da insuficiência, da falta. É sobre as criações de condições para quem disputa por quem nem se sente digna de se imaginar na disputa – honestamente, me pergunto: quem disse que "a universidade" é garantia de ascensão financeira? Mas isso é digressão para outro momento. Em outras palavras, não quero desqualificar a academia enquanto lócus de produção de conhecimento, mas promover o debate acerca de suas estruturas (materiais e simbólicas) que arquitetonicamente são muros para as mães. Por outro lado, não é minha intenção promovê-la como destino necessário para a produção de conhecimento, mas deslocar fronteiriçamente as demandas e necessidades de um grupo social que se perfila nestes espaços. Será que há poucas mães na universidade ou as questões maternas têm sido invisibilizadas? Ou, ainda, será que um diploma universitário para mães compunha/compõe o horizonte de uma mística distante de suas realidades cotidianas ou absolutamente, não seria esse sequer o caso?

Pensar o trabalho em termos de produtividade nos leva a considerar um deslocamento também exposto pela pandemia, de seu caráter de tempo de vida empregado em sua execução. Na configuração da "casa pandêmica" (Carneiro, 2023) ficou visível nos espaços de borramento entre real e virtual, como nas *lives* e reuniões online, que o tempo de trabalho para mães assumia o tempo de vida global: desde pessoas sem aparelhos adequados ou espaço próprio para o *home office*, como computadores de mesa ou *laptops*, um cômodo da casa que funcionasse como ambiente estruturado para estudos até a falta de familiaridade as ferramentas para encontros virtuais como *Google Meet*, *Zoom* ou *Teams*, por exemplo. Não raro, passavam ao fundo das telas outros moradores da casa, pessoas que supostamente deveriam estar alheias àquele espaço, mas estavam se deslocando entre cômodos, ouvíamos barulhos de liquidificadores, aspiradores de pó, cachorros latindo, mas também havia seios à mostra nas amamentações, rostos infantis surgindo nas telas, gritos, choros e batidas nas portas das mães que tentavam se afastar das demais jornadas para o trabalho virtual.

Classicamente, os estudos feministas apontam que a conquista do mundo do trabalho no ambiente público pelas mulheres veio somar-se ao trabalho doméstico, nos impondo duplas ou triplas jornadas de trabalho, ou seja, o trabalho produtivo em horário comercial, seguido pela segunda jornada, a das tarefas domésticas em casa, geralmente à noite e no início da manhã, para o ordenamento da rotina familiar (Federici, 2019; 2021; Zanello et al., 2022; Biroli, 2013; Marçal, 2022). Não foi à toa que as publicações de mães diminuíram na pandemia. Naquele borramento espaço-temporal tomava forma um matiz de trabalho extenuante, onde o lar se

tornou local de trabalho material/produtivo e imaterial, gerando um *looping* laboral que conectava as tarefas domésticas e do ambiente público e não só reproduziu um não-lugar de mulher, mas produz um devir-mãe. Tenho chamado esta conformação de figurações da 4ª jornada, especialmente, porque o trabalho virtual em algumas de suas formas veio para ficar: cursos EaD, reuniões interestaduais, participações em espaços institucionais internacionais, qualificações e defesas de TCCs, dissertações e teses, por exemplo, fazem parte da rotina acadêmica.

Além do trabalho material/produtivo (fora de casa, trabalho doméstico e do cuidado) mães sustentam a produção capitalista também com o trabalho imaterial (Lazzarato; Negri, 2001). A divisão entre trabalho material/produtivo e imaterial pode soar como uma divisão artificial, se pensada na categoria Mãe[28], no contexto de um looping laboral, pois "maternar não tem hora". Para explorar esta ideia de looping contida na perspectiva da 4ª jornada, antes vamos entender o conceito de trabalho imaterial na obra de Mauricio Lazzarato e Antonio Negri. Surgida no contexto das mudanças no mundo do trabalho em meados do século XX, na corrente neomarxista do operaismo francês, a noção de trabalho imaterial dialoga com a ideia do *General Intellect* – que pode ser entendido como conhecimento social acumulado – nos Grundaisse, de Marx. No contexto da sociedade francesa pós-industrial, pensava-se a perspectiva da continuidade do trabalho vivo, levantada por Marx, quem teorizou no período da industrialização europeia.

Entendendo que o termo trabalho morto se refere àquele executado pelas máquinas e o vivo, pelas pessoas, no contexto de potencial ameaça ao proletariado, Marx problematizava a situação deste na perda dos empregos, dada a ascensão do trabalho mecanizado, da substituição das tecnologias de manufatura pelas máquinas. Lazzarato e Negri em seu tempo, colocaram a tese de que o "ciclo do trabalho imaterial é pré-constituído por uma força de trabalho *social* e *autônoma*, capaz de organizar o próprio trabalho e as próprias relações com a empresa" (Lazzarato; Negri, 2001, p. 26-27, grifos no original). Para produzir as máquinas e suas peças, operá-las, projetar novas funções, ressignificar usos, é necessária a figura do ser humano, de uma pessoa. O trabalho vivo continuou na centralidade, entretanto, a sociedade não seria reproduzida na forma de exploração apenas de sua força de trabalho, mas da própria reprodução da subjetividade, visto que o trabalho imaterial não produz apenas mercadorias, mas depende fundamentalmente, dos saberes e subjetividades das pessoas trabalhadoras.

[28] Deste ponto em diante, ao me referir à Mãe como uma categoria analítica, grafarei com inicial maiúscula.

> A categoria clássica de trabalho se demonstra absolutamente insuficiente para dar conta da atividade do trabalho imaterial. Dentro desta atividade, é sempre mais difícil distinguir o tempo de trabalho do tempo da produção ou do tempo livre. Encontramo-nos em tempo de vida global, na qual é quase impossível distinguir entre o tempo produtivo e o tempo de lazer (Lazzarato; Negri, 2001, p. 30).

A noção de tempo de vida global dialoga com a perspectiva da maternagem e se conecta com a 4ª jornada, o que ficou exposto no isolamento social pandêmico, mas, reafirmo, não fora nele criado e muito menos, encerrado. É esse o exsudato que aqui interessa: a captura das externalidades positivas, os benefícios sociais e intelectuais que o trabalho materno produz e na produção da existência, cria valor (e mais-valor). A noção que os autores trazem de uma "intelectualidade de massa" dialoga com uma realidade urbanizada, no "terceiro setor", o que entendemos como o setor de serviços. Daí a noção de que o "empresário" se afasta ao máximo do trabalhador, os quais operam em redes de cooperação e comunicação, ou seja, a linguagem. Não é o foco o aprofundamento da discussão sobre empreendedorismo[29] neste momento, mas a ideia subjacente de que no contexto da Modernidade/Colonialidade, a linguagem é ao mesmo tempo matéria-prima e produto.

> O problema é definir o trabalho vivo, não o trabalho. Se para Marx a questão se coloca como determinação das condições para sair do conceito e da realidade do trabalho (e os conceitos de força de trabalho e trabalho vivo determinam a verdadeira diferença com relação à economia política), para nós o problema se coloca do seguinte modo: como sair da linguagem (Lazzarato; Negri, 2001, p. 99).

Pese-se que estas discussões se deram no seio de processos de formulação de pensamento que a nós, no Brasil, é exógeno. Na década de 1960 estávamos no contexto da organização de uma ditadura militar, num país sem industrialização consolidada, às voltas com livros escolares que nos contavam que fomos descobertos e deveríamos ser gratas ao colonizador que nos salvou. Isto significa que em nossa realidade concreta, *nossos* problemas eram outros – aliás, para situar de onde falo para uma minoria pertencente à elite intelectual, não; a *nós*, povo. Estou segura de que a colonização intelectual não nos serve. No Sul-global, no terceiro-mundo, no Brasil, aqui no Nordeste, não nos é frutífero pensar salário sem falar em trabalho escravo, falar em feminismo sem lembrar da "mãe preta". Sobre isso, Lélia Gonzalez fala sobre Marli Coragem, quem trago como ilustração da ideia de Mãe em suas jornadas de trabalho imaterial, "produtivo", "reprodutivo" e seus atravessamentos.

> Acordar cedo, pegar água na bica, deixar as coisas adiantadas para que a filha mais velha termine, trabalhar nas casas de madames ou como servente no supermercado. Voltar à noite, lavar umas "roupinhas", acordar mais cedo no dia seguinte para enfrentar a fila no posto de saúde porque uma das crianças está doente etc. etc... Nada

[29] Cf. Laval, 2019 e Laval; Dardot, 2016.

> disso a faz esmorecer. Em matéria de dupla jornada, estratégias de sobrevivência e coisas que tais, ela é escoladíssima (Gonzalez, 1981, p. 199).

O horário de acordar varia de acordo com a necessidade, mas é sempre cedo, para deixar as coisas adiantadas, ou mais cedo, se for para ir ao posto de saúde; e o trabalho doméstico não têm fim, porque depois de trabalhar fora de casa seja nas casas "das madames" ou no supermercado, à noite, na volta, ela ainda lava roupas (provavelmente, à mão, visto que o texto foi escrito no início da década de 1980 e Marli era uma mulher periférica) e assumo que a criança doente também esteja no seio do trabalho cognitivo de Marli: desde o programar acordar "mais cedo" no dia seguinte, o acolhimento da fragilidade do corpo infantil adoentado, administrar a comida, seu preparo e sua oferta ao filho.

Mas antes de seguir nesta direção, é importante pautar as discussões trazidas por Silvia Federici, que traz a centralidade do trabalho doméstico não remunerado para o debate. Este tipo de trabalho, argumenta, é "um fator determinante da definição de valor da força de trabalho" (Federici, 2021, p. 151). A autora critica assertivamente Marx que nos três tomos de *O Capital*, relegou as únicas referências ao trabalho doméstico às notas de rodapé. Não posso deixar de concordar com Silvia que no patriarcado, o salário é um instrumento político de poder que na sociedade Moderna hierarquiza e inferioriza o trabalho do cuidado realizado por mulheres no ambiente doméstico; o salário, neste contexto, não é apenas uma remuneração pelo trabalho e, portanto, revela a função econômica trabalho doméstico (Federici, 2021; 2019). Contudo, a perspectiva interseccional nos orienta no sentido da criticidade às formulações que não considerem a "inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado" (Akotirene, 2020, p. 19). Desta forma, atenta às questões que possam sugerir a ideia de mulher como uma categoria universal ou que abarquem completamente Mãe, é importante demarcar a interseccionalidade como o tecido social manchado com o sangue do poder colonial, mas também contemporâneo, no qual as violências de gênero, raça, classe, maternidade, idade, nos afetam relacionalmente, sem nenhuma sorte de experiências universalizadas.

Não foi só Marx o autor de importância às críticas feministas como as de Silvia. Junto a Engels, eles foram importantes teóricos também para o movimento feminista, ao trazer questões sobre família e formações familiares, embora não costumeiramente evidenciada sua influência evolucionista oriundas da teoria darwiniana da Origem das Espécies. Este concubinato teórico entre teoria econômica, social e biologia, recebe valiosa ponderação sobre seu filho moderno, o (neo?)colonialismo. A este exemplo, Carla Akotirene (2020) traz Carlos Moore (2010) que nos fala sobre Marx e Engels

> O raciocínio de ambos era simples: a carnificina e pilhagem fora da Europa seriam a base para o desenvolvimento vertiginoso, no Ocidente, do Capitalismo industrial e da classe de trabalhadores assalariados. Por sua vez, isso levaria à revolução e, enfim, ao Socialismo. Eles pouco se importavam com as consequências do imperialismo ocidental para suas vítimas não ocidentais. Na verdade, estavam convencidos de que a dominação ocidental era o agente da "civilização" e, assim, para o bem dos próprios povos colonizados. Engels seria bem explicito neste sentido: "Não há calamidade histórica que não seja compensada pelo progresso. É apenas o modus operandi que se modifica" Moore (2010, p. 79, *apud* Akotirene, 2020, p. 29).

É neste sentido que faço a crítica e reafirmo que a colonização intelectual não nos serve. No Sul-global, no terceiro-mundo, no Brasil, aqui no Nordeste, não nos é útil pensar salário sem falar em trabalho escravo, falar em feminismo sem lembrar da mãe preta (Gonzalez, 1983; Carneiro, 2022). Nos caminhos da proposta decolonial e interseccional, minha intenção não é minar saberes especificamente por sua origem (o que esvaziaria tal crítica de sentido), mas deslocar corpos-saberes e (re)afirmar que o sim, o subalterno pode falar[30]. Como nos disse Audrey Lorde, em 1979, "as ferramentas do senhor nunca derrubarão a casa grande" (Lorde, 2020, p. 135).

Negra, preta, parda, mulata ou morena, independentes dos tons de pele, mas a partir deles e das sinuosas curvas dos olhares da clássica intelectualidade nacional, a dos homens brancos do cisheteropatriarcado, fomos vítimas dos relatos hipersexualizados na literatura brasileira em nosso suposto exotismo, erotismo, provocação e sensualidade. Fomos e ficamos animalizadas no imaginário que chega a ser folclórico de tão estereotipado. Mas para além da "neguinha Luísa, de beiços finos, olhos grandes, pés pequenos, espigadinha de corpo, peito em pé, que fugiu"[31], como denunciado pelo Jornal do Comércio, em 1833, resistimos e aqui hoje estamos. É com estas histórias incorporadas que chegamos – quando chegamos – às universidades e saímos – quando conseguimos lá permanecer por todo o tempo do curso. Sem tom de vitimismo, mas entendendo que fomos vitimadas (hooks, 2015) em séculos de expropriação da condição humana e rompendo o silenciamento, faço coro com a ideia de "recusa, então, às metodologias científicas neutras que se interessam em descrever realidades, supostamente, dadas e naturais ao mundo", pois me coloco ao lado das "pedagogias feministas decoloniais [que] estão interessadas em intervir sobre esse mundo" (Castro; Mayorga, 2023, p. 04).

Assim, pensando a categoria Mãe como espaço e lugar de análise no processo da 4ª jornada, o que significa falar em trabalho imaterial, linguagem, corpos e relações de poder e daqui, do Sul global, trago novamente Lélia para o debate para me socorrer ao encontro de que

[30] Referência à magnifica obra de Gayatri Spivak (2023) "Pode o subalterno falar?".
[31] Cf. Carneiro (2022), p. 155.

o trabalho da Mãe, especialmente na figura da "mãe preta" é aquele que sustenta as relações: que dá colo, comida e roupa lavada, dá o sustento financeiro – mesmo que às expensas de deixar os seus e cuidar dos filhos de outras mulheres – e produz, cria as condições materiais para que a casa e a rua funcionem todos os dias.

> Ela, simplesmente, é a mãe, é isso mesmo, é *a mãe*. Porque a branca, na verdade, é a outra. Se assim não é, a gente pergunta: quem é que amamenta, que dá banho, que limpa cocô, que põe pra dormir, que acorda de noite pra cuidar, que ensina a falar, que conta história e por aí afora? É a mãe, não é? Pois então (Gonzalez, 1983, p. 87).

Perceba que o tom não deve ser reduzido à circunscrição do trabalho doméstico de mulheres negras, mas que não podemos deixar de olhar que falar em Mãe traz esta História incorporada. Falar sobre Mãe dialoga com trabalho, este que nossa História enquanto colônia de pessoas negras escravizadas, nos mostra que sempre o fizemos, mesmo contra nossa vontade, fosse nas lavouras, lavando roupas, cozinhando, gestando, amamentando e cuidando dos filhos das outras, as brancas, fosse dos nossos próprios, fe(i)tos dos sistemáticos estupros.

E essa história de trabalho e cuidado com filhos atravessa inclusive a "História das mulheres" que saíram às ruas rebelando-se dos pais e maridos para reivindicar seus (humanamente reconhecidos) direitos ao voto e ao trabalho assalariado às expensas do precário salário (patriarcal?) gasto com a babá e/ou a empregada doméstica que cuidava de seus filhos enquanto isso. Sem negar a importância do feminismo clássico, mas apontando limitações, o movimento feminista negro deu forma a inquietações de mães que estiveram historicamente destituídas de seus estatutos de gente – mais uma vez – como espólio do trabalho não (ou mal) remunerado das mães negras que, muitas vezes, tinham/têm na circulação de crianças (Fonseca, 2005) a segurança de rede de apoio para seus filhos enquanto maternavam os filhos daquelas que exigiam direitos reprodutivos (pra elas), com frases e símbolos estampados em bandeiras que se perpetuavam em ondas.

Portanto, falar em Mãe é pensar as assignações maternas e ao cuidado e a compulsoriedade do trabalho de mulheres negras; o que, de onde vejo é, em si, interseccional. Esta guinada de perspectiva vem pelo feminismo negro: primeiro pela denúncia das especificidades dos corpos racializados/dissidentes, os quais sempre foram escalonados em *looping* de trabalho nas sociedades coloniais; em segundo lugar, que decorre do primeiro, implica que mulheres com diferentes origens sociais, tons de peles ou outros traços fenotípicos, esteticamente "atraentes" serão atravessadas e produtoras de necessidades distintas; e terceiro, ser mãe é uma performance e não necessariamente, apenas um papel esquadrinhado de deveres

e obrigações com sua(s) cria(s). Por fim, ser mãe ou uma mulher sem filhos é diferente, bem como ser mãe com ou sem rede de apoio também encerra realidades distintas.

E isto dialoga frontalmente com trabalho e não necessariamente e "apenas", com lutas por direitos, embora não se dissocie. As bandeiras que vieram da Europa e da outra América, a do Norte, inicialmente, chegaram por aqui nas classes mais abastadas, as quais definitivamente, não estavam as mulheres negras (Carneiro, 2020). Então, de onde penso e existo, a maternidade precisa ser contextualizada no trabalho e não circunscrita aos diálogos sobre desejos e ponderações existenciais sobre os impactos – geralmente atrasos e interrupções – na carreira acadêmica, mas sua natureza de geração de valor, nas causas das interdições.

Não é uma corrida por produtividade ou uma disputa por autonomia financeira, mas uma questão de trabalho, de força de trabalho e produção de mais-valor. Ou seja, é sobre a produção de corpos e existências através do trabalho em cargas e jornadas sobre-humanas que mobilizam afetos (solidão, raiva, exaustão etc.) e inscrevem realidades heterogêneas de grupo social, com necessidades diferenciadas dos demais, mas com estes conectadas em sua heterogeneidade, inclusive. Portanto, o trabalho imaterial que mobiliza o intelecto e a cognição, se mostra, por exemplo, no planejamento da rotina de uma casa. Tarefas como fazer uma lista de compras não é simples: há que se olhar a dispensa, quantificar os itens restantes e projetar seu uso futuro, pensar nas refeições diárias e seu preparo numa busca mental pelos ingredientes que compõem os pratos e, portanto serão listados; mensurar os itens perecíveis necessários para determinado intervalo de tempo de seu armazenamento para que não haja desperdício; observar o uso dos itens de higiene pessoal para cada membro da família, lista-los nas especificidades de cada faixa etária ou condição de saúde (sabonetes e cremes dentais infantis, absorventes para as mulheres que menstruam, fraldas geriátricas, por exemplo); detergente para os pratos, multiuso para a limpeza; sabão para roupas de cama, mesa, banho: neutro, em barra, líquido; alvejante jamais para as roupas de cor, enfim, não é uma tarefa simples.

Veja quantas linhas dispensadas à descrição de uma tarefa doméstica rotineira. Vou parar por aqui porque ainda há que se deslocar na cidade indo e voltando das compras, arrumar a dispensa, a geladeira... E assim sucedem-se listas, organizações, limpezas, lavagens e o planejamento da rotina de uma casa, seja a sua, feita por você ou outra pessoa paga para isso, seja da sua e de outra pessoa por quem você é paga para isso. Ademais, é um filho ou uma filha, o marido, um irmão ou irmã, quem usualmente, senta-se à mesa posta antes de sair ou ao chegar da rua enquanto cruzamos as ruas e encruzilhadas (simbólicas e materiais). É no colo da Mãe, este afeito lugar de conforto e carinho, que desaguam suas frustrações e brilham suas

conquistas. São estes trabalhos imateriais que fazem a roda girar, digo, a engrenagem funcionar (ou seria mais apropriado a vida fluir?). Observo com certa frequência, especialmente nos períodos de férias universitárias, estudantes da UFPE, geralmente mães, ofertando serviços como babá ou, nas férias escolares (que nem sempre são alinhadas às acadêmicas) estas mães trocando informações sobre espaços comunitários para acolher crianças quando há ausência das instituições que funcionam como rede de apoio. Em uma das falas que anotei de Ângela, ela dizia que "*não produzo dinheiro ainda*" e que apesar da dificuldade na conciliação do tempo com a faculdade e suas duas crianças, sem rede de apoio, a maternidade era uma barreira na conquista de empregos formais e até estágios, visto que "*um pai que coloque que é pai no Lattes, provavelmente será contratado pela idealização da paternidade; isso é visto como um diferencial, mas pra mãe é um peso*" (Caderno de campo, julho de 2023).

Mas quanto trabalho Ângela mobiliza! São duas crianças, 24 horas por dia, 7 dias por semana, 30 dias por mês, o ano todo, todo ano. Ela ainda não produz dinheiro, mas mesmo na creche pública, o dinheiro é movimentado. Só existe creche porque há crianças para frequentar e profissionais da educação para trabalhar: professora para dar aulas, assistente de sala para colaborar, coordenadoras e diretoras exercendo suas funções, profissionais para limpar, consertar, construir, fazer manutenção etc. Então, o trabalho imaterial de Ângela no cuidado e responsabilidades legais com seus filhos também mantem a creche, por exemplo, que não é só espaço de rede de apoio para mães. Pese-se que não é só em tempos de férias que se mostra o descompasso. A experiência de quem não consegue permanecer na universidade por falta de condições financeiras atravessa os semestres e é uma realidade comum entre outros grupos de estudantes, especialmente o de mães. As interdições esbarram nos usos do tempo prioritariamente destinado às crias e na carga mental (Haicault, 1984) daí oriunda, especialmente na maternagem solo. Ângela queria ser cientista e se percebia imiscuída em um ideário construído sobre a perspectiva da formação universitária como acúmulo de capital humano, como um investimento a longo prazo por entender a escolarização como um esforço que geraria ascensão social e renda no futuro. Mas e no presente, como ela faz para estar e ficar na universidade? Com quanto sofrimento se forma uma mãe graduada?

1.3.2 A universidade (des)colonizada

Das colisões que a maternidade e a maternagem me promovem, sempre intensas, a maior delas é comigo mesma. Os exercícios de autorreflexão são potência nos deslocamentos pelas fronteiras do meu eu que, no processo inevitável de inacabamento, servem também para as

reflexões de agenciamentos e negociações cotidianas políticas e coletivas. Isto significa que refletir sobre si enquanto indivídua e sujeita tem significado de apoderar-se da individualidade e da coletividade, entendendo a simultaneidade destes fenômenos no espaço-tempo. O entendimento de que nossas trajetórias individuais, por mais que sejam solitárias, são políticas e coletivas, atravessa e compõe o campo da Educação, inclusive no ambiente escolar. Como a tese foi formulada na universidade, um ambiente escolar, entendo fundamental, mesmo que brevemente, pensar a Educação contextualizando os processos raciais que compõem e atravessam nossas subjetividades. Com isto em mente, cabe dizer que a instituição escola tem dinâmicas próprias de organização do tempo e do espaço que regulam as vivências sociais mais amplas do espaço-tempo, desde quem a frequenta organicamente como estudante ou trabalhadora, aos mais diversos aspectos da vida pública na cidade. O tráfego, por exemplo, se modifica nos horários de entrada e saída das escolas, o setor de transporte público atua na condução de estudantes e trabalhadores das creches, escolas e universidades, bem como dos demais trabalhadores usuários do sistema em seus deslocamentos aos locais de trabalho.

Contudo, Educação não é sinônimo de escola, sendo esta uma das dimensões daquele fenômeno. Em 1984, Dermeval Saviani escreveu um ensaio "sobre a natureza e especificidade da educação", argumentando que a educação é um fenômeno próprio aos seres humanos que, ao modificar a natureza na/para produção da existência através do trabalho, constroem o mundo humano, qual seja, o mundo da cultura. Nesta perspectiva, seria ela própria uma exigência de e para o trabalho e, em si, um processo de trabalho. De acordo com Saviani (1984), o processo de produção da existência humana, o "trabalho material/produtivo", implica na subsistência econômica e na produção de bens materiais em diversas escalas. Por outro lado, os processos de cognição ali envolvidos incluem os aspectos de conhecimento das propriedades do "mundo real" (ciência), de valorização (ética) e de simbolização (arte) e implicam na esfera do "trabalho não material". Se as dinâmicas de significação das construções humanas produzidas historicamente são inerentes à educação, sua sistematização em um *corpus* de conhecimento permitiria aos sujeitos enredados nestes processos acessá-lo. É nesta sistematização que reside o que Saviani identifica com a especificidade da educação. Longe de restringir educação ao espaço escolar, ele explica que o espaço consolidado como lugar onde estes saberes são acessados, apreendidos e incorporados é a escola. Para que isto ocorra, é necessária uma organização formal do tempo e do espaço, o que se dá através do currículo. O currículo é, portanto, o instrumento que orienta as formas e modos de acesso àquela sistematização. O tipo

de escola, por sua vez, orientará as formas e modos de apreensão e incorporação dos conteúdos curriculares, ou seja, a formação.

Assumindo que a dinâmica da vida social produz cultura e é por ela produzida, por "tipo de escola" como lugar de "conhecimento sistematizado" (Saviani, 1984, p. 288) construído historicamente e opera na sua transmissão geracional, é importante esclarecer, refiro-me à concepção que nasce momento político e econômico do modo de produção capitalista da Modernidade/Colonialidade. A meu ver é uma concepção problemática em si, visto que não existe apenas "um conhecimento", mas escolhas sobre quais saberes devem ou não ser privilegiados[32]. O Estado é a instituição que se estabeleceu como maquinaria no corte que acompanhou a organização das sociedades para o modo de produção asiático e desde então, se modifica em suas necessidades, conservando sua função primal de controle das dinâmicas sociais para produção econômica e sua própria reprodução cultural. A despeito do ideário Moderno/Colonial de educação (escolar) universal, as contradições inerentes ao funcionamento do capitalismo como modo de produção são incompatíveis à esta realização. Em sentido econômico, a lógica do capital demanda a relação de dinheiro para produção de mercadorias que gerem mais dinheiro, ou seja, o lucro. Isto ocorre através da exploração do trabalho humano (material e imaterial) executado, mas não integralmente remunerado, ou seja, da extração de mais-valor.

Esta lógica sopesa, atravessa e organiza as relações negociadas entre as coletividades: as pessoas entre si, entre estas e as instituições, as instituições entre si. Mas mais ainda, as formas como se produz trabalho em relação à/na "natureza": à terra, flora e fauna, aos mananciais hídricos, aos territórios; enfim, ao espaço e ao tempo, à existência humana em suas complexas dinâmicas de cultura. A organização escolar brasileira em suas (com)formações coloniais – ou melhor, do lugar de receptáculo de uma educação para a colônia – não foge à lógica apresentada da educação em sua finalidade, mas questiono com veemência o que/qual seria sua "natureza". A problemática gira em torno do que seria esse conhecimento sistematizado, qual saber o construiu e em qual história e, por fim, como opera na sua transmissão geracional; ou seja, *nós quem, cara-pálida*? Acredito que pensar maternidade no contexto da universidade colide com estas reflexões.

José Jorge de Carvalho nos fala sobre a concepção da história da civilização europeia que exclui a influência egípcia e semita, como uma criação de uma "civilização cristã autônoma,

[32] Vide o exemplo da Escola Maria Felipa, a primeira escola afro-brasileira, idealizada por Bárbara Carine. Cf. Pinheiro (2023).

sem influência islâmica, seguida de um Renascimento puramente europeu que conduziu à civilização ocidental moderna" que, nessa perspectiva higienista e de exclusão do Outro, dos corpos racializados, é "autocelebrada como o ponto mais alto já alcançado pelas ciências, as artes e as humanidades" (Carvalho, 2024, p. 85). O autor nos alerta sobre a assimilação integral aqui no Brasil deste modelo europeu autocentrado, o qual veio transplantada junto à noção de universidade.

> Esse mito racista e xenófobo, resultado dos imperialismos, colonialismos e da escravidão atlântica dos séculos anteriores, foi transplantado para o Brasil na criação das nossas primeiras universidades, em especial na visão francófona, como foi o caso da UFRJ e da USP, fundadas por duas missões francesas, instalando assim a nossa elite branca acadêmica como uma continuação ou entreposto tropical da elite acadêmica europeia (Carvalho, 2024, p. 85).

É sobre essa historicidade colonizada que falamos intencionalmente (ou não) quando questionamos a presença das minorias sociais nas universidades brasileiras. Elas não foram construídas para nós, povo brasileiro, a maioria numérica de cidadãs, praticamente 50% da população economicamente ativa, que tem renda de até R$ 3.900,00 e compõe as classes D e E, de acordo com os dados da PNAD Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua) (IBGE, 2024). É sobre um território colonizado, uma colônia da coroa portuguesa construída através do tráfico negreiro transatlântico e genocídio dos povos originários desta *terra brasilis* e sua mão de obra escravizada; sobre uma nação onde a escolarização sempre fora pensada para as elites brancas e não para nossos corpos racializados, amefricanos (Gonzalez, 1988b). Como disse a brasileira Beatriz Nascimento, em referência afro-diaspórica

> talvez eu tivesse em meu continente de origem se não tivesse havido uma revolução econômica dos brancos, com a qual não tive nada a ver até hoje, pois a maioria dos meus iguais permanece social e economicamente rebaixada, sem acesso às riquezas do país que construiu (Nascimento, 2021, p. 43).

Relembrando o tempo em que lecionou na Nigéria, em meados da década de 1980, Silvia Federici (2022) descreve o caminho que percorria de bicicleta até a universidade. No relato a paisagem rural era protagonizada por "mulheres cultivando ao longo da estrada, em qualquer pedaço de terra que a universidade ainda não tivesse cimentado" sobre as quais "possivelmente, estudantes que caminhavam para as aulas olhavam [...] como pessoas sem conhecimento, ignorantes, sem nada com que contribuir para sua educação" (Federici, 2022, p. 171). Aquele contexto fez a autora refletir sobre o quão trivial é estudar ou trabalhar em uma instituição universitária a despeito de "nada saber sobre sua história, sua infraestrutura material, seus funcionários" (Federici, 2022, p. 172).

Essa leitura me trouxe uma identificação com a realidade brasileira, no que diz respeito ao apagamento colonial de nossa história de saberes e práticas dos Povos Originários sobre os usos e manejos da terra, as negociações sobre tempo, trabalho, lazer, prazer, alegria, medo, tristezas, esperança, enfim, sobre as relações interétnicas, sem as romantizações dos mitos de criação que nos são contados na escola e sem romantização sobre aquelas pessoas que aqui viviam antes do estupro colonial. Inclusive, quando falo em relações interétnicas, me refiro a uma noção de que pessoas organizadas em diferentes ordenações costumeiras de território, afetos e cosmologias, por exemplo, ao que chamamos de etnias, viviam aqui e não necessariamente de modo pacífico entre si, muito menos sem alterar os ecossistemas "originais". Penso sobre as tecnologias com as quais manejavam a terra com intenção de alimentar animais humanos e não humanos, negociar/intercambiar produtos, inclusive armas, defender suas crenças formando, reformulando ou desfazendo alianças, sobre as relações de poder nas circulações de segredos, enfim, sobre pessoas em relação.

E é nesse ponto que recuso a romantização: não conhecemos – pelo menos se formos esperar do processo educacional regular, da escola normal – quase nada sobre as tecnologias ancestrais de manejo da terra, de pesca, de caça, das medicinas da natureza. Crescemos em instituições que nos fazem imaginar uma "natureza intocada", preservada pelos "índios", seres sem agência e intencionalidade, de corações puros, tão tolos a ponto de trocar ouro por espelhos. Essa narrativa é tão intencional quanto o fato de que a "natureza", ou melhor colocando, os ecossistemas naturais, eram alterados há milênios, inclusive porque não é só o animal humano que modifica a paisagem, cria e altera relações. Então, a experiência de Silvia na Nigéria me fez pensar em nós mesmos, em como é tão trivial viver em um país a despeito de nada saber sobre sua história, seu povo e origens. Ou seria sobre como a intencionalidade da narrativa colonial tornada oficial produz em nós o desejo de nos afastar do "sujo", "primitivo", do ouro de tolo? Mas não é só de negação ancestral indígena que nos construímos; não esqueçamos que negamos nossa história em binômio de raça-e-etnia. O tráfico negreiro transatlântico não pode se perder de vista – este tão exaltado sentido humano; se é verdade que o que os olhos não veem o coração não sente, aquela narrativa deveria – e fez! – arrefecer as cores das senzalas, pelourinhos, guetos, terreiros e invisibilizá-las nos livros escolares.

Meu ponto aqui é que se culturalmente não nos conhecemos nem reconhecemos como povo racializado, consequentemente, nossas universidades, trazidas pela Colônia em modelo para os filhos lusitanos, não são espaços que nos pertencem. Mas deveriam ser e neste sentido, a luta histórica dos movimentos sociais do campo e da cidade, especialmente os identitários,

deve ser visibilizada em seus marcos jurídicos, políticos, econômicos e sociais. Afinal, foi nosso povo ancestral colonizado, traficado, escravizado, estuprado, enfim, invisibilizado ontologicamente que, com seu trabalho também invisibilizado, construiu os edifícios nos quais até hoje lutamos para entrar – como a universidade. Contudo, me alertaria Silvia que para

> mudar a universidade e construir os 'comuns do conhecimento', não basta apenas nos preocuparmos somente com o conteúdo dos currículos e os custos do ensino, ainda que sejam indiscutivelmente cruciais. Precisamos questionar as condições materiais da produção de uma universidade, sua história e sua relação com as comunidades do entorno. Esse reconhecimento é essencial, *especialmente nos Estados Unidos*, uma vez que *grande parte da terra* usada pelas *instituições foi tirada de forma sangrenta de seus antigos habitantes*. Devemos também mudar nossa concepção sobre o que é conhecimento e quem pode ser considerado um produtor de conhecimento. (Federici, 2022, p. 172, grifos meus).

Não posso deixar de concordar com o alerta; contudo, não sem antes desenvolver algumas noções caras contidas neste trecho. A primeira é que preocupação de Silvia é com o feminismo, tanto em suas críticas a Negri, no que compete à ideia de "feminização do trabalho" e a alocação de um "potencial revolucionário no intelecto" circunscrito ao masculino dos trabalhadores do setor de serviços; a segunda, o que diz respeito ao centramento intelectual da formação do pensamento sobre autorização da produção do conhecimento; e, por fim, que na relação do trabalho reprodutivo, apesar trazer as mães para o escopo analítico, ainda se pensa o corpo feminino – ou feminilizado – como um meio para a finalidade do trabalho reprodutivo. De onde vejo, estas colocações esbarram no feminismo branco e podem lá ficar. Concordo em absoluto que deva ser questionado e expurgando o núcleo duro que ao mesmo tempo afunda e sustenta o que chamam de "feminização do trabalho" no binarismo sexo/gênero. Observo que o termo é utilizado quando os autores falam da crescente necessidade de características historicamente atribuídas ao "feminino" no mundo do trabalho, como o "trabalho afetivo" e que estes tipos de trabalho ainda recaem majoritariamente sobre as mulheres. É uma espécie de reconhecimento da sobreposição de jornadas, mas que ao fim, é uma "sutileza" na referência aos trabalhos do cuidado não remunerado e generificado, como alerta Silvia.

Entretanto, se é "especialmente nos Estados Unidos" que as terras foram tiradas de forma sangrenta de seus "antigos habitantes" pelas instituições, no caso as universitárias, avalie a qual profundidade teórica podemos submergir ao deslocar o escopo analítico para um país, no caso o Brasil, onde as instituições, no caso o Estado, a Igreja etc., construíram uma ideia de nação a partir do estupro, morte, destituição de identidades e identificações com a terra, o ambiente, de parentesco, também as cosmológicas e existenciais foram esquartejadas de seus "antigos habitantes" – e frise-se que ao falar em *antigos* e *habitantes* em uma só frase, prenuncia-se um ideário que de não são os atuais, de que sumimos, de não resistimos cultural

e/ou politicamente, mas que precisamos ser resgatados, "nós os comuns"... quem sabe até pela instituição universidade, grande aliada na "tiração[33]" dos saberes ancestrais. Por fim, falar sobre corpos racializados, especialmente de mulheres negras e como é nosso caso, no Brasil, requer outras leituras do que são corpos negros femininos. Lélia e Sueli nos brindam com reflexões sobre a racialização e exploração das mulheres brasileiras, um matiz incrustrado nas experiências coloniais, contudo, pelo ponto de vista da mulher negra ela mesma, afinal, "no Brasil, o estupro colonial perpetrado pelos senhores brancos portugueses, sobre negras e indígenas, está na origem de todas as construções de identidade nacional e das hierarquias de gênero e raça presentes em nossa sociedade" (Carneiro, 2020, p. 151).

Estou convencida do racismo como estrutura que nos subsome nas produções de violência cotidianas dentro e fora da universidade, mas também, em consonância com Lélia, de que o reconhecimento radical de que nós ameríndias e amefricanas (Gonzalez, 1988b), para além da superexploração, encontramos formas ancestrais e contemporâneas de resistência e não-passividade ao etnocídio e epistemicídio do cisheteropatriarcado. O quadro muda, quando corpos racializados ocupam os espaços de poder? Falando sobre o mundo do trabalho fora da academia, Cida Bento lembra uma situação relatada por seu irmão, um homem negro, que assumira um cargo de liderança na empresa em que trabalhava. Ele havia contratado três pessoas negras e foi questionado por um colega "se pretendia 'enegrecer a empresa'" (Bento, 2022, p. 73). A autora desenvolve a argumentação de que quando não existem pessoas negras nos espaços, não há questionamento sobre raça, visto que o corpo-tipo é oriundo da herança do modelo europeu, o corpo branco. É quando a cor se apresenta antes da humanidade, quando os traços fenotípicos chegam aos sentidos como "diferente", como o Outro. E neste sentido, a Antropologia, como empreitada colonial não pode ser esquecida em suas contribuições evolucionistas oriundas da teoria darwiniana da Origem das Espécies (Eriksen; Nielsen, 2012). E na empresa do colonialismo "tendo como base ideológica justamente a famosa teoria evolucionista [...] o homem branco se colocava no centro da evolução da humanidade e se afirmava superior" (Gonzalez, 1987, p.121)

Durante muito tempo, também a Sociologia brasileira se pôs em cima do muro construído nas análises sobre a formação da sociedade brasileira contemporânea, por exemplo, como já denunciou Lélia quando traduziu uma citação em francês feita por um sociólogo

[33] Aqui faço um jogo de palavras com "tirar" no que significa a ideia de que as terras, como apontado pela autora, foram usurpadas e "tiração", uma gíria êmica nordestina que remete a fazer graça, chiste, zombaria e, portanto, falo em tiração dos saberes ancestrais, conservando o tirar e a adicionando a pilhéria que é a naturalização do apagamento de saberes ancestrais e sua apropriação pela instituição universidade.

brasileiro “o milagre do amor humano é que, *sobre um instinto tão simples, o desejo, ele constrói os edifícios de sentimentos os mais complexos e delicados*” e ironizou sua estereotipação sociológica que dizia “é esse milagre que o amor da senzala não realizou e não podia realizar no Brasil Colônia” (Gonzalez, 1983, p. 87, grifos no original). Isto dito, reafirmo em coro com Lélia a perspectiva centrífuga aos essencialismos, especialmente ao endosso racista de papéis e lugares sociais. Algumas questões se formam aqui e precisam ser nomeadas para refletirmos. A primeira seria como, afinal, se insere o debate sobre *mães na universidade* neste contexto do trabalho? E a segunda, o que nos movimenta essa reflexão sobre mães, universidade e trabalho? O primeiro apontamento é de que novamente precisamos nos situar e corporificar nossa realidade latino-americana, brasileira e nordestina sobre trabalho e universidade, mostrando como a categoria Mãe nos atravessa em todos os termos, por todos os lugares. Assim como raça e etnia, a maternidade também se mostra como um lugar de estranhamento quando está posta e demarcada em ambientes “não usuais”, como a ideia genérica e pouco crítica de que “há poucas mães na universidade”. Se for verdade, por que isso ocorre?

Por outro lado, considerando que só há mãe na relacionalidade de existir uma relação de responsabilidade com uma outra vida, por que as mães são sub-representadas no ambiente acadêmico? A jornalista, Katrine Marçal, discorre sobre o inegável prestígio do “pai da economia política”, Adam Smith, e como ele moldou a compreensão moderna da economia, que nos leva a entender que o trabalho não é feito por benevolência ou para mera satisfação dos clientes, mas em busca de dinheiro em forma de lucro. Que não seria “da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelos próprios interesses” (Marçal, 2022, p. 18). Desta forma, argumenta a autora, não era a benevolência que estava à mesa quando Adam Smith jantava, mas sim seus interesses pessoais, ao comprar os produtos do açougueiro, do cervejeiro e do padeiro, os quais, por sua vez, tinham seus interesses pessoais e profissionais na venda. Contudo, a primeira pergunta fundamental é se, de fato, eram os interesses pessoais que colocavam o jantar na mesa de Smith; a segunda, cirúrgica, é “quem cozinhava o bife? [...] Não sabemos por que a mãe de Adam Smith cuidava de seu filho. Só sabemos que cuidava.” (Marçal, 2022, p. 25-26). Pensemos no ordenamento da vida e nos locais de pertencimento naturalizados. Marçal fala sobre o lado invisível da economia, em termos de trabalho feminino, mas não deixa de se defrontar com as tarefas domésticas corporificadas na figura da mãe “o jantar de Adam Smith era servido porque a mãe dele garantia que a comida estivesse sempre à mesa” (Marçal, 2022, p. 26). E na esteira

da produção invisível de trabalho, alguém precisaria sustentar a produtividade do homem que disse com impecável racionalidade que não era por benevolência que havia alimento à mesa, pois

> Se você quer fazer parte da história da economia, tem de ser como o homem econômico. Tem de aceitar a versão de masculinidade dele. Ao mesmo tempo, o que chamamos de economia sempre depende de outra história. De tudo o que é excluído para que o homem econômico possa ser quem ele é. De modo que ele possa dizer que não há outra coisa. Alguém tem de preparar o bife para que Adam Smith possa dizer que esse trabalho não conta (Marçal, 2022, p. 47).

A autoridade de Joaquim ao indagar se Ana teria atendimento prioritário na correção da atividade, embora os homens fossem minoria numérica absoluta ali, fala sobre o pertencimento masculino aos lugares de privilégio, inclusive ao privilégio de poder sequer imaginar o que é assumir a responsabilidade com uma vida. Ana me pedir que "deixasse para lá", significava pedir que eu não me posicionasse, que não "criasse caso", que não "quisesse briga", que eu não "me preocupasse", que não saísse do meu papel. Mas eu não consegui – quase nunca consigo não me importar, me calar diante do que percebo como injustiça – endossar a barbárie dos silenciamento incorporados em nossa socialização ao feminino enquanto um lugar de renúncia aos direitos, de um corpo docilizado na aceitação das costumeiras violências de gênero. Por fim, apenas após a interdição que pus à violência por ele impetrada tomou voz, em coro, a coragem das outras mulheres na reprimenda à atitude dele.

Contudo, eu era uma figura de autoridade naquele espaço por estar no papel social "hierarquicamente superior" na relação professora-estudante. Assumi uma postura política na quebra do silenciamento histórico não apenas àquela mulher, mas àquela mãe. Nenhuma experiência externa foi ou será definidora de mim enquanto indivídua ou profissional, enquanto sujeita que se movimenta nas esferas públicas e privadas do ser. Por outro lado, por exemplo, a experiência na UFPE como professora substituta e não efetiva, além de viver na configuração familiar dos cuidados e a maternidade, performando nestes papéis do lugar de uma mulher negra demandava um constante deslocar de fronteiras. A condição de trabalhadora temporária, por exemplo, traz acessos e interdições que se borram nas hierarquias, atribuições, responsabilidades, enfim, até no fato de ser vista como alguém confiável para a escuta do outro.

É relacionalmente que o poder transita e as disputas são agenciadas. Os papéis e relações de poder são mobilizadas de modos e com ferramentas diversas nas diferentes situações: a despeito de também ser mãe, mulher, estudante, trabalhadora e transitar por todos estes papéis em um corpo negro, o que significa que a cor minha da pele chega antes de mim para os outros,

assumi e assumo uma postura política de denúncia e enfretamento interseccional ao perceber as mulheres que habitam em mim: as Anas, Claras, Betes, Naianes, Esmeraldas... e Ângelas.

Concluindo: racismo como *ordenhamento* da vida real

Nas minhas problematizações sobre a relação Mãe e academia, me vi enredada em discussões sobre outras categorias importantes como mulher, sexo, gênero, idade e trabalho, com debates profícuos no campo dos estudos feministas, inclusive, pautando raça como marcador social. Entretanto, nesse conjunto, a interseccionalidade aparecia, via de regra, como uma estrutura aditiva, modo bastante comum também da/na relação institucional com os temas sobre maternidades e maternagens. Lélia refletiu sobre a posição imperialista norte-americana quando afirmam ser "A América", como se ali fosse o "marco zero" de georreferencia das Américas, ignorando sumariamente o "resto" do continente. Ainda, em sua sagacidade hermenêutica e se afastando da heurística imperialista, a autora problematizou os termos identitários *afro-american* e *african-american*, traduzidos como afro-americano e africano-americano, respectivamente, os quais podem levar à suposição de que "só existiriam negros nos Estados Unidos e não em todo o continente (Gonzalez, 1988a, p. 134). Ao encontro disto, vai o fato de que não é incomum ouvirmos "referências" ao continente africano como se fosse um país em generalizações do tipo "na África há muita fome/pobreza", por exemplo.

Neste contexto, é fundamental rasgar o véu o silêncio velado e "dizer sem arrudeios", como dizemos aqui em Alagoas, que estas visões de referência binária Eu x Outro têm nome: racismo. É capital nomearmos estas noções que se conformam histórica e culturalmente nos imaginários sociais como superioridade e sistemas de dominação, identificando suas bases que são racistas, estruturalmente racistas. Problematizando sobre a categoria Mãe e academia, seguindo a linha de raciocínio sobre "sistemas de dominação", embora a interseccionalidade dialogue em sentido contrário, é necessário pensarmos sobre a categoria mulher como se fosse essencial e universal pensar a maternidade a partir dela. Mas para isto é preciso deslocar processualmente sexo e gênero, como lógica de criação de "mulher" em oposição a "homem", como a principal ideia de sistema de dominação. Mãe como uma categoria que nos permita analisar a realidade perceptível de pessoas que existem sob uma lógica de responsabilidade radical pela existência de outrem, não pode encontrar ponto de partida em sexo e gênero. Se assim o for, adicionará âncoras, mas não articulará possibilidades concretas.

Antes de seguir, quero salientar que ao falar em sistemas de dominação, me refiro especificamente ao peso, ao valor, à importância absoluta e fixa de uma categoria em relação à

outra, como neste caso, de que para pensar realidades maternas tivéssemos que partir do sexo/gênero, necessariamente. Se assim fizermos, aqui, no Sul do mundo, poderemos incorrer na cilada de ratificar matrizes de pensamento eurocentradas que sobrepujam corpos negros – os que guardam a cicatriz histórica da escravidão, pois o padrão, o corpo-tipo, gostemos ou não, é o branco – porque daí decorrem outras ordens de violência à diferença e à diversidade nos vieses normativos do patriarcado heterossexual. Isto dito, em defesa a julgamentos apressados, não vejo hierarquia absoluta entre as categorias Mulher e Mãe, mas diferenças que impossibilitam a aderência estática de uma na outra. Sobre a articulação entre gênero e raça, vejo como problemática a ideia de que algumas mulheres sejam sempre mais oprimidas que outras ou que a opressão seja no singular, o que significaria que todas as mulheres são oprimidas e da mesma forma. Para tentar explicar a necessidade de a categoria Mãe ser deslocada de noções que a conjuguem com a categoria mulher em absoluto, de forma estática, gostaria de fazer um diálogo com a ideia de o pensamento ocidental europeu relevar com supremacia o sentido da visão (Oyěwùmí, 2021).

A nigeriana Oyèrónké Oyěwùmí escrevendo sobre a sociedade Iorubá, nos instiga a refletir sobre o termo "cosmovisão", que usamos no ocidente para "resumir a lógica cultural de uma sociedade [...]. É eurocêntrico usá-lo para descrever culturas que podem privilegiar outros sentidos" e sugere que cosmopercepção seja "uma maneira mais inclusiva de descrever a concepção de mundo por diferentes grupos culturais" (Oyěwùmí, 2021, p. 29). Ao abordar a diferença nos termos, Oyèrónké nos alerta para o lugar privilegiado ao qual coloca-se o sentido da visão em detrimento dos demais e daí decorrer a estruturação lógica da cultura que se vê por quem vê. Desta forma, tendo um ponto de partida ancorado pelo olhar de uma da noção de Eu assumido como um corpo-tipo, como uma referência, promove construções de identidades do Outro; portanto, do ponto de vista de uma História eurocentrada, se constrói outridades (*Otherness*) (Kilomba, 2019). Dito de outro modo, a humanidade é primal do sujeito cognoscente que reconhece, categoriza e classifica o que vê: o Outro – e, na empresa (neo)colonial, significou e significa o assujeitamento desse outro visto e lido como primitivo/atrasado.

Vendo por este ângulo, que nos imprime majoritariamente nas páginas dos legados culturais epistemicidas da colonização cristã dos povos portugueses e espanhóis, temos que "ver para crer" ou, na mais surrealista das possibilidades, tentar "ver com outros olhos". Isto posto, precisamos de(s)colonizar os sentidos para buscar nas encruzilhadas outras percepções de concepções de mundo. Portanto, a categoria Mãe, como uma ferramenta analítica, no

imprime em 3D, possibilidades de entendimento de que as necessidades dos grupos de mulheres não são necessariamente, as dos grupos de mães. Assim como América não é apenas a porção setentrional do nosso continente, ser Mãe não é apenas ser mulher, mas uma performance que acontece rizomada (Guattari; Deleuze, 1995), com a produção do social sempre relacional e do lugar da responsabilidade constante por outrem, através de negociações de associações de redes (Latour, 2012) e malhas (Ingold, 2012), interseccionais, nos enredos da economia do cuidado e do trabalho imaterial, das maternagens e em suas localizações geográficas e políticas destes lugares.

A categoria Mãe é relacional à mulher, e esta, pelo fato (bio-lógico) de sê-lo, não precisa de fraldários, mas relacionalmente poderá precisar, sendo mãe ou não, inclusive. Um local adequado para armazenamento de leite materno por si, não é um lugar feito para uma mulher – quiçá, nem para uma mãe – mas para um bebê ser alimentado, função que pode ser desempenhada por qualquer ser humano em idade adequada para a execução da tarefa e que consiga, portanto, ofertar leite àquele outro ser humano nos meses iniciais de vida. Pensemos em outro cenário. Supondo que uma criança pequena esteja no ambiente da universidade sob a responsabilidade de outro pessoa que não a mãe, e seja necessário o uso de um fraldário. Provavelmente, desde a fralda limpa que será usada, passando pelos demais objetos envolvidos no processo (para forrar o trocador, para higiene pessoal da criança etc.), estarão na bolsa que, provavelmente, foi arrumada pela Mãe.

A criança estando com a mãe – o que, como perceberemos, é usual nos relatos das universitárias – todo o trabalho fica sob responsabilidade e execução dela. Por fim, estando a mãe no ambiente universitário, precisará de um lugar para ordenhar o leite e/ou armazená-lo; se não estiver, como no caso de outra pessoa estar com a cria, é necessário, no mínimo, local adequado para armazenamento e posterior oferta. Portanto, quero chamar a atenção para o fato fundamental de que não é o sexo ou o gênero que irá promover ou impedir as ações humanas de cuidado (em sentido amplo do termo), segurança e conforto a um bebê ou uma criança, mas a assunção do *ordenhamento* da vida real, fica, sobremaneira, com a Mãe. A maternidade nasce com um deslocamento do eixo gravitacional da existência de si.

2 A universidade pode ser um lugar para mães? Sobre Assistências e vulnerabilidades

A primavera chegou [...]/Améfrica/Ladina Améfrica
Deus é pedreiro e a Maria que é faxineira
Acorda cedo e trabalha a semana inteira
Quando as crianças se criam sem mamadeira
Porta-retrato da família brasileira, é/
Na minha casa é Malê/E eu continuo na fé
Eu vou fazendo valer/Rimando contra a maré [...]
Quilombo, quilombola/Quilombo, quilombola

(BaianaSystem, 2021)

No capítulo anterior ressaltei a importância de uma contribuição de Lélia Gonzalez ao falar sobre a noção do lugar de Outro o que, numa perspectiva eurocentrada, nos desumaniza enquanto povo ameríndio e amefricano. A citação foi retirada de uma fala que a autora realizou na Constituinte, em 1987, e a perspectiva de encaixá-la ali foi porque o momento político de construção democrática da Constituição cidadã de 1988 nos imbuía da ideia de "povo brasileiro", noção que não pode desconsiderar o racismo estrutural nem o mito da democracia racial em nossa formação. Ponderei que para nos georreferenciarmos enquanto na América, precisamos localizar o Sul, visto que o referencial de "América" é a do Norte – mais especificamente, os Estados Unidos da América. É no bojo destas ponderações e noções que trago a música "Porta-Retrato da Família Brasileira", do grupo BaianaSystem (2021), que canta a "Améfrica Ladina", *rimando* contra a maré. Na primavera das referências diaspóricas e decoloniais navegam o Atlântico pelo léxico da categoria amefricanidade, a qual Lélia explica e contextualiza no ensaio que data do mesmo ano da promulgação da CF/88, "A categoria político-cultural de amefricanidade" (Gonzalez, 1988a).

Como Lélia localiza a Améfrica "enquanto um sistema etnogeográfico de referência" (Gonzalez 1988a, p. 135), mobilizo a produção de análises que contribuam para percepções outras das demandas dos grupos de mães estudantes, em diálogo com as respostas ao formulário produzido em conjunto com a PROAES, bem como com as resoluções e normatizações da Assistência Estudantil da universidade. Desejo honestamente que as provocações, reflexões, desabafos e realidades apresentadas e as relações analisadas possam auxiliar movimentos inclusivos e transformadores para as mães universitárias da UFPE, as gestões institucionais, especialmente, da UFPE.

Na primeira parte do texto explico o questionário e o contexto no qual foi elaborado, como foi metodologicamente utilizado e apresento a Assistência Estudantil da UFPE, explicando pontualmente as mudanças no PNAES de 2024 em relação a 2010, pois até o

momento, não está disponível qualquer documento sobre a implantação das novas diretrizes da PNAES na UFPE – contudo, os esforços da instituição, como a instituição do GT de Parentalidade, em 2025, é indicativo de que a universidade continua comprometida nos esforços de inclusão das demandas maternas. Na segunda metade, me detenho na análise de uma questão fundamental: nenhuma linha das resoluções foi escrita considerando maternidade em suas especificidades, a não ser no que compete à resolução que trata sobre o afastamento para o parto, a qual brutalmente, deriva de uma documentação que data da época da ditadura militar no Brasil (não apenas na UFPE) e faz um mix conservador entre natureza, cultura, saúde e adoecimento.

2.1 A universidade não é lugar para mães

> *A universidade não é lugar para mães. Falo esta afirmação não porque acredito nela. Mais, pela forma como a Universidade com suas diretrizes de pós parto conduziram meu período.*
>
> *A vida acadêmica ela não é feita pra mães, me sinto totalmente isolada, sem rede de apoio dentro do campus e fora.*

Durante o final do ano de 2023 até fevereiro de 2024, estive em proximidade com a PROAES, colaborando com a organização de dados a serem coletados sobre as estudantes mães da UFPE. A primeira pergunta que se colocou pela gestão foi *quantas mães estudam na UFPE?* A resposta era um grande vazio de informações, situação que não se restringe à UFPE, mas é recorrente em outras Instituições de Ensino Superior (Cunha; Paiva, 2024). Além disso, não se tinha dados sobre *quem eram* aquelas mães, ou seja, qual o perfil socioeconômico delas e, portanto, uma nuvem cinza de impossibilidades de formou sobre nossas cabeças. Entretanto, a ausência se fez potência e nos pusemos a pensar em formas de coletar estes dados. Em 2024, minha pesquisa já havia assumido os contornos da etnografia nos espaços que construía coletivamente e participava na universidade e, portanto, já havia produzido um formulário extenso no *Google Forms*, exatamente, em busca de informações quanti e qualitativas. Contudo, pretendia iniciar pela coleta de dados secundários através dos registros de matrícula ou das ações de Assistência Estudantil, por exemplo. Para minha ingrata surpresa, à época, nenhum dado sobre maternidade fora sequer elencado em algum formulário institucional.

Este estado de coisas nos dá uma noção do quão subalternizada é a temática pelas IFES, especialmente na região Nordeste do Brasil (Silva; Salvador, 2021). Na época em que orientei monografias na área da saúde, no campo da enfermagem, a questão da ausência de dados sobre a paternidade fora questionada algumas vezes, contudo, não houve adesão das orientandas para

imersão no tema[34]. Em outra oportunidade que participei de uma pesquisa sobre o perfil das juventudes no estado de Alagoas, colaborando com investigação e análise dos dados sobre maternidades, a ausência de dados sobre "pais" nas bases oficiais da área da saúde, como o DataSus, por exemplo, me leva a acreditar que a paternidade não seja uma questão relevante para o Estado brasileiro. Desde as consultas pré-natais, passando pelo parto e os primeiros dias da vida do recém-nascido, nada passa pela figura do pai: não se coletam dados sobre a presença/ausência do genitor nas consultas, na divisão das responsabilidades, das corresponsabilidades, nada. Além disso, o direito da parturiente a uma pessoa acompanhante, quando respeitado, é geralmente, concretizado na presença de outra mulher, não do genitor, o que só colabora para a difusão, no imaginário social, de imagens materna e paterna completamente opostas em termos de responsabilização, culpa e cuidado, com as exigências que recaem sobre as mães, sendo diferentes das direcionadas aos pais (Scavone, 2001).

Depois que nasce, a identificação de Recém-Nascido (RN) é de "RN de (nome da mãe)", nada sobre o pai. Sem contar a naturalização da inscrição de "não registrado" que ocupa o lugar do nome do genitor nos registros de milhares de crianças brasileiras (Da Silva; de Souza, 2025). Nesse sentido, enquanto para os homens a paternidade deve ser comprovada, uma vez que ela pode ser questionada, a maternidade é dada como certa para as mulheres, considerando-se que, nesse contexto, a maior prova de uma maternidade seria a própria gestação e o parto, ao passo que o estabelecimento da paternidade se baseia, por tradição, na relação sexual com a mãe (Strathern, 1995).

Contudo, voltando à universidade, este micro espaço no qual as relações de organização burocratizadas seguem o modelo da burocracia racional e hierarquizada do Estado, até pouquíssimo tempo, a maternidade sequer era uma questão. A ausência de dados nos sugere que historicamente, a universidade não é um espaço para mães nem para crianças; que a gestação é tema de pesquisas no âmbito científico, mas não de pauta institucional sobre acesso e permanência, com foco naquela sujeita, mas sob a ótica do cumprimento de prazos; que não há espaço de relevo para as condições das quais as mães necessitam para se inserir no contexto acadêmico... Em outras palavras, não há espaço no campus para mães. Embora as mulheres sejam maioria quantitativa nas universidades brasileiras, as posições ocupadas na gestão universitária, em cargos de chefia, ainda são em números inferiores quando comparados aos homens (IBGE, 2021). Ou seja, qualitativamente, estamos lá, mas dependentes de homens para

[34] Acredito que o fato de não ser uma professora com vínculo empregatício, o que me colocaria efetivamente na instituição, podendo sustentar uma linha de pesquisa, contribuiu para a não adesão deste e de outros temas, inclusive, sobre maternidades.

pensar e relevar as questões que nos dizem respeito. Esta realidade vem sendo denunciada e reivindicada no âmbito docente pelo movimento *Parent in Science* (PiS) e pelos coletivos estudantis, notadamente os coletivos de mães. As pautas destas organizações incluem criação ou ampliação de creches e de vagas, acesso aos restaurantes universitários, inclusive para as crias, auxílio moradia e transporte, entre outras (Silva; Salvador, 2021; Silva, 2024).

2.1.1 Gestando coletivamente

Na abertura desta seção estão as falas de duas estudantes extraídas do formulário que construí em conjunto com a PROAES – transformando a ausência em potência. No primeiro contato com o pró-reitor à época, apresentei um extenso formulário que havia produzido originalmente para minha pesquisa. A intenção era obter informações sobre trabalho imaterial como, por exemplo, acesso individual e/ou coletivo a materiais de estudo como livros, apostilas e xerox, mas também computador, notebook, smartphone etc., os usos do tempo para estudar, atender às demandas das crias, lazer, entre outros. Estavam contempladas perguntas sobre trabalho remunerado, participação da estudante na composição da renda familiar, origem social, moradia (gastos com aluguel e contas de energia, água etc.), disponibilidade de rede de apoio para os cuidados com as crias, acessos e usos de transporte para locomoção na execução das rotinas cotidianas, entre outras.

Contudo, as negociações rumaram para um meio-termo, de modo que estivessem contempladas questões quantitativas, importantes para que a gestão mapeasse e pudesse, então, pensar ações, mas também de cunho qualitativas, com as demandas maternas das estudantes e que houvesse um espaço para que elas se expressassem. Foram longas tardes de trabalho que nos intervalos entre as aulas ministradas, quando me dirigia para a sede da Pró-Reitoria, reuniões online e presenciais e bastante trabalho em casa. Como a construção foi conjunta e para que isso ocorresse, ficou acordado que tanto a gestão quanto eu, utilizaríamos os dados para fins de pesquisa, com garantia total do anonimato das informações pessoais ou quaisquer outras que possam identificar as respondentes[35].

Durante a primeira semana do mês de fevereiro, estruturamos as 12 perguntas componentes do questionário (a partir de questões extraídas do meu questionário de pesquisa e outras, pensadas sob a ótica das demandas da gestão). Destas, 7 tinham opções pré-definidas: sobre autodeclaração étnico/racial; sobre o vínculo com a universidade (se estudante de

[35] Com base na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13709/2018, que entrou em vigor em 18 de setembro de 2020.

graduação ou pós-graduação, turno de aulas, campus de origem) e sobre as crias (quantidade, idade) e, as demais possuíam espaço para respostas livres, como o nome do curso. Contudo, das 5 questões subjetivas, 3 serviram para a PROAES identificar as estudantes (nome, número do telefone e endereço) e, por óbvio, não foram aqui abordadas. A questão 12, a última, possibilitava a produção de um texto curto para expressão das subjetividades/demandas das respondentes e foi, portanto, a mais significativa para mim neste momento da pesquisa. O cabeçalho era "*Mãe-estudante, você gostaria de deixar uma mensagem, falar algo que não foi perguntado aqui, dar sugestões ou exprimir alguma insatisfação? Se sim, por favor, utilize o espaço abaixo, ele é todo seu! ;)*".

2.1.2 O parto dos dados – ou sobre as trilhas metodológicas

Os dados sobre mães estudantes que aqui apresento não têm robustez para uma análise quantitativa, por algumas questões de "natureza" e de "especificidade", por assim dizer. A primeira e mais importante diz respeito ao próprio "desenho" da pesquisa, pois tanto a etnografia quanto a pesquisa documental, se enquadram no campo qualitativo (Richardson, 2017). Neste sentido, a percepção no processo de formação/mudança do campo, ou seja, o lócus de pesquisa, o estar lá (Geertz, 2009), figurou duas perguntas, a saber: quais necessidades produzidas pela condição de ser mãe no ambiente acadêmico devem ser observadas para garantir acessos e permanência à/na universidade? Quais demandas sociais, culturais e econômicas específicas estas mães reivindicam como suporte institucional para sua (sobre)vivência no ambiente acadêmico? Deste modo, estas perguntas não são de natureza mensurável, mas teórico-reflexiva, embora apresente representações imagéticas, sejam gráficos ou tabelas de autoria própria, ambos para análises qualitativas como ferramenta de auxílio ao entendimento das respostas à questão 12, para pensar as questões apresentadas.

A segunda questão é sobre a especificidade, no que compete ao cenário da pesquisa com mães estudantes no âmbito da academia e das ações da UFPE, visto que estou desde 2024 afastada do campo. Este tempo para decantar as experiências, tem sido fundamental no reencontro com os cadernos de campo, diários pessoais e também com os próprios dados já analisados. O sentimento de *outsider within* (Collins, 2919) não me desestimula, mas ao contrário, dá forças para assumir a alteridade do processo reconhecimento de meu trabalho, assim como outros textos etnográficos "são também verdades posicionadas" (Abu-Lughod, 2018, p. 198).

Um fator impeditivo comum na acurácia dos dados sobre mães estudantes é a falta de uma ação institucional mais minuciosa como, por exemplo, a coleta de informações sobre maternidade e paternidade no ato da matrícula e sua atualização nas matrículas semestrais. Contudo, após diversas manifestações, especialmente do corpo discente e docente, incluindo as RC e as da SPCE 2021 e 2022, de onde originou-se a ideia de um coletivo de Mães da UFPE, a universidade tem realizado a coleta destes dados a partir do semestre 2024.1, na graduação.

Neste contexto, os primeiros dados institucionais especificamente sobre mães da UFPE nasceram deste processo de coleta através do formulário que construímos e fora divulgado pela PROAES em suas redes sociais, o que deu grande visibilidade e adesão. O formulário *online* ficou disponível a partir do dia 16/02/2024 e após 12 dias, já contava com 395 respostas. Entretanto, pós esse *boom* inicial, os acessos diminuíram e se estabilizaram, de modo que depois de 40 dias corridos, ao final de março de 2024, constavam 409 respostas registradas. Ao final do prazo, em julho de 2024, tivemos o total de 421. Aloquei todas as respostas em uma planilha (principal), excluindo os dados que poderiam identificar as respondentes: nome, endereço e contato e realizei a primeira leitura dos dados. De modo geral, defini e apliquei os critérios de exclusão e compilei as respostas que atendiam os critérios em outra planilha (batizei de "planilha 2"). Em resposta à pergunta "Você é estudante de graduação ou pós-graduação?", no universo de respondentes, 351 estavam na graduação e 70, na pós-graduação (Figura 3).

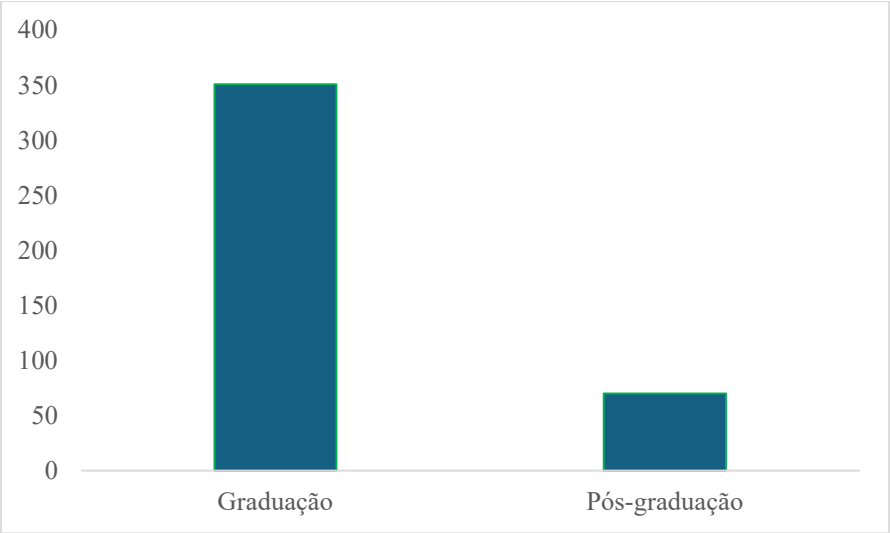

Figura 3. Representação gráfica quantitativa do momento acadêmico das mães. Fonte: Elaboração da autora (2025).

Assim como nas RC, o público majoritário de respondentes foi da graduação. A diferença é que neste caso, a pesquisa só computou dados sobre mães que estavam na universidade como estudantes e, portanto, não contabilizou servidoras. Outro ponto importante

de salientar é que em nenhum momento das interlocuções, fosse dentro ou fora da reitoria, foram consideradas as profissionais terceirizadas, como as dos serviços gerais, segurança, manutenção etc., nem em outras ocupações, como livrarias, alfarrábios, lanchonetes, por exemplo.

Ao questionar a ausência, as respostas eram majoritariamente de que este público é volátil porque estavam de passagem pelo campus, não eram estáveis. Deixo o apontamento para que futuras pesquisas eventualmente se envolvam na questão, visto que "volátil" neste caso, pode ser entendido como trabalho precarizado e outras formas de invisibilização e vulnerabilidade de mães na universidade. Embora a passagem de estudantes pala universidade seja também transitória, variando em média de 02 anos nos mestrados e 04 anos nas graduações e doutorados, considerei as respostas como um conjunto de "mães estudantes" sem dividi-las entre graduação e pós-graduação, mas identifico o momento acadêmico nas falas. No que diz respeito a quantidade de filhos, havia intervalos de idade demarcados: de 0 a 3 anos e 11 meses, de 4 a 6 anos e 11 meses, de 7 a 9 anos e 11 meses, de 10 a 13 anos e 11 meses. As faixas etárias foram importantes para a instituição por dois motivos, quais sejam, a identificação quantitativa de crianças pequenas, até 06 anos, em razão da demanda da creche e uma questão mais delicada, de a assistência estudantil primar pelas crianças que ainda não tinham idade para usufruir de programas remunerados de incentivo ao primeiro emprego. Organizei um quadro para ilustrar a relação entre o momento acadêmico e a quantidade de filhos, mostrando quantas mães respondentes vivem a realidade de "uma" a "4 ou mais crianças" sob sua responsabilidade (Figura 4).

Momento acadêmico	Quantidade de respondentes	Quantidade de filhos
Graduação	260	1
	68	2
	16	3
	6	4
Pós-graduação	49	1
	19	2
	2	3

Figura 4. Quadro ilustrativo do momento acadêmico, quantidade de respondentes e de filhos(as). Fonte: Elaboração da autora (2025).

Esta associação mostrou que a maioria das estudantes de graduação e da pós-graduação são mães de até duas crianças. A despeito da quantidade de filhos, há uma ponderação

necessária sobre uma das diferenças entre os momentos de graduação e pós, que é em relação às bolsas. Geralmente, durante a pós-graduação recebem-se bolsas estudantis que variam entre R$ 2.100,00 (mestrado) e R$ 3.100,00 (doutorado)[36], o que, longe de ser suficiente para a manutenção de uma família, é um suporte fundamental. Por outro lado, as bolsas na graduação, quando disponíveis, são em valores consideravelmente menores e os critérios para elegibilidade (elevada frequência nas aulas, alto coeficiente de rendimento etc.), usualmente, estão distantes da realidade materna. A partir da planilha 2, fiz releituras e busquei nas anotações dos cadernos de campo palavras que as mães utilizavam com frequência e então, as busquei na planilha 2 das respostas e as grifei, destrancando-as. No universo das 421, 256 respondentes preencheram a questão 12. Para análise, os critérios de exclusão se resumiram às respostas ausentes (esta era a única pergunta sem obrigatoriedade de resposta) ou preenchimento do campo com a palavra "não". Após a aplicação dos critérios, obtive 248 respostas preenchidas.

Neste momento, uma situação surgiu: dois homens/pais, haviam respondido. Confesso que o pensamento inicial foi de excluir, contudo, as falas deles foram elucidativas *sobre* suas relações com as crias e/ou suas mães, sob seus pontos de vista. Por isso, foram consideradas a parte. Considerando a planilha com as 248 respostas de mães, segui à etapa de busca e comparação com as palavras do caderno de campo, observando as palavras que mais apareceram nas anotações em caderno de campo e no formulário. "Rede de apoio", apenas "apoio", "creche", "mãe(s) solo", "auxílio" ou "auxílio financeiro", "empatia" e "professores" são exemplos. Algumas frases me chamaram a atenção, por falar em sobrecarga, cansaço, trabalho ou sua ausência, além de diversas declarações que envolviam as sobreposições de rotinas dos afazeres domésticos e acadêmicos.

Em paralelo a isso, examinei toda documentação da UFPE disponível sobre Assistência Estudantil para contextualizar o universo das políticas estudantis existentes na universidade, buscando enfoque nas que englobam as maternidades. As conclusões foram surpreendentes. Às questões de resposta obrigatória do formulário com a PROAES, devotei atenção pontualmente, apresentando ilustrações gráficas na discussão e sem pretensão de análises quantitativas, pelos motivos já explicitados. Por fim, analisei as respostas ao formulário junto às informações disponíveis da legislação sobre Assistência Estudantil.

[36] Os valores variar de acordo com as instituições provedoras. O valor aqui indicado tem como referência a CAPES, até o ano de 2025.

2.1.3 Os primeiros passos

Entre o final de 2023 e início de 2024, já amparadas nas experiências anteriores na universidade (como as RC e as Rodas de Conversa e Diálogo[37]), ao passo que pensávamos as demandas de mães e coletávamos os dados do formulário, participei da elaboração de uma portaria, o desenho inicial do que seria o "Programa para Permanência Materna na Universidade (PROMATER)" e no decorrer das atuações da PROAES, se chama "Programa Pró-Maternagem (PROMATER) da UFPE" – agora, no final de 2025, com edital e portaria em vias de publicação (Melo, 2025). No que concerne a estas demandas, uma das questões muito evidentes nas respostas ao formulário foi a necessidade de apoio institucional financeiro e em relação à creche (ampliação no número de vagas, mudança nos critérios de seleção e da idade do público infantil atendido, por exemplo) ou de espaços voltados à atenção às crianças enquanto as mães estivessem nas aulas no turno da noite e/ou nos cursos em tempo integral (manhã e tarde).

> Achei muito bacana essa iniciativa da Proaes. Tenho uma sugestão, seria bom que o auxílio creche fosse de 0 à 6 anos como os dois servidores, pois há muitas mães que estudam e trabalham e muitas vezes não tem uma rede de apoio eficiente, sendo assim aumentando o limite de idade do auxílio creche as mães poderiam estudar e trabalhar sem se preocupar em " tirar" metade do salário, pois o auxílio já ajudaria nessa despesa que é deixar o filho em um hotelzinho ou pagar uma pessoa capacitada para cuidar. Ansiosa para mais informações sobre esse apoio para as mães estudantes (Mãe graduanda, 2024).
>
> Sou mãe solo, estudante de curso integral, não tenho como trabalhar, sustento minha filha com 700 reais de auxílio. Converso com outras mães na mesma situação e não é fácil. O apoio psicológico não é lá essas coisas. No fim, nós viramos sozinhas. Deveria existir um abono para mães com filhos maiores, um apoio para nós (Mãe graduanda, 2024).
>
> A Universidade é carente de políticas de assistência estudantil que aumentem as chances das mães permanecerem na graduação, como por exemplo, bolsa-auxílio para custear creches, espaços adequados para a recepção dos filhos enquanto a mãe estiver assistindo às aulas, além de campanhas/programas de conscientização da comunidade acadêmica sobre a necessidade de acolhimento das mães estudantes e de seus filhos (Mãe graduanda, 2024).
>
> [...] viabilizar concessão de bolsas permanência específicas as mães que necessitam; campanhas de conscientização aos docentes de flexibilização e empatia especificamente as mães - reavaliação de mudança nas normas de abono de faltas, visto que as mães que não tem rede de apoio precisam se ausentar das atividades da universidade em situação de doença e ou quando não tem expediente na creche/berçário/escola. Com isso, estudar a possibilidade de ampliação de vagas na Creche Paulo Rosas e/ou criação de um espaço de acolhimento as crianças das mães da UFPE (Mãe graduanda, 2024).

Foram 69 respostas com a palavra "creche"[38] e as quatro aqui elencadas interseccionam questões importantes como falta de rede de apoio, maternidade solo, a necessidade de

[37] As Rodas de Diálogo (RD) foram momentos como a SPCE 2023, dos quais tratarei adiante.
[38] Trato especificamente do Auxílio Creche na seção 3.1.1 do capítulo 3.

“conscientização” da comunidade acadêmica e sobre as faltas em razão da responsabilização com as crias. Neste sentido, quero elucidar a relação entre “maternidade solo” e “rede de apoio” e tentar contribuir com a percepção do que seria a “conscientização da comunidade acadêmica” e a importância de um olhar mais acurado sobre o “abono de faltas”, em decorrência do cuidado com as crias.

“Mãe solo” é uma expressão autodescritiva de autodenominação identitária, mas também uma marcação de postura política, em contraposição a designação de “mãe solteira” (Finamori; Batista, 2022). Esta expressão popularizada em redes sociais desde os anos 2010 vem carregada de luta por direitos civis e reprodutivos, especialmente no reconhecimento da configuração familiar monoparental na CF/88 (Borges, 2020), contudo é importante demarcar que a “família monoparental” é usualmente uma família composta por uma mãe e sua(s) cria(s), com ou sem parentes na configuração, mas sem companheiros (IBGE, 2022). Assim, é importante demarcar as famílias chefiadas por mulheres, mas também, a importância de que maternar solo, é uma responsabilidade que ultrapassa a questão conjugal. A presença de um homem na composição familiar não significa necessariamente, uma divisão equânime das tarefas doméstica e/ou da gama de responsabilidades e cuidados com a prole.

Lize Borges (2020) explica que maternidade solo é uma experiência solitária, na qual a ausência de corresponsabilidade paterna que produz sobrecarga materna; ou seja, independe do estado civil. “Temos uma carga muitas vezes maior que a grande maioria dos homens. Afinal, é fácil ter carreira acadêmica com suas esposas em casa cuidando de seus filhos. Mas quando nós mesmas buscamos nos desenvolver precisamos conciliar os dois papéis” (Mãe pós-graduanda, 2024). Nesta perspectiva, Finamori e Batista (2022) argumentam que mão solo, para além de mera substituição ao termo “mãe solteira”, possui também uma dimensão analítica, pois tensiona a conjugalidade, no contexto de ausência de divisão igualitária das responsabilidades e cuidados pelo outro genitor, independentemente do estado civil formal (podendo ser solteira, casada com o pai de sua criança, viúva ou divorciada). Uma outra questão suscitada pelas autoras e que interessa é sobre

> como lidar com uma categoria tão aberta e abrangente do ponto de vista demográfico e das políticas públicas. Por exemplo, na proposta de Accordi (2018) uma das justificativas para o financiamento público das residências para “mães solo” é o dado do IBGE sobre rendimento familiar mensal no estado de Santa Catarina em que as famílias de menor renda teriam a composição de “mulher sem cônjuge com filho”. A autora não avança na discussão, mas vale apontar que o uso da tipologia para uma problematização mais ampla em torno da responsabilização familiar e social em relação às crianças e as tipologias oficiais, baseadas em estado civil ou unidade doméstica, dificilmente vão convergir (Finamori; Batista, 2022, p. 15).

Desta forma, a maternagem solo, a assunção da maior ou total parcela de responsabilidades surge como importante categoria para pensar políticas públicas e institucionais a partir da maternidade sem determinantes de conjugalidade. Seria a coleta de dados sobre maternagem solo uma alternativa ao problema? Ou será que pensar o contexto da conjugalidade seria importante para avançarmos no que diz respeito à conscientização da sociedade (e não apenas da comunidade acadêmica) sobre a necessidade de acolhimento das mães estudantes e de seus filhos? Nesta linha de raciocínio, achei importante o reconhecimento de que a vivência na/da universidade não se restringe às aulas e que assim como Ângela, outras mães expressaram o desejo de ocupar lugares "de cientistas" (pesquisa e extensão). Neste sentido, algumas solicitações nas respostas à questão 12 também demandavam espaços para acolhimento das crianças que não se limitassem à creche, como espaços comunitários na instituição onde

> Acredito que efetivar um programa que de fato venha a auxiliar as mães é necessário para a sua permanência na universidade, ainda mais as mães solos que não possuem rede de apoio (que é o meu caso). É uma luta árdua e diária, em que nos perguntamos constantemente se a universidade é mesmo o nosso espaço? **Se ser mãe, universitária e pesquisadora é a escolha certa?** Acredito que um apoio financeiro e psicológico talvez nos motivasse mais e não nos frustrasse tanto durante o processo (Mãe graduanda, 2024, grifos meus).
>
> [...] Não tenho rede de apoio, muitas vezes preciso faltar na faculdade porque meu marido atrasa no trabalho e em relação a monitoria, projeto de extensão ou qualquer atividade extracurriculares é quase impossível, senão dizer impossível, para mães iguais a mim [...] (Mãe graduanda, 2024).
>
> Pra mim uma grande dificuldade e insatisfação com relação a pós é o não reconhecimento da despesa financeira que temos para poder estudar. As agências de fomento a pesquisa não oferecem nenhum auxílio creche para que possamos matricular nossos filhos pequenos e estudar. A nossa pós é receptiva com crianças mas levá-las de [cidade x] até a UFPE é um transtorno nos transportes públicos, além disso tem a alimentação delas durante o dia e não há nenhum espaço pensado pra elas na universidade, nem sequer fraldário tem para os bebês (Mãe pós-graduanda, 2024).
>
> Falta de um local para deixar minha filha para poder estudar, pesquisar e desenvolver minhas atividades acadêmicas [...] (Mãe graduanda, 2024).
>
> Gostaria que a sociedade acadêmica tivesse um olhar mais benevolente com as mulheres mães que estão desempenhando suas pesquisas mas que nem sempre conseguem está 100% de forma presencial. Temos uma carga muitas vezes maior que a grande maioria dos homens. Afinal, é fácil ter carreira acadêmica com suas esposas em casa cuidando de seus filhos. Mas quando nós mesmas buscamos nos desenvolver precisamos conciliar os dois papéis (Mãe pós-graduanda, 2024).
>
> Uma sugestão seria uma bolsa auxílio para mães pesquisadoras (Mãe graduanda, 2024).

Insisto na impossibilidade de análise de outros marcadores sociais da diferença para a análise da questão, visto que não há como pensar em um marcador sem sua intersecção relacional. Embora não seja meu objetivo formular políticas, insisto que as camadas que ora se

"sobrepõem", ora arrefecem, enfim, se interseccionam, são o "pano de fundo" das experiências individuais e de grupo. Isto dito, é imprescindível visibilizar as longas caminhadas que, no espaço acadêmico perpassam, inseparavelmente, ensino, pesquisa e extensão sempre pelas encruzilhadas individuais e de grupo – neste caso, o grupo de Mães – em sua heterogeneidade de raça, etnia, geração, classe, origem social... Ressalve-se que ainda que em configuração solo, a maternidade não significa exclusivamente uma experiência de sofrimento e "abandono parental" – embora não seja a versão mais comum. A Fertilização in Vitro (FiV), por exemplo, pode ser vivenciada por pessoas com útero em garantia "de sua autonomia da vontade, dos seus direitos reprodutivos, sexuais e do direito ao próprio corpo" (Borges, 2020, p. 10).

Dito de outra forma, significa uma implicação política e teórica que vai ao encontro do reconhecimento de que a maternidade não é um caminho "natural" das mulheres cisgênero, que nem todas desejam ter filhos e que, definitivamente, engravidar pode não ser uma escolha prévia, como ocorre nos casos de mulheres que engravidam a despeito do uso de medidas contraceptivas. É também reconhecer e defender que o gestar pode ser incorporado através das tecnologias de FiV por escolha de pessoas com útero, como homens transgênero. A maternagem é, portanto, uma performance social que pode ser realizada através de outros lugares que não apenas o da mãe biológica, inclusive, por outras pessoas da família de origem e/ou extensa, como avós, tias, primas. Neste sentido, a adoção é uma outra possibilidade que pode ser legalmente experenciada por mulheres em configurações solo ou de casais hétero ou homoparentais. A elaboração de políticas públicas precisa ponderar as relacionalidades interseccionais de maternidades e maternagens, enfim, da economia do cuidado (Esquivel, 2012) e do trabalho imaterial de mães.

Outro fator relevante diz respeito às possibilidades de locais de salvaguarda para as crianças e possibilidade de ação dentro ou fora do ambiente doméstico, de modo seguro. Falo sobre o estabelecimento de redes de apoio que garantam tempo para descansar, para o lazer, para realizar leituras, ir às aulas, estágios etc. E para isto, aponto duas dimensões sobre a composição de redes de apoio: seu caráter público e/ou privado e a relação com a maternidade, com um olhar para a configuração solo. Uma rede é composta por pessoas que não são as responsáveis primárias pela cria e/ou instituições, inclusive, tanto a CF/88 quanto o ECA/96 nos orientam sobre a dimensão coletiva e social dos cuidados com as crianças.

É fundamental frisar, neste sentido, que a figura do genitor não configura rede de apoio. A despeito de relação conjugal, sua função primeva é (ou deveria ser) de divisão das responsabilidades com a mãe de forma equânime – orientação, inclusive, dos processos

judiciais que definem como modelo estabelecido no Brasil a guarda compartilhada. Ou seja, com todas as letras: pai não fornece ajuda; endossar qualquer pensamento neste sentido é afundar Mães em sobrecarga, em figurações de 4ª jornada, em looping. A rede de apoio em sua dimensão privada seria a composta geralmente, pela família extensa, redes de solidariedade como pessoas da vizinhança e amizades próximas ou ainda, por profissionais como babás e/ou empregadas domésticas. No sentido público, diz respeito às políticas públicas e institucionais, responsabilidade do Estado na construção e manutenção de espaços públicos – como, por exemplo, praças, parquinhos, brinquedotecas e bibliotecas e creches e escolas nos diferentes níveis educacionais. Embora os índices de evasão estudantil materna não estejam registrados pela instituição, algumas respostas ao formulário expuseram a relação entre falta de rede de apoio e evasão.

> Poderia ser criado algo que incentivasse as mães a não desistir do curso. Muitas desistem pelo fato de não ter com quem deixar seus filhos!" (Mãe graduanda, 2024)
>
> [...] Estou no final do curso, faltando apenas 4 disciplinas, teoricamente reprovada por falta, pois não abonam minhas justificativas, penso em desistir da graduação mesmo faltando tão pouco e lido com a vontade de desaparecer do universo pois sinto que nadamos, nadamos e não saímos do lugar. Para quem é a universidade, afinal? jovens e sem filhos? (Mãe graduanda, 2024)
>
> As atividades e horários dos cursos são pensados para pessoas que não possuem obrigações além da UFPE, são pensadas para pessoas que vivem apenas para os estudos, inclusive o corpo docente não é nada compreensivo com pessoas que possuem filhos ou precisam trabalhar para sobreviver, além de estudar. Isso vem trazendo grande evasão nos cursos, inclusive, eu mesma penso na possibilidade de desistir no momento (Mãe graduanda, 2024).
>
> Acredito que, de fato, a universidade não apresenta incentivo para mães estarem ocupando esse espaço. Confesso que a cada período há muita "ginástica" referente ao tempo para fazer tudo caber, a universidade, os filhos, o trabalho e todas as outras demandas. Apenas não temos a opção de desistir porque o tempo nos é precioso, apesar de ser o que muitas fazem por não encontrarem formas de permanecer dentro desses espaços. Vejo, então que é quase (ou totalmente) como um ato de resistência ser mãe e estudante da universidade federal, seja na graduação ou na pós graduação (Mãe graduanda, 2024).

Contudo, não basta "apenas" a constituição de redes de apoio privadas ou públicas, mas atravessando os dualismos, precisamos pensar sob quais condições se constituem (ou não) as redes. E daí surge a necessidade de uma "conscientização da comunidade acadêmica" e, indo mais próximo à encruzilhada, de nossas sociedades. Para entendermos as condições de acesso, precisamos pensar não apenas se são oriundas ou não de escolas públicas. Este não é um indicador absoluto de ausência de condições financeiras para estudar em escolas privadas o que, por extensão, poderia indicar uma origem social de baixa renda familiar e a consequente necessidade de suporte financeiro institucional/do Estado; dados sobre o grau de escolaridade

das pessoas (mães, em especial) que investiram no processo educacional daquela estudante que ali se mostra demandante de auxílios, podem ser um caminho interessante. Sugiro que o acúmulo de conhecimento, oportunidades (fazer uma graduação ou uma pós-graduação em outro lugar ou até mesmo no exterior) de quem cuida (insisto, geralmente a mãe), é uma janela de possibilidades de entendimento conjuntural familiar também. O trabalho imaterial de mães com mais oportunidades ao longo de suas trajetórias pode dar pistas valiosas sobre "origem social".

Além disso, "acesso" tem relação subjetiva com mobilidade, especialmente, dentro do campus. Ouvi, li e vivenciei relatos de impedimentos de acessar a sala de aula, de ir a campo pesquisar ou frequentar bibliotecas (onde é crucial o silêncio, o que não se consegue barganhar com uma criança sem alienã-la do ambiente) e/ou laboratórios (os quais além do silêncio, são potencialmente perigosos para crianças). As respostas das mães sobre as interdições trouxeram apontamentos de falta de empatia e expuseram falas fortes, marcadas por violências simbólicas, insatisfações com as condições de afastamento relacionadas à maternidade, desde as mais pontuais às que exigiam mais tempo.

> expresso repúdio por professores que tratam de forma inadequada alunas que levam os filhos para as aulas por não ter com quem deixar (Mãe graduanda, 2024).
>
> Gostaria que os professores tivessem mais empatia com as mães, as vezes precisamos faltar por questão que não tem quem deixar o bebê ou por o bebê esta doente (Mãe graduanda, 2024).
>
> A universidade precisa atualizar sua metodologia para lidar com as mães, afinal, temos direito de ocupar todos os espaços que quisermos. Chegando delegar a mulher mãe o papel do serviço doméstico e nada mais. Poucos professores estão capacitados para lidar combo mundo moderno, pelo visto. Nós, mães, não iremos desistir dos nossos sonhos por causa das limitações de outrem (Mãe graduanda, 2024).
>
> A universidade não é pensada para mulheres pretas/pobres e mães. Não temos voz e nem vez. O restaurante universitário é de péssima qualidade, já fui intoxicada, mas infelizmente preciso continuar me alimentando no RU por falta de condições financeiras. Os professores deveriam estender os prazos e serem mais solícitos e humanizados com alunas mães de crianças pequenas. Não há acolhimento, já fui olhada de cara feia, por precisar assistir aula com minha filha. Fico feliz que algo será pensado para as mães estudantes! (Mãe graduanda, 2024).

Acesso e permanência de mães na universidade é, de fato, uma questão urgente. Observe-se que, ao abordar as diferentes configurações de rede de apoio e, em especial a institucional, aparecem questões não pontuadas pela universidade, como as constantes iminências de evasão e também chegam as reproduções estruturais de violências simbólicas. Um importante panorama que vai nos ajudando a pôr em perspectiva as construções históricas é a autodeclaração racial das mães, ou seja, como elas se percebem e experienciam as relações no tempo-espaço enquanto corpos racializados (Figura 5).

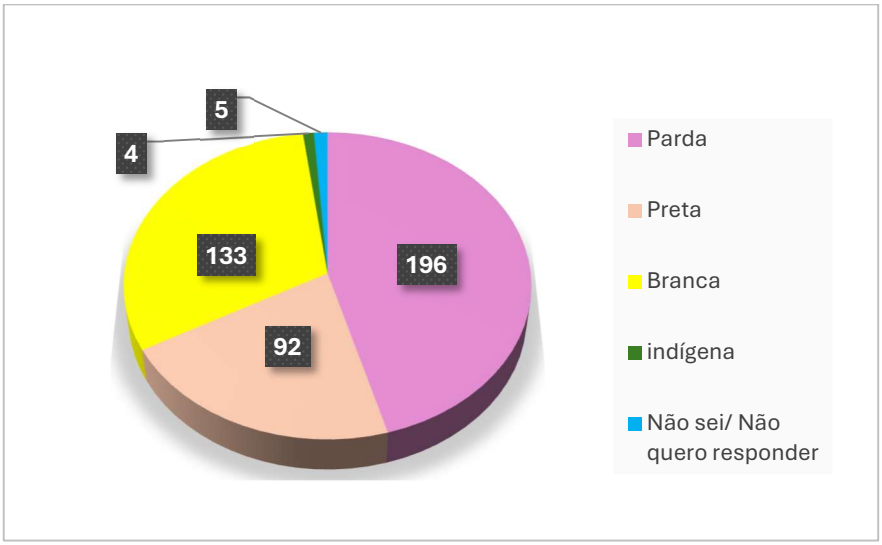

Figura 5. Representação gráfica das autodeclarações étnico-racial das estudantes respondentes. Fonte: elaboração da autora (2025).

Na elaboração do formulário utilizamos a pergunta "Como você se reconhece em relação a sua raça/etnia?", disponibilizando como respostas as opções de autodeclaração utilizadas pelo IBGE (2013). Colocadas em ordem decrescente, as respostas foram: "Parda" (196 respostas), "Preta" (92 respostas), "Branca" (133 respostas), "Indígena" e "Não sei/ Não quero responder" somaram, respectivamente, 04 e 05 respostas e "Quilombola" e "Amarela (asiática, oriental)" não foram assinaladas e, portanto, não constam no gráfico.

Mas por que os marcadores étnicos e raciais seriam importantes? Com base nos critérios elencados pelo IBGE, que define negros como como a junção de pretos e pardos, pode-se sugerir que a composição étnico-racial das respondentes é de pessoas negras. Esta afirmação é de suma relevância para a elaboração de políticas estudantis que visem à promoção da igualdade de oportunidades de acesso de mães, pois, as limitações oriundas da maternidade são aprofundadas pela racialização. Isto implica em entender de maneira interseccional a maternidade e o preconceito de marca, o qual se configura como o tipo de racismo praticado em ação preconceituosa a características físicas das pessoas como à cor da pele, ao tipo e textura do cabelo, gestos, sotaques, entre outros, produzindo indivíduos e grupos racializados (Nogueira, 1985).

Dito de outra forma, a experiência da maternidade em sua rizomática relação com o trabalho imaterial de Mães, como temos visto, é uma estrada de interdições que converge com outras tantas como a racialização, especialmente no contexto de nossa América Ladina; as dificuldades de acesso, seja por classe e/ou estratos sociais, as experiências atravessadas pelo cisheteropatriarcado, questões geracionais e etárias, estão pelas encruzilhadas.

Então, as políticas estudantis para mães precisam ser diferenciadas, em uma perspectiva interseccional; a institucionalização das "questões maternas" deve assumir que as demandas decorrem do trabalho imaterial de Mães e se localizam geograficamente nas fronteiras das encruzilhadas que nos atravessamos para ocuparmos os espaços da academia, desde o "simples" frequentar as aulas, a realizar atividades de leitura e fichamento dos textos, tarefas pontuadas, provas (ensino) à participação em projetos e eventos (pesquisa e extensão), ou seja, todo o tripé de sustentação das IFES. Neste sentido, precisamos saber o que se tem disposto na Assistência Estudantil (AE) da universidade e como as mães podem usufruir destes espaços. Para isto, apresento a documentação relativa a AE, falo sobre programas e auxílios e situo as regulamentações para pensar nos acessos de mães estudantes e possibilidades de permanência no que está posto.

2.2 Assistência Estudantil

A história da Universidade Federal de Pernambuco se confunde com a própria História da Educação no Brasil. A Faculdade de Direito do Recife (FDR) foi fundada em 1827[39], sendo o primeiro curso de educação superior brasileiro. Mas o desenho do que se conhece hoje como a UFPE teve seu esboço em 1946, quando ainda era a fundação da Universidade do Recife (UR). Atualmente, conta com três campi, sendo o que se situa na capital, o Campus Recife, carrega o nome do 1º reitor, em homenagem ao professor Joaquim Amazonas. No Interior, estão o Centro Acadêmico do Agreste (CAA), em Caruaru, e o Centro Acadêmico de Vitória de Santo Antão (CAV), localizado na Zona da Mata Norte. O atual Centro de Ciências Jurídicas (CCJ), onde se localiza a FDR, tem endereço na região central do Recife, bem como outros prédios que compõem a estrutura da universidade e situam-se pela cidade.

Na UFPE a Assistência Estudantil é voltada para os estudantes de graduação e de responsabilidade da PROAES, que se divide na Diretoria de Alimentação e Nutrição (DAN), responsável pelo RU (Restaurante Universitário) e na Diretoria de Assistência Estudantil (DAE), responsável pelo Programa de Assistência Estudantil (PAE). Os números mais recentes disponibilizados no site "UFPE em números[40]" indicam que a comunidade acadêmica vinculada à universidade chega quase 50 mil pessoas, entre servidoras e discentes – os dados da instituição informam cerca de 30 mil estudantes em nível de graduação e mais de 9 mil de pós-graduação, distribuídos em cerca de 300 cursos, no três campi.

[39] Todos os dados deste tópico são de domínio público, podendo ser consultados em https://www.ufpe.br/institucional. Acesso em 16 abr. 2024.
[40] Cf. https://www.ufpe.br/institucional/ufpe-em-numeros. Acesso em 16 abr. 2024.

A Resolução nº 15/2019 do CEPE é o instrumento que regulamenta a Política de Assistência Estudantil (PAE), executada pela PROAES. Todas as ações do PAE (Programas, Serviços e Auxílios) eram orientadas pela Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituída pelo Decreto nº 7.234/2010, "executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal" (Brasil, 2010). Em 2024, o PNAES passou por mudanças, deixou de ser um programa e a política pública, a Política Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), tornou-se lei, expandindo sua finalidade para "ampliar *e garantir* as condições de permanência dos estudantes na educação superior e na *educação profissional, científica e tecnológica* pública federal e de conclusão dos respectivos cursos" e abarca estudantes regularmente matriculados em cursos presenciais não apenas de graduação, mas também aqueles "em cursos presenciais de *educação profissional técnica de nível médio*" (Brasil, 2024, grifos meus).

Em relação ao antigo texto de 2010, com 9 artigos, os avanços são consideráveis, como o fortalecimento da articulação entre a Política de Assistência Estudantil com o tripé estrutural das Instituições de Ensino Superior (IES), ensino, pesquisa e extensão, bem como das instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica; amplia o espectro de ações para as pós-graduações. No âmbito da PNAES 2024, o PAE se tornou um Programa, descrito no § 4º do art. 3º e que abrange os seguintes programas e ações:

> **I -** Programa de Assistência Estudantil (PAE);
>
> **II -** Programa de Bolsa Permanência (PBP);
>
> **III -** Programa de Alimentação Saudável na Educação Superior (Pases);
>
> **IV -** Programa Estudantil de Moradia (PEM);
>
> **V -** Programa de Apoio ao Transporte do Estudante (Pate);
>
> **VI -** Programa Incluir de Acessibilidade na Educação (Incluir);
>
> **VII -** Programa de Permanência Parental na Educação (Propepe);
>
> **VIII -** Programa de Acolhimento nas Bibliotecas (PAB);
>
> **IX -** Programa de Atenção à Saúde Mental dos Estudantes (PAS);
>
> **X -** Programa Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior (Promisaes);
>
> **XI -** Benefício Permanência na Educação Superior;
>
> **XII -** oferta de serviços pelas próprias instituições federais de ensino superior e pelas instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica;

> **XIII -** outras ações tornadas públicas por meio de ato normativo do Ministro de Estado da Educação, observada a compatibilização dessas ações com as dotações orçamentárias existentes, e desde que não haja prejuízos aos programas e às ações constantes dos incisos I a XII do caput deste artigo (Brasil, 2024).

Entre outras novidades, o PNAES/2024 inclui o PROPEPE (Programa de Permanência Parental na Educação). Em apenas dois tímidos artigos, sendo o primeiro sobre sua destinação e o segundo, os objetivos, o Capítulo VIII, mostra a visibilidade que as demandas maternas têm adquirido. O Art. 23 explica que o PROPEPE

> destina-se a criar infraestruturas física e de acolhimento direcionadas às necessidades materno e paterno-infantis das famílias de estudantes que sejam mães ou pais de filhos menores de 6 (seis) anos de idade e que estejam regularmente matriculados nas instituições federais de ensino superior e nas instituições da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica (Brasil, 2024).

Já o art. 24, sumariza em três incisos os objetivos do Programa

> **I -** acolher as famílias de estudantes com filhos menores de 6 (seis) anos de idade de modo a permitir o acesso, a permanência e a progressão de discentes enquanto desenvolvem suas atividades acadêmicas;
>
> **II -** oferecer espaços físicos de acolhimento adequados para mães e pais com filhos de até 6 (seis) anos de idade para que tenham as melhores condições de envolvimento com os cursos e a aprendizagem;
>
> **III -** criar espaços infantis e considerar a oferta de atividades lúdico-pedagógicas para filhos de estudantes, com até 6 (seis) anos de idade, incluídas atividades práticas pedagógicas no âmbito da extensão universitária (Brasil, 2024).

A visibilidade que me refiro, não veio sem luta. No final de 2023, o Ministério da Educação propôs um Grupo de Trabalho sobre as questões de permanência materna GT/MEC. Um grupo chamado “Coletivo Nacional de Mães”, virtualmente, se reuniu em algumas oportunidades para debater o tema e propor ações. Participei de uma delas, em novembro de 2023, além de ter acompanhado as mobilizações de organização das discussões por região, contudo, as demandas cotidianas não me permitiram o fôlego para uma atuação mais presente. Por fim, é salutar demarcar que as organizações coletivas de mães fizeram toda a diferença no que compete à luta por visibilização das pautas e a efetivação de ações com foco nas demandas maternas.

2.2.1 O PAE da UFPE

Isto dito, é oportuno apresentar o PAE/UFPE, suas atribuições e responsabilidades. Todas as ações do PAE (Programas, Serviços e Auxílios) foram orientadas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), instituído pelo Decreto nº 7.234/2010,

“executado no âmbito do Ministério da Educação, tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal” (Brasil, 2010). Poderão ser beneficiários do PAE os estudantes que

> **I -** atendam, prioritariamente, aos critérios socioeconômicos definidos no Decreto no 7.234/2010, que institui o PNAES;
>
> **II -** sejam do Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC G), que atendam às exigências deste inciso e do anterior e do Decreto no 7.948, de 12 de março de 2013, respeitando a Portaria nº 745 de 05/06/2012 (UFPE, 2019, Art. 6º).

Em outras palavras, para ser atendido pelo PAE, os estudantes deveriam ser “prioritariamente oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar **per capita** de até um salário-mínimo e meio” (Brasil, 2010, grifo no original), ou ser do “PEC G”, um programa de cooperação internacional para formação de estudantes estrangeiros (Decreto no 7.948/13). Orientado pelo PNAES, seus Programas, Serviços e Auxílios estão elencados entre os incisos I a IX do Art. 5º da Resolução 15/19. São eles:

> **I** - Programa de Moradia Estudantil;
>
> **II -** Programa de Bolsa de Assistência Estudantil (níveis 01, 02, 03 e 04);
>
> **III -** Programa de Alimentação;
>
> **IV -** Programa Estudante Convênio de Graduação -Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior/MEC;
>
> **V -** Programa de Bolsa Permanência/MEC;
>
> **VI -** Programa de Atenção à Saúde;
>
> **VII -** Programa de Apoio Pedagógico;
>
> **VIII -** Auxílio Creche;
>
> **IX -** Auxílio Emergencial.

As bolsas são disponibilizadas em consonância ao Programa de Bolsa Permanência do MEC (Portaria nº 389/2013) e, portanto, outros Auxílios estão elencados no site da PROAES, a saber, Auxílio Eventos, Auxílio Internet e Auxílio Difícil Acesso. Este último é direcionado aos estudantes do CAV, pois o Campus localiza-se fora do perímetro urbano de Caruaru. Cada Programa ou Auxílio possui regulamentação própria e para facilitar o entendimento, elaborei duas tabelas informativas sobre as ações do PAE e suas respectivas as normas e resoluções albergadas no art. 5º da Resolução nº 15/2019 do CEPE e no site da PROAES (tabelas 1 e 2).

Tabela 1. Ações do PAE elencadas no art. 5º da Resolução 15/2019 PROAES/UFPE. Elaboração da autora (2024).

Ações do PAE	Norma/Resolução
I - Programa de Moradia Estudantil	Portaria n° 01/2022
II - Programa de Bolsa de Assistência Estudantil (níveis 01, 02, 03 e 04)	Site PROAES
III - Programa de Alimentação	Site PROAES
IV - Programa Estudante Convênio de Graduação - Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior/MEC	Decreto nº 4.875/2013 e Portaria nº 745/2023 (MEC)
V - Programa de Bolsa Permanência/MEC	Portaria MEC nº 1999/2023 (MEC)
VI - Programa de Atenção à Saúde	Site PROAES
VII - Programa de Apoio Pedagógico	Portaria n° 04/2024
VIII - Auxílio Creche	Portaria n° 02/2021
IX - Auxílio Emergencial	Portaria n° 07/2023

Tabela 2. Ações do PAE disponibilizadas no site da PROAES/UFPE. Elaboração da autora (2024).

Auxílios do PAE	Norma/Resolução
Auxílio Internet	Portaria n° 03/2024
Auxílio Difícil Acesso	Site PROAES
Auxílio Eventos	Portaria n° 06/2023
Auxílio Inclusão Digital	Portaria n° 08/2023
Apoio Acolhimento	Portaria no 04/2023
Auxílio Indígenas e Quilombolas	Portaria n° 02/2024

2.2.2 Assistência Estudantil, Pandemia e Auxílios

Como já sinalizei anteriormente, havia um descompasso entre os calendários acadêmico e gregoriano e, portanto, a lógica produtivista que assumiram as IFES, nos colocou diante da necessidade de (re)compassar os calendários buscando "o tempo perdido". Diante disso, a realidade era de semestres mais "enxutos", uma infinidade de temas e questões a serem trabalhadas em um curto espaço de tempo. Durante o período pandêmico (2020-2022) as

demandas estudantis mudaram bruscamente, pois mesmo que as atividades acadêmicas não fossem presenciais, o público estudantil ainda necessitava de auxílio financeiro, talvez mais do que em tempos de normalidade sanitária. Não só o impedimento de sair de casa para trabalhar, mas a própria necessidade de ficar em casa, especialmente para puérperas e mães de crianças pequenas foi atravessado por um sem-número de dificuldades. Desde o cumprimento de prazos acadêmicos como a entrega de atividades, realização de avaliações e desenvolvimento de pesquisas até o acompanhamento de prazos institucionais se fez interdição para as mães (Soares, 2020).

> A chegada do meu filho aconteceu durante a pandemia e semestre suplementar. Após a vinda, o curso passou a caminhar a passos bem mais lentos. Fui cursando 3 disciplinas por semestre e isso era o máximo possível. Junto com a criança vem a necessidade de trabalhar. Comecei ano passado e reduzi para uma disciplina por semestre. Devo finalizar o curso este ano. Assim espero (Mãe graduanda, 2024).

Neste contexto, houve reconfiguração das ações da Assistência Estudantil, especialmente, no que competia às bolsas de auxílio financeiro. Na página da PROAES há possibilidade de visualização dos dados abertos do PAE sobre os Benefícios em assistência estudantil de 2020 a 2023[41]. Na perspectiva de transparência da administração pública, são disponibilizadas planilhas com registros de informações sobre as bolsas e auxílios, contudo, em planilhas de "dados brutos" do período. A sistematização dos "dados tratados" apenas aparece na página *UFPE em números*; os dados mais recentes lá disponibilizados datam de 15/01/2024 e são referentes ano de 2022 e contemplam uma série histórica entre 2018-2022. Contudo, o Relatório de Gestão PROAES do ano de 2023 forneceu dados que complementaram a série.

Tabela 3. Série histórica da quantidade estudantes assistidos e de bolsas pagas (2018-2023). Elaboração da autora (2024)

Ano	Número de Estudantes Assistidos	Número de Bolsas
2018	8.011	9.762
2019	8.604	11.308
2020	6.426	12.021
2021	6.263	9.514
2022	5.190	15.645
2023	6.984	78.512

[41] Cf. https://dados.ufpe.br/dataset/beneficios-em-assistencia-estudantil. Acesso em 06 mai. 2024.

Entre 2018 e 2019 observa-se uma tendência de crescimento tanto do número de estudantes assistidos quanto de bolsas pagas pela universidade. A tendência se inverte durante o período pandêmico (2020-2022), mostrando que já no primeiro ano (2021) houve diminuição na quantidade de discentes assistidos em relação aos anos anteriores. Por outro lado, a quantidade de bolsas se mantém numa crescente com acentuada inflexão durante 2021 e sua reversão já no ano seguinte.

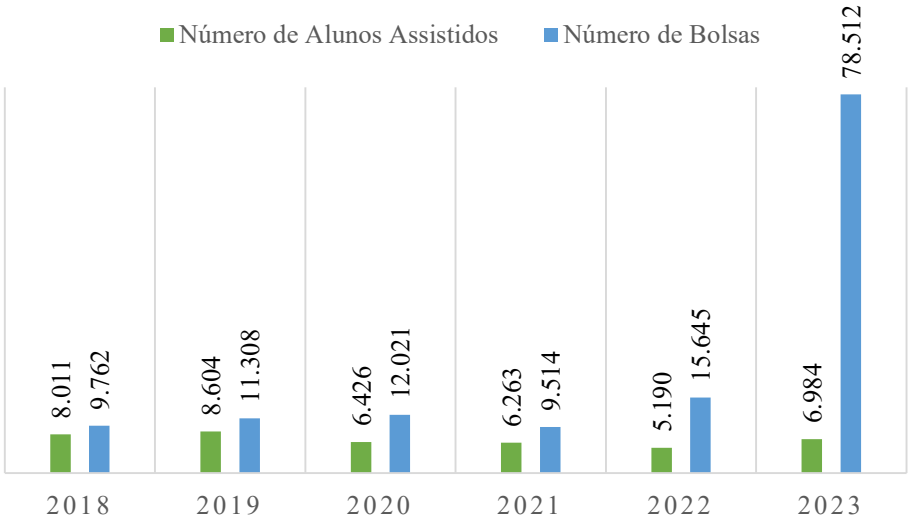

Figura 6. Dados sobre Assistência Estudantil em série histórica 2019-2023. Elaboração da autora (2024).

É fundamental dizer que estes dados mostram apenas imagens estáticas do quadro pandêmico, contudo, houve uma reorganização da distribuição das bolsas. Durante a pandemia e a suspenção das aulas presenciais, a gestão da PROAES se valeu da estratégia de diminuir a quantidade e aumentar o valor das bolsas de assistência, com intuito de priorizar o suporte financeiro aos estudantes em situação de vulnerabilidade social[42]. Na PROAES me fora explicado que durante o período pandêmico, dada a generalização das situações de vulnerabilidade social, optou-se por diminuir a quantidade de estudantes assistidos e aumentar o valor das bolsas, pensando na garantia de promoção de condições de vida mais dignas para os estudantes mais atingidos pela pandemia de Covid-19.

Outra situação relevante é que no primeiro ano da pandemia, a política de morte do poder executivo se configurou na negligente gestão da crise sanitária pelo governo federal brasileiro, o que resultou em duros golpes às políticas públicas de distribuição de renda até então implementadas. Às universidades, assim como à população brasileira, restou o descaso e

[42] As informações sobre o remanejamento das bolsas foram adquiridas em 2023, durante uma reunião com Pró-Reitor à frente da PROAES à época.

uma política de austeridade que desprotegeu econômica e socialmente as pessoas mais vulneráveis.

2.2.3 Sobre condições

Um aspecto das condições nas quais as estudantes que são mães é justamente o cumprimento de prazos. Insisto que usemos as experiências vivenciadas durante a pandemia não como o surgimento destas necessidades, mas como um período de visibilização de realidades que já eram consolidadas.

> Durante o meu período de regime especial que ocorreu durante a pandemia, eu executei as mesmas atividades, com os mesmos prazos, como qualquer outro aluno. Reprovei uma disciplina após seminários e provas realizadas, não por incapacidade, mas por ter tido dificuldade de absorver grande quantidade de conteúdos extremamente densos com uma filha de 3 anos e um bebê recém nascido. Solicitei ajuda ao professor da disciplina, me disponibilizei a fazer alguma tarefa que abordasse os assuntos ministrados na disciplina para complementar a nota, mas não obtive nenhuma resposta, nem mesmo uma negativa (Mãe graduanda, 2024).

Esta fala, por exemplo, expõe um borramento das realidades não só durante o período pandêmico, mas das mães universitárias da UFPE em geral. O "regime especial" a que a estudante se refere é o afastamento para realização de atividades domiciliares em decorrência da gravidez e do parto. Em seu relato, houve uma sobreposição entre o regime especial e as atividades remotas durante a pandemia. Ou seja, a condição de afastamento do campus e de realização de atividades diferenciadas no regime especial em si já é uma configuração que se mostra deveras incompatível com o período gestacional e de puerpério (como veremos adiante em detalhes) se sobrepôs às atividades que se reformularam às pressas em decorrência do isolamento social.

> Antes eu recebia o auxílio-creche e o processo era bem simples, bastava preencher uma ficha e colocar a certidão da criança. **Na pandemia mudaram a data de renovação da assistência estudantil e acabei perdendo, com isso tiraram também o auxílio-creche pois passou a depender do recebimento da assistência**, o que é péssimo já que o processo pra assistência é mais demorado e limitado. Mesmo com o desbloqueio dos recursos e atualização do orçamento da universidade, não voltaram com o sistema do auxílio-creche ser independente da assistência, **o que se tornou minha maior dificuldade dentro da universidade**. Isso precisa ser revisto urgentemente (Mãe graduanda, 2024, grifos meus).

Reitero meu posicionamento de que a pandemia nos serve como lente analítica para (re)pensarmos sobre o cotidiano, seja porque relações restritas ao ambiente doméstico vieram à tona e depois que foram vistas, por exemplo, mais se assemelham a evidências, seja pelo fato de que, supostamente, aprendemos novas formas de nos relacionar, inclusive no que diz respeito

às questões corriqueiras do cotidiano, como adquirir o hábito de uso do álcool em gel em ambientes nos quais consumimos alimentos. Em outras palavras, isto significa que termos visto (usado a visão, este sentido tão exaltado no ocidente) situações, problemas, dificuldades etc., através das telas dos celulares, *tablets*, monitores de computador ou TV, nos implicou enquanto sociedade, de modo geral, a assumir a existência e não mais invisibilizá-las, apenas. No ambiente acadêmico não foi diferente. Embora tenham ocorrido a mudanças de prazos, redistribuições de bolsas e situações peculiares inerentes ao caos pandêmico, algumas situações de dificuldade que se dão em razão da maternidade, não foram criadas, mas aprofundadas.

> É assustador ser mãe durante uma curso de mestrado. Assustador. Consegui a licença de 6 meses, mas retomar as leitura foi ainda mais doloroso. Um dos trabalhos finais que estavam pendentes o professor se rexusou a aceitar, mesmi eu explicando que tinha voltado da licença maternidade. "Sinto muito nao tenho mais acesso ao sistema, você vai ter que pagar de novo." As noites não me pertenciam mais, era todas da minha filha. Agora que ela está dormindo melhor, e que as mamadas diminuíram, eu corro o risco de não conseguir sequer defendeder. E tudo bem se eu não conseguir. Minha filha vai ser minha maior vitória nesse processo tão doloroso que ainda foi atravessado por uma pandemia (Mãe pós-graduanda, 2024).

Por óbvio, não esperávamos a disseminação do vírus em grau pandêmico e, portanto, a reordenação teve que ser manufaturada a partir, especialmente, das ferramentas de EaD (Ensino à Distância), o que pegou a todas nós de supetão. A realidade já vivenciada por mães, neste sentido, acirrou-se, embora naquele processo, os grupos de estudantes estivessem, *grosso modo*, "apenas" se deparando frontalmente (por analogia) com o "lugar de mãe em regime especial". Esta analogia de que "estudantes em sentido amplo" se depararam com situações à la maternidade, por assim dizer, é tangente à realidade materna. Um estudante que não tenha a responsabilidade precípua e fundamental com uma criança passou por dificuldades durante a pandemia, mas aquela "cereja do bolo" de todas estas questões "mais a maternidade" não é apenas uma adição, mas uma reorientação de rotinas e trajetórias. Contudo, ressalvadas as diferenças e na medida da utilidade, podemos extrair da analogia que muitas pessoas vivenciaram, viram e/ou assistiram o cotidiano materno ao passo que enfrentavam as violências do momento de exceção. Disto decorre que, como exceção, a pandemia foi a fratura exposta do ordinário, de violências vivenciadas sob outras nomenclaturas; invisíveis e/ou politicamente invisibilizadas. Pensando sobre as formas invisíveis de violência que derivam da ação ou da inação do Estado no contexto indiano (e não do Estado indiano, ressalve-se), Arkin Gupta questiona

> O que torna essa violência invisível? Como pensar não apenas em atos deliberados de violência, como a brutalidade policial, mas também em ações ou inações políticas, administrativas e judiciais que impedem pessoas pobres de ganhar a vida, obter

> assistência médica e garantir necessidades básicas como alimentação, vestuário, moradia e saneamento?[43] (Gupta, 2012, p. 05)

Fazendo uma correspondência com a maternidade, questiono: como se produz invisibilização de mães? Ou, dito de outra forma, quais violências são produzidas e não necessariamente são nomeadas como tal? Será que a universidade, em suas ações ou inações políticas e administrativas estaria "impedindo" pessoas responsáveis pelo trabalho imaterial do cuidado, mães, de obter assistências e garantir suas necessidades básicas como alimentação, frequência nas aulas, conclusões de cursos, equidade de condições para disputas de bolsas e auxílios?

> Na gestacão da minha primeira filha (na pandemia) a UFPE me retirou do curso, fui jubilada. Isso pelo fato de não ter conseguido fazer a matrícula, pois no mesmo dia estava parindo minha filha. Tentei fazer a matrícula no período de retardatários, mas exatamente no período para realizar a ação, **minha filha foi internada e eu não tive acesso e nem emocional para realizar a matrícula** pois ainda estava lidando com o fato de estar internada com uma bebê que nem tinha 1 mês, e a COVID como um grande perigo em todos os lugares. Quando sai do hospital depois de alguns dias, fui tentar ver minha situação e quando entrei em contato com a coordenação do meu curso me informaram que eu tinha sido jubilada. **Corri atrás dos meus direitos enviei todas as comprovações**, do dia do parto e também os documentos enquanto estive no hospital. Resumindo, **mandaram eu escrever uma redação explicando minha situação** para ver se ainda ia ter jeito. Não adiantou de nada! Fui JUBILADA! A solução que me deram foi tentar a reintegração, me inscrevi e finalmente consegui voltar para o meu curso, mas se eu não passasse na reintegração teria que fazer novamente vestibular. Desde então **sigo muito traumatizada, com raiva e muito triste**. Pois me negaram o direito de humanidade num período pandêmico, e com uma filha recém nascida, e **eu comprovei com documentos verídicos** tudo que estava acontecendo comigo, mas ainda assim **a UFPE colocou uma mãe que tinha acabado de parir para fora do curso**. Hj sigo fazendo o curso apenas pelo direito de terminar meus estudos e me formar, mas não tenho nenhum prazer em estar ali (Mãe graduanda, 2024, grifos meus).

Os fortes depoimentos retratam experiências que revelam indignação, raiva e frustração em decorrência das necessidades específicas de prazos diferenciados não serem atendidas, pois as mães estavam condicionadas às mesmas condições de outros grupos de estudantes. Parir uma vida pode ser, por si, algo assustador e em tempos de contaminação viral e medo generalizado, deve adicionar camadas de desespero à vivência. Não é difícil de se entender a esperança por um fio na possibilidade de se graduar, muito menos a revolta do jubilamento nestas condições.

A situação da mãe que alega ter "corrido atrás de seus direitos", apresentado comprovações com "documentos verídicos" e, ainda assim, ter sido orientada a produzir uma redação sobre seu caso, nos possibilita analisar questões que permeiam as relações entre

[43] No original "What makes such violence invisible? How does one think about not only deliberate acts of violence such as police brutality, but also political, administrative, and judicial action or inaction that prevents poor people from making a living, obtaining medical aid, and securing such necessities of life as food, clothing, shelter, and sanitation?" (p. 05)

indivíduos e grupos com necessidades específicas e as instituições. A insistência na veracidade dos documentos, o relato do sofrimento psíquico tanto em razão do estado de saúde grave de seu filho recém-nascido, quanto em decorrência da negativa imparcial da universidade e seu consequente jubilamento, o desligamento institucional absoluto, mostra que por mais dispendiosa emocionalmente que seja a situação enfrentada, a racionalidade burocrática se enclausura na reificação desumanizante e violenta.

Considere-se primeiramente que deflagrar-se com a iminência da morte é um fato emocionalmente dispendioso; desloque-se a observação para que se trata de uma vida recém chegada a este planeta – o que em termos de dedicação de cuidados essenciais à manutenção da vida são consideravelmente mais intensos cognitiva e psicologicamente, além de concretamente, no que compete à nutrição, higiene e a gama de orientações específicas necessárias a um bebê recém-nascido; por fim, note-se que fundamentalmente estes desgastes e cuidados essenciais dizem respeito à cria de uma mulher puérpera (e todas as mudanças orgânicas oriundas deste processo em si – fisiológicas, emocionais e psíquicas – envolvidas), vivenciado dentro de uma instituição hospitalar e durante o período histórico da pandemia de Covid-19, o qual impingiu de medo e ansiedade socialmente generalizados. Por si, estes desgastes deveriam imputar uma condição de vulnerabilidade e a consequente dilatação de prazos relativos à vivência social ordinária, contudo, adicionou-se neste caso específico a necessidade de cumprimento de prazos institucionais.

Neste universo, ponderações (como as que nós mães geralmente lidamos) poderiam surgir, como: por que não houve quem levasse estes documentos até a instituição ou, colocada de outro modo, será que não havia outra pessoa que pudesse intercambiar esta relação entre a estudante e a universidade? Se fosse o caso de um acidente, um quadro de saúde grave da estudante ela mesma, ou seja, se fosse ela ao invés de seu rebento que estivesse internada, a resposta institucional seria diferente? Divagações à parte, uma certeza permanece: a maternidade figura como um componente social e relacional, o qual, por si, promoveu a impossibilidade do cumprimento dos prazos; seja em tempos de normalidade sanitária ou não, a responsabilização não pode ser imputada ao indivíduo, especialmente porque, aparentemente, não houve negligência no que compete à busca por soluções por parte da estudante. Como veremos adiante, uma realidade bastante comum é exatamente a falta de rede de apoio no universo materno. Ainda sob a perspectiva de análise das relações entre indivíduos e grupos com necessidades específicas e as instituições, uma denúncia importante é que esta situação é "apenas" um exemplo do lugar central do qual vigora a normalização, a invisibilização das

relações de violência. Ultrapassam-se os eventuais limites burocráticos para a resolução das demandas e o resultado é sistematicamente a violência, que se torna estrutural (Gupta, 2012).

2.3 Demandas e regulamentações: a PAE que não percebe a Mãe

> *Está cada dia mais difícil se manter estudando, pois, as demandas diárias, casa, esposo, filhos, trabalho, faculdade, constantemente nos consome. E muitas vezes somos obrigadas a optar, pois, muitas vezes não temos rede de apoio. E acho importante criar meios para acolher, orientar e ajudar essas mulheres.*

No último semestre em que trabalhei na UFPE, dei aula no curso de Ciências Biológicas e tive a grata surpresa de receber um e-mail da coordenação do curso, apresentando uma discente da turma em "situação especial", no final da gestação. A comunicação continha, ainda, a "solicitação" para que eu acompanhasse a estudante com "atividades remotas", assegurando seu direito de cursar a disciplina, de acordo com a "Resolução nº 19/22", que regulamenta o "Acompanhamento de Estudos em Situações Excepcionais" e, além disso, revelava a preocupação da estudante em não conseguir continuar o curso – É, de fato, a universidade não é para mães. A notificação à docente responsável pelo componente curricular é de responsabilidade das coordenações dos cursos de graduação, contudo, como disse, foi uma surpresa aquele e-mail, porque para além do fato descrito, havia uma humanização do processo expressa na declaração da preocupação da discente, o que pode ser lido como uma demonstração de seu comprometimento com sua formação acadêmica.

De qualquer forma, o fato é que as "situações excepcionais" estão normatizadas na UFPE e cumpridos os trâmites burocráticos pela solicitante, avaliada a documentação pela coordenação e concedido o Acompanhamento, comunicados os docentes, a execução entra no plano das garantias legais. Na UFPE, as normas correntes que tratam sobre maternidade ou que são utilizadas para tratar de situações que envolvam as estudantes mãe, na realidade, de dividem em duas possibilidades: como estudantes em "situações excepcionais" ou em "vulnerabilidade socioeconômica". O que mais poderia querer uma mãe, além das garantias que a universidade já possui, como auxílio financeiro concedido pela PROAES aos estudantes em condição de vulnerabilidade social, acesso ao RU (integral ou com descontos), possibilidade de acesso à moradia estudantil e, por óbvio, a resolução 19/22? Foi nesses termos que se formulou o questionamento de uma das Pró-Reitoras presentes em uma reunião na Reitoria, na qual participei, em 2023, inclusive com a presença do Reitor.

As problemáticas passam pelo desconhecimento das condições necessárias de suporte institucional para acesso e permanência de mães pelos servidores que ocupam cargos da administração universitária, bem como os que estão nas funções docentes, na subjetividade que conduz as relações entre docentes e discentes em sala de aula, nos processos de orientação (nos estágios em projetos de pesquisa e/ou extensão), no estabelecimento de prazos para entrega de atividades, relatórios e demais produções como TCCs, dissertações e teses, por exemplo, e, inclusive, pela resolução 19/22. As possíveis soluções não passam por um "lugar de fala", em razão de que "ser mãe", por si, não é condição suficiente para entender as necessidades de mães na academia, especialmente de mães estudantes. Ora, os diferentes estágios da carreira acadêmica em que a mãe se encontra, são de relevante assimetria: estar na graduação é diferente de estar na pós ou enquanto servidora – inclusive pela estabilidade financeira desta última. Isto posto, o que é ser mãe e estudante?

2.3.1 Ser mãe é o mesmo que ser estudante em "Situações Excepcionais"?

Sob um olhar panorâmico, a Resolução 19/22 pressupõe o entendimento da maternidade como o processo da chegada de uma criança à vida de uma mulher. De fato, a maternidade é relacional à relação com pelo menos uma criança; contudo, não são apenas mulheres cisgênero que vivenciam a maternidade e/ou a maternagem, nem mesmo a adoção. A 19/22 garante a possibilidade de afastamento na gravidez, a partir da trigésima sexta semana de gestação, e à adotante, a partir da data da guarda, em ambos os casos, por 90 dias (UFPE, 2022). Se pensarmos que a situação biológica ordinária do corpo feminino é não estar grávida, de fato, a gravidez pode ser entendida como uma situação excepcional. Claudia Rezende chama atenção para o contorno moral que adquirem as prescrições comportamentais que pesam desde a gravidez, atribuindo à maternidade um caráter diretamente ligado às adjetivações do *ser* feminina e, portanto, à "natureza da mulher" (Rezende, 2012, p. 842).

Entretanto, a maternidade é uma função sem prazo de término e, além disso é uma questão coletiva, cultural e social, o que implica na relevância dos períodos anteriores e, principalmente, posteriores à chegada da criança. Mais ainda, a maternidade está no corpo, ela não é o corpo, não diz respeito especificamente e/ou restritamente ao corpo, no caso, de mulheres cis ou trans. Mesmo que ainda considerando uma paisagem em sobrevoo, me pergunto: por quais motivos a maternidade é entendida e tratada junto aos processos de adoecimento? Vejamos em um olhar detido, o que promove a 19/22. A Resolução 19/22 foi aprovada na 3ª (terceira) sessão ordinária do CEPE, em 15 de junho de 2022, entrando em vigor

em 1º de julho de 2022, conforme consta em seu Art. 28. Desta forma, o Acompanhamento de Estudos em Situações Excepcionais (AESE) é a "execução de um programa de estudos, prescrito pelo/a docente em substituição às atividades presenciais, a serem desenvolvidas pelo/a discente no período de afastamento nos casos previstos" (UFPE, 2022, p. 01). O referido período de afastamento deve ser igual ou superior a 15 (quinze) dias e os casos previstos estão no Art. 2, § 1º (p. 01 e 02). São eles:

> I - à discente **gestante**, durante 90 (noventas) dias, a partir da trigésima sexta semana gestacional ou 8º (oitavo) mês de gestação, desde que comprovado por atestado médico;
>
> II - à discente **adotante**, durante 90 (noventas) dias, a partir da data da guarda, desde que comprovada por decisão judicial;
>
> III - ao/à discente portador(a) de afecção que gera incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares, desde que se comprove a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade escolar em novos moldes;
>
> IV - ao/à discente acometido/a por **afecções psicológicas e/ou psiquiátricas de ocorrência isolada ou esporádica** que não impedem a realização de exercícios domiciliares, conforme atestado expedido por especialista em saúde mental;
>
> V - ao/à discente que apresenta comorbidade, nos termos de instrumentos regulatórios de órgãos governamentais de abrangência local, nacional ou internacional;
>
> VI - ao/à discente que convive com afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições mórbidas, distúrbios agudos ou agudizados, caracterizados por:
>
> a) incapacidade física relativa, incompatível com a frequência aos trabalhos escolares, desde que se verifique a conservação das condições intelectuais e emocionais necessárias para o prosseguimento da atividade acadêmica domiciliar;
>
> b) ocorrência isolada ou esporádica; e
>
> c) duração que não ultrapasse o máximo admissível, em cada caso, para a continuidade do processo pedagógico de aprendizado, em casos de síndromes hemorrágicas, asma, cardite, pericardite, afecções osteoarticulares submetidas a correções ortopédicas, nefropatias agudas ou subagudas e afecções reumáticas;
>
> VII - ao/à discente **acompanhante de dependentes** em tratamento de saúde física e mental, observando o prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias;
>
> VIII - a militares em exercício militar;
>
> IX - ao **discente pai ou adotante, durante 7 (sete) dias**, a partir da data da guarda, desde que comprovada por decisão judicial; e
>
> X - por **motivo de gala ou de luto** em consequência de falecimento do cônjuge, companheiros/as, do pai ou mãe, ou de filho, durante 7 (sete) dias, a partir da data do documento apresentado (UFPE, 2022, p. 01-02, grifos meus).

Focalizando a maternidade neste contexto, grifei os incisos que podem ser relevados. Deste movimento, surgiram algumas perguntas como, por exemplo, por que a maternidade é entendida em conjunto às condições de saúde, seja física ou mental? Por que a gestante, parturiente, lactante, enfim, a mãe, deve realizar executar um "programa de estudos" e não, gozar de uma licença maternidade? Por que ao discente "pai" ou "adotante" são reservados apenas sete dias de afastamento? Por que o "acompanhamento de dependentes em tratamento de saúde" deve estar entre 15 e 45 dias para ser entendido como motivo justificável de afastamento? Para entender estas questões é importante entender o histórico da Resolução. A partir da 19/22, foi revogada a anterior, a Resolução nº 06/2014, do então Conselho Coordenador de Ensino, Pesquisa e Extensão – CCEP – que, em sua ementa regulamentava, no âmbito da UFPE, "o regime especial de exercícios domiciliares previsto no Decreto-Lei nº 1.044/69 e na Lei nº 6.202/75, para os estudantes portadores de afecções que impeçam sua frequência às aulas e para as estudantes em estado de gestação" (UFPE, 2014).

Em 1969, em pleno a Ditadura Militar brasileira, ao reafirmar que a Constituição de 1967 à época já assegurava a todos o direito à educação e valendo-se das prerrogativas dos AI-5 e AI-6, os Ministros da Marinha de Guerra, do Exército e da Aeronáutica Militar determinaram, através do Decreto-Lei nº 1.044/69, as condições para "tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica" (Brasil, 1969). Ainda durante a Ditadura, em 1975, em três artigos, o então presidente Ernesto Geisel assinou a Lei nº 6.202/75, que "atribui a estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares", tendo com base no Decreto-Lei nº 1.044/69 (Brasil, 1975). Portanto, a base legal que ampara as Resoluções que tratam sobre maternidade no contexto escolar, datam do período militar. Esta é a documentação que conduz as intuições de ensino em suas normatizações, sendo a que explicitamente determina a possibilidade de uma puérpera dar seguimento à sua formação escolar, é fundamentada em um decreto com teor de lei, o qual versa sobre doenças.

É fundamental registrar que o Projeto de Lei (PL) 254/2020, de autoria do deputado federal Rubens Otoni, do Partido dos Trabalhadores (PT), propõe o atendimento educacional diferenciado a mães, gestantes e lactantes e a adotantes e pauta a revogação da Lei nº 6.202/75. De acordo com a página da Agência Senado,

> com origem na Câmara dos Deputados, o projeto garante a continuidade no recebimento de bolsas por parte dessas estudantes quando em atividades de ensino, monitoria, pesquisa ou extensão. Pela proposta, esses regulamentos deverão garantir condições mínimas de acesso aos serviços educacionais e avaliação escolar que considere as adaptações pedagógicas, inclusive com materiais e recursos pedagógicos necessários (Fonte: Agência Senado, 2025)

A última tramitação do PL foi sua remessa ao Senado Federal, em 2023. Some-se a isso, a iniciativa do Ministro da Educação, Camilo Santana na instituição do GT/MEC de Permanência Materna. Contudo, até agora, no contexto da minha pesquisa, considerando as demandas das estudantes, para tentar entender como se concretizam as questões mais específicas e pensar, portanto, as necessidades apontadas no formulário, analisei as duas resoluções da UFPE (2014 e 2022), amparadas que se têm estabelecido, ou seja, nos dispositivos legais do período ditatorial e a aponto a seguir diferenças e semelhanças entre elas.

Na Resolução nº 06/2014, o Regime Especial de Exercícios Domiciliares (UFPE, 2014), se estendia a estudantes de graduação e de pós-graduação "como compensação da ausência do estudante às atividades letivas no período de afastamento decorrente de *problemas de saúde ou de gestação*" (UFPE, 2014, p. 02, grifo meu). Atualmente, o AESE é restrito à graduação[44], mas a PNAES/2024, sugere a inclusão da pós-graduação. A duração do afastamento em ambos os casos, "de problemas de saúde" ou "de gestação", era estabelecida em atestado médico; agora, apenas os que se deem em razão de questões de saúde têm esta exigência – caso ambíguo, visto que a necessidade do atestado médico se estende à gestação, em razão de que este é o instrumento que possibilitará a antecipação ou prorrogação do prazo; portanto, independente do ângulo que se olhe, a medicalização continua presente na 19/22, pois um médico precisa atestar a gestação e o estágio em que se encontra.

De qualquer forma, manteve-se a orientação de que, havendo necessidade de renovação do prazo ainda no período letivo seguinte, nova solicitação deveria ser enviada para análise, contudo, o trâmite que se dava via setor de Protocolo Geral da universidade, dirigido à respectiva coordenação de curso, passou a ser feito diretamente na coordenação. Mantiveram-se também as advertências para que, nos casos em que o tempo de afastamento seja superior à duração do semestre letivo, ocorra a interrupção dos estudos: "poderá *ser recomendada* ao estudante a *solicitação* de trancamento semestral, em procedimento próprio, levando-se em conta a manutenção da qualidade e continuidade do processo pedagógico de ensino/aprendizagem, *conforme entendimento da Coordenação do curso*" (UFPE, 2014, p. 02, grifo meu) para "será *recomendável* a solicitação de trancamento semestral pelo/a discente, em procedimento próprio, levando-se em conta a manutenção da qualidade e continuidade do processo pedagógico de ensino/aprendizagem" (UFPE, 2022, p. 03, grifo meu). Daqui pode-se

[44] Esta restrição foi uma das situações pontuadas no questionário por algumas das estudantes mães, que requereram a possibilidade de cursos EaD serem contemplados.

inferir que uma licença-maternidade vá de encontro à Resolução, o que na realidade deveria ser entendido como mais um motivo para que a maternidade tivesse regulamentação própria.

O prazo para solicitação da inclusão no Regime estava explícito na norma: até 10 dias após o afastamento e era garantida a possibilidade de adiantamento do prazo às 38 semanas de gestação, ao contrário da atual, que não deixa claro se a estudante gestante pode agendar ou negociar o afastamento para um período próximo ao parto, como proceder nos casos de parto pré-termo, por exemplo, ou a entrada no processo administrativo deva se dar apenas a partir da 38ª semana de gestação.

Por outro lado, é fundamental a compreensão de que maternidade dialoga com saúde, mas não pode, sobremaneira, ser tratada no rol dos adoecimentos exclusivamente, como um assunto *de* saúde, afinal, gestação, parto, puerpério, amamentação, alimentação materna, saúde mental estão neste contexto, mas, contudo, não são restritas a ele. O esboço do desenho sobre a permanência de mães na universidade tangencia as fronteiras das discussões sobre (controle dos) corpos femininos em questões que atravessam a segurança no campus, estrutura adequada para ordenha e armazenamento de leite materno, fraldários, creche ou espaços alternativos para a estadia temporária das crias, relações com docentes (prazos de entrega de atividades, relatórios de pesquisa/estágio, faltas etc.), vulnerabilidade econômica e inclusive, insegurança alimentar.

A maternidade precisa ser entendida em suas especificidades socioculturais e econômicas e não tratada como "afecções"; precisa ser interpretada dissociada do contexto de adoecimento, em relação ampla com a área da saúde. As mães estudantes têm reivindicado que os adoecimentos das crianças mais novas, por exemplo, são motivos de faltas recorrentes às aulas, estágios, pesquisas de campo, de atraso de entrega de tarefas, exercícios e relatórios.

> Há muitos professores, em geral mulheres, que entendem, apoiam e atuam de forma a permitir a nós, mães e estudantes, a continuidade no curso, seja estendendo prazos, compreendendo faltas, substituindo atividades. Mas a grande maioria age como se a maternidade não demandasse e assim nos expulsam das cadeiras da universidade. Espero que a universidade avance nesse sentido, compreendendo que o cuidado com as crianças é um problema da sociedade e não apenas das mães; e assim promova políticas que nos garantam direitos a faltas nos casos de filhos doentes, nos possibilitem mais tempo para formação, levar crianças para a sala de aula (Mãe graduanda, 2024).

> Não ter falta justificada em situação de doença com filhos mediante apresentação de declaração e atestado (Mãe graduanda, 2024).

Neste sentido, a 19/22 não as contempla, pois o afastamento deve estar na janela temporal entre 15 e 90 dias. Sistemas imunes imaturos lidam com agentes patológicos em

tempos diferentes, afinal, não são corpos-máquina. Um ponto central é a ausência de licença-maternidade para graduandas. Durante o período final da gestação, a partir de quando é permitido solicitar o afastamento, mas durante esse tempo a mãe não irá gozar de descanso, dedicação ao recém-nascido e ao turbilhão de um puerpério, pois estará na obrigatoriedade da "execução de um programa de estudos, prescrito pelo/a docente em substituição às atividades presenciais, a serem desenvolvidas pelo/a discente no período de afastamento nos casos previstos" (UFPE, 2022, p. 01). Dentre tantas outras, quando a maternidade dialoga com o campo da saúde no contexto da educação em situações de condições de atipia, seja no protagonismo de crianças ou mães atípicas, a falta de rede de apoio contribui para acirramento das condições de existência e sobrevivência, com consequente aumento de produção de sofrimento.

> Sou mãe solo. Não recebo nenhum auxílio financeiro de a universidade ou de outros programas do governo como o bolsa família, embora tenha tentado solicitar diversas vezes, todas foram negadas. Preciso trabalhar para estudar e pagar aluguel e demais contas. Não sou casada e meu filho é autista. Sinto que o desenvolver do meu curso é muito atrapalhado, pq não consigo me dedicar como deveria, não tenho nenhum auxílio financeiro pra usar com ele, ele é muito difícil de lidar, o horário das aulas atrapalha questão de trabalho e a falta de empatia por muitos professores que não estão interessados em saber das dificuldades na hora de computar faltas, passar trabalhos ou lhe avaliar. Me sinto fadigada e cada vez mais doente psicologicamente. Gostaria que ao menos q universidade desse suporte como um vale creche para crianças acima de 4 anos ou suporte pra crianças com TEA ou demais deficiências. Até mesmo psicoterapia pra mim, sem ser o atendimento emergencial seria válido (Mãe graduanda, 2024).

> Estou no último período do curso de pedagogia, desde o início tenho dificuldades por falta de uma rede de apoio. Muitas vezes preciso levar meus filhos para universidade passando por um caminho não muito seguro, a universidade fica localizada em um lugar de difícil acesso onde dependemos de van ou ônibus. Meu filho é autista e tem várias crises por conta do ambiente quando preciso levá-lo pois sabe que ficará 4 horas sentado em um sala de aula cheia de adultos sem poder se movimentar ou fazer alguma outra coisa. A aula de torna cansativa pra mim e pra eles. Em período de prova não consigo me concentrar, pois preciso deixalos com algum colega na universidade para concluir a prova e isso tira a minha concentração, tendo em vista a especificidade do meu filho. Algumas vezes preciso faltar a universidade tendo em vista as crises que vez ou outra ele tem e só eu consigo controlar. Quando esse episódio ocorre, não tenho nenhum respaldo legal para abonar a falta. Em resumo: para não reprovar por falta preciso levá-lo a a universidade, mesmo não havendo nenhum ambiente para que eles possam ficar enquanto estudo. Não existe nenhum acompanhamento para estudantes mães, ainda mais para mães de crianças atípicas. Estou no final do curso, faltando apenas 4 disciplinas, teoricamente reprovada por falta, pois não abonam minhas justificativas, penso em desistir da graduaçãoesmo faltando tão pouco e lido com a vontade de desaparecer do universo pois sinto que nadamos, nadamos e não saímos do lugar. Para quem é a universidade, afinal? jovens e sem filhos? (Mãe graduanda, 2024, grifos meus).

Desenham-se cenários de múltiplas dificuldades, de muitas "batalhas" assoberbantes e extenuantes. Sobrepõem-se situações de vulnerabilidade social e econômica, de racialização,

das necessidades específicas, como o Transtorno do Espectro Autista (TEA) acima relatado, entre tantas outras. O resultado é a produção dos diversos sofrimentos e situações de adoecimento. Em outras palavras, precisamos de um plano de ação que fomente um Programa Para Mães e não ações genéricas e/ou pontuais que eventualmente, acolham as mães. Essas mães precisam de socorro.

2.3.2 Ser mãe é o mesmo que ser estudante em vulnerabilidade?

Em nenhuma das ações no bojo da Assistência Estudantil, excetuando-se, por óbvio, as Situações Excepcionais, há referência à maternidade, sequer no auxílio creche. Contudo, as mães, em razão de sua condição de estudante, podem pleitear assistência estudantil. É importante atentar que para tal, deve-se pressupor condições de igualdade, o que não é real, visto que a própria estruturação da lógica acadêmica, oriunda "de um modelo arcaico de academia, que ainda se apega ao mito de uma falsa meritocracia" (Staniscuaski, 2024, p. 02)

Em outras palavras, para mães, especialmente mães solo, é muito difícil pleitear auxílios cujo acesso se baseia em altos coeficientes de rendimento e frequência; estes critérios geralmente, não dialogam com a realidade de quem precisa faltar em atenção a um resfriado da criança, por exemplo, se não há mecanismo de abono destas faltas, o que pode ser entendido como reinvindicação por condições de equidade. Dentre os Programas, Serviços e Auxílios que compreende a PAE, elencados entre os incisos I a IX do já referido Art. 5º da Resolução 15/19. Portanto, me pus a avaliar cada uma das Ações e mais os Auxílios (Eventos, Internet e Difícil Acesso) com intuito de entender se/como as mães estudantes podem ser beneficiárias. Uma das questões que de saída interessa é que mesmo o PNAES/2010, instrumento que fundamentou a 19/22, **não restringia** a destinação de recursos aos estudantes oriundos de escolas públicas **ou** aos que possuíssem renda familiar per capita de até um salário-mínimo e meio, contudo, assegurava que este seja o público-alvo prioritário. Para sanar eventuais dúvidas, o Decreto nº 7234 de 2010, versa que

> Art. 5º Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior.
>
> Parágrafo único. Além dos requisitos previstos no **caput**, as instituições federais de ensino superior deverão fixar:
>
> I - requisitos para a percepção de assistência estudantil, observado o disposto no **caput** do art. 2º; e

> II - mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES (Brasil, 2010, grifos no original).

O artigo 2º acima aludido, estabelece os objetivos do Programa, a saber,

> Art. 2º São objetivos do PNAES:
>
> I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
>
> II - minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
>
> III - reduzir as taxas de retenção e evasão; e
>
> IV - contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (Brasil, 2010).

A partir do entendimento de que o PNAES/2010 prioriza, mas não restringe os critérios de elegibilidade, analisei as ações de Assistência. É fundamental dizer que as proposições da PNAES/2024 apresentam mudanças, contudo, ainda assim, "revela uma elaboração pouco sensível e insuficientemente dialogada, que desconsidera, em grande medida, as demandas sociais em jogo" (Melo, 2025, p. 43). Uma das limitações do PNAES/2010 é que ele se dirigia para estudantes em vulnerabilidade socioeconômica. Não está disponível qualquer documento sobre a implantação das novas diretrizes do PNAES na UFPE, mas a instituição do GT de Parentalidade[45] é um forte indicativo de que a universidade continua comprometida nos esforços de inclusão das demandas maternas. Neste contexto, observei a ordem dos incisos do art. 5º para explorar cada uma das ações para identificar interdições às mães ao pleito, em decorrência das necessidades específicas do grupo. Entretanto, o auxílio-creche (VII), que figura no imaginário social da comunidade acadêmica como uma ação destinada "para mães", foi analisado a parte, pois a particularidade mostra outra realidade. Ainda, o Programa de Moradia Estudantil (I) também está em uma seção à parte, visto que as mães residentes têm demandas que, por hora, são incompatíveis com o formato que o programa se apresenta.

Seguindo a ordem do art. 5º, o **Programa de Bolsa de Assistência Estudantil (níveis 01, 02, 03 e 04)**, como já alertado, não está descrito na Portaria e no site, por sua vez, estão elencadas apenas "Bolsas de Manutenção Estudantil 01 e 02" e, de forma genérica, explicadas junto às bolsas Moradia e Residente, como "o repasse de auxílio financeiro mensal para o estudante custear parte das despesas de locomoção, moradia e alimentação", alertando que não são cumulativas, como sabido, mas sem previsão de valor pecuniário.

[45] Em abril de 2025 foi instituído o Grupo de Trabalho Parentalidade na UFPE (Portaria 15/42, de abril de 2025), com representação discente através do Coletivo de Mães da universidade.

No site do Núcleo de Assistência Estudantil (NAEST)[46], contudo, há a definição destas bolsas como um auxílio financeiro explicitamente designado aos estudantes "em **situação de vulnerabilidade socioeconômica**" (grifos meus), sob os critérios do PAE, estabelecidos pelas Resoluções nº 01 e 02/2016 do Conselho de Administração. Além disso explica que aos estudantes do CAA, é possibilitado o "Auxílio Difícil Acesso", no valor de R$ 200,00, em complemento às Bolsas de Manutenção Estudantil 01 e 02, pois o Campus localiza-se fora do perímetro urbano de Caruaru. O referido "**Programa de Alimentação**" consta no site como "Auxílio Alimentação", que consiste em garantia da "concessão de três refeições diárias (desjejum, almoço e jantar) no RU para **residentes das Casas de Estudantes Universitários**" (grifos meus) – o que implica em *situação de vulnerabilidade socioeconômica*. Para os demais estudantes do PAE do campus Recife, são concedidas com gratuidade "duas refeições (almoço e jantar), integralmente subsidiada", excetuados os "do curso de graduação em Direito e do Campus Vitória (CAV) que receberão, a partir do início das aulas do 2º período letivo, o valor mensal de R$ 300,00 (trezentos reais)", em razão da distância estre estes locais e o RU. Por fim, para o Campus do Agreste (CAA), em Vitória de Santo Antão, o benefício é de uma refeição gratuita, tendo o estudante que escolher entre almoço ou jantar.

A página do RU, ancorada no site da PROAES, alerta que os estudantes que não participam do Programa de Moradia, podem fazer o desjejum no RU, assim como servidores e visitantes, pagando o valor integral da refeição, que custa R$ 10,31. Ou seja, sendo assistido pelo PAE contemplado pelo Programa de Moradia, o estudante recebe as três refeições gratuitamente no RU; sendo estudante de graduação ou pós-graduação da UFPE, fora do PAE, recebe isenção parcial (o almoço custa R$ 4,78 e o jantar, R$ 4,88); servidores e visitantes, pagam os valores integralmente (o almoço custa R$ 11,95 e o jantar, R$ 12,20)[47].

O **Programa Estudante Convênio de Graduação -Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior/MEC**, como já dito, é dirigido aos estudantes estrangeiros. O **Programa de Bolsa Permanência/MEC** foi

> instituído pela Portaria MEC nº 389, de 9 de maio de 2013, alterada pela Portaria MEC nº 1.999, de 10 de novembro de 2023, destinado à concessão de bolsas de permanência a estudantes de graduação em situação de vulnerabilidade socioeconômica, em especial indígenas e quilombolas, matriculados em Instituições Federais de Ensino Superior.
>
> Qual a finalidade do PBP?

[46] https://www.ufpe.br/proaes/naest
[47] Valores consultados em abr. 2024.

> A Bolsa Permanência é um auxílio financeiro que tem por finalidade minimizar as desigualdades sociais, étnico-raciais e contribuir para permanência e diplomação dos estudantes de graduação indígenas, quilombolas e dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica, matriculados nas IFES[48] (Brasil, 2013).

O **Núcleo de Atenção à Saúde (NASE**), por sua vez, está no bojo dos estudantes beneficiários do PAE ou que *comprovem situação de vulnerabilidade socioeconômica*, oferecendo atendimento nas seguintes especialidades: Clínica Médica, Enfermagem, Nutrição, Psicologia, Psiquiatria e Serviço Social. Seu funcionamento é orientado pelos preceitos de acolhimento da Atenção Básica, no âmbito do SUS. De acordo com as informações no site, caso o NASE não dispuser de recursos para prestação de serviços propõe-se a condução do estudante para uma UPA (Unidade de Pronto Atendimento), ou mesmo um serviço privado. As ações e atividades desenvolvidas pelo núcleo são: acolhimento psicológico, centro de testagem e aconselhamento em infecções sexualmente transmissíveis, campanhas sazonais de promoção à saúde e vacinação, treinamento em grupo para aprimoramento das habilidades sociais e atendimento às mulheres vítimas de violência.

O referido **Programa de Apoio Pedagógico** acontece através do **Projeto Estudante Cooperador Pedagógico**[49], onde os tutores acompanham os tutorados que apresentam dificuldades de aprendizagem não superadas durante as aulas regulares. Para ser tutor, o estudante deve ser, preferencialmente, bolsista PROAES e "com bom desempenho acadêmico"; por sua vez, tutorado, configura o discente com dificuldades nas disciplinas ofertadas pelo Projeto: Álgebra Linear 1, Cálculo Diferencial e Integral I, II, III, Geometria Analítica 1, Química 1 e Física 1 e 2, ou seja, "especificamente em disciplinas introdutórias da Área de Exatas"[50]. Por sua vez, o **Auxílio Emergencial** foi, de acordo com site da PROAES, "um **a**uxílio financeiro temporário concedido aos estudantes que comprovem situação de **extrema vulnerabilidade socioeconômica**, que inviabilize aguardar o processo seletivo". A este, agrega-se isenção total no RU (Recife e Caruaru).

Há ainda, o **Auxílio Eventos** regulamentado através da Portaria Normativa nº 06/2023, de outubro de 2023, que estabelece as formas de apoio oferecidas para participação de estudantes de graduação em eventos em eventos acadêmicos, esportivos, culturais e político-acadêmicos realizados no território nacional (UFPE, 2023). Os critérios de elegibilidade são, entre outros: estar dentro do tempo mínimo para conclusão do curso e não apresentar *reprovação por falta ou por desempenho acadêmico* em 50% das disciplinas cursadas no

[48] Cf. http://sisbp.mec.gov.br/faq, URL disponível no site da PROAES. Acesso em 12 abr. 2022.
[49] Cf. https://www.ufpe.br/proaes, na aba Assistência Estudantil. Acesso em 12 abr. 2022.
[50] Idem.

semestre anterior – o que impede as mães. **Auxílio Internet**, com vistas à inclusão digital, serve para custear o pagamento, pelo(a) estudante, até atingir o tempo mínimo de conclusão de curso, com reavaliação semestral, de pacote de dados de internet móvel ou internet cabeada. Vale ressaltar que este auxílio é restrito aos estudantes contemplados pelo PAE, não podendo ser recebido fora deste contexto.

2.3.3 Sobrevivendo às condições

Você fala que sim/Que me compreende
Você fala que não/Que não me entrega
Que não me vende/Que não me deixa/Que não me larga
Mas você deixa tudo (deixou)/Você deixa mágoa (deixou)
Você deixa frio (deixou)/E me deixa na rua (deixou)
Você passa mal/Toma Sonrisal
Se engana, mas vai em frente
Pra mim não tem jeito/Não tem beijo final
E não vai ter happy end

(Tom Zé, 1972)

Quando falo em outros grupos de estudantes e "lugar de mãe em regime especial", quero chamar a atenção para o fato de que o "trabalho imaterial de Mães" nos assola cotidianamente e, portanto, em meio a todas estas tarefas temos que realizar "as mesmas atividades, com os mesmos prazos, como qualquer outro aluno", independente de isolamento social pandêmico. A importância de outros grupos como os de estudantes como mulheres sem filhos, homens com filhos ou sem filhos, bem como servidores e servidoras com ou sem filhos, terem experenciado essa *rat race* é em termos de visibilidade das demandas maternas, pois indiscutivelmente, a maternidade chega como uma carga extra às execuções de atividades e prazos acadêmicos.

Nesta realidade de redução temporal dos semestres e aumento da carga de trabalho, pessoalmente, vivia semestre intensos e sem *happy end*, como diria Tom Zé. Em diversos diálogos com outras mães trabalhadoras, alunas e servidoras, sobre os momentos de angústia durante o isolamento social, sentimento que usualmente ecoava uníssono nas conversas, quando lembrávamos o quão *difícil* fora manter uma rotina saudável para as crias, com constâncias nos horários de dormir e acordar, das sonecas da tarde, das refeições, banhos, momentos de brincar junto, estando presente e atenta às mensagens daquele ser humano habitando um corpinho diminuto e enclausurado em um apartamento... Reverberava também que era *impossível* sentir-se uma mãe satisfeita nestes aspectos em meio a tantas outras demandas de trabalho produtivo e imaterial, especialmente, no confinamento cercada pelo medo do vírus.

A rotina semanal de viagens que vivia, por si extenuante, o trabalho exaustivo de preparação de aulas e atividades (mais as respectivas correções) para 04 turmas diferentes de

graduação (com carga horária de 60h cada), somava-se ao "trabalho imaterial do cuidado" em minha maternagem e com minha mãe, em tratamento quimioterápico. Entre janeiro e fevereiro de 2023, em consequência dos efeitos colaterais da medicação, ela passou por diversas vezes ser levada ao serviço de emergência e, inclusive, passamos pelo susto da suspeita de aneurisma cerebral – o qual, felizmente, não se confirmou.

Mas para além do isolamento, o que frequentemente despertava expressões corporais de espanto nessas conversas era minha rotina de viagens semanais. "Como você aguenta?" era a mais comum das perguntas que se formavam entre olhos arregalados e sobrancelhas arqueadas, por entre bocas abertas, abafadas pelas mãos. "Não sei, vou tentando", era o que conseguia responder. Era tentando comer somente a cereja que me mantinha em Recife, ao passo que os relatos de mainha sobre as reações de Naiane a minha ausência se amontoavam quando eu voltava pra Maceió... Eram pesadelos sobre eu me acidentando na estrada, choros inaudíveis pelos cantos ao cair da noite, ligações que terminavam em choro e apelos de "*mamãe, volta logo pra mim*". Eu era um corpo cansado no início e, no final do semestre, um corpo adoecido – era eu quem ia para a emergência, acometida por dores de cabeça, enxaquecas, dores generalizadas pelo corpo, pelo cansaço ou por infecções respiratórias... Foi um período difícil para todas nós, inclusive para minha filha, uma criança de 04 anos que lidava diuturnamente com uma avó adoecida e uma mãe cansada, impaciente, irritada, assoberbada, sobrecarregada... As dores se acumulavam emocionalmente por minha mãe ser minha única rede de apoio para cuidar da minha filha.

Nas vicissitudes da pesquisa pela experiência de uma pessoa pesquisadora com o cotidiano atravessado pelo "trabalho imaterial de Mães", pesquisando o tema, vivia à flor desta *pele que habito*, com inúmeras demandas, inúmeras necessidades de pensar, refletir, pesquisar: sobre o cuidado, sobre Trabalho, sobre lazer, sobre o tempo... Esta era a Luciana nos finais de semestre: cansada, em busca de entendimento de si, entre prenúncios de diagnósticos médicos, inúmeras demandas e tarefas, às voltas espirais sobre decidir e executar ações que diziam respeito não só a minha individualidade, mas sobre as outras pessoas no meu domicílio. Sobrecarregada, mas caminhando agarrada à ideia de que *caminho se faz caminhando* (Freire; Horton, 2003); agarrada ao entendimento de que a vida não é pré-programada, pré-organizada, pré-determinada; agarrada à crença esperançosa de que a vida deve ser potência, vivida em gerúndios: "indo", "mudando", "tentando", "seguindo" ...

Mas o indigesto café da tarde com doses de culpa, penso eu, pode ser passado no coador da resiliência e, às vezes, seguido de um Sonrisal de resistências, porque a potência da vida,

está exatamente na coletividade. Desprivatizar o cuidado deve ser entendido também como a institucionalização das demandas nas IFES, mas também como a garantia positivada no artigo 205 da Constituição cidadã (CF/88), de o Estado brasileiro garantir Educação para todos. Inclusive, no Artigo 206, que trata sobre os princípios de base para o ensino, em seu inciso I garante a "igualdade de condições para o acesso e permanência na escola" (Brasil, 1988).

Isto dito de outra forma, não estamos "rogando" ao Estado as condições para acesso e permanência para estudar, mas fazendo pesquisa e buscando espraiar as desigualdades e assimetrias destas condições garantidas em lei, vivenciadas pelo grupo social mães e, neste caso específico, na universidade. Nos fronteiriços contornos de estar vivendo e produzindo uma pesquisa qualitativa, com observação participante de uma etnografia das condições de interdição vividas por mães para estar no ambiente acadêmico, mesmo sem *happy end*, ao invés de desistir (confesso, pensei muitas vezes) me motivava cada vez mais a pensar a maternidade interseccionalmente como marcador social da diferença.

Concluindo: vulnerável é a Mãe!

Como vimos anteriormente, as bases legais que sustentam as relações institucionais com a maternidade, ancoradas historicamente na ideia de "afecções" precisa ser radicalmente repensada e, consequentemente, reformulada. Vimos que a PNAES/2024 difere em sua natureza legislativa do PNAES/2010 quando deixa de ser um projeto e recebe o status de Lei e, também, quando sinaliza o PROPEPE, visibilizando a parentalidade. Com isso, podemos vislumbrar um potencial para mudanças nas relações institucionais no que compete ao público estudantil, inclusive ao grupo de mães.

Acredito que a partir das condições expostas até aqui, reler a frase desferida no contexto daquela reunião nos suscite outros entendimentos sobre "o que mais poderia querer uma mãe, além das garantias que a universidade já possui, como auxílio financeiro concedido pela PROAES aos estudantes em condição de vulnerabilidade social, acesso ao RU (integral ou com descontos), possibilidade de acesso à moradia estudantil e, por óbvio, a resolução 19/22?". Estes entendimentos outros, sugiro, promovem três situações mais evidentes: a primeira é a constatação de que há uma profunda carência de informações focalizadas no grupo de mães e que o modelo de Assistência Estudantil generalista, o qual supostamente "engloba" o grupo de mães não atende às demandas específicas deste grupo; disto se desdobra uma segunda, que é a necessidade de evidenciar a promoção de programas, políticas e ações que sejam focalizadas na maternidade, entendendo-a como um marcador social da diferença o qual não deve ser

apreendido em si, mas relacionalmente situado em interdependência com outros marcadores, o que permitirá uma compreensão contextual das realidades concretas do grupo. Por fim, mas de modo algum menos importante, a terceira situação é a fundamental leitura conjuntural das estruturas burocráticas que produzem os mecanismos e ferramentas institucionais os quais, por mais que objetivem promover acesso de estudantes à Assistência, acabam por promover barreiras ao acesso de mães, dado o fato de que não existem normatizações que as considere em políticas focalizadas.

Sobre a primeira situação, note-se que, de modo geral, as demandas de mães que são estudantes em muito se assemelham entre si. Falam sobre os usos do tempo, como as jornadas de trabalho que se sobrepõem, horários para se dedicar aos estudos, dificuldade dos longos deslocamentos (Leite; Alves, 2022), ausência de creche e outras questões infraestruturais, bem como sentimentos solidão e desamparo (Cunha; Paiva, 2024) e até de "rejeição e desmerecimento – muitas vezes, inclusive, provocados por outras mulheres" (Da Silva; de Souza, 2025, p. 9). São muitas questões que mostram que a chegada de uma mãe à universidade não é sinônimo de um percurso linear nem, provavelmente, de finalização do curso, o que sugere que as atuais políticas de permanência não são suficientes para mães que são estudantes, visto que parece haver, de modo geral, "uma desarticulação entre a oferta da instituição e a demanda das estudantes" (Santos, 2014, p. 106).

O caminhar espaço-temporal destas relações se conformará na História e avaliaremos os impactos da Lei e suas ações e programas. Ainda há muito trabalho e muitas disputas em questão. No que compete à vulnerabilidade materna no contexto universitário, muitas camadas estão e continuarão em jogo em nosso continental Brasil ameríndio e amefricano. De onde percebo as especificidades do grupo social de mães, tanto nos dados que apresento quanto na literatura que envolve os temas de acesso e permanência, tratar vulnerabilidade socioeconômica como um "fator integrado", pode nos indicar caminhos dicotômicos e deixar escapar nuances importantes.

Embora inicialmente possa parecer contraditório, gostaria de pontuar um deslocamento entre vulnerabilidade social e econômica, com o objetivo de mostrar como as dimensões afetiva e emocional fazem parte deste conjunto que chamamos socioeconômico, pontuando as realidades locais. A segunda situação evidencia este ponto fundamental que imprime a necessidade de a maternidade ser compreendida como marcador social da diferença relacionalmente situado em interdependência com outros marcadores. Isto dito, é necessário ter em mente que "tornar-se Mãe" implica em produções subjetivas e materiais distintas de quando

se era “apenas” uma mulher sem filhos; que a configuração da maternidade solo compulsória/involuntária é saturada de sobrecargas – o que dialoga com redes de apoio (ausência e/ou presença); e a dimensão imaterial do trabalho da Mãe em sua interlocução com a economia do cuidado.

Alguns pontos relevantes para pensarmos vulnerabilidade econômica estão geograficamente ligados às ruas de raça-classe-gênero-geração-idade-migração. Para isto, releve-se que o grupo de Mães que está nas universidades e em condições de compor a chamada população economicamente ativa, pode ser considerada, ao mesmo tempo, uma população “economicamente inativa”, na dimensão de geração de renda e/ou pelas dificuldades de gerar renda nos moldes tradicionais, mas, por outro lado, isso colide com a condição do trabalho imaterial do cuidado. Dito de outra forma, o trabalho do cuidado invisibilizado e não remunerado, está no campo do trabalho imaterial, visto que parte do cuidado materno produz valor social, afetivo e simbólico, mas não é reconhecido como trabalho econômico tradicional, apesar de ser fundamental para a reprodução da sociedade.

Outro aspecto relevante é que as políticas públicas inclusivas, especialmente a partir de 2002, tem, de modo geral, modificado o perfil de estudante que chega às universidades públicas (Cunha; Paiva, 2024; Santos, 2014). A título de exemplo, em algumas ocasiões, tive a oportunidade de questionar em sala de aula sobre as intenções dos estudantes em participar de projetos de pesquisa e/ou extensão e anotá-las em diário de campo. As respostas, especialmente nos primeiros períodos, eram positivas, mas as advertências eram sobre uma suposta indisponibilidade de recursos financeiros para as bolsas de auxílio. Mães, geralmente, articulavam outras atividades como impeditivos, como falta de tempo e cansaço (Diário de campo, 2023).

As condições de se dedicar a atividades extracurriculares são diferentes, dada a diversidade do que chamamos de modo genérico “estudantes”. O baixo valor das bolsas e a necessidade de trabalhar para compor a renda familiar, por exemplo, era apontado e, portanto, a impossibilidade de “estágio voluntário”, aquele que se trabalha em projetos e pesquisas sem remuneração, comumente saía do horizonte. Nestas interlocuções, a fala de uma estudante que tinha mais de 60 anos, particularmente, me chamou a atenção; sua ponderação foi de que naquele momento da vida estava fazendo o curso de pedagogia para realização de um sonho pessoal, visto que já estava com os filhos “criados”.

Disse “nunca ter trabalhado”, mas ter sido “apenas dona de casa e mãe” e naquele momento que estava aproveitando o “tempo livre” para estudar, embora a rotina fosse difícil,

pois “as coisas de casa não param”, se referindo ao trabalho doméstico pelo qual ainda era responsável, mesmo casada e com “os filhos criados” (Diário de campo, maio de 2023). Neste contexto, é imprescindível relevar que são muitas as camadas que a dimensão econômica para além das necessidades de suporte financeiro pode suscitar, inclusive a ideia de que maternar solo, independe de conjugalidade. Em que se pese a dimensão do trabalho de preparar alimentos, lavar roupas, limpar a casa, ser colo e abrigo (mesmo para filhos “já criados”) para quem sai de casa para o ambiente do “trabalho produtivo” sustentado por todo o trabalho (invisível) da Mãe.

De fato, é uma árdua tarefa deslocar vulnerabilidade econômica da dimensão social. Contudo, voltando ao recorte do ambiente universitário, alguns fatores contribuem para a vulnerabilidade social de Mães e entre outros já evidenciados como a ausência de rede de apoio privada/familiar, volto a atenção para a instituição universidade como rede de apoio, especialmente para mães de bebês e crianças menores. A falta e/ou insuficiência de estruturas de apoio dentro da universidade, como creches, fraldários, cuidotecas, salas de amamentação (com possibilidade de armazenamento adequado para leite materno), em número suficiente e locais adequados, gera constrangimento e dificulta a permanência, promovendo evasão (Vidal, 2023; Urpia; Sampaio, 2011; Melo, 2025; Pessanha, 2023; Da Silva; de Souza, 2025).

O terceiro ponto que aquela frase desferida no contexto da reunião revela é a estruturação burocrática que por mais que supostamente objetive acesso de estudantes à Assistência, acaba por promover barreiras ao acesso de mães, em sua absoluta ausência de políticas focalizadas. Assumindo que as universidades federais brasileiras são o Estado brasileiro e sua organização segue a lógica da burocracia estatal, estas questões podem ser abordadas sob diferentes primas. A análise crítica de Akhil Gupta sobre o Estado na Índia explica como a instituição está presente na vida ordinária das pessoas, contudo, a universalidade no tratamento produz uma espécie de indiferença às necessidades de grupos de pessoas pobres. Mesmo que em sua organização burocrática e racional o Estado proponha políticas para erradicação da pobreza, a desigualdade real de condições da população para acessar os benefícios sociais e o fato de que estas dificuldades não são observadas, acabam por promover uma violência estrutural oriundas das próprias práticas burocráticas cotidianas. Dito de outra forma, é necessário encontrar mecanismos para perceber, entender e distinguir como as práticas burocráticas cotidianas das instituições permitem a coexistência entre violência estrutural e o cuidado às vulnerabilidades (Gupta, 2012). Isto significa que o Estado não está ausente, visto que promove políticas governamentais com vistas a erradicação da pobreza, mas isto mostra

outra face da governamentalidade: o Estado está *presente demais*, mas de um jeito frio, distante e burocrático. No que diz respeito ao grupo de mães e suas necessidades específicas, é exatamente este o ponto de intersecção que no contexto das políticas inclusivas e assistenciais no seio da universidade e que são extensivas "aos estudantes", mas produzem a exclusão de mães. No que compete ao cuidado como uma política de governo, por exemplo, como se justifica haver proposições institucionais para combater vulnerabilidades se a outra face destas formulações é a exclusão?

Questões como "quantas mães existem na universidade", "qual o perfil sociodemográfico deste grupo" ou, mais resumidamente "o que querem as mães para estar na universidade", por exemplo, podem ajudar a mapear as ações generalistas. Por outro lado, perceber as mães coletivamente, mapeando através do diálogo focalizado, quais são suas *necessidades* para estar no ambiente acadêmico – o que inclui acessos de chegada e partida ao campus, situações de segurança alimentar (ou ausência desta) em seu grupo familiar, as condições estruturantes e de funcionamento (ou não) de redes de apoio, de assistência psicológica e, por óbvio, as condições socioeconômicas, de emprego e renda, as quais permeiam, infiltram e inundam as condições concretas da população brasileira – pode alavancar profundas mudanças estruturais na academia. Desta forma, se pensarmos por alusão ao contexto universitário, faz sentido o pensamento de Gupta sobre o Estado estar "presente demais" por comparação com a maternidade em contextos universalistas.

A produção da indiferença dialoga com as diversas formas invisibilizadas de vulnerabilidade e de sofrimento psíquico. A burocracia ou melhor, a necessidade de inscrição burocrática através de documentos, formulários, registros, listas, arquivos, números, relatórios, como no caso relatado de jubilação da estudante puérpera, reflete como o acesso a direitos não depende da necessidade real, mas de estar registrado; estar no formulário certo; estar na lista correta; ter o documento atualizado. Desta forma, se você não está "inscrita", é como se não existisse politicamente e as consequências disto são invisibilizações e aprofundamento da distância entre o cuidado que as instituições pretendem promover e sua real efetivação. Em outras palavras, a burocracia mais que promover a inclusão, pode acabar por restringir acessos.

A abordagem da "biografia dos documentos", de Claudia Fonseca e Lucia Scalco (2015), na qual analisam como documentos (no caso, de identidade) são artefatos sociotécnicos que medeiam relações sociais e estatais, pode nos ser útil aqui. Ao etnografarem a história de Bruna em seu "calvário burocrático", explicam como "esses documentos, pedaços inertes de papel, carregavam a lembrança de emoções particulares" (Fonseca; Scalco, 2015, p. 27), as

autoras promovem o entendimento de que, para além de meros papéis "neutros" ou "estáticos", no entrelaçamento das trajetórias pessoais e sociais dos indivíduos em seus contextos culturais, os documentos adquirem significados em histórias de vida ao longo do tempo. Neste contexto, a percepção de como se faz necessária a negociação de relações com parentes e agentes estatais, explicita a mobilização de memória e de emoções, que ultrapassam uma busca objetiva por ser "incluída" em cadastros e tornar-se beneficiária do Programa Bolsa Família. Entendendo os trabalhadores dos órgãos públicos e privados, com os quais Bruna interage e agencia negociações, em suas agências e não como meros reprodutores mecânicos da letra da lei, as autoras trazem elementos teóricos importantes que podem nos ajudar a pensar sobre mães.

Tangenciando a discussão foucaultiana sobre governamentalidade, a história de Bruna nos propõe, assim como a história da estudante que fora jubilada, um exemplo de que governar não é só "mandar", "delegar" ou "reprimir", mas organizar a vida das pessoas por meio de saberes, normas, estatísticas, políticas públicas e administração. Nestes casos, a busca por documentos, a necessidade de confirmação de sua veracidade, a ausência de rede de apoio, por exemplo, são, portanto, refletidas como um processo de negociação de relações sociais e reposicionamento do indivíduo dentro de sua rede familiar e perante o Estado. A agência dos funcionários em indicar caminhos não necessariamente convencionais para Bruna ou exigir uma redação sobre as circunstâncias comprovadas com "documentos verídicos", como alegou a mãe jubilada, mostra como há uma sincronia entre a burocracia estatal e sentimentos de pertencimento e cidadania, desafiando a noção de um governo frio e distante de um lado, ou, por outro, reproduzindo a reificação das/nas relações.

Pondere-se que uma forma de governar na qual se "reduz pessoas a dados" é extrínseca a contingências, e quando ocorre algum erro, este vira "problema técnico", "falha administrativa", "falta de atualização cadastral" ou "perda do prazo", por exemplo, impingindo culpa ao indivíduo ou interditando seu acesso a direitos e/ou benefícios. Como alerta Gupta (2012), a governamentalidade faz com que o Estado pareça cuidadoso, enquanto produz abandono. Para este autor, a inscrição burocrática define quem conta, a governamentalidade transforma cuidado em controle técnico e então, a violência estrutural aparece como resultado "normal" do sistema. Juntas, estas categorias explicam como o Estado democrático, mesmo com políticas sociais, pode continuar produzindo sofrimentos, vulnerabilidades e até violência simbólica, sem sequer parecer violento.

A vulnerabilidade social, nesse contexto, transcende a mera carência de recursos materiais, configurando-se como um intricado conjunto de barreiras estruturais, sociais e

culturais que obstaculizam a permanência e o êxito acadêmico das mães, tornando sua trajetória uma luta cotidiana para concluir o curso superior. Nesta seara, outro fator importante é a sujeição das mães à compreensão empática do corpo docente que é na maioria dos casos, volitiva e não regulamentada. Foi o que tratei através de uma resposta do formulário como "conscientização da comunidade acadêmica", o que implica, ao fim e a cabo, em mudanças estruturais do cisheteropatriarcado. Atravessando outras tantas ruas e encruzilhadas, sigo neste desafio de tentar contribuir para pensarmos estas mudanças nos capítulos seguintes.

3 Epa heyi, Oya! Guerreira é a Mãe!

Se vocês querem saber quem eu sou
Eu sou a tal mineira
Filha de Angola, de Ketu e Nagô
Não sou de brincadeira
Canto pelos sete cantos não temo quebrantos
Porque eu sou guerreira
Dentro do samba eu nasci, me criei, me converti
E ninguém vai tombar a minha bandeira
Bole com samba que eu caio
E balanço o balaio no som dos tantãs
Rebolo, que deito e que rolo
E me embalo e me embolo nos balangandãs [...]
Eu sambo pela noite inteira, até amanhã de manhã
Sou a mineira guerreira, filha de Ogum com Iansã
Epa heyi, Oya!

(Clara Nunes, 1978)

Se está posto que não é um lugar que não é para mães, por que defendo o acesso de mães na academia? Se é um lugar de sofrimentos e violências, por qual motivo as mães deveriam estar na universidade? A resposta curta e direta é a subversão. As possibilidades de acessar o conhecimento acumulado historicamente e dele se apropriar, subvertendo tanto as normas de opressão quanto de subalternização em alienação de si; subverter, enfim, a lógica do cisheteropatriarcado. A resposta longa nos embarca na discussão sobre identidade e diferença.

Tendo em vista que as relações sociais são dinâmicas, relacionais e construídas ao longo da história e são a elas que nos referimos quando invocamos o termo *sociedade*, considero que as designações sociais aos papéis maternos se enraízam e brotam entre nós como funções e posições sociais (Robles, 2015). É através desses processos que conhecemos intimamente a maternidade, seja no lugar de filha, de criança, seja do lugar de mãe: sentindo e percebendo o que as gerações anteriores ensinam, com base nos discursos oficiais ou nas reverberações destes, muitas vezes os ressignificando através dos entendimentos particulares, de indivíduas e/ou de grupos. Mas o que seria lugar de mãe?

Alfonsina Robles (2015), em seu trabalho com gestantes e mães das camadas populares do Recife, utiliza a ideia de *assignação* para tratar sobre as regulações sanitárias no processo de tornar-se uma mãe de risco, em razão de sua condição socioeconômica, a partir do diagnóstico medicalizado de sua gravidez. Sob um viés biopolítico, argumenta que a regulação dos corpos e das mentes ocorre na perspectiva de que o cuidado de si depende ou é orientado pelo cuidado com o outro. Ou seja, os aprendizados daquelas mulheres sobre a maternidade e seus

corpos gravídicos, são orientados pela noção de "maternidade de risco", dado o contexto socioeconômico no qual estão inseridas.

> O neologismo "assignação" aparece primeiramente como sinônimo de "atribuição". [...] A noção de "assignação" é então utilizada no sentido da "interpelação", tal como utilizado por Butler, *como ato discursivo*, mas conjugado com aquele de "designação" que delimita um lugar social a ser ocupado. Assignação é então o mesmo processo corporal e enunciativo pelo *qual há "convite" para ocupar uma determinada função e posição, no caso uma "assignação à maternidade"* (Robles, 2015, p. 166-67, grifos meus).

É fundamental o relevo sócio-histórico e cultural da "assignação à maternidade" para pensarmos Mãe e maternidade, lugares, construções de identidades e diferença. Assignação é um termo se desdobra de "interpelação", que Althusser usou para explicar as formas como os sujeitos ao se reconhecerem como tal, são instados a ocupar esse lugar (de sujeito). Para Althusser, pessoa e sujeito são diferentes, sendo este uma categoria simbolicamente construída (Woodward, 2012). Neste sentido, assignação à maternidade pode elucidar sobre as prescrições normativas e idealizações dos papéis de maternidade, contribuindo para o entendimento de que estes são relacionais e construídas processualmente. Dito de outra forma, não são estáticos, mas se formam e transformam ao longo do tempo nas redes singulares, nas diversas interações entre as sujeitas, ou seja, nas teias da coletividade.

Para Butler, uma norma "opera dentro das práticas sociais como o padrão implícito da *normalização*. [...] As normas podem ou não ser explícitas e quando operam como princípio normalizador em práticas sociais, elas geralmente aparecem implícitas, difíceis de ler" (Butler, 2022, p. 75). Isto dito, pensemos nas construções normalizadoras do que significa ser mãe arregimentado nos ideais de "boa mãe" (Badinter, 1985, 2011; Zanello, 2016), aquela que de si se desfaz em prol da prole, quase um ser mítico. Das encruzilhadas ou dos estuários, sinto possibilidades de fluir por outras possibilidades de movimentações intelectuais subversivas destas normatizações, assignações e de sentidos de existências de mães por mães nas universidades, especialmente por aqui, pelo Sul do mundo.

Após algumas releituras do material percebi que apareceram diversas falas/respostas que denunciavam interdições de acesso ao campus com as crias, especialmente por falta de rede de apoio e dificuldades financeiras, bem como por "não ditos" nas relações com docentes que anunciavam para as mães que elas e/ou sua prole atrapalhavam, de alguma forma, as atividades. Outras, revelavam ou anunciavam relações geracionais "bancárias", no sentido freiriano, no entendimento das dinâmicas familiares, no escopo da Teoria do Capital humano. Sugeriam que a educação formal era um lugar "dívida" que assumiram e deveria, portanto, "retribuir" os

“investimentos” que receberam pela geração anterior. Por outro lado, anunciavam que através da graduação faziam um “investimento” no futuro da geração seguinte, pois, ao passo que as mães ganhassem ascensão social, pavimentariam melhores condições de vida para seus filhos.

Considerando estas questões e, ainda, que significativa parte explicitava situações de desemprego em meio a ausência de incentivos financeiros como contrapartida da universidade e situavam as responsabilidades no cuidado com as crias como interdições para estudar e/ou trabalhar, inicialmente, pensei em três categorias para analisar as respostas. Seriam elas: “Interdições”, “Capital humano” e “Trabalhadora Autônoma”, que me ajudariam a situar as respostas nos espaços institucionais das políticas já existentes para mães ou, ao menos, apontar as necessidades do grupo, em um diálogo que sugerisse à instituição possibilidades de inclusão.

Contudo, no decorrer das análises em conexão com a legislação, especialmente no contexto do PAE, aquelas categorias se mostraram improfícuas porque não há nenhuma ação da universidade voltadas para as maternidades. Sequer o auxílio creche, de longe o mais disputado historicamente, foi pensado para mães. A Resolução que regulamenta, como exposto, os períodos de afastamento para gestação, parto e puerpério, situam-se no debate geral de “alunos portadores das afecções que indica”.

Me pareceu um caminho mais pertinente, considerar a alusão a “ser uma guerreira”, (frase popularmente atribuída às mães e que surgiu em um dos comentários/respostas) como mote para pensar o local de um grupo minoritário – no que compete aos direitos estabelecidos e interdições de acesso a eles – para trabalhar a categoria “Guerreira” e, consequentemente, seguir ao uso da categoria “Mãe”, produzida nas fronteiras da diferença. A partir delas trabalhei as demandas do grupo relevando a legislação.

3.1 Sobre redes de apoio institucionais às mães

> *A mudança institucional leva tempo, mas os que foram marginalizados nas instituições ocidentais não vão esperar para sempre. Se o poder não for compartilhado com os de baixo, as demandas por mudança persistirão.*
>
> (Patricia Hill Collins, 2019)

Alana Verani (2022) construiu uma argumentação profícua sobre a maternidade enquanto marcador social da diferença através de narrativas de história de vida de suas 11 interlocutoras, analisando as noções de ciência e cientista por antropólogas em formação nas pós-graduações. A autora conseguiu interlocuções durante a pandemia e percebeu a constante presença das crias e as sobreposições de jornadas relatadas pelas mães entre os afazeres da

rotina acadêmica, doméstica e dos cuidados especificamente às crianças sob a majoritária responsabilidade materna a despeito de conjugalidade.

Analisando os desafios enfrentados pelas estudantes, suas práticas e os significados atribuídos ao processo de se tornarem mães e antropólogas, Verani mobiliza a categoria "bem-maternar", sob a qual pensa as aprendizagens e inventividades das interlocutoras desafiando os "ideais masculinistas científicos" e reiterando que "um dos marcadores sociais da diferença significativo que, dentro de tais esquemas, posiciona as interlocutoras em desprestígio é a maternidade" (Verani, 2022, p. 92).

Verani aponta "a falta de espaço para as mães poderem ter momentos individuais, seja de estudo, trabalho, cuidado pessoal ou uma conversa" e mostra como no isolamento pandêmico "ficou ainda mais evidente o fato de quando as mulheres estão em casa, acabam sendo as principais cuidadoras das crianças e do lar, tornando-se ainda mais complicado poderem ter um espaço para si" (Verani, 2022, p. 94). A esse respeito, Bárbara Castro e Mariana Chaguri (2020) sustentaram que mulheres cientistas são recorrentemente e a despeito da pandemia, colocadas em negociações entre os espaços públicos e privados e os usos do tempo individual para a produção de suas carreiras. Contudo, defendem que a pandemia promoveu o acirramento destas contradições cotidianas, visto que "mulheres cientistas estão ainda mais confinadas em suas possibilidades de encontrar tempo e espaço para pesquisar, estudar e analisar um fenômeno cujos impactos em todas as áreas do conhecimento são notáveis" (Castro; Chaguri, 2020). Na próxima seção, como importantes redes de apoio para estudantes que são mães, analiso a documentação institucional sobre a creche e a casa do estudante.

3.1.1 Os estabelecidos e os outsiders: A creche

A creche pode ser entendida como uma forma de rede de apoio institucional. A UFPE não possui um projeto específico voltado para as necessidades das mães estudantes: são vagas insuficientes (67 para os três campi) e restritas aos estudantes bolsistas do PAE, atendidos em sorteio público.

Na sequência, tem-se o **Auxílio Creche**, estabelecido pela Portaria nº 02/2021, de 07 de outubro de 2021. Assim como os demais, não há referência à maternidade. Incrédula, cito a ementa: "Estabelece normas e critérios para a concessão do Auxílio Creche **aos estudantes** bolsistas da Assistência Estudantil nos três campi da UFPE". Através deste benefício, **os estudantes** bolsistas podem requerer o auxílio, que tem como objetivo "ampliar as condições

de permanência e de conclusão de curso dos(as) estudantes de **graduação presencial** na educação superior pública federal", assim como os demais (UFPE, 2021, grifo meu).

Neste cenário, os auxílios são restritos *aos estudantes* de graduação, contudo, não faltaram pedidos de mães pós-graduandas que, a despeito da bolsa, não conseguem estruturar suas dinâmicas em creches particulares, especialmente as sem redes de apoio privadas (familiares, de vizinhança ou amizades).

> Gostaria que as mães da universidade tivessem prioridade em colocar seus filhos na creche que é vinculada a universidade. E que tivéssemos mas flexibilidade de horários para conciliarmos a maternidade com os estudos (Mãe pós-graduanda, 2024).
>
> Gostaria de sugerir atenção a mães solos, que não é meu caso. Mas as estudantes sem bolsa, estudando, MTS [muitas] vezes trabalhando e sendo mãe solo é uma demanda MT [muito] difícil. E se a universidade auxiliasse com vínculos com creches ou algum apoio financeiro para quem comprove necessidade seria fundamental e um super incentivo para continuar estudando. Mães com rede de apoio é uma dificuldade tremenda e imagina aquela sem estrutura familiar. Acrescento meus parabéns pela iniciativa e preocupação (Mãe pós-graduanda, 2024).
>
> Os apoios vão desde medidas nas políticas internas, como aumento de vagas nas creches, acolhimento prioritário em atividades de contraturno na UFPE, até a instituição de comissões permanentes para a busca de direitos maiores, como a prioridade na listagem de bolsas de pós graduação para a/o estudante responsável financeiramente por núcleo familiar, alguma forma de prioridade no ingresso da escola de aplicação e etc. (Mãe pós-graduanda, 2024).
>
> Mais apoio para nós mães assegura a nossa permanência e conclusão dos nossos cursos. Auxílio creche ou vaga na Prof. Paulo Rosas, por exemplo (Mãe pós-graduanda, 2024).

Os pedidos não se limitam, nesse caso, à creche, embora este seja o núcleo das falas: mais uma vez aparece a questão dos usos do tempo para "conciliar maternidade com os estudos", há solidariedade e empatia na mãe que reconhece sua realidade de quem tem rede de apoio e se coloca no lugar das mães solo, o que imprime a necessidade de trabalhar e há também o reconhecimento das dificuldades de uma realidade comum no Nordeste, que é a falta de bolsas nos PPGs. Estes fatores somados são produtores de muita sobrecarga física e mental, em razão do trabalho material/produtivo, dos estudos e a carga mental do trabalho imaterial. A PNAES/2024 abre possibilidades para a Assistência Estudantil atender as demandas de outros grupos que não apenas a graduação através também do Propepe.

Em 2018 a ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) realizou a "V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as)das IFES" e os resultados apontam que mesmo sendo a maioria na graduação e considerando a diversidade de perfis nas IFES, as mulheres em situação economicamente mais vulneráveis estão mais propensas a trancar o curso. A PROAES da Universidade Federal

Fluminense (UFF) desde 2019 se empenha na produção de políticas neste sentido, através do Grupo de Trabalho "Mulheres na Ciência" e em 2025, lançou o "Programa de Apoio a Estudantes Gestantes e no Puerpério", com edital próprio (UFF, 2019; 2025).

Ressalte-se que na UFPE o auxílio é financeiro, "no valor de **R$350,00 (trezentos e cinquenta reais) integrado ao benefício de Bolsa-Nível**, oferecido a estudantes que têm filho(s) na faixa etária de 0 (zero) até 3 (três) anos e 11 meses de idade" (art. 2º, p. 01, grifo no original) e que o valor é fixado em trezentos e cinquenta reais e independe do número de filhos. Ainda, que "Os recursos disponíveis para a concessão do Auxílio Creche serão distribuídos entre os 03 (três) campi, sendo um total de 67 vagas" (art. 3º, IV, § 3º, p. 02). Ratifique-se que "Os(as) estudantes que já são beneficiários(as) do Auxílio Creche estão incluídos neste quantitativo de 67 vagas, de forma que as vagas a serem preenchidas são as vagas que atualmente estão **ociosas**" (art. 3º, Parágrafo Único, grifo meu) e que, inegável e especialmente, "Nos casos em que **ambos os pais** forem estudantes bolsistas da PROAES, apenas um **deles** poderá receber o Auxílio Creche" (art. 6º, III, § 2º, p. 03, grifos meus).

Na UERJ (Universidade Estadual do Rio de Janeiro), ocorre o "pagamento de benefício financeiro mensal pago a estudante mãe ou ao estudante pai de filho(a) com idade até 6 (seis) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias. Este auxílio substitui o Auxílio-Creche". Este inclui o pagamento mensal de R$900,00 pelo primeiro filho e de R$450,00 por cada um dos demais filhos, estando disponível para "estudante da Educação Básica, da Graduação ou da Pós-Graduação Stricto Sensu (Mestrado ou Doutorado) dos cursos presenciais da UERJ, que seja mãe ou pai de filho(a) com idade até 6 (seis) anos, 11 (onze) meses e 29 (vinte e nove) dias" dede que esteja "regularmente matriculado, inscrito em disciplina e cumprindo as atividades previstas em seu curso" e, por fim, "na hipótese de ambos os pais serem estudantes da UERJ, apenas um poderá ser beneficiário do auxílio" (UERJ, 2024).

Na prática docente em sala de aula, por diversas vezes escutei reclamações de mães sobre acesso à universidade e a mais comum, sem dúvidas, era sobre a impossibilidade das crias as acompanharem. Independente do horário das aulas, mas mais comumente através das estudantes da noite, os relatos atravessavam a falta de espaços para acolher as crianças. Nesse conjunto, surge uma questão imperativa, de que a maternidade, a despeito da idade das crias é uma interdição ao acesso à academia. Embora a carga de trabalho material empregada seja diferenciada quando se pensa em crianças com idades diferentes, no que diz respeito à dependência de uma pessoa adulta que efetive as atividades de alimentação e higiene pessoal, outros fatores como rede de apoio pessoal (familiares, amigos, cuidadoras pagas), institucional

(creche e escola, demais apoios de infraestrutura como trocadores, local adequado para armazenamento de leite materno etc.) e renda, por exemplo, podem ser limitadores da presença materna na sala de aula.

Observe-se, por fim, que o auxílio creche é para "os" e "as" estudantes, não para mães. Confesso que no decorrer das análises, havia adicionado uma nota a este auxílio como "finalmente, um benefício concedido às mães!". Não. Este é um auxílio no masculino, para "os estudantes" e "os pais". Constato, ainda incrédula, que a universidade não é um lugar para mães. É um texto para homens, no mínimo, escrito de modo que eles se sintam pertencentes. A assunção de que palavras não são meras junções de letras, que os ordenamentos escritos são, portanto, elaborados com intencionalidade, pressupõe tarefas de reelaborações semióticas e hermenêuticas do que está posto, pois "a realidade só existe depois de ser moldada por palavras regras regulamentos. [...] Elas dizem que, em primeiro lugar, o vocabulário de toda língua deve ser analisado, modificado, revirado, que toda palavra deve ser meticulosamente examinada" (Wittig, 2019, p. 124). A sensação é que ouço Wittig falar sobre a creche na UFPE quando leio "Elas dizem que é preciso abstrair o discurso que foram obrigadas a proferir contrariamente à sua opinião e em conformidade com os códigos e convenções das culturas que as domesticaram" (Wittig, 2019, p. 123-124), pois a análise que problematiza nossas construções culturais, não pode prescindir o entendimento do patriarcado.

Tenho pensado que além de não ser um lugar para as mulheres, a academia não é (ainda, espero), um lugar para mães. É uma afirmação que, por mais que contenha um esperançar, me traz angústia. Não é "apenas" sobre ser uma mulher ou sobre ser uma mulher negra, sobre estar em condição de pobreza, por exemplo, mas sobre estar em uma condição que se intersecciona com estas e produz um lugar que mais parece ser uma placa ambulante de "proibido estacionar", como mostram os relatos sobre maternidades na academia. São as condições que dizem respeito ao seu tempo, à sua existência e sobrevivência, atravessados por todos os marcadores que você possui e mais uma circunscrição territorial e temporal pela vida de outrem. Além disso, há que se pensar nos motivos pelos quais as crianças se tornam interdições ou, ainda, se realmente são as crianças as interdições ou uma sociedade adultocêntrica, misógina e racista.

Concordando com Ingold (2015), usualmente as crianças são "arrastadas como malas", não consideradas em suas necessidades de afeto e acolhimento, entre outras formas de silenciamento que lhes impingimos sob a noção de "criação", em cultura da violência. Se as crianças, aliás, se as famílias têm direito constitucional à creche, por exemplo, não seria por si

uma interdição a esta garantia, o fato de uma mãe não conseguir uma vaga para sua cria? Em verdade, não seriam duas violações envolvidas no acesso à educação?

3.1.2 A maternidade é 24h por dia: a Casa do Estudante

No final de abril de 2024 ocorreu a 3ª reunião virtual do Coletivo de Mães que contou com a presença da nova pró-reitora da PROAES, após a mudança nesta gestão em março. Uma questão que tomou proporção e atravessou a todas foi o caso das estudantes que deixaram seus filhos no interior do estado, sob a tutela de familiares para estudar na capital. Elas são residentes da Casa do Estudante Universitário – CEU, onde é expressamente proibido que crianças circulem. A CEU tem seu estatuto regulamentado pela Resolução nº 7/2019 e expressamente, nega até a visita de menores de 15 anos às moradoras. Este fato foi relatado com grande pesar, desapontamento e tristeza, sendo apontado como motivo que as levava a considerar se valeria a pena prosseguir na vida acadêmica

> Não é permitido às crianças morar nem, se for menos de 18 anos, entrar. Fico pensando se vale à pena continuar, mas tem a bolsa, que é o dinheiro que mando pra minha mãe, que cuida do meu filho lá no interior... A gente é invalidada como pessoa, como mãe... Invalidada, julgada, apedrejada por estar aqui... (Caderno de campo, 2024).

> Aqui também é nossa casa! Me sinto menos mãe porque tenho que escolher entre ir ver o meu filho doente, mas não ir porque tenho uma prova... (Caderno de campo, 2024).

o **Programa de Moradia Estudantil** é regulamentado pela Portaria nº 01/2022, da PROAES, através da a **Bolsa Moradia** e da **Bolsa Residente**, que integram o Programa de Bolsas e Auxílios de Manutenção Estudantil, o qual "tem por finalidade ampliar as condições de permanência e conclusão de curso de graduação presencial de **estudantes de baixa renda e oriundos de escola pública**, através da concessão de benefício pecuniário para ajudar no custeio de despesas com o curso" (grifos meus)[51]. As diferenças entre as modalidades de bolsa do **Programa de Moradia Estudantil**, além dos valores pagos, são que a Bolsa Moradia serve "para custear parte das despesas com sua manutenção acadêmica e moradia (aluguel)"[52]. Já a Bolsa Residente, "consiste no direito a residir em uma das Casas de Estudantes Universitárias

[51] Cf. https://www.ufpe.br/proaes/manutencao-estudantil

[52] Cf. https://www.ufpe.br/proaes/moradia-estudantil#:~:text=BOLSA%20RESIDENTES%3A%20consiste%20no%20repasse,%2C00%20(seiscentos%20reais).

(CEUs) da UFPE (Feminina, Masculina ou Mista), bem como no repasse de recurso financeiro mensal no valor de R$ 600,00 (seiscentos reais)"[53].

De acordo com a Portaria 01/22, são elegíveis estudantes dos três Campi da UFPE que se, após concurso com edital próprio, for beneficiado com a Bolsa Moradia, terá uma ajuda de custo para pagamento do seu aluguel. Esta modalidade não pode ser acumulada com Bolsa Residentes, Bolsa de Manutenção Estudantil 1 ou 2, "Bolsa-Emergencial"[54] ou Bolsa PROMISAES. Embora a 01/22 não descreva os programas, auxílios e/ou serviços, busquei informações na legislação da universidade e também no site da PROAES.

Na UFSM (Universidade Federal de Santa Maria/RS), O PAE oferece Casa de estudante Universitário (CEU), sendo seis casas destinadas a essa finalidade, divididas entre estudantes de graduação e EBTT e Pós-Graduação. De acordo com o site da PRAE (Pró-Reitoria de Assistência Estudantil), para acessar a CEU o estudante precisa "além de ter o Benefício Socioeconômico (BSE) ativado, não possuir grupo familiar residente/ou com imóvel residencial no município em que se localiza a CEU" (PRAE/UFSM, 2025). Já a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) promove a concessão de vagas, gratuitas e temporárias, nos alojamentos da instituição, com processo seletivo. Em seu regimento, que data de 1993, no Cap. VIII, art. 24, que prevê os casos em que o estudante perderá automaticamente o direito a seu alojamento, tem em seu inciso "VII – Alojar outro estudante, ou qualquer outra pessoa no alojamento" (UFRRJ, 1993). Não há qualquer atualização sobre as normas ou referências à maternidade e, desta forma, pressupõe-se que também não há possibilidade de circulação das crias. Como tenho insistido, há uma forte esperança de que estes assuntos sejam regulamentados relevando as realidades concretas locais, a partir da PNAES/2024.

3.2 Normatizações e naturalizações da sobrecarga

Historicamente o trabalho doméstico tem sido atribuído às mulheres e situado no arcabouço teórico feminista da divisão sexual do trabalho (Federici, 2021; Beauvoir, 2019; Saffioti, 2004; Hirata; Kergoat, 2007;). Deste processo, surgem importantes denúncias sobre a majoração dos trabalhos tidos como femininos e, entre eles, o trabalho de cuidar de outras pessoas e a atribuição social deste às mulheres em razão da biologia feminina, dados seus aparelhos reprodutores capazes engravidar e parir. Analisando o cuidado no Brasil, Japão e

[53] Idem.
[54] Portaria Normativa nº 06, de 15 de fevereiro de 2022, estabeleceu, ainda, as novas nomenclaturas e valores das bolsas e Auxílios da Assistência Estudantil. Os valores descritos estão nesta Portaria, bem como a mudança de nomenclatura de "Auxílio" para "Bolsa-Emergencial".

França, Helena Hirata concluiu que "a organização social do cuidado atribui um papel central às mulheres e à família nos três países" (Hirata, 2002, p. 212).

O entrelaçamento da função reprodutiva com as implicações do cuidar das crianças, decorre o entendimento de que nas sociedades capitalistas, mulheres reproduzem a força de trabalho e as condições para que o mundo do trabalho material e economicamente se reproduza (Castro; Chaguri, 2020; Federici, 2019; Hirata, 2022). Danielle Araújo analisou as agendas de cuidados num estudo comparado entre Brasil e Argentina. De acordo com a autora, "os estudos sobre cuidados possuem diferentes matrizes teóricas, podem ser sintetizados em quadro grandes grupos: trabalho de cuidado, ética do cuidado, política pública e direito ao cuidado, interseccionalidade e cuidado" (Araújo, 2023, p. 37). Neste sentido, releva que historicamente, o trabalho de cuidado não remunerado recai sobre as mulheres, em especial as negras, indígenas e imigrantes, o que a pandemia reafirmou e acirrou as desigualdades preexistentes. Danielle constata que, apesar de a discussão acadêmica sobre raça no Brasil poder trazer inovações para as políticas de cuidado na América Latina, as relações assimétricas de cuidado no âmbito doméstico continuam a ocorrer em ambos os países.

Na abordagem de Araújo (2023), Joan Tronto está no campo da ética do cuidado, bem como Carol Gillian. Michelle Redondo explica que *care* é uma palavra oriunda do inglês norte-americano, que pode significar cuidar e/ou cuidado. Surge no campo da Psicologia, por Carol Gillian, em 1982, no contexto de uma crítica metodológica a uma pesquisa sobre desenvolvimento moral. Contudo, através de contribuições intelectuais de outros campos como a filosofia, sociologia e ciência política, "o *Care* tornou-se, deste modo, uma ferramenta de análise interdisciplinar utilizada em diversos países. Situaram-se no debate sociológico os *trabalhos do cuidado e do cuidar* (o trabalho do *care*) dentre os quais o trabalho doméstico, com o objetivo de analisar as formas de organização da sociedade" (Redondo, 2020, p. 285, grifos no original). Neste sentido, cuidado

> designa uma atividade que inclui tudo o que fazemos para manter, preservar e reparar nosso mundo de maneira que possamos viver nele o melhor possível. Esse mundo compreende nossos corpos, o que cada um de nós é como pessoa, nosso meio ambiente, tudo aquilo que buscamos tecer juntos em uma rede densa e complexa cujo propósito é manter a vida (Tronto, 2007, p. 287).

Pensando sobre as formas de organização social que envolvam mulheres, nossos corpos cuidadores guardam relações estritas com as tarefas das crias, de casa, de outras pessoas adultas e idosas, visto que, de modo geral, somos socializadas por caminhos psicoemocionais deveras padronizados: somos tacitamente associadas à maternidade, ao carinho que cuida do outro, às ações e comportamentos singelos e pueris e, como já alertara Elisabeth Badinter (1985), ao mito

do amor materno, aquele sem parâmetros de comparação, que de tudo abre mão em prol de suas crias – especialmente de se autocuidar.

Este é um dos relevos que penso/problematizo a maternidade como marcador: como lugares subjetivos constantemente atravessados por noções individualistas de cuidado, que transbordam as construções morais e normativas das relações de poder historicamente construídas, construções estas, que têm grande potencial de serem opressoras para mulheres, acirrando-se na maternidade, relações que sugiro a análise com especial ênfase na categoria Mãe. As atividades do cuidado corporificadas ressoam práticas discursivas de mães que exalam de cansaço, exaustão, enfim, a sobrecarga. Há que se apontar o oceano de violências que pode ser produzido ao restringir Mãe à mulher – porque o vice-versa já está em jogo. Uma delas poderia se sustentar em percepções individuais sobre a quantidade de mães na universidade ou até mesmo sobre a existência deste grupo na academia porque "quando a violência se naturaliza e se normaliza a ponto de se tornar invisível, a dominação política parece hegemônica [...]". Neste processo de invisibilização seja por homens ou mesmo por outras mulheres, um grupo com demandas específicas e coletivamente, Mãe enquanto grupo construído por agentes políticos [...] quando "retiram o verniz da hegemonia e resistem ao discurso de ódio, aos atos violentos e à violência institucionalizada rotineira e normalizada, suas ações políticas podem ter efeitos de grande envergadura" (Collins, Bilge, 2022, p. 331).

Como já dito na introdução do capítulo dois, as necessidades de mulheres não são iguais às de mães. Partindo desse pressuposto, será que o cuidado deveria ser pensado em termos de trabalho de mulher *ou* trabalho de mãe? Por conseguinte, como o cuidado enquanto trabalho e este, produtor da economia do cuidado, não naturalizaria na bio-lógica mulheres e mães ao mesmo espaço?

3.2.1 O grupo social de mães – ou quem disse que ser mãe se resume a ser mulher?

Há mais de quatro décadas o movimento feminista faz a denúncia da exploração do trabalho reprodutivo e do controle alienante do patriarcado sobre os corpos femininos. Contudo, quero chamar a atenção para uma questão: o trabalho reprodutivo atravessa as mulheres deslocando-as para um outro lugar fronteiriço, que é o de Mãe; ser mãe é relacional, à medida que só o é quem tem crias (filhos e/ou filhas); logo, num matiz interseccional, ser mulher é mais um elemento que compõe os papéis da maternidade e da maternagem, *papéis* estes, atravessados por interdições de diversas ordens de violências que emergem do lugar da mãe e não "apenas", do lugar de mulher.

O título desta seção vem inspirado no instigante trabalho de Gisele Cerqueira Santos, Paula da Luz Galrão e Lucivanda Cavalcante Borges de Sousa (2024), intitulado "Quem disse que ser mulher é ser mãe? Feminilidade(s) e maternidade(s)". As autoras argumentam que as noções de feminilidade ainda são sobremaneira atreladas à maternidade, o que promove a romantização desta última, um processo que além de inibir a corresponsabilidade com o genitor, exclui as demandas de pessoas trans. As autoras explicam que isto pode acarretar a compulsoriedade da maternidade, uma prática violenta, que relega a pluralidade de experiências do ser mulher. Então, ao dizer que ser mulher é mais um elemento que compõe os papéis da maternidade e da maternagem, é importante afirmar que o contrário possa também ser verdade. Judith Butler nos permite uma reflexão sobre performatividade de gênero através de *drag*, o que acho pertinente como uma metáfora para sugerir que além de papéis sociais, a categoria Mãe é útil para entender a maternidade (e a maternagem) como performatividades em seus diversos papéis, inclusive o de mulher e cuidadora, portanto, não se encerrando na categoria mulher.

> Apesar de existirem normas que governam o que será ou não real, e o que será ou não será inteligível, elas são colocadas em questão e reiteradas no momento no qual a performatividade começa sua prática citacional. [...] O ponto central sobre drag não é simplesmente produzir um espetáculo prazeroso e subversivo, mas *alegorizar as maneiras espetaculares por meio das quais a realidade é tanto reproduzida quanto contestada* (Butler, 2022, p. 366, grifos meus).

Minha observação aqui é que de "maneiras espetaculares", significando tanto o espetáculo como um evento que mobiliza a atenção do público, quanto uma forma extraordinária de ação. Contestações sobre a garantia de direitos e negociações individuais, sem intermédio da instituição sobre acessos podem ser entendidas neste contexto performático, inclusive na significação da responsabilização individual nos agenciamentos que perpassam a esfera coletiva, como no relato da mãe que ressalta dificuldades de acesso e, por conseguinte, o próprio gozo de seus direitos enquanto estudante e mãe:

> Gostaria de ressaltar algumas dificuldades que enfrentei em relação a me alimentar no R.U com meu filho. Ja **fui barrada por estar com ele e precisei ter diferentes conversas** pra ter o meu direito garantido, o argumento deles é que ele precisaria pagar valor integral (quase $12). Seriam $24 reais de alimentação por dia para uma mãe desempregada, estudante em tempo integral, a conta não fecha. Atualmente **fizemos um acordo** e consigo entrar com ele pagando apenas a minha alimentação. Mas imagino que diversas outras mães passam por situações similares. Os filhos das estudantes precisam ter o mesmo acesso que suas mães ao RU (Mãe graduanda, 2024).

As mães estão nas universidades a despeito de poderem ou não levar seus filhos consigo, tendo suas entradas questionadas simbólica ou concretamente nas salas de aulas e (muitas vezes

interditadas, como fora relatado) em restaurantes universitários. E vejo neste espaço do RU ambos os processos de reprodução e contestação, como anunciado na performance drag porque, se relevada ao plano racional, a sua centralidade que é de alimentar pessoas (da comunidade universitária e neste caso, em especial, uma criança), me é indigesta a exclusão desumanizante em tal um espaço.

Pois bem, a administração universitária, representada[55] neste caso na "figura" do RU, reproduz a realidade na lógica de dominação capitalista, visto que não havendo pagamento, não haverá prestação do serviço, que no caso específico é de alimentar pessoas. Por outro lado, a mãe que "cria caso" e assim como a drag, "dá um show" em suas posturas combativas – no sentido da representação e da contestação que Butler (2022) anuncia – às injustiças sociais às quais é submetida "de quando em quando" (pois não é "de quando em vez", ou seja, esporadicamente) contesta a ordem vigente quando prioriza o bem-estar e saúde para sua cria e para si[56], afinal, acredito que ninguém discorde de que garantir um prato de almoço seja mais importante do que ofertar qualquer guloseima que se compre com cerca de R$ 10,00 para ser dividido entre a mãe e a criança.

> Eu sou estudante e mãe de aluna, da UFPE. Sou muito grata, a UFPE, por tudo que nos proporciona! Só fico triste pelo restaurante, que não foi o mesmo desde que inaugurou, que minha filha ficou com medo de comer lá, e tem que gastar mas pra se alimentar (Mãe graduanda, 2024).

> A UFPE ignora a existência de mães na faculdade visto que não há nenhum local para deixar nossos filhos, nenhuma área de lazer, nem descontos na alimentação no R.U. Principalmente para alunas que cursam os cursos de saúde que, no meu caso e na maioria é integral e precisam ficar longe dos seus filhos ou até pagar a alguém mesmo sem condições para tal, para terminar o curso, visto que o curso integral também não permite que o aluno trabalhe. Falta sensibilidade de todas as partes, estruturalmente, da grade curricular, etc. (Mãe graduanda, 2024).

Acredito fortemente que eventuais projetos de extensão, por exemplo, que envolvam práticas como agroecologia e permacultura junto à comunidade acadêmica, possam suprir importantes lacunas no que diz respeito à soberania alimentar no ambiente acadêmico. Ainda, projetos de extensão de longo prazo que envolvam a comunidade, incluídas as crianças, podem

[55] Em muitos casos este serviço é ofertado por empresas privadas, como é na UFPE. Entendo que não necessariamente representam a postura ética e política das instituições, mas há uma liminaridade neste conjunto representativo.

[56] Em outras palavras, o "dar um show" no caso da mãe, seria uma reação às situações de injustiça e no caso da drag, estaria na assunção da *representação* "do absurdo" de "virar" mulher, na perspectiva de que "para uma mulher (trans, no caso) nascer, um homem precisaria morrer", como trouxe no 1º capítulo, na fala de uma estudante. Ambos os casos representam, de onde percebo, formas distintas, mas próximas da performance como "incorporações da loucura", de fazer "coisa feia/abjeta/moralmente não aceitável", o que, ao cabo, sugere uma profunda "produção de loucura": culpabilizar a vítima; a mãe que reage é lida "como louca" e a drag também, mas ao passo que a primeira usualmente "apenas" incorpora a culpa, a segunda, também satiriza em seu fazer artístico o "lugar de louca".

contribuir de forma sistemática para a naturalização dos pequenos no espaço acadêmico e servir como rede de apoio enquanto Mães estão nas aulas, nos estágios, estudando nas bibliotecas. O livre brincar, o contato com a terra, o solo e o território podem ser úteis a partir de diversas perspectivas, desde que haja comprometimento com a continuidade, a dimensão educacional em sentido amplo e, claro, a segurança das crianças nas instituições.

Uma das minhas inquietações quando instada sobre a eventual naturalização da categoria Mãe e/ou do marcador maternidade, era sobre a contrapartida de trabalhar com o termo "parentalidade". Neste contexto, outro ponto sensível é a discussão sobre "parentalidade", que não se resume ao uso ou não do termo em si. A própria noção do que seja a parentalidade como uma categoria está em disputa e, portanto, diferentes usos estão em questão. A psicanalista Vera Iaconelli argumenta que os uso dos termos maternidade e paternidade costuram a experiência de ser mãe ou de ser pai nas categorias sexo e gênero, o que poderia excluir outras vivências e "deduzir de forma inequívoca como essas experiências afetam cada sujeito na sua singularidade", além de que [...] "os papéis de pai/mãe de hoje respondem ao período histórico [neoliberalismo] no qual estamos inseridos e reproduzem o modelo burguês, cis, patriarcal e heterossexual" (Iaconelli, 2022, p. 14).

Ainda na apresentação do livro que se chama "Parentalidade", o qual também organizou, Vera aponta que estes "papéis" atuam na tessitura da conjuntura neoliberal que, como em nenhum outro período na história, excetuando-se guerras e calamidades, a maternidade fora pensada como uma tarefa acoplada ao fazer, de modo individual ao feminino. A esse respeito, explica que "trata-se de uma sociedade que se obstina desastrosamente a reduzir responsabilidades dos cuidados das novas gerações às já sobrecarregadas mulheres, de forma catastrófica" (Iaconelli, 2022, p. 15). Em outras palavras, Iaconelli pontua com precisão em sua discussão as categorias classe, sexo e gênero no modelo neoliberal, o que aprofunda desigualdades no maternar. Por outro lado, discussões relevando categorias como classe em detrimento a raça no contexto norte-americano (Lareau, 2003), por exemplo, orientam investimentos sobre capital humano e usos do tempo entre famílias de classes abastadas e operárias, como se a comparação fosse linear. Estas perspectivas, se mostram incompatíveis com realidades latino-americanas – ou até, com as vivenciadas por grupos de pessoas negras em sua história de *apartheid* e os significados sociais localizados por quem experencia este cotidiano do lado negro na contemporaneidade.

Contudo, não me sinto segura de que o termo parentalidade contribua para superar o fato de que às mães são atribuídas socioculturalmente as maiores responsabilidades com as crias

de modo que o eixo gravitacional de sua vida seja deslocado existencial e pragmaticamente passe a orbitar a existência de outrem, de sua(s) cria(s). Além disso, essa tarefa, de superação deste *status quo*, perpassa a economia do cuidado e o trabalho imaterial, de modo que a reordenação costumeira da vida no cisheteropatriarcado seja concretamente reconfigurada em suas relações de poder estruturantes. Por último, mas talvez o mais relevante aqui, na discussão sobre maternidade do/no Sul do mundo, seja a centralidade da categoria raça (Brah, 2006), o que nos proporciona incluir a perspectiva de luta por justiça social.

> Quando se fala em romantização da maternidade, de que mulher se fala? Quando se fala na centralidade da maternidade na vida das mulheres, que mulheres são essas, já que as mulheres negras vivenciaram a escravização dos seus filhos; já que muitas mulheres negras tiveram seus filhos roubados do próprio colo; já que atualmente grande parte das mulheres negras sustentam os seus lares sozinhas, sendo as únicas responsáveis pelos seus filhos; já que as mulheres negras são as que mais ocupam a função de empregadas domésticas e babás? Ter essas pautas em mente é importante para perceber a pluralidade que constitui as feminilidades e os marcadores que as atravessam (Santos; Galrão; Sousa, 2023, p. 06).

Outro ponto sensível nesta discussão é sobre o uso de "parentalidade" é que as discussões têm pontos de partida que percebo problemáticos; um, seria que "quando se fala em parentalidade, geralmente é a partir da perspectiva do casal heterossexual, em um modelo tradicional de se pensar a família, sem considerar as diferentes pessoas que podem vivenciar essa experiência" (Santos; Galrão; Sousa, 2023, p. 06). Sobre uma economia moral da parentalidade, Ramos-Zayas (2020) argumenta que esta base moral no neoliberalismo é fortalecida por práticas parentais que sustentam políticas de austeridade em diversas escalas. Para a autora, essa dinâmica atua em simbiose com o imperialismo estadunidense na região latino-americana e caribenha, transformando figuras parentais em ferramentas políticas de controle, ou "agentes do império". E disto decorre o outro, que seria a suposição de que o uso direto dos termos "maternidades" ou "maternagens", excluiria os sujeitos pais da discussão. Ou, percebido de outra maneira, os dois problemas colidiriam em que usar parentalidade significaria um local seguro para pensarmos as relações não apenas de mães com suas crias, mas exatamente para dirimir a sobrecarga e implicar os homens neste processo.

No que diz respeito ao primeiro problema, é imprescindível localizar raça e etnia como encruzilhadas que atuam de modo crucial na modelagem dos usos e perspectivas do que se convencionou o "ser mãe" em nosso imaginário social colonizado – ou do poder civilizador da maternidade (Del Priori, 2009), bem como a "mãe preta" (Gonzalez, 1983; Carneiro, 2022) e desmitificar a noção eurocentrada de que a família "tradicional" brasileira é heteronormativa, o que suporia o modelo nuclear absoluto de um pai, uma mãe e suas crias. Historicamente, temos as cicatrizes do estupro colonial e de extermínio de homens, especialmente jovens negros

(IPEA; FBSP, 2025), bem como de pessoas homo e transsexuais/travestis, arranjos "monoparentais" (leia-se mães e suas crias) (DIEESE, 2024).

Por outro lado, o movimento político da nomenclatura "mãe solo" (Borges, 2020), por exemplo, expõe a necessidade de repensarmos a violências simbólicas e estruturais cotidianas que tem sido nomeada e denunciada por mulheres. Solo não fala sobre conjugalidade, como já exposto, mas perturba, aos gritos, o silenciamento do cisheteropatriarcado como o aumento de casos de medidas protetivas após a Lei nº 11.340/2006 (Brasil, 2006), que ficou conhecida como Lei Maria da Penha, inclusive no período pandêmico, essa grande fratura exposta do cotidiano nos ditos tempos de "normalidade sanitária".

No que diz respeito ao uso de parentalidade como recurso de alternativa à possibilidade de "exclusão" dos pais, recorro a Audre Lorde, em analogia ao que diz sobre uma suposta tarefa das mulheres negras ser a incumbência em incluir os homens negros, porque

> É comum demais esperarem que sejamos todas as coisas para todas as pessoas e que nos manifestemos em defesa de todo mundo, menos de nós mesmas. Homens negros não são tão passivos a ponte de precisarem que as mulheres negras falem por eles. Até um filho de catorze anos sabe disso. São os próprios homens negros que devem explorar e articular seus desejos e seus posicionamentos, e defender as conclusões a que chegaram (Lorde, 1979, p. 79).

Penso que um suposto temor em afastar pais de suas responsabilidades não seja a centralidade da questão, visto que compulsória é a maternidade, não a paternidade. Ainda, o *status quo* é de ausência majoritária de pais nos espaços de discussão e mobilização sobre o que concerne às crias, bem como nos lugares de performance dos cuidados e trabalho imaterial, enfim, das responsabilidades com a prole – nem, muitas vezes, no lugar escrito "filiação" nos documentos de identificação. Portanto, acredito fortemente no poder de agência (Ortner, 2007) dos pais, bem como no não-lugar de abrir mão de seus privilégios sociais em detrimento das crianças. Isto dito, insisto no uso da categoria Mãe como ferramenta analítica especialmente dentro do projeto da interseccionalidade enquanto teórica crítica, no exame de experiências de grupos locais (Collins, 2022) e maternidade como um marcador que ao mesmo tempo que identifica suas singularidades, expõe suas resistências e lutas por justiça social, inclusão e equidade. No caso, a discussão sobre parentalidade pode ser veículo para aprofundamento de negligências históricas, ou não. Como dito, o conceito está em disputa e daqui, do Sul do mundo, devemos estar atentas às eventuais armadilhas, possibilidades de subversões e análises de realidades locais. Em outras palavras, interessa entender quais as necessidades que o grupo social de mães demanda para estar na universidade, quais especificidades atuam para que se promova um ambiente comunitário inclusivo. Entendo, portanto, que num contexto que

promove abalos significativos na saúde física e mental de mães, como hoje é a academia, precisamos investir em chaves analíticas que ajudem a nomear subordinações e subverter dominações, o que percebo como central para a luta por justiça social e direitos humanos.

3.2.2 É luta em cima de batalha

"*É luta em cima de batalha, professora*", foi uma das frases que anotei no diário de campo (2024), ao final da conversa com uma estudante. Me chamou a atenção, pois já escutara a mesma expressão de outra estudante mãe, mas não me atentara para seu sentido bélico. Me dei conta e registrei no diário, depois de um encontro de passagem, quando saía para buscar almoço, que encontrei com Vera[57], acompanhada por uma de suas crias, Marta, de 12 anos, ainda com a farda da escola.

Havíamos nos conhecido, eu e Marta, alguns dias antes, durante a SPCE 2023, quando Vera levou sua família para o momento dos lançamentos de livros, ocasião de encontros com afetuosas trocas de abraços, inclusive, entre elas e minha mãe e minha filha, que me acompanhavam na universidade. Contudo, naquele começo de tarde, ainda no horário de almoço, avistei Vera e Marta, que se levantaram do banco de madeira onde estavam sentadas, próximas à porta de vidro que é entrada e saída do CE, e nos cumprimentamos com os usuais abraços. Perguntei sobre a jovem Marta estar indo ou voltando da escola e se elas já tinham almoçado – puxando papo, mas atenta à possibilidade de elas não terem se alimentado.

Vera contou que após sua aula da manhã, fora buscar Marta na escola e antes de irem para o CE, almoçaram no RU, pois durante a semana, no contraturno da escola, Marta ficava no CE, em razão da dificuldade de acesso à residência da família, localizada na zona rural. Este era um dos motivos pelos quais Vera, à época nos períodos finais da graduação, se matriculava em quantas disciplinas pudesse, tanto no turno matutino, quanto no vespertino: adiantar o quanto fosse possível a formatura. Durante a conversa, aquela mãe dividiu ainda, uma novidade: sua filha mais velha, Giovana, fora aprovada no ENEM e em breve, iniciaria sua jornada no ensino superior. As parabenizei, mas a expressão foi de ressalva, pois as aulas de Giovana seriam no turno vespertino. A apreensão era em razão de que, até então, a rotina da família era sair de casa antes das 6h, quando Vera levava as filhas para as respectivas escolas, deixava o marido na parada para tomar a condução para o trabalho e seguia para a universidade; ao final do dia, com a família novamente reunida, refazia o trajeto de volta.

[57] Todos os nomes são fictícios.

A preocupação agora, era o fato de que se não saísse junto aos familiares às 6h, Giovana, não teria como deslocar-se para a universidade apenas à tarde, pois não havia serviço de transporte disponível nas imediações da residência. Desta forma, dada a nova configuração da realidade, sairiam todas às 6h, indo Marta para a escola e Giovana e Vera, para a universidade, onde passariam todo o dia. Contudo, as apreensões não se encerravam ali... Vera se questionava em voz alta, como seria depois que se formasse, será que conseguiria emprego? Se sim, como Giovana se deslocaria para a universidade? Marta continuaria frequentando a universidade, agora acompanhando a irmã? E a volta delas à noite por caminhos ermos, como seria?

Antes dessa conversa com Vera, outra estudante havia usado a expressão. Naquele momento, ela falava sobre seus atrasos recorrentes às aulas da manhã em consequência da responsabilidade com a rotina do filho. Antes de chegar ao CE ela levava o filho de 03 anos na casa da mãe, em um bairro distante da universidade, pois não havia conseguido uma vaga na creche. Todo o trajeto era feito de transporte público e por ser dispendioso, consumia o tempo tanto da pontualidade na chegada, quanto da saída nas aulas, pois o caminho de volta precisava ser feito antes do horário de saída da avó da criança para seu local de trabalho. Além disso, era *luta em cima de batalha* porque as tardes eram dedicadas aos cuidados com a criança, o que retirava parte de sua autonomia para as leituras e elaboração de atividades.

As palavras "luta", "batalha" e "corre", constantemente apareciam nas falas das estudantes, usualmente utilizadas no contexto de descrição de suas rotinas junto às crias. Nas duas ocasiões que citei, as expressões foram utilizadas nesse sentido, embora uma das estudantes seja mãe de criança pequena, um simpático menino de 03 anos, e a outra, de duas jovens garotas. De qualquer forma, estas são sinalizações de que a maternidade é uma relação socialmente produzida e que, de fato, a idade das crias não é um fator definidor de mais ou menos interdições; mesmo com as filhas crescidas, o cansaço físico, a carga mental do trabalho imaterial, enfim, a sobrecarga do trabalho imaterial, foram sintetizados naquela expressão, afinal de contas, realmente, "é luta em cima de batalha". Isso pode sugerir que a maternidade seja um lugar de relações bélicas, ou seja, de interdições e dificuldades oriundas dos papéis desse maternar e, ainda, que as idades das crias, nos deslocam em situações diferentes, mas de enfrentar dificuldades, de batalhas.

> A carência de maior acolhida no momento do gestar. O processo de ser mãe e cientista produtiva é bastante desmerecido e com pouca ou nenhuma visibilidade. Contudo **somos todos frutos de guerreiras que tiveram suas próprias batalhas**. Não seria empático cuidar de quem está passando por isso? Políticas de apoio e suporte já ajudam na **caminhada solitária e exaustiva** (Mãe pós-graduanda, 2024, grifos meus).

Na fala acima a constatação da *pouca ou nenhuma visibilidade* em *ser mãe e cientista produtiva* é contraposta com a imagem de guerreira, mais uma vez, aparecendo a palavra "batalha", mas trazendo um elemento novo, o recorte geracional traduzido no *ser fruto de guerreiras* que, assim como a respondente, *tiveram suas próprias batalhas*. Chamo a atenção para o fato de que apesar de solidão e exaustão, foi verbalizada uma provocação à instituição *cuidar de quem está passando por isso*, o que agrega um caráter coletivo ao processo, mesmo que nas entrelinhas. Penso que a coletivização pode ser percebida também no próprio recorte geracional, pois entender que as dificuldades e interdições que advêm das maternidades são compartilhadas ainda que em momentos históricos diferentes, ou seja, em momentos com inscrições conjunturais políticas e sociais diversas. Desta forma, mudam-se as condições históricas dos recortes temporais que podem ou não se sobrepor, as situações específicas em cada caso, mas mantêm-se interdições como tais.

Por outro lado, a imagem de "guerreira" pode promover uma visão romantizada da maternidade. A crítica não é direcionada às intepretações individuais, às reproduções de lugares socialmente construídos culturalmente, mas à possibilidade real de as instituições o fazerem. Fabíola Rohden (1998) tratando sobre o uso de metáforas no texto de Emily Martin sobre discurso médico e controle dos corpos femininos, sugere a pertinência deste recurso como um instrumento potente na circulação social de discursos. As metáforas do léxico bélico aqui trazidas, ajudam a dar nitidez no focar nas associações entre fenômenos, servindo como auxílio para pensar discursos em práticas incorporadas sobre maternidade.

As práticas discursivas têm poder de naturalizar ou desnaturalizar ações e signos e, como construções socioculturais que são, os discursos sobre maternidade/lugar de mãe, são potencialmente rizomáticos sobre práticas, entendimentos e formas de lidar com/deste grupo. A pluricausalidade das conformações destes discursos tem, entre outras consequências, simbolizado a mãe como um corpo histérico/estressado, de uma mãe raivosa/impaciente[58], naturalizado por sua biologia para o cuidado e a educação de suas crianças, como uma mãe nervosa, histérica (Foucault, 2021).

3.2.3 Guerreiras ou guerrilheiras?

Ser guerreira é um estereótipo, uma qualificação atribuída às mulheres, de modo geral, e às mães, particularmente, quase como um elogio à capacidade – supostamente, inata – de

[58] Trato sobre o tema no capítulo 4.

"vencer as adversidades da vida". Ora, o que seriam as adversidades, se não as batalhas? A romantização é uma das práticas discursivas que imprime um tom positivo à sobrecarga e à carga mental do trabalho imaterial e escamoteia o lugar de sofrimento, de solidão, de raiva e de muito, mas muito trabalho invisibilizado. Este estereótipo pode ser localizado no que Patricia Hill Collins conceitua como "imagens de controle" (Collins, 2019). Segundo a autora, a centralidade do conceito de maternidade nas filosofias afrodescendentes, historicamente estabelecida, contribuiu para que se construísse uma espécie de glorificação em torno da maternidade negra em muitas comunidades afro-norte-americanas[59]. A essencialização da mulher negra, no contexto escravocrata estadunidense, explica Hill Collins, ocorre no sentido de naturalizar a objetificação das pessoas de cor que, entendidas como o Outro, perdem sua condição de humanidade. É neste sentido que surgem as imagens de controle, sendo as quatro principais: a *mammy*, a *matriarca*, a *mãe dependente do Estado* e a *Jezebel*.

As imagens de controle são estereótipos produzidos no contexto das relações econômicas escravocratas, naturalizando/explicando a racialização de mulheres negras enquanto figuras "merecedoras" e até "satisfeitas" em seus papéis e funções sociais. São mecanismos que por mais que possam sugerir uma identidade positiva, culturalmente, são moralizantes; econômica e politicamente, modos de controle reprodutivo e da sexualidade das mulheres negras, características que atravessam todas as imagens. A este respeito, não é só no EUA que esta relação se mostra. Aqui no Sul do mundo, um documento do DIEESE, o qual consultei para fins de pesquisa sobre dados das famílias brasileiras chefiadas por mulheres, continha o seguinte trecho:

> Em 2023, as ocupadas nos serviços domésticos (5.558 mil) correspondiam a 13% da força de trabalho feminina (43.284 mil) do país. No caso das negras, essa proporção era ainda maior: 16% delas tinham os serviços domésticos como principal fonte de emprego e renda, contra apenas 9% no caso das não negras.
>
> Mas *apesar de o ofício ser ainda muito importante para as trabalhadoras brasileiras e mais ainda para as negras*, as más condições de trabalho nessa ocupação também permanecem inalteradas. Em 2023, 77% das mulheres negras ocupadas em serviços domésticos e 75% das não negras trabalhavam sem carteira assinada, contra 61% das negras ocupadas, em geral, e 58% das ocupadas não negras (*melhor situação*) (DIEESE, 2024, p. 02, grifos meus).

A página do excerto acima continha duas notas de rodapé que se limitavam a explicar que negras seriam "pretas e pardas" e não negras, "brancas, amarelas e indígenas". Confesso que li embasbacada a construção (colonial) da alegação de que o ofício de empregada doméstica

[59] Tendo como pressuposto a discussão sobre amefricanismo, usei o termo afro-norte-americanas para situar as mulheres negras dos Estados Unidos.

seria “ainda muito importante para as trabalhadoras brasileiras e mais ainda para as negras”, como se este *status quo* estivesse em nível de importância, de escolha e não construída historicamente em dominação racial. Isto foi escrito no ano 24 do século XXI, no Brasil.

Outro fato importante a ser lembrado foi a essencialização do trabalho doméstico durante a pandemia (Redondo, 2020). A impressibilidade de que uma pessoa estivesse dentro das unidades domésticas mantendo a lógica do “cuidado” com a casa, que não as próprias pessoas ali residentes, em pleno momento de um confronto com o mortal coronavírus, coloca em perspectiva o profundo viés colonial, desta “essencialização”. Suponho que o fato de serem famílias com maior poder econômico as beneficiárias deste serviço essencial e no polo oposto, mulheres empregadas domésticas, em vulnerabilidade socioeconômica, pode também ajudar a revelar as camadas de opressão que tangenciam a discussão sobre a visibilidade que a pandemia proporcionou aos trabalhos do cuidado no Brasil, especialmente em sua herança colonial.

Voltando às imagens de controle, a primeira, fala exatamente sobre a mulher negra trabalhadora, especialmente, a trabalhadora doméstica (ou seria “domesticada”?) nas casas de famílias brancas, uma serviçal fiel e obediente, uma *mammy*. Esta imagem que fala sobre uma mulher negra que cuida melhor das famílias brancas para as quais trabalha do que para as suas próprias, que é querida e tem autoridade em “sua” família branca, mas conhece “seu lugar” de serviçal – ela é quase da família, assim como no filme “Que horas ela volta”. Note-se que *Mammy* é uma imagem que foi criada em justificativa à exploração econômica do trabalho de mulheres negras escravizadas no ambiente doméstico, conservada contemporaneamente no uso de mão de obra precarizada, uma das estratégias de manutenção de posições e privilégios de classe por muitas famílias brancas. A imagem da *mammy* remete a uma mulher assexuada, que historicamente se devota a sua família branca, como “uma mãe substituta de rosto negro [*in blackface*]. Às *mammies* contemporâneas é esperado total comprometimento com seu trabalho, contudo, às mulheres negras que ocupam posições de liderança, como as executivas, ou seja, fora do ambiente familiar, inseridas no mercado de trabalho, sofrem prejuízos por não “parecerem calorosas e carinhosas” (Collins; Bilge, 2019, p. 142).

Essa ideia de uma “mulher assertiva”, uma mãe que trabalha fora de casa, é um matiz com a imagem da Matriarca, o lugar de uma mulher “pouco feminina”, que trabalham fora de casa e, supostamente, não têm tempo para supervisionar sua prole, contribuindo para o “fracasso escolar” das crianças. A Matriarca se aproxima de ideia da negra raivosa (Kilomba, 2016), castradora dos homens ao seu redor. Guerreira pressupõe uma valoração positiva da sobrecarga e, assim como a mãe dependente do Estado, uma negativa da reprodução, não por criar

interdições às mães, mas pelo controle dos corpos femininos pobres. Desta forma, são comparadas aos animais não humanos quando sua "procriação" gera prejuízos para o Estado que deve prover financeiramente estas famílias, negando-se os direitos conquistados e legalmente garantidos às políticas sociais de mitigação das desigualdades econômicas. Como não bastasse, entra em cena também a culpabilização materna, norteada por padrões de reproduções culturais do individualismo neoliberal.

Tendo isso em mente, sugiro que a essencialização da maternidade no estereótipo de Guerreira, incorre, portanto, em uma imagem de controle. Esta imagem estaria no matiz da *Mammy*, da Matriarca e da mãe dependente do Estado, visto que ora incorre em uma postura de abnegação, ora de assertividade, mas mediada por uma falsa ideia de meritocracia, que nega as desigualdades do capitalismo global tanto políticas quanto econômicas e sugere que "qualquer pessoa é capaz de sair da pobreza se for criada com bons valores" (Collins; Bilge, 2019, p. 147).

> Cursei todo o primeiro período e no meio do segundo período, infelizmente precisei **trancar o curso *por*** ser **mãe solo** e não receber nenhum tipo de ajuda do genitor (seja financeiro nos custos e gastos ou em ajuda com cuidados e atenção ao meu filho). Acabei me sentindo e ficando muito **sobrecarregada**, sem ajuda financeira e por tbm eu não estar trabalhando, dependendo unicamente da ajuda do governo com o programa **bolsa família**. Comecei a me **culpar por não conseguir de dar conta de tudo** sozinha, então começaram a aparecer as dificuldades como, juntar atividades, não conseguir se concentrar ou perder as aulas, não conseguir estudar nem em casa e ainda ter que cuidar da casa e do meu filho sozinha (Mãe graduanda, 2024, grifos meus).

No contexto da minha pesquisa, a imagem da Guerreira[60] pode sugerir um entendimento de mãe como uma pessoa que "dá conta de tudo" – ou "tem que" dar conta – conjugando trabalho remunerado, tarefas doméstica e responsabilidade sobre os filhos (à semelhança da Matriarca), mas que, quando posta em xeque, "deve optar" pela família e pelo ambiente doméstico, pois, por extensão, é quem arca com todas ou a maioria das responsabilidades com as crianças – assemelhada à *mammy*.

> Como faz pra assistir as aulas? Estudar? Como "**dar conta**"??? (Mãe pós-graduanda, 2024, grifos meus)

> Poderiam dar um prazo um pouco maior para as atividades, para conseguir **dar conta** e ser mãe é complicado (Mãe graduanda, 2024).

> [..] não sendo vista como um ser humano que sofre e sim **como uma máquina que tem que dar conta de tudo**, ninguém se preocupa com quem cuida dos outros, vejo que em certa parte somos invisibilidadas (Mãe graduanda, 2024, grifos meus).

[60] A partir deste momento grafarei a palavra com inicial maiúscula quando me referir à imagem de controle Guerreira.

> Gostaria muito que fosse criado um **programa para manter as mães-estudantes**, na graduação, pois o número de evasão é grande por motivos financeiros, muitas tem que trabalhar para manter sua família, e uma boa parte é **mãe solo**, e por sua vez **não conseguem dar conta de casa, filhos e faculdade, o rendimento acadêmico começa a cair, e bate o desânimo.** Por esses e outros motivos, séria muito bom, um projeto voltado para esse público alvo (Mãe graduanda, 2024, grifos meus).

> [...] São atividades extensas de várias disciplinas, além do horário das aulas, o que exige, em algumas situações utilizar os fim de semana e até horário da noite e madrugada para **dar conta** e entregar as atividades dentro do prazo, com isso não só o cuidado com meu filho fica comprometido, mas também minha saúde física e mental [...] (Mãe graduanda, 2024, grifos meus).

> Gostaria, para além de ajuda de custo, um acompanhamento especializado para mães. Pois organizar a rotina com um filho não é fácil. Também gostaria de uma EXIGÊNCIA por parte dos professores, como flexibilidade de faltas e atividades (Mãe graduanda, 2024).

Nesse sentido, a Mãe é invisibilizada enquanto um grupo com necessidades específicas e urgentes de ações que democratizem seu acesso e sua permanência, de políticas públicas que promovam um lugar de igualdade, a partir do qual produzirá suas condições de existência digna. Por promoção de um lugar de igualdade, me refiro aos usos do tempo para estudar, fazer pesquisa, provas, participar de eventos, ou seja, ao que concerne a vida acadêmica. Por condições de existência digna, me refiro aos direitos humanos em relação à saúde física, emocional e mental e às econômicas para viver com dignidade.

> [...] Muitas vezes os **docentes** não compreendem as necessidades específicas e as dificuldades que as estudantes que são mães passam. As exigências são rígidas e não levam em consideração essa **especificidade**. Sem contar na **desvalorização**, diminuição das nossas capacidades **por acharem que não produzimos o suficiente** e/ou qualitativamente por puro **preconceito**. São muitos desafios enfrentados na Universidade que ainda não está preparada para lidar com essas **demandas** de forma equânime e justa (Mãe pós-graduanda, 2024, grifos meus).

Nesta resposta, a fala sobre especificidades do grupo mães me chega como alusão ao trabalho imaterial, o qual inclui o trabalho cognitivo, e sua consequente desvalorização em razão da maternidade. As tarefas relacionadas ao trabalho doméstico, considerando as rotinas que incluem (pelo menos) uma criança, são fatores determinantes para limitar os usos do tempo para estudar, elaborar as atividades propostas por docentes, coletar dados de pesquisa e/ ou produzir relatórios, por exemplo. Estas interdições são fatos vivenciados e evidenciados nos dados e, por isso, sequer deveriam estar em questão. A verdadeira questão que deve ser discutida é como superar as desigualdades dos usos do tempo, inclusive, para o trabalho remunerado, em razão das responsabilidades iminentes e decorrentes do seu trabalho imaterial para com uma outra vida que não a sua.

Colocada de outra forma, a questão é: como construir relações democráticas na universidade desconsiderando as desigualdades de gênero, raça, geração, classe e maternidade? Tratar um grupo social com necessidades especificidades do mesmo modo que os demais seria perpetuar estas assimetrias e rumar no sentido contrário à justiça social? Não possuir qualquer política voltada às mães seria um sintoma da naturalização de relações de opressão ao subalternizado grupo mães? Exposto o desserviço do estereótipo de Guerreira, especialmente quando relevado o recorte racial, sinto o peso que é escrever do lugar de uma mãe cansada, lidando com diversos sentimentos que vão desde o ânimo que a luta por justiça social traz, à culpa e ao desânimo que as diversas negativas que dou aos apelos de Naiane me chamando para brincar, para "só" ficar junto, trazem. Não estar lá e estar aqui, trabalhando, é, sem dúvida, uma das batalhas.

Audre Lorde me ampara ao lembrar que "cada uma de nós está aqui hoje porque, de uma forma ou de outra, compartilhamos um compromisso com a linguagem, com o poder da linguagem e com o ato de significar essa linguagem que foi criada para operar contra nós" (Lorde, 2021, p. 54). Aproveitando a possibilidade de ressignificar a linguagem, como provoca Audre, apoio o outro braço sobre os ombros de Monique Wittig, que me ajudar a erguer o rosto e mirar o olhar n'As guerrilheiras (Wittig, 2019). Sugiro, então, a imagem da Guerrilheira, inspirada no romance de Wittig, originalmente escrito em 1969, que com humor e muita potência revolucionária, reivindica o corpo feminino fora dos dualismos, dos binarismos que são estruturantes e estruturados nas/das opressões. O trecho que segue, é de uma mãe castrada; é de uma jovem guerrilheira que, como muitas de nós, sobreviveu a um relacionamento abusivo, mas que, assim como muitas vezes nós, teve seus sonhos arrancados pelo patriarcado, como se fosse impossível mães realizarem coisas grandes.

> Engravidei do meu filho quando eu tinha 20 anos e estava no segundo período *da graduação*[61] *na* UFPE. Naquela época a universidade até me apoiou financeiramente e psicologicamente (eu vivia um relacionamento abusivo com o pai do meu filho), mas não tive apoio dos **professores** e deixei de realizar sonhos, como o **intercâmbio**, porque **era como se fosse impossível mães realizarem coisas grandes assim**, gostaria de ter tido apoio para isso e outros sonhos também (Mãe pós-graduanda, 2024, grifos meus).

A guerrilheira está nas trincheiras. Sua existência é disputada passo a passo, cotidianamente. É quem está no campo de batalha, entrincheirada com suas iguais, todas comuns (Federici, 2022): com medo, angustiadas, vulneráveis a quaisquer balas perdidas dos fardos sociais de ser mãe. Nos frontes, estamos lá ombro a ombro, buscando aliadas, insumos,

[61] A respondente havia descrito o curso, mas por cautela, resolvi designar apenas como "graduação".

comida, água; sempre usando o corpo como escudo para proteger as crias. Que coisa maior a se realizar do que guerrilhar para sobreviver? Que coisa mais desgastante a se realizar do que guerrilhar para sobreviver?

3.3 "Mãe é tudo igual, só muda o endereço"

Quem me vê assim cantando/ Não sabe nada de mim
Dentro de mim mora um anjo/ Que tem a boca pintada
Que tem as unhas pintadas/ Que tem as asas pintadas
Que passa horas à fio/ No espelho do toucador
Dentro de mim mora um anjo/ Que me sufoca de amor
Dentro de mim mora um anjo/ Montado sobre um cavalo
Que ele sangra de espora/ Ele é meu lado de dentro
Eu sou seu lado de fora/ Quem me vê assim cantando
Não sabe nada de mim/ Dentro de mim mora um anjo
Que arrasta suas medalhas/ E que batuca pandeiro
Que me prendeu em seus laços/ Mas que é meu prisioneiro
Acho que é colombina/ Acho que é bailarina/ Acho que é brasileiro
Quem me vê assim cantando/ Não sabe nada de mim

(Sueli Costa e Cacaso, 1975)

No caminhar da pesquisa fui gestando uma sensação incorporada de estar "monotemática". Às vezes, ao longo das leituras, por exemplo, constantemente "esqueço" que estou lendo sobre "mulheres" e sigo alinhavando as ideias que me chegam pelos livros às que se formam em mim – seja sobre Trabalho, Cuidado/responsabilidade por outrem, o trabalho cognitivo da organização a consequente execução tarefas cotidianas etc. – pensando sobre "mãe", ou melhor, nas maternidades. Fora das páginas, sinto como se estivesse frequentemente capturando sentidos e refletindo sobre as capilaridades das representações do ser mãe nos diferentes grupos e ocasiões, fato que me provoca reflexões.

Por outro lado, tenho sido convidada a falar/estar em ambientes (da academia, inclusive) que não abordam especificamente meu objeto de pesquisa, mas temas subjacentes, como Política, Estado, Educação etc. Deste ângulo, não me percebo nas interlocuções com o ambiente e/ou com os outros com um repertório adstrito ao tema das maternidades/ maternagens, mas que, talvez, aquela sensação incorporada da "prenhez de um só tema" esteja relacionada à pesquisa pela experiência; que alguns (micro)partos ocorram nos momentos em que interpreto/percebo o derredor atravessada pelo objeto de pesquisa, como o que se ambientou na manhã chuvosa de uma das semanais travessias Recife-Maceió.

Na estrada, dirigindo sozinha sob a chuva, fui acompanhada pelo som doce e marcante da voz de Sueli Costa. Na *playlist*[62], ela chegou cantando *Dentro de mim mora um anjo* (Costa;

[62] Nos trajetos pela BR-101 a instabilidade do sinal de Internet móvel é frequente. Por isso, adquiri o hábito de salvar no *smartphone* listas de músicas e *podcasts* pelo aplicativo da plataforma digital Spotify®, o que possibilitava o acesso às listas mesmo estando offline. Era uma forma menos solitária de viajar.

Cacaso, 1975), música que já conhecia, mas daquela vez, senti algo diferente. Voltei a faixa para o início e após seguidas repetições, conjecturei: de alguma forma, poderia ela estar cantando para e sobre as mães? Ou melhor, a partir de qual lugar da minha subjetividade confabulei que versos como "*dentro de mim mora um anjo* [...] /*Que me prendeu em seus laços/ Mas que é meu prisioneiro*" poderiam ser cantados por uma mãe? De onde surgiu pensar que a ideia de um anjo com boca, unhas e asas pintadas, montado em um cavalo que sangra, poderia ser cantado para uma mulher que é mãe? Me senti prenhe de novo, inclusive, através de certa angústia, o que estava dentro, vazou: minhas lágrimas transbordaram dançando com a chuva que escorria pelo para-brisa do carro.

Me identifico com as sensibilidades dos pelos eriçados, dos olhos marejados, do coração batendo acelerado, querendo sair do peito, da voz trêmula no embargo no choro, especialmente com a arte. Pessoalmente, com a música, sinto diversas provocações que chegam no movimento das capturas vividas no território do meu corpo, como "uma afetividade em ação, nunca uma fisiologia pura, mas uma psicologia, ou melhor, uma geografia afetiva" (Le Breton, 2020, p. 2). Esta experiência foi particularmente marcante porque me senti desterritorializada ao me sentir monotemática. Meu choro vazou, eu transbordei, porque "as coisas *vazam*, sempre transbordando das superfícies que se formam temporariamente em torno delas" (Ingold, 2015, p. 29, grifo no original); vazou por não poder (mais) ser contido. Estes conjuntos de sensações, experimentações sensoriais e movimentos de síntese como um "borramento razão-e-emoção", é trabalhado por David Le Breton como "geografia afetiva". Gosto das chaves interpretativas ingoldiana e lebretoniana para pensar os atravessamentos mobilizados pelas capturas que realizamos do ambiente através dos sentidos, uma incorporação, ou seja, ligar-se de dentro para fora e de fora para dentro a algo/alguém, percebendo o corpo para além da fisiologia, mas como uma "ferramenta" de análise e interpretação em cosmopercepção (Oyèrónké, 2021).

Tentando desenhar uma analítica cartográfica dos afetos, inspirada em Le Breton (2020) e Ingold (2015), me lanço à tentativa de explicar brevemente os sentidos que construí nos versos daquela "nota". Me localizando no lugar de mãe, me chegou que o anjo que prendeu subjetivamente Sueli com seus laços, mas foi também capturado e, além disso, figurava como prisioneiro, pode ser entendido através do mito do amor materno (Badinter, 1985, 2011) e suas prescrições do suposto sentimento "inato" e "incondicional" que "incontestavelmente" brotaria em toda e qualquer mulher que se torna mãe[63].

[63] Donzelot (1986) explica que a moderna exaltação do amor materno como uma característica inerente às mulheres é um fato relativamente novo na história da humanidade, construído pelos discursos filosófico, médico e político a partir do século XVIII.

A satírica imagem de um anjo com boca, unhas e asas pintadas, me faz pensar sobre uma mulher com filhos que, além de ser mulher, recebe camadas adicionais do cobertor de moralidades que advogam uma suposta incompatibilidade de performances eróticas, em razão do papel de mãe, mesmo que sufoque nesse amor: o santificado simbolismo de "anjo" montado em um cavalo com a satanizada de meretriz: com boca, unhas e asas pintadas; na subversão de que o veículo, o cavalo que carregava o anjo, era ela mesma, sangrando por dentro, sangrando de espora. A despeito disso, entretanto, "ninguém saberia nada" sobre ela, carregando o peso da santidade mistificada que há em "ser a mãe" de alguém, um papel a ser desempenhado sob os contornos morais de uma "mulher respeitável" (Lerner, 2019). Dentre as "notas terapêuticas" – como gosto de chamar as anotações pontuais que faço em diário pessoal – esta seguiu me atravessando e transbordando. Resolvi, portanto, trazê-la como inspiração para o título desta seção. Contudo, para além das elucubrações e passando ao largo da centralidade nas prescrições morais, mas sem deixar as sensibilidades de lado, me lanço à tentativa de desterritorializar conceitos-chave construídos ao longo da pesquisa, em uma perspectiva de construir a argumentação da maternidade como um marcador social da diferença, através da discussão sobre identidade e diferença.

3.3.1 Mãe, uma identidade?

O que é "mãe"? É ser mãe de alguém, é "estar sendo" responsável por uma criança, é uma identidade? É não ser uma mulher sem filhos? Em diálogo com as questões sobre assignação à maternidade, sugiro que nos caberia uma pergunta crucial: ser mãe é uma identidade? Se afirmo que existem diferenças entre ser Mãe e ser Mulher e mais, que resumir uma categoria à outra pode engendrar invisibilização e outras produções de violências, então, como localizar Mãe no contexto da universidade enquanto um grupo com suas necessidades específicas?

Sueli Costa fala sobre estar "montada em um cavalo", em "sangrar", em "prisioneiro". Gonzaguinha (1983), por outro lado, confronta um ideal de masculinidade binária **"**Guerreiro Menino"[64], quando canta sobre chorar como destituição da imagem de força "masculina", pois "um homem também chora, menina [...]". Além disso, ele traz outras tantas imagens que aludem à humilhação quando das interdições ao trabalho como centralidade da vida social, afinal, "guerreiros são pessoas, são fortes, são frágeis" e precisam de carinho, de um abraço, de um

[64] A música "Guerreiro Menino" é mais conhecida como "Um Homem Também Chora".

descanso. As músicas em questão podem ser entendidas em interlocução com uma linguagem bélica conjugada com afetos e que, ao mesmo tempo, pitam um quadro que borra as fronteiras entre sofrimento e romance. No caso da maternagem, a romantização é um ponto de inflexão entre a responsabilidade com uma vida, cuidado e virtude; esta última, por ser comum e arbitrariamente atribuída, posiciona a virtude como uma imposição/coação simbólica geracional "do feminino".

Neste sentido, a despeito de ser uma construção cultural temporalmente vágil, em fluxo de movimento, pavimenta a naturalização da figura da mãe no imaginário social como um caminho para a realização feminina, em frases como a de um colega de trabalho que sugeriu que "ser mãe é uma virtude da mulher forte" (Caderno de campo, 2023). A frase foi desferida em uma oportunidade em que ele me procurou para "pedir uma orientação" sobre como lidar com uma "orientanda mãe" que estava com a pesquisa e consequentemente, os relatórios atrasados e "sempre" dava a "desculpa" de ter um filho.

Nas possibilidades de "orientação" ao colega, sugiro que a experiência da maternidade não é algo certo, fixo e não pode ser entendida como dada, mas pode e deve ser problematizada para ser entendida relacionalmente, inclusive porque as necessidades inerentes à condição que implica "mães" em um grupo não são homogêneas (sempre as mesmas). Um ponto importante e que merece atenção é que as formulações sobre as maternidades no ambiente acadêmico, estão muito recentes (se comparadas às políticas públicas focalizadas no Brasil, por exemplo) e pensá-las em fluxo, em movimento, requer investimento de tempo e suporte nas teorias sociais críticas, que não as reduzam ao debate da reprodução de suas crias ou do trabalho reprodutivo como oposição ao trabalho produtivo/material.

Isto dito, proponho o debate da maternidade como marcador social da diferença atravessado pela percepção da diferença produzida (Da Silva, 2012; Hall, 2011; 2012), o que significa que uma eventual identidade deve ser analisada nas negociações fronteiriças (Anzaldúa, 1981) através e com a categoria Mãe. Esta identidade, sugiro, se constrói negando sua fixidez categórica e apostando em sua potência analítica rizomática (Deleuze; Guattari, 2011) e de busca por justiça social. A maternidade enquanto marcador, portanto, só será subversiva de imagens de controle (Collins, 2019), ou seja, da desterritorialização da estigmatização na diferença como inferioridade, se entendida e construída relacionalmente em interseccionalidade. Para produzir este entendimento, sigo caminhando por estradas que apontem linhas de fuga em estratégias (Brah, 2006; hooks, 2023; Collins, 2022; Gonzalez,

1981, 1983; Carneiro, 2020) e encruzilhadas (Oyèrónké, 2021; Akotirene, 2019) na e da diferença.

3.3.2 Rizoma, identidade e diferença

Rizoma é um termo do campo da botânica que, na anatomia vegetal, indica um dos órgãos vegetativos, ou seja, estruturas do "corpo" do organismo e que não são estruturas reprodutivas, que se desenvolvem sob o solo, em diversos sentidos e arranjos de organização como as que se apresentam, por exemplo, nas bananeiras. Ou seja, são tipos de caules que se desenvolvem no subterrâneo e em direções espaciais difusas. Diferente das raízes, que são originadas de uma semente (reprodução sexuada) e apresentam-se como sustentáculo da planta e captação de água, os rizomas apresentam estruturas como nós (de onde surgem as folhas e/ou outros ramos), entrenós e gemas, das quais se desenvolvem raízes adventícias (auxiliares) e podem gerar (por reprodução assexuada), folhas, inclusive, frutos (como as bananas).

Na Filosofia da diferença, rizoma é trazido como metáfora na analogia ao mapa cartográfico, uma produção de trajetos sem pontos de partida fixos, construídos em devires. "Diferente é o rizoma, *mapa, não decalque*" (Deleuze e Guattari, 2011, p. 30, grifos no original), sendo o mapa a potência do novo, o "inconstruído" relacional ao sujeito no ambiente que desenha e produz em sua existência linhas de fuga impossíveis de se resumirem ao decalque – embora possamos decalcar mapas. O decalque é a reprodução, a fixidez, a interrupção do fluxo, do desejo. Rizoma aparece então como um conceito que fala sobre as relações não serem necessariamente, predeterminadas por um início e um fim, mas relacionais, em potência de sentidos difusos e diversos. O fazem em contraposição ao "modelo arbóreo", no qual existiria um ponto fixo de início/partida, representado pela semente, da qual se desenvolve a árvore em sentido único de movimento: raiz, caule/tronco, folhas e ou frutos.

Um ponto importante é que embora a relação possa aparentar diretamente ligada à botânica, a metáfora é contingente porque "uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas" e, portanto, "a toca, neste sentido, é um rizoma animal, e comporta às vezes uma nítida distinção entre linha de fuga como corredor de deslocamento e os estratos de reserva ou de habitação" (Deleuze e Guattari, 2011, p. 30).

Rizoma fala sobre mais sobre raiz (corpo vegetativo) do que sobre sementes que são geradas por reprodução sexuada, com envolvimento de gametas "masculinos" e "femininos" que, assim como uma parte das espécies animais. Normatizações em normalizações culturais de relações sociais com base em modelos sexuados – os quais *não* representa a totalidade –

podem sugerir, por exemplo, o que seria o "natural" da reprodução da vida vegetal e/ou animal, incluindo-se os animais humanos. Desta forma, a metáfora do rizoma deleuziano é importante para sinalizar rupturas com os modelos de pensamentos binários, apostando na multiplicidade como imanência, vagilidade das relações em suas potências e realizações. Esta subversão nos afasta das visões duais, deterministas, biologizantes e, portanto, *essencialista*s da existência, como os que se apoiam em recortes de expressão da realidade – como a reprodução sexuada, por exemplo – para proscrições na categoria sexo e gênero, por exemplo, que poderiam normatizar/legitimar/sacralizar e até legalizar/criminalizar comportamentos nas sociabilidades humanas.

Sem um ponto central que seja seu sustentáculo, como as raízes das árvores, mas mais assemelhado ao micélio[65] fúngico, em suas redes difusas, o rizoma sinaliza a perspectiva de relações em constante movimento, rupturas e descontinuidades em suas multiplicidades, que se tocam/atravessam em diversos pontos e não são estanques, de contenção da vida em um único sentido ou de os mesmos desejos de sentido/caminhos serem nutridos por todos e/ou da mesma maneira, assim como a maternidade. Poderíamos pensar a maternidade como rizomática em seus devires: mulher, mãe, drag, guerrilheira, sempre interseccionados pela e na diferença. Mas o que seria a diferença? Ou, como a diferença produziria uma identidade de Mãe? Acreditando os argumentos que insterseccionei para sugerir que "mães na universidade" pode ser considerado um grupo social com necessidades específicas podem ser utilizados, é necessário localizar a argumentação no debate sobre diferença e identidade, o que desenvolvi na perspectiva dos estudos culturais.

Avtar Brah parte da análise pós-colonial de experiências de grupos africanos-caribenhos e do sul da Ásia na Grã-Bretanha após a segunda guerra mundial (1960/70), portanto, uma discussão no campo dos estudos diaspóricos, que articula racismo, gênero e classe. Critica o termo "pessoas de cor" como significante de opressão e subordinação entre colonizador e colonizado para se referir a pessoas negras, reivindicando a subversão deste estado de coisas pela apropriação do termo "negro" como pertencimento e empoderamento pelo movimento *Black Power* nos EUA. De acordo com Brah, "como os processos culturais são dinâmicos, e o processo de reivindicação é também mediado, o termo 'negro' não precisa ser construído em termos essencialistas. Pode ter diferentes e significados políticos e culturais em contextos

[65] Os fungos possuem organizações somáticas interconectadas entre si e não raro, com outros organismos vivos e o micélio, seu corpo vegetativo, é uma espécie conexão entre várias redes difusas, inclusive com transmissão de informações sobre rotas de deslocamento do fungo.

diferentes" (Brah, 2006, 335). Este é um ponto importante em que pesa sua utilidade para análises no contexto brasileiro.

O segundo ponto, portanto, é que a autora apresenta um quadro analítico com intuito de ajudar na análise de "questões no desenvolvimento de estratégias políticas para a justiça social" (Brah, 2006, p. 332). Para tanto, na perspectiva de questionar lugares sociais dados como certos e identidades como "eu" e "nós" enquanto unitárias, atribui uma centralidade analítica na categoria raça, embora preservando a noção das experiências heterogêneas de grupos. É fundamental ponderar que "a representação da diferença não deve ser lida apressadamente como o reflexo de traços culturais ou étnicos *preestabelecidos*, inscritos na lapide fixa da tradição" (Bhabha, 1997, p. 21, grifos no original). Neste sentido, Brah analisa também o movimento feminista branco em suas premissas de universalidade, como representativo de "todas as mulheres" e o movimento feminista negro, como lugar produtor de experiências emergentes de subordinação, inclusive, os racismos dentro do feminismo que tem gênero como um grande guarda-chuva que comporta "todas as mulheres". A autora mobiliza a centralidade da categoria classe para esse transcurso, mas em articulação com gênero e raça.

No quadro analítico proposto, as categorias mobilizadas por Brah são "diferença como experiência", "diferença como relação social", "diferença como subjetividade" e "diferença como identidade". É fundamental antecipar que a diferença não delimita finalisticamente hierarquia e opressão, ou seja, a diferença pode ser entendida em termos semióticos de interpretações e ressignificações da realidade em relações subjetivas individuais ou de grupos, sem um sentido único (do indivíduo para o grupo ou do grupo para o indivíduo, por exemplo) e este é um ponto particular de importância do texto para pensar maternidade. De onde percebo, a ideia de um quadro analítico assume um caráter didático porque todas as categorias são, em alguma medida, contingentes e serão negociadas nos fluxos rizomáticos da vida.

> É um absurdo nos tempos de hoje, com tanta tecnologia e possibilidades, não facilitarem para uma puérpera/estudante que está amamentando, com seu filho com 21 dias de vida, um atendimento especial em uma disciplina que pode ser remota. Isso não é inclusão, não promove e nem estimula a amamentação (Mãe pós-graduanda, 2024).
>
> Acho que as alunas que são mães poderiam ter o direito de ter mais tempo de curso para concluir sua graduação. Pois muitas vezes faltamos aulas e provas para poder ficar com nossos filhos, seja porque não teve com quem deixar, seja porque adoeceram ou precisaram de nós (mães) presentes por algum outro motivo de força maior (Mãe graduanda, 2024).
>
> Mães que fazem amamentação exclusiva precisam de ajuda, mães sem rede de apoio precisam de ajuda! Se pararmos, estamos continuando o que tanto lutamos pra conseguir, o nosso direito de estudar e nos formar (Mãe pós-graduanda, 2024).

As falas tocam em pontos sensíveis como a condição de puérpera e lactante, bem como a ausência de rede de apoio, experiências que marcam a diferença da experiência de mãe na condição de estudante. Na argumentação de Brah, a "diferença como experiência" dialoga com noções de "verdades pré-estabelecidas", no caso, como as construções sociais são naturalizadas ao ponto de serem percebidas como postas, como dadas, como verdade imutável. A autora diz que as relações estão em construção nos diversos campos de significação e, portanto, sendo produzidas na realidade concreta. Esta categoria pode nos auxiliar a refletir a maternidade como uma experiência em encruzilhadas de contestação, pois "é útil distinguir a diferença como marcador de distintividade de nossas 'histórias' coletivas da diferença como experiência pessoal inscrevendo a biografia individual" (Brah, 2006, p. 361). A categoria "diferença como relação social", que nos informa sobre formações estruturadas e, portanto, como instituições podem ser reflexo de relações de poder estruturantes de hierarquias, também é útil porque as relações sociais "são constituídas e operam em todos os lugares de uma formação social. Isso significa que, na prática, a experiência como relação social e como o cotidiano da experiência vivida não habitam espaços mutuamente exclusivos (Brah, 2006, p. 364).

A perspectiva de Brah sobre "diferença como subjetividade" vai ao encontro problematizações sobre "a universalização das afirmações de verdade reivindicadas pelas grandes narrativas da história que colocam o 'Homem' europeu em seu centro" (Brah, 2006, p. 365), o que é precioso para reinserir no debate o colonialismo e os apagamentos históricos, em especial no que diz respeito às formações subjetivas de pessoas socializadas no mito da democracia racial. Nesta perspectiva em particular, o trabalho de Neusa Souza foi fundamental ao falar sobre autoestima – ou mais nitidamente, a mística em torno da autoestima da população negra. Às vezes é uma tarefa árdua identificar a vivência de experiências racistas em razão de que a sutileza do racismo à brasileira confunde os sentidos, mas invariavelmente se coloca em lugares de sofrimento psíquico, especialmente quando ocorre como uma prática sistemática.

Acentue-se que existir em espaços que são referenciados na branquitude, por si, pode ser uma experiência que violenta subjetivamente, como ocorre com o fato de que a maior parcela das pessoas em lugares de poder nas universidades são homens e brancos. As formas simbólicas de violência que residem na falta de representatividade, sugerem que lugares de poder são do branco, que a referência é a branquitude e há uma "inegociabilidade" fenotípica na qual seu corpo te coloca em lugares ao redor, mas não no centro de referência.

> Assim é que, para se afirmar ou para se negar, o negro toma o branco como marco referencial. A espontaneidade lhe é um direito negado; não lhe cabe simplesmente ser

> – há que estar alerta. Não tanto para agir, mas sobretudo para evitar situações em que seja obrigado a fazê-lo abertamente (Souza, 2021, p. 56)

No contexto de sua pesquisa com pessoas negras em ascensão social no Brasil da década de 1980, Neusa traz a fala de uma interlocutora que revela estar cansada de se impor, exemplificando que mesmo para entrar em um restaurante, o negro não pode fazê-lo naturalmente, mas tem que "entrar se impondo" e analisa que "há que estar sempre em guarda. Defendido. 'Impor-se' é colocar-se de modo a evitar ser atacado, violentado, discriminado. É fazer-se perceber como detentor dos valores de pessoa, signo de respeito, portanto" (Souza, 2021, p. 56). Embora haja ressalvas à marcação temporal, a liminaridade da experiência e a naturalização da diferença pela falta, como se assumir a negritude fosse negar a possibilidade de tornar-se branco, é uma análise extremamente atual. Por um lado, assumir uma identidade política enquanto pessoa negra é uma forma de resistência, de aquilombamento contemporâneo, afinal, "a história da raça negra ainda está por fazer, dentro de uma história do Brasil ainda a ser feita", como afirmou Beatriz Nascimento (2021, p. 45). Na ideia de "diferença como identidade" em Brah, a "subjetividade – o lugar do processo de dar sentido a nossas relações com o mundo – é a modalidade em que a natureza precária e contraditória do sujeito-em-processo ganha significado ou é experimentada como identidade" (Brah, 2006, p. 371), ou seja, ela não é fixa nem singular. Volto aqui a percepção de que não há como separar as categorias sem que elas se toquem em algum momento. No caso brasileiro, penso que a vivência em um corpo negro não pode ser deixada à margem de nossas questões.

> É precisamente porque as identidades são construídas dentro e não fora do discurso que nós precisamos compreendê-las como produzidas em locais históricos e institucionais específicos, no interior de formações e práticas discursivas específicas, por estratégias e iniciativas específicas. Além disso, elas emergem no interior do jogo de modalidades específicas de poder e são, assim, mais o produto da marcação da diferença e da exclusão do que o signo de uma unidade idêntica, naturalmente constituída, de uma "identidade" em seu significado tradicional – isto é, uma mesmidade que tudo inclui, uma identidade sem costuras, inteiriça, sem diferenciação interna (Hall, 2012, p. 109-110).

A maternidade mostra-se como mais uma destas contingências, posto que para mães estejam na universidade, suas experiências particulares precisam estar situadas e não apenas definidas como parte de um grupo homogêneo. Dito de outra forma, a maternidade enquanto um marcador da diferença, é preciso que se identifique *de que* ela difere ou *o que não é*? Uma construção me parece razoável: Mãe é quem fica, quem carrega, quem faz o certo e o errado, quem decide, quem opina, quem não sabe; é quem seu tempo dedica a outrem porque não fazê-lo, se mostra como impossibilidade: seja porque o abandono gera culpa ou o medo de ser culpabilizada, seja porque não há outro adulto ali para ocupar aquele lugar. Ela é um borramento

incessante de fronteiras do que é aceitável dentro de sua socialização (ocidental-cristã-colonial, por exemplo) ou não, o que é moralmente aceito ou abjeto, do que fará bem ou mal à criança. E me sinto segura em afirmar que estes lugares não são cabíveis apenas em um corpo feminino, ou seja, de que para performar o absurdo que é assumir o trabalho do cuidado e o trabalho imaterial do cuidado por uma ou mais crianças e como principal responsável, seja requisito uma biologia feminina/um corpo de mulher.

Por outro lado, acredito que incorreria em um vacilo não reconhecer que esses lugares são majoritariamente ocupados por mulheres. Como o seria não reconhecer outras diversas contingências, quais sejam, por um lado, a racialização daquele corpo, sua localização geográfica de origem e a atual, quantas voltas em torno do sol aquele corpo já efetuou rotacionando em seu próprio eixo e quando se deu a ruptura da translação de seu centro de gravidade, como se vive esse deslocamento; por outro, quais agenciamentos e negociações são mobilizados para os deslocamentos em si mesmo e em relação com a cria, ou seja, sob quais condições concretas de mobilidade urbana, segurança alimentar, rede de poio, para estudar, trabalhar, enfim, existir, se produz cada realidade individual e de grupo, e como são as colisões nestas relações com as instituições – aqui, para nós, o Estado incorporado na arquitetura (inclusive simbólica) da universidade.

Desconcluindo: a maternidade interseccionada

Se a categoria Mãe, como afirmei, seria contingente a gênero, sexo, classe social, raça, idade, nacionalidade, não haveria como defini-la a partir da oposição a nenhuma outra categoria, como poderia ser uma identidade? Ser mãe poderia então ser entendido como alguém que compartilhe experiências comuns, inclusive de subordinação e opressão, em razão da assignação ao cuidado com uma criança?

Luis Felipe Hirano produziu um significativo rastreio sobre os conceitos de marcadores sociais da diferença no campo da antropologia, desenhando um mapa de seus usos por pessoas autoras brasileiras, inclusive no contexto da interseccionalidade, embora nem sempre sob essa designação. Neste contexto, pontua a atuação de Lélia Gonzalez como intelectual negra que, na década de 1980, através de imagens da mulher negra brasileira já discutia em articulação opressões como racismo, sexismo e violência. O autor chama a atenção para a importância de um olhar mais acurado oriundo das palavras marca ou marcador para “pensar as dimensões da vida social que são generificadas, racializadas, sexualizadas, classificadas, enfim, nomeadas de

modo a afetar a vida das pessoas de distintas maneiras; tornam-se, assim, marcadores sociais da diferença" (Hirano, 2019, p. 51).

Seguindo este raciocínio, ficaria menos complexo pensar "como identificar uma mãe"? – é essa a questão? Entendo a importância deste gênero de preocupações para pensar políticas públicas, conquanto não seja meu objetivo aqui, apontarei algumas possibilidades de agenciamento dos usos do marcador maternidade na perspectiva interseccional. No centro do debate sobre a interseccionalidade está a discussão sobre justiça social por grupos "privados de direitos", como sugerem Hill Collins e Sirma Bilge (2021). Então, fundamentalmente, as questões que envolvem a maternidade no ambiente acadêmico, especialmente do ponto de vista institucional, não podem deixar de reparar as violências e/ou as vulnerabilidades simbólicas, materiais e econômicas deste grupo. Neste sentido,

> Dando maior atenção aos indivíduos particulares e a suas relações cambiáveis, necessariamente subverteríamos as acepções mais problemáticas da cultura: *homogeneidade, coerência e atemporalidade*. Indivíduos enfrentam escolhas, disputam uns com os outros, declaram ideias conflitivas, discutem sobre pontos discordantes com relação a um mesmo evento, enfrentam altos e baixos em diversos relacionamentos e passam por mudanças em suas condições e desejos, confrontam pressões diferentes, e falham em prever o que acontecerá a si e aos seus (Abu-Lughod, 2018, p. 211, grifos meus).

As demandas por regulamentação das relações entre professores e estudantes, por exemplo, no que diz respeito às violências simbólicas impetradas pela falta de reconhecimento do trabalho imaterial do cuidado, como ficou evidente em algumas respostas das mães ao formulário, inclusive na análise dos documentos, é um dos nós no rizoma. Este espectro do trabalho precisa ser evidenciado, discutido, dialogado junto à comunidade acadêmica, para que haja segurança na permanência de mães na universidade. Não é saudável sob nenhum aspecto para mães lidar com os mesmos prazos que outros estudantes que não assumem o trabalho imaterial do cuidado, principalmente quando estão no puerpério, amamentando ou com crianças pequenas em casa em configuração solo e/ou sem rede de apoio familiar/privada. Por outro lado, não é economicamente saudável nem para as instituições e menos inda para estuantes, a retenção, a evasão. Como escreveu uma mãe graduanda (2024), sua preocupação em relação à retenção "fico com receio de atrasar muito meu curso e demorar a me formar devido à rotina de trabalho/faculdade/cuidados domésticos". De onde nascem estes receios? Sugiro que da falta de políticas focalizadas no grupo de mães. Por exemplo, uma mulher sem filhos, ainda que resida longe da família, consegue agenciar sua rotina escolar, de trabalho material/produtivo, seus horários de alimentação, sono, higiene pessoal com uma autonomia que não é comum entre mães sem rede de apoio. Ainda que essa mãe fictícia resida com familiares e seja responsável

pelos cuidados com algum familiar, o que de maneira alguma é uma tarefa simples, seus próprios horários ainda possuiriam certa vagilidade nos agenciamentos dos usos do tempo.

Nestes cenários a maternidade é uma "outra camada"; atente-se que esta camada não é apenas uma adição, como uma sobreposição de mais uma tarefa a ser executada. É mais uma camada que imprime investimentos de atenção, tempo e execução de tarefas que tangencia o nível de desumanidade ser realizada por apenas uma pessoa; a ordenação rotineira da casa é algo que parece infindável, especialmente com ao menos uma criança habitando. Em tempos de férias escolares a pia da cozinha pode virar um eterno amontoado de louça e potes de plástico – suspeito que na madrugada o cesto de roupas se abasteça por partenogênese: para cada blusa que coloco, duas outras surgem na hora de lavar.

A categoria Mãe se articula relacionalmente com raça, etnia, sexo/gênero, idade, classe e tantas outras, e produz a maternidade, esta marca que assim como uma tatuagem, pode ou não estar visível, contudo, é permanente e contigo irá para onde for. Em momentos de crise e/ou na necessidade de reduzir a mortalidade infantil, como mostrou Donzelot (1986) a maternidade em si já fora acionada como dispositivo de tecnologia de vida – e, supostamente, ainda reverbera nos apelos extremados "à vida" escamoteando o controle (biopolítico) dos copos – e, portanto, como significante de virtude. Por outro lado, quando articulada relacionalmente com outros marcadores, se mostra interdependente nas encruzilhadas. Esbarra nos muros das universidades, muros estes, os das concepções binárias entre grupos minoritários e majoritários de classe e gênero – às vezes até pintados de preto, para não passar em branco.

Não sustento a ideia de que categoria x ou y deveria acabar porque há centralidade absoluta na categoria raça. Por outro lado, estou convencida da centralidade da categoria raça em interdependência numa complexa experiência de povos, especialmente na diáspora, o que inclui sumariamente o Brasil. Estas experiências dialogam com a ideia de cosmopercepção, o que pra mim, não faz sentido se não estiver rizomado em interseccionalidade. Não existe uma arquitetura social que conforma e imobiliza grupos minoritários de pessoas (negras, homossexuais, transgênero, pobres, idosas ou crianças, com deficiências, gordas, estrangeiras, nordestinas) em relação de subordinação absoluta em relação às pessoas brancas, heterossexuais e do sexo masculino. Afirmar isso, seria constranger à imobilização e ceder a delírios escandalosos de que uma mãe sem sua cria no colo ou à vista, estaria em condições de igualdade. Seria pedir "respeito à diferença". Por analogia, poderíamos estabelecer uma imagem espelhada no que Sueli Carneiro nos fala sobre a discussão em relação às cotas raciais.

> A reivindicação de cotas e políticas de ação afirmativas não desqualifica o grupo negro. Ao contrário, representa sua confirmação como sujeito de direitos, consciente de sua condição de credor social de um país que promoveu a acumulação primitiva de capital pela exploração do trabalho escravo, não ofereceu nenhum tipo de reparação aos negros na abolição e permanece lhe negando integração social por meio das múltiplas formas de exclusão racial vigentes na sociedade, das quais o não acesso à educação é uma das mais perversas. O que devemos abominar é um processo histórico que transformou seres humanos em mercadorias e instrumentos de trabalho. E, depois de explorá-los por séculos, destinou-os à marginalização social" (Carneiro, 2002, p. 102).

A ideia democrática de respeito é amplamente válida em nosso contexto histórico. Pondero que a noção de políticas para mães não se resuma à um isolamento do grupo em um sentido de vitimização, mas ao contrário, de enfrentamento de desigualdades reais. Ou seja, não se trata apenas de incluir as demandas de um grupo social nas agendas institucionais, mas a afirmação política de existências que precisam de regulamentações que equacionem sua permanência. Não é um apelo genérico de "respeito à diferença", é uma política de implosão.

> Eu pauto uma diversidade de implosão, e não de inclusão. A perspectiva da inclusão perpassa pela concepção de que vamos colocar "o diferente" para dentro, mas sem nos preocuparmos com a subjetividade desse outro, sem avaliarmos as estruturas já vigentes, se elas comportam e acolhem essa diversidade (Pinheiro, 2023, p. 127)

Na perspectiva de reconhecer nossa ancestralidade amefricana e ameríndia, não basta olhar para "a mãe" como uma mulher que cuida. É fundamental repensarmos coletivamente quais experiências nos identificam como um grupo, quais as individualidades e subjetividades biográficas que nossos corpos dissidentes carregam, o que nos interdita e o que nos possibilita estar na universidade, os motivos para querer estar lá. Seguir em gerúndios: sem "pedir" licença, sem "pedir" respeito e conscientes de que o reconhecimento do trabalho imaterial do cuidado é também uma reparação histórica aos nossos devires: mãe preta, mulher cis ou trans, bicha, sapatão; às diferentes e diversas formas que a assignação à maternidade nos constrói enquanto sociedade brasileira com profundas desigualdades sociais.

À guisa de desconclusões

Dir-se-á que é uma questão de palavras, mas é raro que
as palavras não impliquem intenções e armadilhas.
(Deleuze; Guattari, 1992)

Corporificar a dor da tese, de uma tese que fala sobre maternidade – a perspectiva maiêutica de "parir ideias" – em mim se decanta como água e óleo, em dores e esperanças: cada qual em seu espaço, se misturando sem possível homogeneidade. O imigrante Jorge Mautner, o "filho do Holocausto", em composição conjunta com seu parceiro Nelson Jacobina, nos anos 1990, nos disse que "belezas são coisas acesas por dentro, tristezas são belezas apagadas pelo sofrimento" (Mautner; Jacobina, 1990). Uma das belezas da antropologia reside, de onde percebo, exatamente na possibilidade de produção de análises críticas sobre o comum, o usual, o estranhamento do cotidiano: seja das relações ordinárias, da cidade/espaço urbano, das lógicas naturalizadas das relações sociais. Os caminhos particulares que percorri pela antropologia possibilitaram percepções sobre as relações ao redor, bem como as mais afastadas da realidade imediata as quais me incineraram certezas preconcebidas e pela lei natural dos encontros, sigo deixando e recebendo um tanto: de inquietações, de diálogos e trocas de ideias, compartilhamento de desejos, de sonho – não o que se sonha só, mas que se sonha junto.

Uma dos tantos que deixei e recebi em minhas andanças etnográficas foi uma compreensão de que a diferença existe – ponto final. A lógica da modernidade/colonialidade aprofundou cisões entre os padrões de "normalidade", um padrão eurocentrado marcado a ferro e sangue, na maquinaria de guerra ao Outro, ou seja, ao não europeu. As noções de democracia brasileira, herdadas do direito romano, as quais nos regulam a vida através do Estado Democrático de Direito, assentam-se em pressupostos universalistas que aprofundam as desigualdades e dessa forma, a diferença é subsumida ao extremo da anulação da vida em si: em sua pluralidade, pois apagam-se as particularidades, reificam-se as relações intersubjetivas na burocracia organizacional. Pensar que a diferença deva ser socialmente "aceita" ou "tolerada" é, no mínimo, uma tecnologia heurística para escamotear o flagrante delito do racismo. Se algo deve ser aceito, significa dizer que há quem deva aceitar; do mesmo modo, se algo precisa ser tolerado, disto decorre que há quem deva tolerar e quem deva ser tolerado. Geralmente os incômodos ficam no nível do aceitamento e da tolerância, mas sob nenhuma hipótese, deixam de sê-lo. Mas o flagrante é que se algo incomoda – ou melhor, se alguém incomoda – sugiro perguntar *o que* ou *a quem* incomoda e *por que* incomoda, e *de que forma* este incômodo é produzido. Dito de outra forma, para que algo seja socialmente aceitável, alguém (pessoas, grupos e/ou instituições) precisa "possuir" o poder para decidir e permitir o

que é ou não aceitável, os limites desta aceitação e até, eventualmente, as punições para a extrapolação dos limites previamente permitidos. Portanto, flagrando tanto a impossibilidade real quanto a contradição da própria ideia aceite ou tolerância da diferença, pergunto: em nossa sociedade historicamente construída e reproduzida sobre corpos racializados e dissidentes, quem pode decidir?

Graças a Orixá que o mundo não é dividido estaticamente entre quem deve estar do lado de onde se permite e quem fica sob sua tutela, mas um borramento vigoroso de fronteiras de resistências e de disputas cotidianas que se rearranjam as/nas encruzilhadas materiais e simbólicas. Então, como quem tem contado nossa história e nos ensinado nas escolas, figuram na hegemonia do saber, usemos o que conseguimos apreender para subverter as normas e os padrões deles e falar sobre as nossas experiências, afinal, somos tantas e tantos, mas incorporamos os atravessamentos – e olhares atravessados – sob a alcunha de "minoria". No bojo da democracia brasileira, a "minoria" tem endereço, cor, raça e etnia; tem sexo, gênero e crias sob sua responsabilidade; tem sobrenomes que remetem à diáspora do tráfico transatlântico que fora oficialmente abolido há pouco mais de 130 anos. E cabe ressaltar que seguindo a trilha dos "dados oficiais", desde a chegada dos colonizadores, no ano de 1500, até 1888, ano da "abolição" foram quase 400 anos produzindo relações escravocratas, modos de apreender o "normal", o "natural" das relações de trabalho, acumulando o conhecimento humanamente produzido e produzindo identidades socialmente desumanas.

Escrevendo em meados da década de 1970, Beatriz Nascimento afirma que "a senzala ainda está presente" e compara que "oitenta anos em termos de história total são dias" (Nascimento, [1974] 2021, p. 44). A comparação ainda é pertinente, visto que o processo de abolição não contou com participação popular, aliás, sequer status de pessoa humana, quiçá de cidadãos possuíamos. A estruturação política e ideológica de uma sociedade esculpida no racismo possui estruturação ainda vívida. É por estes motivos que as categorias raça e etnia possuem uma centralidade analítica fundante no contexto da modernidade/colonialidade. A naturalização da estigmatização do corpo negro como (ainda) ocorre na correlação destes à criminalização pela justiça, pela polícia, sua associação à condição social de miséria e características como "irresponsabilidade, incapacidade intelectual, criancice etc. e tal. Daí é natural que seja perseguido pela polícia, pois não gosta de trabalho, sabe? Se não trabalha é malandro, se é malandro é ladrão" (Gonzalez, 1983, p. 78). Lélia Gonzalez mobiliza as categorias memória e consciência para falar sobre racismo e sexismo na sociedade brasileira, em 1983 e argumenta que

> Como consciência a gente entende o lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber. É por aí que o discurso ideológico se faz presente. Já a memória, a gente considera como o não saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita, o lugar da emergência da verdade, dessa verdade que se estrutura como ficção. Consciência inclui o que a memória exclui. Daí, na medida em que é o lugar da rejeição, a consciência se expressa como discurso dominante (ou efeitos desse discurso) numa dada cultura, ocultando a memória, mediante a imposição do que ela, consciência, afirma como a verdade (Gonzalez, 1983, p. 78-79).

Como definição, Lélia explica que "o racismo enquanto articulação ideológica e conjunto de práticas, denota sua eficácia estrutural na medida em que remete a uma *divisão racial do trabalho* extremamente útil e compartilhada pelas formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas" (Gonzalez, 1981, p. 96). É desta conjuntura secular que os saberes dos povos diaspóricos se conforma como "empirismo", como "cultura popular" no sentido de um meta-conhecimento folclórico, ilusório, deslegitimando a história oral e as tradições da oralidade. É daí ainda, que epistemologia adquire sinônimo de saber registrado, escrito e referendado por pares em uma tradição do conhecimento eurocêntrica (masculina, branca e heterossexual) e hermenêutica, a forma de interpretação e averiguação desta e nesta mesma tradição. Em uma perspectiva decolonial, cabe-nos questionar, fustigar, incitar ao debate questões diversas sobre os mitos de origem, de descoberta, de criação. Cabe-nos contrapor insistentemente versões falseadas da história, da nossa história, contada como se fôssemos coadjuvantes alheios ao enredo principal.

Daqui reitero a defesa de um motivo que percebo razoável para o acesso ao ensino superior: a subversão. Embora "superior" esteja emprenhado de um imaginário de algo que está "acima", me agarro a parte do "ensino": o que nos permitiria acessar o "conhecimento humano produzido e acumulado historicamente", como sugeriu Saviani. Entretanto, os próprios conceitos de "conhecimento" e de "humano" de modo flagrante, devem ser questionados: acessar de forma crítica os pensamentos, os conhecimentos produzidos, pode significar possibilidade de produção de conhecimentos outros e, portanto, a subversão no deslocamento das/nas fronteiras de resistências e disputas. É neste e através deste contexto secular de produção de realidades de divisão racial do trabalho, como bem colocou Lélia, que entendo que devemos pensar, refletir e acionar as categorias consciência e memória para tratar sobre maternidades no Brasil. De onde percebo, não há possibilidade de mobilizarmos a categoria Mãe sem o enredo histórico do lugar do cuidado, da devoção, da submissão da mucama no *gesto de doação*, de afeto, *sem nenhuma recompensa*, como refletiu Élizete França (1996). Aquele significante "mãe" no que sugeri ainda operar com severidade em nossas produções simbólicas e na realidade concreta e produzindo representações em associação a "maternidade"

e “cuidado” é um decalque (da metáfora deleuziana) da mucama. A este respeito, mostrou Lélia que no dicionário Aurélio, por definição a palavra “mucama” era um substantivo derivado “(do *quimbundo* mu’kama ‘amásia escrava) [...] A escrava negra moça e de estimação que era escolhida para auxiliar nos serviços caseiros ou acompanhar pessoas da família e que, *por vezes*, era *ama de leite*” (Gonzalez, 1983, p. 81, grifos no original). Por estes tantos motivos engenhosamente engendrados em nossas construções subjetivas, acredito, que Mãe e maternidade ainda ressoam os ecos da mucama, este corpo negro e *de estimação*, sem perder do horizonte a intencionalidade porque “é raro que as palavras não impliquem intenções e armadilhas” (Deleuze; Guattari, 1992, p. 42).

A maternidade é um incômodo na lógica da produção capitalista neoliberal, pois ela implica em diminuição do rendimento, adiamento ou não cumprimento de prazos, enfim, um corpo gravídico, aquele que é diferente do corpo-tipo de uma mulher, é um empecilho, porque produz barreiras e interdições e supostamente, caminha na contramão da “eficácia” de produção. E não para por aí: a criança parida até que se torne “útil” à sociedade, será parte do problema. Uma criança mobiliza as energias, esforços, atenção e subjetividades da Mãe e, portanto, ainda será um elemento produtor de incômodos na academia, pois ela implica, também e ainda, em diminuição do rendimento, adiamento ou não cumprimento de prazos.

O corpo racializado da mucama foi visto, no sentido do privilégio ocidental do sentido da visão, em suas marcações fenotípicas e nossa história simbolicamente interpretada, escrita e oficialmente registrada pela estruturação lógica da cultura que se viu por quem viu. Mobilizando a categoria da cosmopercepção (Oyěwùmí, 2021), sugiro que a maternidade seja percebida por quem decide os usos e destinos dos recursos financeiros públicos, a elaboração de normas, decretos e demais formas legislativas para a existência na universidade, através dos discursos e das narrativas de quem vive as interdições, dificuldades, trânsitos e experiências enredadas nas fronteiras do trabalho imaterial do cuidado.

A perspectiva de análise dos documentos da Assistência Estudantil da UFPE deve ser entendida como um recorte metodológico de pesquisa, mas que, ao fim, evidencia a falácia do universalismo de políticas estudantis se o tratamento dispensado à maternidade quando a inclui genericamente no grupo de estudantes, sem observação de suas peculiaridades. A organização burocrática quando observada nos interstícios revela as dificuldades para obtenção de auxílios financeiros, de tratamentos e prazos diferenciados, os quais são condições inerentes à maternidade no ambiente acadêmico. A discussão não é sobre a vontade de tal ou qual gestão, mas sobre como estruturalmente se produz e reproduzem violências se as demandas maternas

orbitarem em torno de questões como: “quantas são”, “quantas recebem (ou não) auxílio”, mas avançarem no sentido de quais são as necessidades de um grupo para sua sobrevivência na universidade. São mais que estudantes, são vidas que organizam a lógica de tantas outras e, entre estas, provavelmente, de quem toma as decisões.

Corporificar a dor da tese, de uma tese que fala sobre maternidade não poderia fugir à regra dos adiamentos dos “prazos da CAPES” (Grossi, 2004). Mas mais que isso, os prazos (os quais gentilmente tento chamar de “fechamento de ciclo”), ofuscaram discussões relevantes nesta tese. Uma outra parte de dados coletados não pôde ser devidamente explorada e, portanto, optei por não trazê-la neste momento “apertado” que tem sido a escrita final da tese em período de férias escolares da minha filha. Me refiro ao Coletivo Maternidades UFPE, um movimento político de mães o qual teve sua ideia gestada durante uma atividade da Semana Pedagógica do Centro de Educação (SPCE) da UFPE, em 2023. Motivada pelas estudantes, havia proposto um espaço para que nos juntássemos (originalmente, eu e minhas alunas mães, mas se outras se interessassem, por óbvio, seriam bem-vindas) entre afetos e acolhimentos, nossas experiências de maternagem na academia. Era uma movimentação com intuito de nos conhecermos em grupo, de socializarmos nossas tantas questões até então, apenas conversadas individualmente pelo CE em coletividade. É importante destacar que à época, quando comecei a divulgação do aceite do espaço, convidava as mães que frequentavam ou frequentaram minhas aulas, inclusive porque estaria lá também enquanto pesquisadora, boa parte das estudantes se voluntariou para as entrevistas as quais já havia sinalizado meu interesse. Neste contexto, escolhi o formato de Roda de Diálogo (RD), na esperança de construirmos um terreno afável, sem grandes expectativas de produzir algo ao final, como seria uma oficina, a qual já havia realizado, como relatei no capítulo um.

Entretanto, pouco tempo antes da data programada para a RD que, envolta no clima de indagação, chamei de “Maternidade e vida acadêmica podem coexistir?”, recebi a proposta de unificá-la com outra da mesma temática, intitulada “Trabalha, estuda e cuida? (Mater)nidades (na) unive(r)sidade”, sugestão trazida com o intuito de possibilitar o aumento da participação das mães estudantes. Seria formada uma mesa redonda com a participação de outras mães da universidade, mas ainda na perspectiva de dialogarmos. Embora este formato me colocasse também no papel de “palestrante”, ainda assim, estaria participando e observando, munida do meu caderno de campo e, de pronto, aceitei. Foi neste espaço que a estudante Kamila Santos, que cursou a disciplina que ministrei sobre Movimentos Sociais, quando nos conhecemos, no curso de Pedagogia, hoje representante do Coletivo no GT de Parentalidade, propôs uma

organização coletiva de mães. Estava lançada a semente no terreno que se mostrou fértil. Cheguei a participar do grupo do WhatsApp (a forma de organização majoritária, dadas as dificuldades do grupo de mães se reunir presencialmente), de reuniões do Coletivo, inclusive com presença da pró-reitora, fiz intervenções com ponderações, ouvi, observei e anotei muitas informações sobre o grupo, inclusive questões sobre representatividade as quais se forjaram no diálogo com professoras, dada a urgência de mediações com a instituição. Contudo, como já pontuado, essas questões ficarão para um momento mais oportuno.

Como proposição de investimentos futuros, aposto na discussão sobre a burocracia Estatal e à indiferença que se promove como política que naturaliza e aprofunda desigualdades como um "produto" das atividades desta forma de organização estatal, como estratégia adjuvante para o deslinde de discussões sobre acessos e permanência de mães na universidade. Acredito que a investigação dos meandros institucionais, ou melhor, das reações entre indivíduos e grupos com as/nas instituições, prezando pela tarefa de investigação de realidades locais, pode revelar estratégias metodológicas e de ação significativas para o grupo de mães. Uma estratégia que poderia ter funcionado bem para coleta de dados e posterior análise junto a documentação seria a aplicação do formulário minucioso que produzi com perguntas sobre curso e campus de origem, se houve mudança de turno e os motivos (financeiros, logísticos etc.), quais serviços da Assistência Estudantil a mãe respondente seria usuária ou no caso de não ser, as razões (acessos ou interdições).

Me dediquei a planejar um mapeamento social com questões sobre estado de origem (para entender se houve migração), idade das crias, autodeclaração étnico-racial, religiosa; se frequentou escola pública ou privada e sob quais condições; composição familiar: conjugalidade e eventuais formalizações jurídicas, se a participante era adotante, madrasta; se fosse mãe biológica, havia perguntas sobre acompanhamento pré-natal e se houve participação do genitor, idade da primeira gestação, amamentação (o que ajudaria a entender o contexto de saúde/cuidados); rede de apoio e sua configuração, tarefas domésticas e os adultos responsáveis por elas; usos do tempo: para lazer, espaços urbanos que se utiliza, com qual frequência ou se gostaria de fazê-lo, sobre o foco destas atividades se nela mesma, na criança ou em eventual companheiro/a (pois a falta do tempo para si dialoga com insuficiência de rede de apoio, maternidade solo e ambos, com sofrimento psíquico), avaliação do tempo para estudar na universidade e fora do ambiente acadêmico; autoavaliação de saúde física e mental e fatores influenciassem na qualidade dos hábitos de saúde e bem-estar; levantamento de dados socioeconômicos como renda familiar, emprego; se bolsista vinculada a projeto de pesquisa ou

extensão e possíveis interesses; outros aspectos sociodemográficos como acesso a esgotamento sanitário e a água potável.

Em mais algumas questões perguntava sobre acesso e uso de rede de internet, quais tecnologias digitais utilizava para lazer e estudos (computador de mesa, *laptop*, *tablet*, *smartfone*), quantos aparelhos estavam disponíveis e como se davam seus usos (compartilhados ou individuais) e por fim, um espaço para deixar uma mensagem, caso desejasse. A aplicação de um questionário desta magnitude exigiria uma disponibilidade de tempo e saúde que, infelizmente, não dispus, em razão do acidente em dezembro de 2024 e o agravamento do quadro de saúde de mainha, entre maio e agosto de 2025. Em outras palavras, seria necessário o suporte de uma equipe de pessoas que atuassem como aplicadoras dos questionários, dada a grande quantidade de perguntas (em torno de 40), visto que a experiência em outros projetos com questionários extensos dificulta a disposição das respondentes em razão do tempo considerável para respondê-lo. Considerando o caso específico de mães, a sobreposição de jornadas de estudos, afazeres domésticos, responsabilidades com as crias e as acadêmicas, esta disponibilidade se mostra como mais um fator limitantes de um formulário online e por isso, uma equipe poderia de aplicadores seria metodologicamente eficaz.

Até então, não tenho conhecimento de investimentos em coleta de dados focalizados em grupos de mães que contemplem tamanha diversidade de aspectos, os quais potencialmente poderiam sinalizar pontos sensíveis no que concerne as demandas do grupo e promover diálogos propositivos sobre maternidade na universidade. Por outro lado, minha ideia era de que a partir das respostas ao extenso formulário, houvesse sinalização por parte das respondentes sobre o interesse em participar de entrevistas individuais e/ou em profundidade. As entrevistas em profundidade, com inspiração na metodologia dos Retratos Sociológicos (Lahire, 2004), seriam realizadas pelo menos duas vezes com a mesma interlocutora, com intervalos de tempo, com o objetivo de analisar momentos diferentes das/nas vivências da vida acadêmica e as mudanças no acirramento de interdições e/ou melhoria de condições, por exemplo. Minha perspectiva atual é de investir futuramente neste processo de pesquisa que já apresenta sua arquitetura teórica e metodológica inicial.

Sigamos colidindo em nós (mesmas e em nós do rizoma) e rizomando caminhos diversos, juntas. Contudo, para isto, precisamos fazer os devidos exercícios vocais e alongamentos aquecendo as cordas vocais para cantar, preparando a musculatura para dançar as nossas Milágrimas, raivas e reinvenções cotidianas. Subverter a lógica de produção de violências diversas, dançando e cantando com mãos juntas, não apenas em cirandas, fingindo

“respeito” e “aceitação” e promovendo a segurança através do desconforto – se assim for, seguiremos somando numa conta que não fecha. Com mãos juntas, seja batendo palmas, tocando pandeiro e articulando surdo, tantã, pífano, triângulo – quem sabe até sanfona! – e nos movimentando nos corpos que brilham, suados, ao som do samba e do coco de roda, cada um a seu tempo e em conforme sua disponibilidade, sem evitar olhares diretos nos olhos ou medo de sair do ritmo, interdependentes, fluindo encruzilhadas, estuários, oceanos!

Referências bibliográficas

ABU-LUGHOD, Lila. A escrita contra a cultura. Tradução de Francisco Cleiton Vieira Silva do Rego, Leandro Durazzo e Luísa Valentini. **Equatorial - Revista do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social**, Natal, v. 5, n. 8, p. 193-226, jan./jun. 2018.

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Rio de Janeiro: Editora Letramento, 2018.

ANZALDÚA, Gloria [1981]. Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo. Tradução de Édina de Marco. **Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 8, n.1, p. 229-236, 2000.

ARAÚJO, Danielle Ferreira Medeiro da Silva de. **Reconfigurações nas agendas de cuidados?** um estudo comparado entre Argentina e Brasil, Foz do Iguaçu: Editora CLAEC, 2023.

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985.

BADINTER. Elisabeth. **O conflito entre a mulher e a mãe**. Tradução de Vera Lúcia dos Reis. Rio de Janeiro: Record. 2011.

BAIA, Lorena. Maternidade tem cor?: narrativas de mulheres negras sobre maternidade. Curitiba: Appris, 2021.

BAIANASYSTEM. **Porta-Retrato da Família Brasileira**. Intérpretes: BaianaSystem, Dino d'Santiago e Kalaf Epalanga. *In*: BAIANASYSTEM. **OXEAXEEXU**. [S. l.]: Máquina de Louco, 2021. 1 faixa (4 min 21 s). Disponível em: open.spotify.com. Acesso em: 30 dez. 2025.

BARTH, Fredrik . "Etnicidade e o conceito de cultura", in Antropolítica: Revista Contemporânea de Antropologia e Ciência Política, n. 19, (2º. Sem). 2005. pp. 15-30.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida, vol. 2. Tradução de Sérgio Milliet. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019.

BECK, Koa. **Feminismo branco**: das sufragistas às influenciadoras digitais e quem elas deixam para trás. Tradução de Bruna Barros. Rio de Janeiro: HarperCollins Brasil, 2021.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón. Introdução: decolonialidade e pensamento afrodiaspórico. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (Orgd.) **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. E. ed.; 5. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BIROLI, Flávia. **Autonomia e Desigualdades de Gênero**: contribuições do feminismo para a crítica democrática. Vinhedo: Editora Horizonte, 2013.

BORGES GALVÃO, Lize. Mãe solteira não. Mãe solo! Considerações sobre maternidade, conjugalidade e sobrecarga feminina. **Revista Direito e Sexualidade**, Salvador, v. 1, n. 1, 2023. DOI: 10.9771/revdirsex.v1i1.36872. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/36872. Acesso em: 3 out. 2025.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu** (26), jan.-jun. 2006, p.329-376.

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006**. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Brasília, DF: Presidência da República, [2006].

BRASIL – **Portaria nº 2.005, De 14 de Novembro de 2023**; Institui Grupo de Trabalho com a finalidade de promover estudos técnicos relacionados à Política Nacional de Permanência Materna nas Instituições de Ensino Superior Brasileiras.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 1.044/69**. Dispõe sobre tratamento excepcional para os alunos portadores das afecções que indica. 1969.

BRASIL. **Lei nº.6.202, de 17 de abril de 1975**. Atribui a estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares: instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 1969. Disponível em: <http://www. planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6202.htm>. Acesso em: mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 6.202/75**. Atribui a estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares instituído pelo Decreto-Lei nº 1.044, de 1969, e dá outras providências. 1975.

BRASIL. **Decreto nº.7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm>. Acesso em mar. 2024.

BRASIL. **Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024**. Institui a Política Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes). Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/L14914.htm>. Acesso em nov. 2025.

BUTLER, Judith. **Desfazendo gênero**. Traduzindo por Aléxia Bretas, Ana Luiza Grussen, Beatriz Zampieri, Gabriel Lisboa Ponciano, Luís Felipe Texeira, Petra Bastone e Victor Galdino. São Paulo: Editora Unesp, 2022.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. **O trabalho do antropólogo**. 3. ed. São Paulo: Paralelo 15, 2006.CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005. Tese de Doutorado. (Educação)

CARNEIRO, Rosamaria Giatti. **A casa pandêmica e as mulheres em seus tempos e espaços**: cuidado, trabalho e intergeracionalidade. Brasília: UnB, 2023.

CARNEIRO, Sueli. **Escritos de uma vida**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.

CARNEIRO, Sueli [2002]. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2011.

CARVALHO, José Jorge de. Encontro de saberes e descolonização: para uma refundação ética, racial e epistêmica das universidades brasileiras. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSFOGUEL, Ramón (Orgd.) **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. E. ed.; 5. Reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2024.

CASTRO, Ricardo Dias de; MAYORGA, Claudia. Saberes-fazeres feministas decoloniais na universidade: contribuições subjetivas, epistêmicas e políticas de intelectuais negras. **Psicologia & Sociedade**, [s. l.], v. 35, e277140, 2023. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/enAcesso/biblio-1521406>. Acesso em: 29 out. 2025.

CASTRO, Bárbara; CHAGURI, Mariana. Um tempo só para si: gênero, pandemia e uma política científica feminista. **Blog DADOS**, 2020. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/pandemia-cientifica-feminista/> Acesso em: abr. 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill. **Bem mais que ideias**: a interseccionalidade como teoria social crítica. Tradução de Bruna Barros, Jess Oliveira. São Paulo: Boitempo, 2022.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Interseccionalidade como teoria social crítica: entrevista com Patricia Hill Collins. [Entrevistadores: Bianca Santana, Bruna Barros e Jess Oliveira]. **Tempo Social**, São Paulo, v. 32, n. 1, p. 347-362, jan./abr. 2020.

COSTA, Sueli; CACASO. Dentro de mim mora um anjo. Intérprete: Sueli Costa. In: COSTA, Sueli. **Sueli Costa**. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1975.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.171-188, 2002.

CSORDAS, Thomas. **Corpo, significado, cura**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

CUNHA, Ana Cássia Alves; PAIVA, Geórgia Maria Feitosa e. As barreiras à permanência de estudantes mães no ensino superior. **Inter-Ação**, Goiânia, v.49, n.3, p. 1711-1725, set/dez. 2024

DA SILVA, Nazilene Oliveira; DE SOUZA, Daniel Cerdeira. Mães acadêmicas do ensino superior: um estudo qualitativo. **Revista Pedagógica**, Chapecó, v. 27, e8120, 2025.

DEL PRIORE, Mary. **Ao sul do corpo**: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia (Vol. 01). Rio de Janeiro: Editora 34. 2019.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-Édipo**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora 34. 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia (Vol. 01). Rio de Janeiro: Editora 34. 1995.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia (Vol. 01). Rio de Janeiro: Editora 34. 2011.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Tradução de Bento Prado Jr. e Alberto Alonso Muñoz. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.

DIEESE — Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Trabalho doméstico remunerado no Brasil: um trabalho de cuidados / Boletim Especial 27 de abril – Dia do Trabalhador Doméstico**. São Paulo: DIEESE, 2025. [online] disponível em: https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2025/trabalhoDomestico.pdf

DONZELOT, Jacques. A conservação das crianças. In: DONZELOT, Jacques. **A política das famílias**. 2. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1986.

ERIKSEN, Thomas Hylland; NIELSEN, Finn Sivert. **História da antropologia**. Tradução de Euclides Luiz Calloni. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

ESQUIVEL, Valeria. A economia do cuidado: um percurso conceitual In: JÁCOME, Marcia Laranjeira; VILLELA, Shirley. **Orçamentos sensíveis a gênero**. Brasília: ONU Mulheres, 2012.

FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado. **Cadernos de Campo,** São Paulo, Brasil, v. 13, n. 13, p. 155–161, 2005. DOI: 10.11606/issn.2316-9133.v13i13p155-161. Disponível em: https://revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/view/50263.. Acesso em: 22 jul. 2023.

FEDERICI, Silvia. **O Ponto Zero da Revolução**: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, Silvia. **O Patriarcado do Salário**: notas sobre Marx, gênero e feminismo. Tradução: Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.

FEDERICI, Silvia. **Reencantando o mundo**: feminismo e a política dos comuns. Tradução: Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2022.

FINAMORI, Sabrina; BATISTA, Maria Alice Magalhães. Categorias empíricas e analíticas: mães-solo e monoparentalidade feminina. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 27, n. 3, p. 1-19, set./dez. 2022.

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde soc**., São Paulo, v. 14, n. 2, p. 50-59, ago. 2005.

FONSECA, Claudia. A biografia dos documentos: uma antropologia das tecnologias de identificação In: FONSECA, Claudia; MACHADO, Helena (Orgs.) **Ciência, identificação e tecnologias de governo** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS /CEGOV, 2015.

FORACCHI, Marialice Mencarini. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo, Companhia Editora Nacional. 1965.FINAMORI, Sabrina; BATISTA, Maria Alice Magalhães. Categorias empíricas e analíticas: mães-solo e monoparentalidade feminina. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 27, n. 3, p. 1-19, set./dez. 2022.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 4**: as confissões da carne. Tradução de Heloísa Jahn. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2021.

FRANÇA, Elizete. **A importância da mulher negra na casa grande**. 1996. 42 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 1996.

FREIRE; Paulo; HORTON, Myles. **O caminho se Faz Caminhando:** conversas sobre educação e Mudança Social. 6. ed. São Paulo: Vozes, 2003.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 1. ed., 15. reimpr. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GEERTZ, Clifford. Estar lá: a antropologia e a cena da escrita. *In*: GEERTZ, Clifford. **Obras e vidas**: o antropólogo como autor. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009. p. 11-39.

GIATTI, Rosamaria; MALUF, Sonia. A mãe carinhosa: uma antropologia da economia-política das emoções. **Atlánticas**: Revista Internacional de Estudios Feministas, v. 8, n. 1, p. 259-294, 2023.

GONZAGUINHA. **Guerreiro Menino (Um Homem Também Chora)**. In: GONZAGUINHA. **Alô, alô Brasil**. Rio de Janeiro: EMI-Odeon, 1983.

GONZALEZ, Lélia. **Diário da Assembleia Nacional Constituinte – Suplemento ao n. 62**. *In*: 7ª Reunião da Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas deficientes e Minorias. mai. 1987. Disponível em: <https://imagem.camara.leg.br/Imagem/d/pdf/sup62anc20mai1987.pdf#page=1201987> Acesso em 20 nov. 2025

GONZALEZ, Lélia [1981]. Mulher negra, essa quilombola. Publicado originalmente em *Folha de São Paulo,* São Paulo, 22 nov. 1981. Folhetim, p. 4. *In*: **Por um feminismo afro-latino-**

americano: ensaios, intervenções e diálogos. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, p. 197-200, 2020.

GONZALEZ, Lélia [1983]. Racismo e sexismo na cultura brasileira. Publicado originalmente em SILVA, L. A. Machado et al. Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Ciências sociais hoje, Brasília: Anpocs, pp. 223-44, 1983. *In*: **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, p. 75-95, 2020.

GONZALEZ, Lélia [1988a]. A categoria político-cultural de amefricanidade. Publicado originalmente em **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92-3, pp. 69.81, jan./ jun. 1988. *In*: **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, p. 127-138, 2020.

GONZALEZ, Lélia [1988b]. Por um feminismo afro-latino-americano. Publicado originalmente em **Isis Internacional – Mujeres por um desarollo alternativo**, Santiago, v.9, pp. 131-41, jun. 1988. Traduzido por Catalina G. Zambrano. *In*: **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. RIOS, Flávia; LIMA, Márcia (Orgs.). Rio de Janeiro: Zahar, p. 139-150, 2020.

GRADVOHL, Silvia Mayumi Obana; OSIS, Maria José Duarte; MAKUCH, Maria Yolanda. Maternidade e Formas de Maternagem desde a Idade Média à Atualidade. **Pensando Famílias**, v. 18, n. 1, p. 55-62, jun. 2014.

GROSSI, Miriam Pillar. A dor da tese: notas sobre o luto acadêmico. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 6, n. 1-2, p. 119-125, 2004.

GUPTA, Akhil. **Red Tape**: Bureaucracy, Structural Violence, and Poverty in India. Durham: Duke University Press, 2012.

HAICAULT, Anne-Marie. La gestion ordinaire de la vie en deux: constitution du corps et du temps. **Sociologie du Travail**, Paris, v. 26, n. 3, p. 268-277, 1984.

HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Organização de Liv Sovik. Tradução de Adelaine La Guardia Resende *et al*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

HALL, Stuart. Quem precisa de identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

HARAWAY, Donna. **Saberes localizados**: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 5, p. 7–41, 2009. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773. Acesso em: 02 mar. 2024.

HIRANO, Luis Felipe Kojima. Marcadores sociais das diferenças: rastreando a construção de um conceito em relação à abordagem interseccional e a associação de categorias. In: HIRANO, Luis Felipe Kojima; ACUÑA, Maurício; MACHADO, Bernardo Fonseca (org.). **Marcadores sociais das diferenças**: fluxos, trânsitos e intersecções. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, 2019. p. 23-57 (Coleção Diferenças). ISBN 978-85-93380-38-9

HIRATA, Helena. **O cuidado**: teorias e práticas. São Paulo: Boitempo, 2022.

HIRATA H, KERGOAT D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cad Pesqui**. 2007; 37(132): 595-609. DOI: https://doi.org/10.1590/S0100-15742007000300005.HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, p. 464-478, jul./dez., 1995.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. **Rev. Bras. Ciênc. Polít**., Brasília, n. 16, p. 193-210, abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010333522015000200193&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 28 jul. 2023.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, n. 2, p. 464-478, jul./dez., 1995.

IACONELLI, Vera. **Manifesto antimaternalista**: psicanálise e políticas da reprodução. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

IACONELLI, Vera. Sobre as origens: muito além da mãe. In: IACONELLI, Vera; TEPERMAN, Daniela; GARRAFA, Thais (orgs.). **Parentalidade**. São Paulo: Autêntica, 2020.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Características étnico-raciais da população**: classificações e identidades. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Estimativas da população:** 2021, nota metodológica n. 01: estimativas da população residente para os municípios e para as unidades da federação brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE, 2021.

INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes antropológicos**. 18 (37): 25-44, 2012.

INGOLD, Tim. **Estar vivo**: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Rio de Janeiro: Vozes, 2015. (Coleção Antropologia).

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA); FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA (FBSP). **Atlas da violência 2025**: retrato dos municípios brasileiros e dinâmica regional do crime organizado. Brasília: Ipea; FBSP, 2025.

KILOMBA, Grada. **Memórias da plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAHIRE, Bernard. **Retratos sociológicos**: disposições e variações individuais. Porto Alegre: Artmed, 2004.

LAREAU, Annette. **Unequal Childhoods**: class, race and family life. Los Angeles, University of California Press, 2003.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA-EDUSC, 2012.

LAZZARATO, Maurizio; NEGRI, Antonio. **Trabalho imaterial**: formas de vida e produção de subjetividade. Introdução de Giuseppe Coecoj, tradução de Mônica Jesus. Rio de Janeiro: DP&A, 200l.

LE BRETON, David. Experiências olfativas da cidade para o pedestre. Tradução de Juliana Caruso e Tiago Hyra Rodrigues. **Ponto Urbe**, São Paulo, n. 27, p. 1-10, 2020.

LEITE, Ana Cecília Figueirêdo; ALVES, Francione Charapa. Trabalho, maternidade e permanência no Ensino Superior. **Ensino em Perspectivas**, Fortaleza, v. 3, n. 1, p. 1-15,2022.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos homens. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Belho Horizonte: Autêntica, 2021.

MARÇAL, Katrine. **O lado invisível da economia**: Uma visão feminista do capitalismo. São Paulo: Alaúde, 2022.

MARLEY, Bob; WAILERS, The. Rat Race. In: **Rastaman Vibration**. Intérprete: Bob Marley & The Wailers. Kingston, Jamaica: Island Records, 1976.

MAUTNER, Jorge; JACOBINA, Nelson. Lágrimas Negras. In: MAUTNER, Jorge. **O Ser da Tempestade**: 40 Anos de Carreira. São Paulo: Dabliú Discos, 1999.

MELO, Juliana Fernanda Carvalho de. (no prelo) Políticas de assistência parental na Universidade Federal de Pernambuco. **Trabalho de Conclusão de Curso** (Especialização em Gênero, Desenvolvimento e Políticas Públicas: práticas educacionais), Fundação Joaquim Nabuco, Recife, 2025.

MMI. **Inclusão, permanência e progresso das mães na universidade** (Relatório de aprendizagens). Projeto de Extensão Maternagem, Mídia e Infância, UFPE, 2023.

MORAES, Mirtes. **Maternidade**: uma análise sociocultural. Curitiba: Appris, 2021.

MOSCHKOVICH, Marília. Sobre laranjas mecânicas, feminismo e psicanálise: natureza e cultura na dialética da alienação voluntária. *In*: TEPERMEN, D.; GARRAFA, T.; IACONELLI, V. **Parentalidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

MOURA, Ivana de Oliveira Eugênio de Souza; SILVA, Juliana Marcia Santos. Maternidade como marcador da diferença nas relações sociais. **Revista Mosaico**, v. 16, p. 54-64, 2023.

NASCIMENTO, Pedro. **Desejo de filhos**: uma etnografia sobre reprodução, desigualdade e políticas de saúde. João Pessoa: Editora UFPB, 2020.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras**. Organização de Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

NOGUEIRA, O. **Tanto preto quanto branco:** estudo de relações raciais. São Paulo: T. A. Queiroz, 1985.

NUNES, Clara. Guerreira. In: **GUERREIRA**. Rio de Janeiro: Odeon, 1978.

ORTNER, Sherry. "Poder e Projetos: reflexões sobre a agência". In: GROSSI, Miriam Pillar, ECKERT, Cornelia e FRY, Peter (Orgs). Conferências e Diálogos: saberes e práticas antropológicas. Blumenau, Nova Letra, 2007, pp. 45-80.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres**: uma perspectiva africana sobre os discursos ocidentais de gênero. Tradução de Wanderson Flor do Nascimento. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PESSANHA, Larissa Figueiredo. Entre livros e fraldas: dilemas e desafios da maternidade durante a graduação. **Revista de Gestão e Secretariado**, v. 14, n. 1, p. 306-331, 2023.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. **Como ser um educador antirracista**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução Maria Paula Gurgel Ribeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

RAMOS-ZAYAS, Ana Y. **Parenting empires:** Class, whiteness, and the moral economy of privilege in Latin America. Durham: Duke University Press, 2020.

REDONDO, M. F. A Covid-19 e o reconhecimento do trabalho doméstico como essencial. *In*: GROSSI, M. P.; TONIOL, R. (Orgs.). **Cientistas sociais e o Coronavírus.** São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha. p. 285-288, 2020.

REZENDE, Claudia Barcellos. Emoção, corpo e moral em grupos de gestante. **RBSE – Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 11, n. 33, pp. 830-50, dez. de 2012. ISSN 16 6-8965. Disponível em: http://www.cdila.ufpb.br/rbse/Index.html. Acesso em: 08 nov. 2020.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 4. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

ROBLES, Alfonsina Faya. (2015a) Regulações do corpo e da parentalidade durante o pré-natal em mulheres jovens de camadas populares. **Civitas** - Revista de Ciências Sociais, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 190-213, 2015.

ROHDEN, Fabiola. O corpo fazendo a diferença. **Mana**, v. 4, n. 2, p. 127-141,1998.

RUIZ, Alice; ASSUMPÇÃO, Itamar. Milágrimas. *In*: ASSUMPÇÃO, Itamar. **Bicho de Sete Cabeças**. São Paulo: Baratos Afins, 1993.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, 151p.

SANTOS, Gisele Cerqueira; GALRÃO, Paula da Luz; SOUSA; Lucivanda Cavalcante Borges de. Quem disse que ser mulher é ser mãe? Feminilidade(s) e maternidade(s). **Saúde Soc.** São Paulo, v.33, n.1, 2024.

SANTOS, Janilene Silva do Nascimento; NUNES, Sandra Graciella. Educação do Campo em tempos de pandemia: o contexto do Ensino Remoto Emergencial. **Interfaces**, Campo Grande, MS, v. 11, n. 3, p. 104-118, 2020. Disponível em: periodicosonline.uems.br.

SANTOS, Marianna Luiza Alves Soares. **Itinerários universitários**: a permanência de mães trabalhadoras nos Bacharelados Interdisciplinares da Universidade Federal da Bahia. Dissertação (mestrado) - Programa de Pós-graduação Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

SAVIANI, Dermeval [1984]. Sobre a natureza e especificidade da educação. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 286-293, jun. 2015. Originalmente publicado na revista *Em Aberto*, Brasília, v. 3, n. 22, p. 1-6, jul./ago. 1984

SCAVONE, Lucila. A maternidade e o feminismo: diálogo com as ciências sociais. **Cadernos Pagu**, São Paulo, n.16, p.137-150, 2001.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SILVA Juliana Marcia Santos; SALVADOR, Andréia Clapp. Coletivos de mães universitárias rompendo com a história da exclusão feminina nas universidades. In: MOTTA, Márcia Maria Menendes (Org.). **Anais do 31° Simpósio Nacional de História** [livro eletrônico]: história, verdade e tecnologia. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021.

SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho. **Maternidades Plurais**: os diferentes relatos, aventuras e oceanos das mães cientistas na pandemia. CIDADE, Camilla de Almeida Santos; CARDOSO Vanessa Clemente; SOARES, Ana Carolina Eiras Coelho (Orgs.) Belford Roxo: Bindi, 2020.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro**: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2023.

STANISCUASKI, Fernanda; KMETZSCH, Livia; SOLETTI, Rossana C. et al. Gender, Race and Parenthood Impact Academic Productivity During the COVID-19 Pandemic: From Survey to Action. **Front. Psychol**. Seção: Gênero, Sexo e Sexualidades, v. 12, 2021.

STANISCUASKI, F. Os caminhos para alentar as mães cientistas. **The Conversation**, São Paulo, 2024. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/os-caminhos-para-alentar-as-maes-cientistas/>. Acesso em: 30 dez. 2025.

STRATHERN, Marilyn. Necessidade de pais, necessidade de mães. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 303-329, 1995.

TRONTO, Joan. Assistência democrática e democracias assistenciais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 22, n. 2, p. 285-308, maio/ago. 2007.

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro. **PR4 – Pró-Reitoria de Políticas e Assistência Estudantis**. Auxílio Primeira infância. Disponível em: <https://www.pr4.uerj.br/api>. Acesso em: 12/01/2026

UFF – Universidade Federal Fluminense. Grupo de Trabalho "Mulheres na Ciência". **Cartilha**, 2019. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mdh.gov.br/jspui/bitstream/192/10373/1/Propostas_de_Politicas_de_Apoio_a_Maternidade_na_Universidade_UFF.pdf>

UFF – Universidade Federal Fluminense. Programa de Apoio a Estudantes Gestantes e no Puerpério, **Edital 10/2025**, 2025. https://www.uff.br/wp-content/uploads/2025/03/edital-10-gestante.pdf

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://institucional.ufrrj.br/residenciaestudantil/files/2022/03/Delib06CONSU1993-Regimento-dos-Alojamentos-Universit%C3%A1rios.pdf>

URPIA, Ana Maria de Oliveira; SAMPAIO, Sônia Maria Rocha. **Mães e universitárias**: transitando para a vida adulta. In: SAMPAIO, Sônia Maria Rocha (org.). **Observatório da vida estudantil**: primeiros estudos. Salvador: EDUFBA, 2011. p. 145-168.

VERANI, Alana Pacheco dos Reis. **Antropólogas e mães**: experiências de maternidade e trabalho de campo. 2022. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, 2022.

VIDAL, Amanda Carlsem. **Puerpério e maternidade**: desafios de mães-estudantes do curso Ciências Biológicas da Universidade Federal de Santa Catarina. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Biológicas), Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

VOLKER, Catiuscia. O trabalho doméstico e a pandemia da Covid-19: entre a essencialidade e a vulnerabilidade. **Revista de Direito do Trabalho**, São Paulo, v. 46, n. 211, p. 191-210, set./out. 2020.

WITTIG, Monique. **O pensamento hétero e outros ensaios**. Tradução Maíra Mendes Galvão. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

WITTIG, Monique. **As guerrilheiras**. Tradução Jamille Pinheiro Dias, Raquel Camargo. São Paulo: Ubu, 2019.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 11. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

ZANELLO, Valeska. Dispositivo materno e processos de subjetivação: desafios para a Psicologia. *In*: ZANELLO, V. & PORTO, M. (Orgs.). **Aborto e (não) desejo de maternidade(s)**: questões para a psicologia. Brasília: CFP, 2016. p. 121 -140.

ZÉ, Tom. Happy End. In: ZÉ, Tom. **Todos os Olhos**. São Paulo: Continental, 1973. Faixa 10.